

SER Social

Brasília (DF), v. 26, nº 54, de janeiro a junho de 2024

SEXUALIDADES, LUTAS E DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTQIA+



Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social
Departamento de Serviço Social
Universidade de Brasília (UnB)

SER Social

Brasília (DF), v. 26, nº 54, de janeiro a junho de 2024

© Copyright by *SER Social (versão eletrônica)*

Todos os direitos editoriais são reservados para a Revista SER Social. Nenhuma parte da revista pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida por quaisquer meios ou formas existentes ou ser criada sem a prévia permissão por escrito da Comissão Editorial ou sem constarem os créditos de referência, de acordo com as leis de direitos autorais vigentes no Brasil. As opiniões e os conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão, a adequação e a procedência das citações e referências, são de exclusiva responsabilidade das(os) autoras(es), não refletindo necessariamente a posição da Comissão Editorial. SER Social – Periódico Semestral do Programa de Pós-Graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília (UnB).

Editora-Chefe

Hayeska Costa Barroso, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília. Brasil

Comissão Editorial

Camila Potyara Pereira, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília. Brasil

Cristiano Guedes, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília. Brasil

Hayeska Costa Barroso, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília. Brasil

Lucélia Luiz Pereira, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasil

Conselho Editorial

Ana Elizabete Mota (UFPe/Recife-Brasil)

Denise Bomtempo Birche de Carvalho (Professora Emérita da UnB/Brasília-Brasil)

Domenico Carrieri (Università degli Studi di Roma “La Sapienza”/Roma-Itália)

Elaine Rosseti Behring (UERJ/Rio de Janeiro-Brasil)

Fernanda Rodrigues (Universidade do Porto/Porto-Portugal)

Graciela di Marco (Universidad Nacional San Martín/Buenos Aires-Argentina)

Ivanete Boschetti (UFRJ/Rio de Janeiro-Brasil)

Ivete Simionato (UFSC/Santa Catarina-Brasil)

Jorge Luis Acanda (Universidad de La Habana/Habana-Cuba)

José Geraldo de Sousa Júnior (UnB/Brasília-Brasil)

Luis Moreno (Instituto de Políticas y Bienes Públicos/Madrid-Espanha)

Maria Carmelita Yazbeck (PUC/São Paulo-Brasil)

Peter Abrahamson (University of Copenhagen/Copenhagen-Dinamarca)

Vicente Faleiros (Professor Emérito da UnB/Brasília-Brasil;UCB/Brasília-Brasil)

Yolanda Guerra (UFRJ/Rio de Janeiro-Brasil)

Equipe de apoio: Rebeca Loiola Vieira e Nayara Ribeiro de Moraes Vilas Boas (Estagiárias)

Revisão gramatical: Paulo Henrique de Castro (Books Maze Publishing House)

Diagramação e programação visual: Books Maze Publishing House

Imagem da capa: Círculo sem Fim

Artista: MestizO

SER Social

Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social
Departamento de Serviço Social
Universidade de Brasília (UnB)

Brasília (DF), v. 26, nº 54, de janeiro a junho de 2024

SEXUALIDADES, LUTAS E DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTQIA+

SER Social

Nº 54 | jan.-jun. 2024

SEXUALIDADES, LUTAS E DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ | SEXUALITIES, STRUGGLES AND RIGHTS OF THE LGBTQIA+ POPULATION

EDITORIAL

Sexualidades, lutas e direitos da população LGBTQIA+ / Sexualities, struggles and rights of the LGBTQIA+ population

Hayeska Costa Barroso

Lucélia Luiz Pereira

Camila Potyara Pereira

Cristiano Guedes

7

ARTIGOS TEMÁTICOS | THEMATIC ARTICLES

Homonacionalismo e mercado LGBTI+: Uma análise do pinkwashing em meio à questão palestina / Homonationalism and the LGBTI+ market: An analysis of pinkwashing in the middle of the palestinian question / Homonacionalismo y mercado LGBTI+: Un análisis del pinkwashing en medio de la cuestión palestina

Tibério Lima Oliveira

11

LGBTQIAPN+fobia familiar em registros oficiais: uma análise de dados no Estado de Sergipe anteriores à criminalização da homofobia no Brasil / Familiar LGBTQIAPN+phobia in official records: an analysis of data in the State of Sergipe prior to the criminalization of homophobia in Brazil / LGBTQIAPN+fobia familiar en registros oficiales: un análisis de datos en el Departamento de Sergipe previo a la criminalización de la homofobia en Brasil

Moisés Santos de Menezes

Bruna Andrade Irineu

32

O cuidado em saúde na Atenção Primária às pessoas transvestigêneres / Health care in Primary Care for transgender people / Cuidado de la salud en la Atención Primaria a personas transgénero

Jakeline Márcia dos Santos

Cássia Maria Carloto

54

Saúde para idosos LGBTI+: histórico de lutas, desafios e a contribuição do Serviço Social / Health for LGBTI+ elderly people: history of struggles, challenges and the contribution of Social Service / Salud para ancianos LGBTI+: historia de luchas, desafíos y el aporte del Servicio Social

Paloma Miranda Silva de Oliveira

73

ENTREVISTA TEMÁTICA | THEMATIC INTERVIEW

Estudos de gênero, sexualidades e direitos no Serviço Social / Studies of gender, sexualities and rights in Social Work / Estudios de género, sexualidades y derechos en Trabajo Social

Entrevistada: Silvana Mara de Morais dos Santos

Entrevistadora: Valdenízia Bento Peixoto

92

ARTIGOS DE TEMAS LIVRES | FREE THEME ARTICLES

A Covid-19, os CREAS e as medidas socioeducativas nas calhas do Amazonas / Covid-19, CREAS, and socioeducational measures in Amazonas river channels / El Covid-19, los CREAS y las medidas socioeducativas en las canaletas de Amazonas

Letícia Priscila de Almeida Borel

Maria Alcione Pereira Teles

Maria Nilvane Fernandes

100

A questão social, o Estado e a desproteção social: dilemas na atualidade brasileira / The social question, the State and social deprotection: dilemmas in current brazilian times / La cuestión social, el Estado y la desprotección social: dilemas en la actualidad brasileña

Heloísa Teles

122

A Religião no Serviço Social / The Religion in Social Work / La Religión en Trabajo Social

José Pedro Simões Neto

141

As categorias de raça/racismo, gênero e sexualidades na formação em Serviço Social / The categories of race/racism, gender and sexualities in the professional qualification in Social Work / Las categorías de raza/racismo, género y sexualidades en la formación del Servicio Social

Thulio Silva de Moraes

Erick José Gonçalves dos Santos Silva

Isabela da Silva Oliveira

Ariele Pedral

166

O acesso à assistência social em quilombos do Vale do Mucuri (MG) / Access to social assistance in quilombos in Vale do Mucuri (MG) / Acceso a la asistencia social en quilombos del Vale do Mucuri (MG)

Sídimara Cristina de Souza

André Augusto Pereira Brandão

João Bôsko Hora Góis

185

Representações Sociais do PNAE sob a ótica dos executores e agricultores familiares: um estudo de caso do município de Coimbra (MG) / Social Representations of PNAE from the perspective of executors and family farmers: a case study in the city of Coimbra (MG) / Representaciones Sociales del PNAE desde la perspectiva de ejecutores y agricultores familiares: un estudio de caso en la ciudad de Coimbra (MG)

Rosária Cal Bastos

Maria das Dores Saraiva de Loreto

Amélia Carla Sobrinho Bifano

Sheila Maria Doula

207

RESENHA | REVIEW

Sexualidades & Serviço Social: perspectivas críticas, interseccionais e profissionais / Sexualities & Social Work: critical, intersectional and professional perspectives / Sexualidades y Trabajo Social: perspectivas críticas, interseccionales y profesionales

Mércia Lúcia Gonçalves Vasconcelos

235

RESUMOS DE DISSERTAÇÕES E TESES | ABSTRACTS OF DISSERTATIONS AND THESES | RESÚMENES DE DISERTACIONES Y TESIS

242

CONSULTORES(AS) AD HOC DA SER SOCIAL | SER SOCIAL AD HOC CONSULTANTS

261

SER Social

SEXUALIDADES, LUTAS E DIREITOS
DA POPULAÇÃO LGBTQIA+

Brasília (DF), v. 26, nº 54, de janeiro a junho de 2024

EDITORIAL

Sexualidades, lutas e direitos da população LGBTQIA+

Desde 2019, o Brasil ocupa o topo do *ranking* mundial como o país que mais mata pessoas LGBTQIA+. Os debates em torno das temáticas que versam sobre sexualidades, lutas e direitos da população LGBTQIA+ estão no centro de acaloradas discussões acadêmicas (de natureza teórica, epistemológica ou até mesmo metodológica) e também catalisam uma ampla gama de pautas políticas de movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Além disso, ocupam lugar fundamental, pois tratam do planejamento, da implementação, do monitoramento e da avaliação de políticas sociais.

Durante algum tempo, os debates sobre sexualidades andaram na sombra dos estudos sobre gênero e feminismos e à margem de uma abordagem mais crítica, capaz de situá-los na complexa teia das relações sociais que estruturam o sistema capitalista. Nunca é tarde, no entanto, reafirmar que a defesa da diversidade sexual e dos direitos da população LGBTQIA+ é indissociável da luta contra o capitalismo, o sexismo e o racismo. Dito isso, reunimos na edição de número 54 da Revista Ser Social um escopo teórico e politicamente crítico com a abordagem da temática sobre sexualidades, lutas e direitos da população LGBTQIA+. Trata-se, tão logo, de uma edição composta por cinco artigos temáticos.

O primeiro artigo, intitulado “As categorias de raça/racismo, gênero e sexualidades na formação em Serviço Social”, do autor Thulio Silva

de Moraes, discute como as universidades abordam o eixo categórico de raça, gênero e sexualidades na formação profissional em Serviço Social. Para tal percurso, processa-se a análise de ementas curriculares e projetos político-pedagógicos dos cursos de Serviço Social de universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro.

O segundo artigo, com o título “Homonacionalismo e mercado LGBTI+: uma análise do *pinkwashing* em meio à questão palestina”, de autoria de Tibério Oliveira, analisa o mercado LGBTQIA+ em tempos de homonacionalismo, com especial atenção ao fenômeno do *pinkwashing* e à sua intrínseca relação com a questão palestina.

A partir da análise de 14 casos de violência cometidos por pais e mães contra indivíduos LGBTQIAPN+, o terceiro artigo, “LGBTQIAPN+fobia familiar em registros oficiais: Uma análise de dados no Estado de Sergipe anteriores à criminalização da homofobia no Brasil”, da autoria de Moisés Menezes e Bruna Andrade Irineu, examina a LGBTQIAPN+fobia familiar por meio dos boletins de ocorrência (BO) da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Sergipe (SSP/SE) entre 2015 e 2018.

O quarto artigo, intitulado: “O cuidado em saúde na Atenção Primária às pessoas transvestigêneres”, de Cássia Maria Carloto e Janeline Márcia dos Santos, traz à baila o debate a respeito de como as concepções de corpo, gênero e sexualidade são historicamente construídas e utilizadas como forma de controle social por determinados corpos e modos de vida. A pesquisa foi conduzida entre setembro de 2021 e janeiro de 2022 e lançou mão de entrevistas semiestruturadas com pessoas identificadas como transgêneros e travestis, com o objetivo de analisar o cuidado em saúde na Atenção Primária garantido às pessoas transvestigêneres.

A partir do histórico de lutas que permeiam a efetivação do Sistema Único de Saúde (SUS) e, em especial, com base na Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT), por meio da apresentação de dados de violências estruturais que particularizam os processos de envelhecimento, o artigo “Saúde para idosos LGBTI+: histórico de lutas, desafios e a contribuição do Serviço Social”, de autoria de Paloma Oliveira, propõe uma discussão sobre a atenção em saúde para idosos LGBTI+, abordando os desafios que perpassam a sexualidade e a diversidade sexual

enquanto determinantes sociais a serem considerados no processo de saúde-doença.

Na seção de temas livres, esta edição da Revista SER Social traz ao público cinco artigos que versam sobre um amplo espectro de temas. São eles: 1) “A Covid-19, os CREAS e as medidas socioeducativas nas calhas do Amazonas”, de Maria Nilvane Fernandes, Maria Alcione Pereira Teles e Letícia Priscila de Almeida Borel; 2) “A questão social, o Estado e a desproteção social: dilemas na atualidade brasileira”, de Heloísa Teles; 3) “A Religião no Serviço Social”, de Pedro Simões; 4) “O acesso à assistência social em quilombos do Vale do Mucuri (MG)”, de Sidimara Cristina de Souza, André Augusto Pereira Brandão e João Bôsko Hora Góis; e 5) “Representações Sociais do PNAE sob a ótica dos executores e agricultores familiares: um estudo de caso do município de Coimbra (MG)”, de Rosária Cal Bastos, Maria das Dores Saraiva de Loreto, Amélia Carla Sobrinho Bifano e Sheila Maria Doula.

Consta também nesta edição uma resenha, da autoria de Mércia Lúcia Gonçalves Vasconcelos, do livro: “Sexualidades & Serviço Social: perspectivas críticas, interseccionais e profissionais”, obra organizada por assistentes sociais, pesquisadoras/es e professoras/es com base no acúmulo dos trabalhos realizados pelo Grupo Temático de Pesquisa (GTP) de Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Encerrando esta edição, temos a entrevista realizada por Valde-nízia Bento Peixoto, docente do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB), com a professora Silvana Mara de Moraes dos Santos, assistente social, professora dos cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Ética e Direitos (GEPTED/UFRN). Professora Silvana Mara é uma das pioneiras dos estudos sobre diversidade sexual e feminismos no Serviço Social brasileiro. Na ocasião da entrevista para esta edição da Revista SER Social, ela reafirma a relevância social da referida temática na relação com os fundamentos teóricos e políticos do projeto ético-político da profissão.

Comissão Editorial

Profa. Dra. Hayeska Costa Barroso – Editora-Chefe

<https://orcid.org/0000-0002-8280-7187>

Profa. Dra. Camila Potyara Pereira

<https://orcid.org/0000-0003-1117-2468>

Prof. Dr. Cristiano Guedes

<https://orcid.org/0000-0001-6908-2604>

Profa. Dra. Lucélia Luiz Pereira

<https://orcid.org/0000-0001-9722-143X>

Estagiárias

Rebeca Vieira Loiola

Nayara Ribeiro de Moraes Vilas Boas

SER Social

SEXUALIDADES, LUTAS E DIREITOS
DA POPULAÇÃO LGBTQIA+

Brasília (DF), v. 26, nº 54, de janeiro a junho de 2024

Homonacionalismo e mercado LGBTI+: Uma análise do *pinkwashing* em meio à questão palestina

*Homonationalism and the LGBTI+ market: An analysis
of pinkwashing in the middle of the palestinian question*
*Homonacionalismo y mercado LGBTI+: Un análisis
del pinkwashing en medio de la cuestión palestina*

Tibério Lima Oliveira¹

<https://orcid.org/0000-0003-4717-1408>

Recebido em: 13/12/2023

Aprovado em: 24/01/2024

Resumo: Este artigo destaca o desafiador cenário enfrentado pela população palestina em outubro de 2023, devido à incursão de Israel na Faixa de Gaza, que resulta em um dos maiores genocídios televisionados da história, com mais de 10 mil mortes em apenas um mês, incluindo mais de 4 mil crianças (ADAMOR, 2023). O texto propõe uma análise do mercado LGBTI+ em tempos de homonacionalismo, com foco no fenômeno do *pinkwashing* e em sua relação com a ques-

1 Professor temporário na Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Doutor em Política Social pela UnB. Mestre e bacharel em Serviço Social pela UFRN. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/9455349090568465>>. E-mail: <tiberioufrn2016@gmail.com>.

tão palestina. Explorando os conceitos de homonacionalismo e *pinkwashing* diante do neoliberalismo, o artigo apresenta dados sobre a produção do homonacionalismo por Israel na Palestina, evidenciando as violações de direitos. Este estudo contribui para a compreensão de como o homonacionalismo permeia os espaços de mercado, especialmente no contexto do *pinkwashing* e na sua relação com a questão palestina.

Palavras-chave: Homonacionalismo. *Pinkwashing*. LGBTI+. Questão palestina.

Abstract: This article highlights the challenging scenario faced by the palestinian population in october 2023 due to Israel's incursion into the Gaza Strip, resulting in one of the most televised genocides in history, with over 10,000 deaths in just one month, including more than 4,000 children (ADAMOR, 2023). The text proposes an analysis of the LGBTI+ market in times of homonationalism, focusing on the phenomenon of pinkwashing and its relation to the Palestinian Issue. Exploring the concepts of homonationalism and pinkwashing in the face of Neoliberalism, the article presents data on the production of homonationalism by Israel in Palestine, highlighting human rights violations. This study contributes to understanding how homonationalism permeates market spaces, especially in the context of pinkwashing and its relationship with the palestinian issue.

Keywords: Homonationalism. Pinkwashing. LGBTI+. Palestinian issue.

Resumen: Este artículo destaca el desafiante escenario que enfrenta la población palestina en octubre de 2023, debido a la incursión de Israel en la Franja de Gaza, que resulta en uno de los mayores genocidios televisados de la historia, con más de 10 mil muertes en tan solo un mes, entre ellas más de 4 mil niños (ADAMOR, 2023). El texto propone un análisis del mercado LGBTI+ en tiempos de homonacionalismo, centrándose en el fenómeno del *pinkwashing* y su relación con la cuestión palestina. Explorando los conceptos de homonacionalismo y *pinkwashing* frente al neoliberalismo, el artículo presenta datos sobre la producción de homonacionalismo por parte de Israel en Palestina, destacando las violaciones de derechos. Este estudio contribuye a la comprensión de cómo el homonacionalismo permea los espacios de

mercado, especialmente en el contexto del *pinkwashing* y su relación con la cuestión palestina.

Palabras clave: Homonacionalismo. *Pinkwashing*. LGBTI+. Cuestión palestina.

INTRODUÇÃO

O mês de outubro de 2023 assinala um período desafiador para a população palestina, devido à incursão de Israel na Faixa de Gaza. Tanto por meio de invasões terrestres quanto por ataques aéreos com bombas e mísseis, direcionados possivelmente contra o Hamas,² vidas de inúmeros palestinos inocentes têm sido ceifadas. Trata-se de um dos maiores genocídios televisionados da história na atualidade. Em apenas um mês de conflito, o número de mortes ultrapassa 10 mil, sendo que mais de 4 mil delas são de crianças. Os demais óbitos incluem homens, mulheres e idosos, o que corresponde a aproximadamente 70% do total (ADAMOR, 2023).

É diante do referido cenário que neste artigo se propõe uma análise do mercado de consumo de lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais (LGBTI+) em tempos de homonacionalismo,³ com especial atenção para o fenômeno do *pinkwashing*⁴ e para a sua intersecção com a questão palestina. Inicialmente, destaca-se que o homonacionalismo representa um processo de avanço da instrumentalização e da incorporação da agenda LGBTI+ pelo Estado e pelo mercado, direcionando suas pautas para a normatização e o controle dessas identidades. Tal fenômeno, afluído no início do novo milênio, está intrinsecamente ligado a uma perspectiva ideológica neoliberal, centrada na cidadania de consumo por parte de *gays* e lésbicas (PUAR, 2015; OLIVEIRA, 2013).

2 “Há um mês, no dia 7 de outubro, o grupo palestino Hamas cometeu um ataque sem precedentes a Israel. O grupo burlou o sistema de segurança na fronteira com a Faixa de Gaza e causou assassinatos (cerca de 1.400) e sequestros (cerca de 240). Desde então, Israel tem atacado Gaza de forma inclemente, numa ofensiva aérea e terrestre responsável por um rastro de mortes, destruição, deslocamentos forçados e sofrimento provocado pelos ataques e pelo bloqueio a itens básicos para a sobrevivência humana” (ADAMOR, 2023).

3 Os resultados que se apresentam neste texto são considerações desenvolvidas a partir de análises bibliográficas que partiram da tese de doutorado defendida em 2022, pesquisa esta que teve financiamento de bolsa pelo CNPq.

4 *Pinkwashing* é um termo cunhado por Sarah Schulman (2011), que significa “lavagem rosa”. Schulman destaca que a lavagem na imagem de Israel é uma campanha intensa que o país empregou para amenizar a visão de ser extremamente militarista, religioso e conservador, especialmente após os ataques violentos do exército israelense contra os palestinos.

O homonacionalismo, para sua reprodução, fundamenta-se nas dimensões das relações homonormativas das identidades sexuais e de gênero. Entende-se a homonormatividade como “[...] uma política que não contesta premissas e instituições heteronormativas dominantes, mas as mantém e sustenta, enquanto promete a possibilidade de um eleitorado gay desmobilizado e uma cultura gay privatizada e despoliticizada” (DUGGAN, 2004).

Assim, ideologicamente, o homonacionalismo respalda-se em uma defesa de direitos pelo prisma do progresso em uma constante reprodução do colonialismo, frequentemente mascarando as contradições de gênero, raça/etnia e classe na sociedade. Segundo Puar (2017), o homonacionalismo manifesta-se de duas formas: por meio dos Estados-nações e pelo mercado. Portanto, compreender esse fenômeno exige uma análise que considere múltiplos determinantes sociais, integrando-o à lógica da reprodução constante do imperialismo internacional do capital e das formas de imposição de culturas normalizadoras centradas na heteronormatividade e nas políticas neoliberais historicamente pautadas pela cultura do consumo.

Os espaços de mercado voltados para o público LGBTI+, em sua grande parte, estão inseridos na lógica da sociabilidade capitalista – produção, consumo, distribuição e troca (MARX, 2011). No entanto, são também espaços de contradições, de sociabilidades, encontros e uma diversidade que não pode ser reduzida ao ponto de vista economicista das relações sociais. Trata-se de um mercado que também é um fenômeno internacional e complexo, uma vez que desempenha diversas funções estratégicas e contraditórias no modo de ser do capitalismo. De tal modo, observa-se uma diversificação do seu caráter de expansão a partir das distintas realidades.

Este texto é resultado de uma pesquisa, parte integrante do estudo de uma tese de doutorado que explorou o conceito em tela, ainda pouco disseminado no contexto acadêmico brasileiro. Inicialmente, discute-se o conceito de homonacionalismo e *pinkwashing* diante do neoliberalismo. Na segunda parte, apresentam-se os dados relativos ao homonacionalismo produzido por Israel em relação à Palestina e às violações de direitos desses povos. Dessa forma, busca-se contribuir para a compreensão mais aprofundada de como o homonacionalismo permeia os espaços de mercado, especialmente no contexto do *pinkwashing* e de sua relação com a questão palestina.

O HOMONACIONALISMO DE MERCADO EM TEMPOS NEOLIBERAIS: O *PINKWASHING*

O objetivo inicial deste texto é abordar os aspectos da lógica mercantil que fundamentam o homonacionalismo e como, em determinados países, o mercado é utilizado como estratégia de “progresso” e conquistas para a população LGBTI+. No entanto, tal abordagem pode também servir como uma maneira de “lavar” a imagem de Estados violadores de direitos humanos para certas populações, como é o caso de Israel em relação à ocupação na Palestina. É importante destacar que o homonacionalismo de mercado está intrinsecamente ligado ao regime de Estado-nação, sendo o primeiro indissociável do segundo.

Para compreender essa categoria, é crucial examinar o contexto em que se desenvolve. Conforme ressaltado por Puar (2013), o termo homonacionalismo não é óbvio nem fácil de ser encontrado. Trata-se de uma discussão que tem sido pouco difundida no Brasil, tanto em traduções da autora quanto por pesquisadores locais que abordam o fenômeno. No entanto, a discussão vem ganhando forças entre alguns pesquisadores e pesquisadoras em âmbito nacional. De acordo com Puar (2015),

[...] o homonacionalismo é fundamentalmente uma crítica à forma como os discursos dos direitos liberais de lésbicas e gays produzem narrativas de progresso e modernidade que continuam a conceder a algumas populações o acesso a formas culturais e legais de cidadania, em detrimento do abandono parcial e integral dos direitos das restantes populações (2015, p. 299).

A autora se propõe a compreender o homonacionalismo, atravessado por diversas peças que dão sentido à manifestação do fenômeno. Os fragmentos que compõem este amplo processo de expressões incluem disputas ideológicas por direitos, neoliberalismo, posicionamentos políticos e ideológicos dos Estados, mercado, nacionalismo e Estados nacionais. Segundo Puar, o homonacionalismo é um processo, não um evento ou atributo, de modo que designa uma mudança histórica na produção de Estados-nação a partir da insistência na heteronormatividade como forma de aumentar a inclusão da homonormatividade (PUAR, 2015, p. 299-300).

No contexto internacional, a conceituação sobre o homonacionalismo foi construída por Jasbir Puar em 2007, com destaque para a obra

“Ensamblajes terroristas: el homonacionalismo en tiempos queer”. Na referida obra, Puar (2017) define o homonacionalismo como uma estratégia dos Estados nacionais para garantir direitos para gays e lésbicas em prol do progresso e patriotismo, ao mesmo tempo em que outras populações têm seus direitos sociais violados. Além disso, a autora destaca que o homonacionalismo é articulado por várias dimensões, como políticas homonormativas, *pinkwashing*, mercado de consumo, entre outras.

A dimensão mercadológica do homonacionalismo tem como um de seus principais fenômenos aquilo que se conceituou como *pinkwashing*. São dois conceitos que se inter-relacionam, cujo termo pode ser traduzido literalmente como “lavagem rosa”. Conforme Puar (2015), trata-se de um processo que é uma peça central no mosaico do homonacionalismo. Schulman (2011) caracterizou o *pinkwashing* como um mecanismo ideológico utilizado por empresas, instituições, organizações e até mesmo pelo Estado com o objetivo de projetar uma imagem progressista associada à defesa dos direitos de um determinado segmento social (neste caso, a população LGBTI+), ao mesmo tempo em que outras populações têm seus direitos violados.

Em tal contexto, é comum que empresas privadas adotem medidas de incentivo à “responsabilidade social” e à inclusão de pessoas LGBTI+ em seus setores, ao mesmo tempo em que enfrentam inúmeros processos judiciais e trabalhistas, como no caso da Uber.⁵ Neste sentido, Puar (2017) aborda o conceito de homonacionalismo de mercado, ao compreender os gastos homonacionais de gays e lésbicas no turismo, destacando o poder aquisitivo e o consumo em abundância. Além disso, a abordagem econômica do homonacionalismo está intrinsecamente ligada ao Estado neoliberal, centrando-se na ótica do consumo.

O neoliberalismo é mais que uma ideologia ou um conjunto claramente definido de políticas tais como privatização, liberalização financeira e das importações ou ataque coordenado ao Estado de bem-estar social. Concebe-se o neoliberalismo, aqui, como o sistema de acumulação dominante (ou seja, o estágio atual, a etapa ou o modo de existência do capitalismo contemporâneo) (SAAD & MORAIS, 2018, p. 96).

5 HONÓRIO, G.; NICOCELLI, A. (2023). Justiça condena Uber a pagar R\$ 1 bilhão e assinar carteira de trabalho de todos os motoristas: ‘valor irrisório’, diz juiz. G1 SP. São Paulo, 15/09/2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/09/15/justica-condena-uber-a-pagar-r-1-bilhao-e-assinar-carteira-de-trabalho-de-todos-os-motoristas-valor-irrisorio-diz-juiz.ghtml>>. Acesso em: 11 dez. 2023.

É diante desse processo de acumulação que a ideologização do homonacionalismo fundamentada no consumismo surge a partir das transformações societárias contemporâneas, com a ampliação da mercantilização de serviços para esse público. Dessa forma, há um aumento na acumulação de capitais para determinadas empresas, além de uma salvaguarda da imagem de progresso em certas localidades, mas que mantém a matriz heterossexual como regime político e econômico, conforme discorre Witting (2005).

Igualmente, o que vigorou após as crises sucessivas do capitalismo foi a lógica das privatizações do bem comum, da financeirização da economia e da apropriação do fundo público do Estado, da reestruturação do mercado e do trabalho na contemporaneidade. São, de acordo com Harvey (2014), formas fundantes para a manutenção e a garantia das taxas de lucro do capital em tempos de colapso, que sempre busca a estratégia de restauração e reprodução ampliada desse sistema, “seja no acúmulo do capitalismo comercial ou na alta rotatividade do capitalismo financeiro especulativo, [pois] o que todos os atores que compõem o mercado sempre almejam é o lucro. Portanto, é esse o motivo principal da concorrência” (CARVALHO, 2011, p. 143).

Um elemento central nesse modelo está relacionado à mercadificação de tudo o que possa ser comercializado e objetificado.

A mercadificação da sexualidade, da cultura, da história, da tradição; da natureza como espetáculo ou como remédio; a extração de renda monopolista da originalidade, da autenticidade e da peculiaridade (de obras de arte, por exemplo) – todas essas coisas equivalem a atribuir um preço a coisas que na verdade jamais foram produzidas como mercadorias (HARVEY, 2014, p. 179).

O capital se nutre da intensa saturação da venda e compra da força de trabalho, da precarização de trabalhadores em condições de servidão e da comercialização de mercadorias produzidas por esses sujeitos, bem como de novas modalidades de serviços destinados a atender às necessidades físicas ou psicológicas da sociedade. Como Marx destacou: “a natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão. Tampouco se trata aqui de como a coisa satisfaz a necessidade humana” (2017, p. 113).

Com um modelo de sociabilidade centrado na constante mercantilização, tudo pode ser transformado em produto e comercializado, sendo o lucro a modalidade central dessa relação social. Isso inclui diversos espaços de lazer LGBTI+. Na sociedade neoliberal contemporânea, essa fetichização é aprofundada pelo estímulo constante ao consumismo, na busca incessante por serviços individuais que satisfaçam os desejos pessoais. Nunan (2003) destaca que, de maneira mais intensa nos anos de 1970, surgiu um mercado de consumo voltado para pessoas LGBTI+, sendo que o capitalismo se apropriou desses novos setores econômicos, oferecendo uma infinidade de mercadorias e serviços para o referido público, dentro dos padrões da sociedade capitalista.

Entretanto, é crucial compreender que tais espaços de consumo, em suas territorialidades de sociabilidades, são marcados por contradições, segmentações e hierarquizações no acesso ao lazer. Entender todos esses aspectos em sua totalidade é um desafio difícil e complexo, indo além da mera visão “economicista” desse consumismo. Eribon (2008) destaca as transformações sociais que permitiram um maior adensamento desses espaços, como a substituição de bares escondidos por estabelecimentos mais visíveis e ostensivos.

São mudanças sociais que não negam o papel central do capitalismo nesse comércio de lazer, mas também refletem um amplo movimento de luta por visibilidade desses sujeitos. Anteriormente, frequentar esses locais era muitas vezes uma atividade clandestina, uma vez que havia o receio de prisões e hostilidades pela polícia ou de descoberta pelos familiares. São as contradições expressas deste mundo em transformação:

[...] toda a história dessa sociabilidade e desse “mundo” que os homossexuais construíram ao longo do século, que deve ser levada em consideração hoje, se quisermos analisar o que é “comunidade” gay, cuja simples evocação parece fazer tremerem de horror os conformistas de todas as obediências. Pois essa sociabilidade, de que é tão fácil hoje de denunciar os efeitos de uniformidade e a invasão pela comercialização, teve primeiramente, e tem sempre, um valor emancipador, pela possibilidade que oferece aos jovens gays (e às lésbicas) de acelerar o processo de aceitação de si (ERIBON, 2008, p. 42).

O homonacionalismo de mercado surge no contexto mencionado como uma forma de reconhecer as potencialidades de consumo de gays e lésbicas, além de representar uma perspectiva ideológico-política. Isso impulsiona o desenvolvimento de uma extensa rede de serviços destinados à referida comunidade, estruturada pela mercantilização, o que promove a ideia de progresso, diversidade, pluralidade e respeito para com a citada população em espaços que anteriormente discriminavam tais indivíduos.

Conforme Drucker, “a emergência de camadas pequeno-burguesas fomentou a propagação de vidas gays relativamente confortáveis, normalizadas, em um canto tolerado do mundo heteronormativo” (2017, p. 204). Em outras palavras, os espaços mercantilizados voltados para a comunidade LGBTI+ funcionam como um campo de contradições, podendo servir como um “canto de sereia” e, ao mesmo tempo, como espaços de resistência à lógica da heteronormatividade. Tais territórios não são homogêneos, pois são normalizados, mas também são locais de contestação e subversão por aqueles que desestabilizam as normas binárias de gêneros e sexualidades, resultando em uma hierarquização/segmentação complexa.

Tais ambivalências são evidentes em diversos países, sendo parte intrínseca da lógica do sistema capitalista, que não opera isoladamente. Ele requer e está vinculado a outras dimensões de domínio para poder sobreviver.

Referindo-se ao contexto mencionado, Puar (2017) destaca que, expressivamente, o avanço dos movimentos LGBTI+, que pautam demandas e necessidades sociais pelo mercado e pelo Estado, é parte de uma agenda neoliberal de tais sujeitos no contexto dos Estados Unidos, de Israel e alguns países da Europa, sendo um fruto de:

[...] uma estrutura econômica neoliberal acomodacionista [que] cria o *marketing* de nicho de diversos grupos étnicos e minoritários, normalizando a produção de uma indústria do turismo gay e lésbico assente na distinção discursiva entre destinos simpatizantes gays e destinos não simpatizantes gays. A maior parte dos países que aspiram a formas de modernidade ocidental ou europeia possui, atualmente, campanhas de *marketing* de turismo gay e lésbico (PUAR, 2015, p. 306).

Diversos países investiram no turismo direcionado para a comunidade LGBTI+, transformando algumas cidades em rotas internacionais

consideradas potenciais mercados “gay friendly”, concebidos hegemonicamente para a comercialização do lazer voltado para gays e lésbicas. Puar destaca que “a emergência do consumidor gay aparece como mediação deste status marginal; por uma parte, este novo consumidor está no ponto de referência de uma indústria homossexual que não tem filhos, disponíveis de grandes ingressos” (2017, p. 44-45).

Muitos indivíduos desse grupo veem no turismo seu principal mercado de serviços, gerando uma significativa rotatividade econômica. No entanto, a abordagem cria um modelo de classificação entre países que possuem abertura para tais sujeitos, incentivando espaços *friendly*, enquanto por vezes desqualifica, de forma pejorativa e etnocêntrica, os países que não adotam tal abertura, além de invisibilizar aqueles que resistem politicamente nesses territórios (PUAR, 2017).

Conforme observado por Puar (2017), a descriminalização da “homossexualidade” tem se expandido em diversos países ocidentais, fortalecendo o mercado de consumo destinado ao referido público. Nos Estados Unidos, em particular, o *marketing* voltado para o turismo, restaurantes, bares e boates LGBTI+ tornou-se uma das principais estratégias de consumo e lucratividade. No entanto, também se transformou em um mecanismo de “lavagem rosa” dos Estados-nações, por intermédio do *pinkwashing*, estratégia de *marketing* amplamente utilizada por países como Israel e Estados Unidos.

Segundo Bento (2018), tal campanha de promoção foi financiada por Israel e desenvolvida pelo grupo de *marketing* Brand Israel. Portanto, Schulman argumenta que

o crescente movimento gay global contra a ocupação israelense denominou essas táticas de “lavagem rosa”: uma estratégia deliberada para ocultar as violações contínuas dos direitos humanos dos palestinos por trás de uma imagem da modernidade significada pela vida gay israelense. Aeyal Gross, professor de Direito da Universidade de Tel Aviv, argumenta que “os direitos dos gays se tornaram essencialmente uma ferramenta de relações públicas”, embora “os políticos conservadores e especialmente religiosos continuem ferozmente homofóbicos” (2011, p/s).

Schulman (2016) explica que o conceito de *pinkwashing* já era empregado por diversos grupos. A autora acrescenta que, em 2010,

ativistas LGBTI+ denunciavam campanhas de combate à corrupção de empresas que utilizavam a mesma estratégia para angariar recursos para campanhas sociais. Ela ainda esclarece que a expressão foi cunhada em 1985 pela Breast Cancer Action para identificar empresas que afirmavam apoiar mulheres com câncer de mama, enquanto, na realidade, lucravam com a doença (Idem, 2016).

Por outro lado, de acordo com Puar (2017), frações dos movimentos LGBTI+ que possuem dissidências liberais nesses países frequentemente reduzem as pautas dessas organizações, concentrando-se exclusivamente na questão da sexualidade sob a perspectiva do nacionalismo sexual. Em alguns casos, tais coletivos são contrários aos direitos dos imigrantes e têm posições políticas em defesa das ocupações israelenses em territórios palestinos. Puar destaca que, em contraste com a homofobia retrógrada dos palestinos, a lavagem cor-de-rosa tornou-se um rótulo frequentemente utilizado para se referir à promoção cínica dos organismos LGBT como sendo representativos da democracia israelense (PUAR, 2015, p. 306).

A QUESTÃO PALESTINA E O HOMONACIONALISMO: UMA QUESTÃO PARADOXAL

A imagem emblemática a seguir ilustra como a manifestação do homonacionalismo se concretiza na realidade em sua relação com o *pinkwashing*. A fotografia foi compartilhada nas redes sociais pelo soldado Yoav Atzmoni, que exibe a bandeira LGBTI+ na Faixa de Gaza durante os conflitos entre Israel e a Palestina em outubro de 2023. A foto foi capturada como uma maneira de desafiar as leis anti-LGBTI+ do território, conforme afirmou Yoav ao jornal The Post. No entanto, o gesto indignou os militantes dos direitos LGBTQIA+ dentro e fora do mundo árabe. A bandeira arco-íris “não tem absolutamente nada a ver com esta guerra”, protestou à AFP Nas Mohamed, fundador da Alwan, que milita pelos direitos LGBTQIA nos países do Golfo (AFP, 2023).

Para se compreender a manifestação do homonacionalismo de mercado por intermédio do *pinkwashing* na região, é essencial explorar a diáspora dos povos palestinos e sua relação conflituosa com Israel. O que aconteceu nesse território? Qual é a origem do conflito e por que Israel emprega uma política sexual nacionalista para justificar a ocupação na área?



Fonte: ATZMONI, Yoav (2023). *Fotografia que exhibe a bandeira LGBTI+ na Faixa de Gaza durante os conflitos entre Israel e a Palestina em outubro de 2023.* Disponível em: <<https://queer.ig.com.br/2023-11-14/soldado-gay-israelense-exibe-bandeira-lgbtq-em-gaza-durante-conflito.html>>. Acesso em: 16 nov. 2023.

Inicialmente, estas linhas buscam contextualizar os principais eventos históricos da ocupação, com ênfase nos anos de 1947, 1948 e 1967,⁶ a fim de embasar a discussão sobre a catástrofe *Nakba* na Palestina. É crucial ter em mente que os referidos anos são fundamentais na história do território palestino, marcados por conflitos complexos. Dentro das limitações deste texto, abordaremos apenas os principais acontecimentos e os aspectos sócio-históricos e políticos relacionados à ocupação por Israel, a fim de que se possa compreender como o homonacionalismo opera pelo mercado com o respaldo do Estado.

Na cronologia de Pappé (2018), o autor observa que, em meados de 1878, tiveram início as primeiras migrações de judeus para o território palestino. Naquela época, aproximadamente 25 mil judeus oriundos do leste europeu já haviam chegado, com o objetivo de territorializar e ocupar a região. É crucial ressaltar que, antes da ocupação da Palestina, o território abrigava uma diversidade étnico-cultural, sustentada por um próspero comércio e uma agricultura em amplo desenvolvimento, além de uma rica cultura artística. Nas palavras de Pappé, “quando

⁶ Apesar dessas limitações, para uma análise mais profunda sobre a questão palestina, recomenda-se a leitura das obras de Ilan Pappé (2018) e E. Said (2012), que oferecem uma perspectiva crítica sobre o referido conflito.

o movimento sionista começou suas operações de limpeza étnica na Palestina, no início de dezembro de 1947, o país tinha uma população ‘mista’ de palestinos e judeus. Os palestinos perfaziam uma maioria de dois terços” (2018, p. 49).

Considerando-se o exposto, a Palestina fazia parte do território denominado Grande Síria até a Primeira Guerra Mundial. Conforme Montenegro (2007), a chamada “Cidade Santa” estava localizada em Jerusalém, abrigando as três principais religiões do território: Judaísmo, Cristianismo e Islamismo, representadas pelos livros sagrados Torá, Bíblia e Alcorão, respectivamente. São religiões que coexistiam pacificamente, em locais que continuam sendo atrações turísticas para diversas comunidades religiosas até os dias de hoje. A “Palestina era originalmente uma solução inglesa, mas se tornou a peça central da política sionista a partir de 1937; antes disso, os ingleses colocaram diversas opções, notadamente a criação de um estado binacional, que os judeus rejeitaram” (PAPPÉ, 2018, p. 50).

É imprescindível observar o que Montenegro (2007) aponta: com o término da Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou, durante a assembleia de 29 de novembro de 1947, o Plano de Divisão da Palestina, segundo o qual seria criado um Estado para os povos árabes (os palestinos) e um Estado para os judeus. Em 14 de maio de 1948, foi proclamado o Estado de Israel.

Porém, a marcha da ocupação territorial não foi pacífica. A cartografia desenvolvida na obra de Ilan Pappé (2018) traz uma dolorosa e profunda visão da limpeza étnica realizada por Israel para a usurpação do território palestino. Diversas casas foram ocupadas, saqueadas e destruídas por meio das operações executadas pelo exército israelense, ocorrendo massacres e mortes contra civis, crianças, mulheres e idosos. “Enquanto a versão sionista/israelense alega que a população local saiu ‘voluntariamente’, os palestinos falam da ‘catástrofe’, a Nakba, que se abateu sobre eles, o que em algum sentido é um termo furtivo, por se referir mais ao desastre em si” (PAPPÉ, 2018, p. 19).

Tendo em vista todos os ataques e massacres contra os povos palestinos, a ONU instituiu, em 1950, a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA). De acordo com Said (2012), sua finalidade central era resguardar os direitos humanos dos povos palestinos e garantir o retorno dessas

famílias para suas terras, o que muitos palestinos não conseguiram até o presente momento. Said nos alerta que os “órgãos internacionais e a UNRWA foram criados para auxiliar no problema específico dos refugiados palestinos em seu principal local de exílio, embora seu principal objetivo sempre tenha sido manter os palestinos a passo da independência política” (2012, p. 151).

A Resolução nº 194, de 11 de dezembro de 1948, da ONU, que se refere ao retorno dos palestinos para suas terras e casas, não se materializou. Tais violações vêm ocorrendo há mais de 70 anos por Israel, com a negação do acesso às suas moradias e perseguições contra crianças e jovens (SAID, 2012; PAPPÉ, 2018). Os palestinos vivem sitiados em seus próprios territórios, conforme o relato da pesquisadora Berenice Bento: “Muitos dos palestinos com quem conversei, moradores de campos de refugiados, conseguem apontar o local das casas de parentes que foram roubadas pelo Estado de Israel. Muitos ainda guardam as chaves de suas casas” (2017, p. 527).

Outro fator histórico na configuração do território da Palestina teve início a partir de 1967. A região foi delineada como um território localizado no Oriente Médio, compreendendo a Cisjordânia, a Faixa de Gaza e Jerusalém Oriental, com a demarcação ocorrendo após a Guerra dos Seis Dias, que resultou na diminuição progressiva dos territórios palestinos. Desde então, os povos palestinos “estão submetidos à ocupação imposta por Israel: um período longo, que vem suscitando fenômenos novos e constrangedores, assim como formas de exclusão e de pobreza que significam uma ruptura em sua história” (MONTE-NEGRO, 2007, p. 175).

Esses dois marcos históricos são fundamentais para a compreensão de como o povo palestino vive na contemporaneidade. Sujeitos à própria sorte, eles estão imersos em diversas desigualdades sociais e econômicas. Como afirma Montenegro (2007), essas pessoas foram transformadas em refugiadas em suas próprias terras: “o confinamento fantásticamente cruel de 1,3 milhão de pessoas, apertadas como sardinhas humanas na Faixa de Gaza, além dos quase 2 milhões de residentes palestinos da Cisjordânia, não tem paralelos nos anais do *apartheid* ou do colonialismo” (SAID, 2014).

É nesse cotidiano que Israel fomenta internacionalmente uma imagem de progresso por meio do *marketing* mundial da cidade de Tel

Aviv, apresentando-a como o paraíso “gay” do Oriente Médio. Em face do *pinkwashing*, que busca limpar a imagem da catástrofe *Nakba*, as palavras de Puar ressaltam que “Israel é pioneiro do homonacionalismo, uma vez que a sua posição particular no cruzamento do colonialismo, da ocupação e do acomodacionismo neoliberal proporciona as condições perfeitas para a normalização da homossexualidade” (2015, p. 306).

O turismo internacional LGBTI+ em Tel Aviv tornou-se uma das principais estratégias das grandes empresas voltadas para os aspectos de sociabilidade da referida comunidade. No entanto, também tem sido utilizado como principal instrumentalização desses sujeitos em face do *pinkwashing* para Israel, na promoção dos direitos dessa comunidade, para lavar a imagem negativa do Estado opressor. Essa forma de publicidade israelita conta com o apoio dos Estados Unidos, “país que está disposto a investir vários milhões de dólares numa campanha de relações públicas (usando astros como Zubin Mehta, Yitzhak Pearlman e Amós Oz) para melhorar ainda mais sua imagem” (SAID, 2014).

Além de ser uma estratégia de campanhas internacionais por empresas que objetivam taxas de lucratividade, o *pinkwashing* possui dois fatores ideológicos que se estabelecem, segundo Puar (2015): primeiro, por sua relação com os Estados Unidos; segundo, por promover uma forte política de lavagem cor-de-rosa, “definida como a utilização, pelo Estado israelita, do seu excelente historial de direitos LGBT como forma de desviar as atenções e, em alguns casos, justificar ou legitimar a sua ocupação da Palestina” (PUAR, 2015, p. 306).

Diante das leituras, pode-se afirmar que se criou uma visão em torno de Israel como um país do Oriente Médio que promove a cidadania LGBTI+. Conforme destaca Bento (2018), Tel Aviv foi considerada como “a terra prometida do arco-íris”; porém, isso é fruto de uma forte prática de perseguição do Estado hebreu à Palestina. Muitas dessas perseguições são promovidas por uma narrativa que justifica que os árabes são homofóbicos e que não respeitam os direitos de orientação sexual e de gênero dos/as palestinos/as. Foi por intermédio dessa estratégia contemporânea que, a partir do acionamento da política sexual, os membros do Estado israelita justificam sua atuação como um dos motivos para a ocupação contemporânea.

Bento (2018) destaca que, desde 2005, após a segunda intifada, com fortes ataques violentos de Israel contra o território palestino, a imagem

do Estado israelita ficou manchada internacionalmente. Segundo a autora, foi por essa visão que a então ministra dos Assuntos Estrangeiros, Tzipi Livni, promoveu uma forte campanha para impulsionar as políticas LGBTI+ na região. Por meio de intensas campanhas em 2012, a cidade de Tel Aviv foi considerada a capital internacional do turismo LGBTI+:

[...] o *site* de notícias israelense Ynet informou que o Conselho de Turismo de Tel Aviv havia iniciado uma campanha de cerca de US\$ 90 milhões para marcar a cidade como “um destino internacional de férias gays”. A promoção recebeu apoio do Ministério do Turismo e dos Consulados de Israel no exterior e inclui representações de jovens casais do mesmo sexo e financiamento para projeções de filmes pró-israelenses em festivais de filmes gays e lésbicos nos Estados Unidos (SCHULMAN, 2011).

Para materializar tal realidade, a primeira promoção deu-se no campo do turismo, patrocinado pelo Estado: “(...) desde então, jornalistas ocidentais são convidados oficiais do Estado para visitar a cidade. O número de turistas na Parada Gay de Tel Aviv passou de 7 mil em 2006 para 35 mil em 2017. Em 2018, este número chegou a 250 mil pessoas” (BENTO, 2015). Isso representa a real lavagem cor-de-rosa israelita, além do fato de que

a história homonacionalista de Israel [...], a ascensão dos direitos LGBT em Israel e o aumento da mobilidade para gays e lésbicas desenvolvem-se em paralelo com o aumento simultâneo da segregação e a diminuição da mobilidade das populações palestianas, sobretudo pós-Oslo. [...] O surgimento dos direitos gays em Israel teve início mais ou menos ao mesmo tempo em que [houve] a primeira intifada, tendo os anos 90 ficado conhecidos como a “década gay” de Israel (PUAR, 2015, p. 306).

Outro elemento que corrobora a hipótese para se compreender o fenômeno está relacionado com a geografia israelita, que estabelece limites fronteiriços compartilhados com os seguintes países, territórios e regiões: ao Norte, o Líbano; ao Nordeste, a Síria e as colinas de Golã; ao Leste, a Cisjordânia e a Jordânia; e, no Sudoeste, o Egito e a Faixa de Gaza (OLIVEIRA, 2019). Ressalta-se que, de acordo com a ótica ocidentalista, tais territórios são considerados extremamente intolerantes

em relação aos direitos civis da comunidade LGBTI+. Uma das principais retóricas referentes ao citado processo dá-se pelo fato de que, nessa vasta região, somente em Israel e na Turquia a “homossexualidade” não é criminalizada; no entanto, o Estado israelita proíbe que pessoas palestinas LGBTI+ se mobilizem.

Os aspectos geopolíticos do citado território levaram Israel a obter, por meio do *marketing* e da forte promoção dos direitos humanos LGBTI+, uma concepção falaciosa de Estado provedor dessa comunidade e a utilizar a referida narrativa para manter a ocupação nos territórios palestinos, com um intenso controle pelo exército na região. Neste sentido, os palestinos LGBTI+ “argumentam que o facto de a sociedade palestiniana ser ou não ser homofóbica é irrelevante e que a questão da homofobia na sociedade palestiniana não está relacionada com o facto de que a ocupação tem de acabar” (PUAR, 2015, p. 309).

Israel é, de fato, uma democracia para a comunidade LGBTI+? Trata-se do principal questionamento levantado por Bento (2018), ao analisar a realidade dessa comunidade no Estado israelita. Os fundamentos destacados por Puar (2017) atuam de forma mais intensa a confirmar que Israel é um país homonacionalista, principalmente devido à forte conexão desse país com os Estados Unidos, dada a excepcionalidade sexual construída pelos EUA. Ao mesmo tempo em que se afirma uma política em defesa do Estado israelita como promotor dos direitos LGBTI+, diversas contradições se expressam no referido território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fundamental expressar a solidariedade ao povo palestino contra os ataques colonialistas impetrados por Israel contra a Faixa de Gaza. O ano de 2023 revela-se extremamente desafiador para o povo palestino, marcado por bloqueios na Faixa de Gaza e incursões que resultaram na destruição de vários hospitais, casas, escolas e o comércio local. Inúmeras vidas, incluindo as de crianças, mulheres e idosos, foram ceifadas pela máquina de guerra israelense. O mundo observa impotente a situação no Oriente Médio, enquanto o Estado sionista perpetua a violência em um território já assolado pela miséria. Apesar dessa tragédia, diversos países têm se unido em protestos em defesa da paz, juntando-se a partidos, movimentos sociais e sindicatos, solidarizando-se contra as atrocidades cometidas por Israel.

Na pesquisa desenvolvida por Puar (2017), o homonacionalismo nos Estados Unidos e em Israel e sua ocupação na Palestina foram analisados mediante o viés do *pinkwashing*, de modo a evidenciar como a comunidade LGBTI+ é instrumentalizada na defesa nacionalista do Estado israelita, com base na narrativa de que os árabes são homofóbicos e, por tal razão, é preciso resguardar os direitos violados da referida comunidade. É necessário entender o Estado-nação como um campo de correlações de forças, sendo que o processo homonacionalizador é uma dessas expressões. Portanto, é no chão do neoliberalismo e do neoconservadorismo que se movimenta esse fenômeno, que ainda é novo, mas é ideológico e se materializa no plano das lutas e disputas por direitos socialmente conquistados, mas que tem criado força internacionalmente nas suas múltiplas formas.

Em síntese, é preciso ressaltar que as lutas por direitos LGBTI+ são necessárias; no entanto, como discorre Angela Davis (2018), elas devem estar entrelaçadas a uma luta que articule as questões de gênero, sexualidade, etnia, raça, nacionalidade, capacidades e territorialidades, de maneira que ultrapassem a perspectiva individualista dos direitos. Melhor dizendo, é necessário fortalecer as lutas progressistas transnacionalmente. Como exemplo, a autora convoca a pensar a realidade dos povos palestinos oprimidos, explorados pelo Estado israelita com o apoio econômico e político dos Estados Unidos. É necessário apoiar o movimento conhecido como Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS) (em inglês: *Boycott, Divestment and Sanctions*) contra Israel e a sua política homonacionalista. Afinal, somente com a imbricação das lutas poderemos romper com a referida normalidade posta pelos Estados-nações imperialistas.

REFERÊNCIAS

AGENCE FRANCE-PRESSE (AFP) (22 de novembro de 2023). **Imagem de soldado gay em Gaza relança debate sobre ‘pinkwashing’ em Israel**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/mundo/imagem-de-soldado-gay-em-gaza-relanca-debate-sobre-pinkwashing-em-israel/>>. Acesso em: 12 dez. 2023.

ADAMOR, J. (2023, 7 de novembro). **Massacre de Israel contra palestinos completa um mês com 10 mil mortos; situação tende a piorar, segundo analistas**. Brasil de Fato. Botucatu (SP). Disponível

em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/11/07/massacre-de-israel-contra-palestinos-completa-um-mes-com-10-mil-mortos-situacao-tende-a-piorar-segundo-analistas>>. Acesso em: 19 nov. 2023.

BENTO, Berenice. **“Pinkwashing à brasileira”**: do racismo cordial à LGBTTTfobia cordial. *Revista Cult*, 2015. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/pinkwashing-brasileira-do-racismo-cordial-lgbtffobia-cordial/>>. Acesso em: 18 abr. 2019.

BENTO, Berenice. Ilán Pappé: história e verdade. *Contemporânea*, v. 7, n. 2, p. 523-528, jul.-dez. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4322/2316-1329.048>>. Acesso em: 21 mar. 2022.

BENTO, Berenice. **Pinkwashing**: a terra prometida do arco-íris. *Sexuality Policy Watch*, 2018. Disponível em: <<https://sxpolitics.org/ptbr/pinkwashing-a-terra-prometida-do-arco-iris/8879>>. Acesso em: 18 abr. 2019.

CARVALHO, Juliana Maria de Almeida. Poder no Mercantilismo e no Neoliberalismo: Uma introdução comparativa sob a luz da intervenção estatal. *Revista de Geopolítica*, Ponta Grossa (PR), v. 2, nº 1, p. 137-145, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/27>>. Acesso em: 8 nov. 2021.

DRUCKER, Peter. A normalidade gay e a transformação queer. *Cadernos Cemarx*, nº 10, 2017.

DUGGAN, Lisa. **The new homonormativity**: the sexual politics of neoliberalism. *In: Materializing democracy: toward a revitalized cultural politics*. Russ Castronovo y Dana Nelson (eds.). Durham: Duke University Press, 2004.

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTENEGRO, Ana Maria Maciel. Viver e trabalhar em território ocupado: a Palestina e seu povo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 20, n. 49, p. 135-149, jan./abr., 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-49792007000100011>>. Acesso em: 22 mar. 2022.

NUNAN, Adriana. **Homossexualidade**: do preconceito aos padrões de consumo. Rio de Janeiro: Editora Caravansarai, 2003.

OLIVEIRA, João Manoel de. Cidadania sexual sob suspeita: uma meditação sobre as fundações homonormativas e neo-liberais de uma cidadania de “consolação”. **Psicologia & Sociedade**; 25(1): 68-78, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-71822013000100009>>. Acesso em: 10 dez. 2021.

OLIVEIRA, Tibério Lima. O homonacionalismo na sociabilidade do consumo de lazer LGBTI+. Fortaleza (CE). Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade de Brasília, 2022.

OLIVEIRA, Flávia Belmont de. **Por que o queer?** Analisando o disciplinamento das identidades LGBT como manutenção do status quo. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2019.

PAPPÉ, Ilan. **A limpeza étnica da Palestina**. São Paulo: Sundermann, 2016.

PUAR, Jasbir K. **Keynote from the Homonationalism and Pinkwashing Conference**. In: CLAGS: The Center for LGBTQ Studies, 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3S1eEL8EIDo&t=1152s>>. Acesso em: 2 ago. 2021.

PUAR, Jasbir K. Homonacionalismo como mosaico: viagens virais, sexualidades afetivas. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, vol. 3, n. 1, pp. 297-318, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.21814/rlec.98>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

PUAR, Jasbir K. **Ensamblajes terroristas**. El homonacionalismo en tiempos queer. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2017.

SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. **Brasil**: neoliberalismo versus democracia. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.

SAID, Edward W. **A questão palestina**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

SAID, Edward W. A ocupação é atrocidade. Blog da Boitempo, 2014. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2014/07/21/a-ocupacao-e-a-atrocidade>>. Acesso em: 11 abr. 2020.

SCHULMAN, Sarah. **Israel and ‘Pinkwashing’**. The New York Times, 2011. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2011/11/23/opinion/>>

pinkwashing-and-israels-use-of-gays-as-amessaging-tool.html>. Acesso em: 18 abr. 2019.

SCHULMAN, Sarah. **A Documentary Guide to Pinkwashing**. Huffpost, 2016. Disponível em: <https://www.huffpost.com/entry/israel-pinkwashing_b_1132369>. Acesso em: 18 abr. 2019.

WITTIG, Monique. **O Pensamento Hétero** (1980). Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/162603/Wittig,%20Monique%20O%20pensamento%20Hetero_pdf.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2015.

SER Social

SEXUALIDADES, LUTAS E DIREITOS
DA POPULAÇÃO LGBTQIA+

Brasília (DF), v. 26, nº 54, de janeiro a junho de 2024

LGBTQIAPN+fobia familiar em registros oficiais: uma análise de dados no Estado de Sergipe anteriores à criminalização da homofobia no Brasil

Familiar LGBTQIAPN+phobia in official records: an analysis of data in the State of Sergipe prior to the criminalization of homophobia in Brazil
LGBTQIAPN+fobia familiar en registros oficiales: un análisis de datos en el Departamento de Sergipe previo a la criminalización de la homofobia en Brasil

Moisés Santos de Menezes¹

<https://orcid.org/0000-0002-0761-2507>

Bruna Andrade Irineu²

<https://orcid.org/0000-0003-1158-5000>

Recebido em: 20/07/2023

Aprovado em: 24/01/2024

1 Professor auxiliar do Instituto Superior de Serviço Social do Porto (ISSSP), Portugal. Pós-doutorando do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC). Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/Rio). Mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Especialista em Direito Infantojuvenil pela UFS. Bacharel em Serviço Social pela Faculdade José Augusto Vieira (FJAV). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/7105851457043910>>. E-mails: <moises.menezes@issp.pt> e <moisesmenezes@gmail.com>.

2 Bolsista de produtividade em pesquisa PQ-2 do CNPq. Professora adjunta IV do Departamento de Serviço Social e do PPG de Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Bacharel em Serviço Social pela UFMT. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/8676883646497204>>. E-mails: <bruna.irineu@ufmt.br> e <brunairineu@gmail.com>.

Resumo: Neste artigo, a LGBTQIAPN+fobia familiar é discutida a partir de registros oficiais nos boletins de ocorrência (BO) em delegacias da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Sergipe (SSP/SE) entre 2015 e 2018, período que antecede a aprovação da criminalização no Brasil. A partir de 14 casos de violências contra pessoas LGBTQIAPN+ perpetradas por pais e mães das vítimas, verifica-se como tais violências se apresentam, além de suas principais características e consequências. Cotejando produções teóricas recentes, indaga-se sobre permanências e/ou mudanças no cenário da LGBTQIAPN+fobia familiar após a tipificação da referida conduta como crime. No ano de 2019, a criminalização da LGBTQIAPN+fobia no Brasil foi sancionada; todavia, observam-se diversas barreiras para o seu reconhecimento institucional (BULGARELLI *et al.*, 2021). Dentre elas, destaca-se a relativização do discurso de ódio em nome da liberdade de expressão, conduta estimulada por entidades religiosas e lideranças políticas conservadoras, somadas às hierarquias sociais que tradicionalmente configuram a seara familiar.

Palavras-chave: LGBTQIAPN+fobia; homofobia familiar; discurso de ódio; segurança pública; Lei Antidiscriminação.

Abstract: In this article, familial LGBTQIAPN+phobia is discussed based on official records from occurrence bulletins (BO) at police stations of the Public Security Department of the State of Sergipe (SSP/SE) between 2015 and 2018, a period preceding the criminalization approval in Brazil. Examining 14 cases of violence against LGBTQIAPN+ individuals perpetrated by the victims' parents, the study investigates the manifestations, key characteristics, and consequences of these acts of violence. Drawing comparisons with recent theoretical works, the inquiry explores the continuities and/or changes in the landscape of familial LGBTQIAPN+phobia following the criminalization of such behavior. In 2019, the criminalization of LGBTQIAPN+phobia in Brazil was sanctioned; however, various obstacles to its institutional recognition are observed (BULGARELLI *et al.*, 2021). Notably, the relativization of hate speech in the name of freedom of expression, a conduct encouraged by religious entities and conservative political leaders, adds to the social hierarchies that traditionally shape the family domain.

Keywords: LGBTQIAPN+phobia; family homophobia; hate speech; public security; Anti-Discrimination Law.

Resumen: En este artículo, se aborda la LGBTQIAPN+fobia familiar a partir de registros oficiales en boletines de ocurrencias (BO) en comisarías de la Secretaría de Seguridad Pública del Departamento de Sergipe (SSP/SE), entre 2015 y 2018, un período anterior a la aprobación de la criminalización en Brasil. Al examinar 14 casos de violencia contra personas LGBTQIAPN+ perpetrada por padres y madres de las víctimas, el estudio investiga las manifestaciones, características clave y consecuencias de estos actos de violencia. Comparando con obras teóricas recientes, la indagación explora las continuidades y/o cambios en el panorama de la LGBTQIAPN+fobia familiar después de la tipificación de dicho comportamiento como delito. En 2019, la criminalización de la LGBTQIAPN+fobia en Brasil fue sancionada; sin embargo, se observan diversas barreras para su reconocimiento institucional (BULGARELLI *et al.*, 2021). Destacadamente, la relativización del discurso de odio en nombre de la libertad de expresión, una conducta fomentada por entidades religiosas y líderes políticos conservadores, sumado a las jerarquías sociales que configuran tradicionalmente el ámbito familiar.

Palabras clave: LGBTQIAPN+fobia; homofobia familiar; el discurso del odio; seguridad pública; Ley contra la Discriminación.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo consiste em analisar de forma interseccional os casos de LGBTQIAPN+fobia³ familiar (SCHULMAN, 2013) registrados por meio de boletins de ocorrência (BO) em delegacias da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Sergipe (SSP/SE) no Brasil entre os anos de 2015 e 2018, a fim de verificar como tais violências acontecem, suas características e especificidades. É importante ressaltar que as terminologias utilizadas aqui (a exemplo de violência LGBTQIAPN+fóbica e diversidade sexual e de gênero) objetivam facilitar o entendimento do leitor sobre o assunto e trazer à tona o caráter social que a homofobia e a transfobia possuem, atingindo todos os agentes sociais.

A homofobia, a lesbofobia, a bifobia e a transfobia perpetradas contra a diversidade sexual e de gênero são conceituadas neste artigo, assim como todas as ações de preconceito, discriminação e violência

3 LGBTQIAPN+ é uma sigla que abrange pessoas que são lésbicas, gays, bi, trans, queer/questionando, intersexos, assexuais/arromânticas/agênero, pan/poli, não binárias e mais. O termo LGBTQIAPN+fobia será utilizado neste artigo para especificar a violência homofóbica e transfóbica contra a diversidade sexual e de gênero.

direcionadas à orientação sexual, à identidade, à expressão de gênero e às características sexuais (OIEC)⁴ de todos os sujeitos sociais.

Tendo como objetivo a ameaça ou o rompimento da cis-heteronormatividade,⁵ que se estrutura historicamente como modelo de sexualidade e identidade de gênero a ser seguido, a homolesbobifobia é direcionada à ameaça ou ao rompimento da heterossexualidade como única norma social de vivência afetiva e sexual a ser seguida, enquanto a transfobia consistiria na ameaça ou no rompimento da cisgeneridade⁶ como única norma social de identidade de gênero a ser vivenciada.

Todas as supracitadas formas de opressão se fazem presentes de maneira heterogênea na sociedade, atingindo diferentes contextos e sujeitos distintos; porém, ainda são pouco investigadas e analisadas. A problemática em questão se reafirma quando, após vários anos de investigação, este artigo se apresenta como um dos primeiros estudos brasileiros a fazer o mapeamento de casos oficiais de violências LGBTIfóbicas, a partir da análise de documentos de notificações de denúncias – denominados aqui de boletins de ocorrência (BO) – da polícia de investigação criminal.

Cabe ressaltar que, na América do Sul, no ano de 2012, o Chile tornou-se o primeiro país a criminalizar as violências e discriminações em razão da orientação sexual e da identidade de gênero, enquanto, no Brasil, a criminalização só foi aprovada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2019, a partir de um adendo à Lei do Racismo (Lei nº 7.716/1989). Cabe destacar que as denúncias analisadas neste estudo envolvem um período anterior à decisão do STF.

O referido fato reafirma a necessidade de mais investigações e intervenções nesta área, ao mesmo tempo em que levanta questionamentos, tais como: de que forma a violência LGBTIfóbica, especialmente entre pais e filhos, se faz presente na sociedade brasileira, especificamente em Sergipe,⁷

4 Não incluímos os termos *características sexuais* e *expressões de gênero* nas definições de violência homofóbica e transfóbica porque entendemos que tais violações estão diluídas em ambos os campos aqui em análise. Portanto, as violências contra as características sexuais e as expressões de gênero praticadas contra determinado agente social podem ter caráter homofóbico, transfóbico ou homotransfóbico e são independentes de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero.

5 O heterossexismo é um sistema ideológico que nega e estigmatiza qualquer forma não heterossexual de comportamento, identidade, relacionamento ou comunidade. A heteronormatividade age no sentido de enquadrar todas as relações (mesmo as relações entre pessoas do mesmo sexo) em um binarismo de gênero que pretende organizar as práticas, os atos e desejos com base no modelo do casal heterossexual reprodutivo (IRINEU, 2023; MENEZES, 2021).

6 A cisgeneridade é a condição da pessoa cuja identidade de gênero corresponde ao gênero que lhe foi atribuído no nascimento.

7 O Estado de Sergipe é o menor entre as 27 Unidades da Federação brasileira, contando com 75 municípios, estando situado na Região Nordeste do País. Conforme o último censo do Instituto Brasileiro

lócus da pesquisa? Há elementos interseccionais⁸ para além da diversidade sexual e de gênero nas referidas denúncias? Quais tipos de opressões se fazem presentes nas denúncias para além da homofobia e/ou da transfobia? Há reincidências, subnotificações⁹ e revitimizações¹⁰ nesses casos?

Destaca-se que o preconceito, a discriminação e as violências não vitimizam apenas a população lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual e intersexos (LGBTI+), mas todos os sujeitos que ameaçam a cis-heteronormatividade, independentemente de sua OIEC, de modo que constituem violências contra a diversidade sexual e de gênero.

Sobre os termos *diversidade sexual e de gênero*, eles se configuram como uma expressão “guarda-chuva”, que se refere às diferentes OIEC existentes. É uma maneira de afirmar que não existe apenas uma maneira de viver a sexualidade, de se identificar e de se expressar socialmente, o que enfatiza a necessidade de um debate que contemple a pluralidade e as especificidades dos agentes sociais, fugindo dos padrões sócio-historicamente construídos. A escolha pela citada terminologia demarca, sobretudo, a perspectiva aqui adotada – e confirmada pelos dados resultantes desta investigação (MENEZES, 2021) – de que as violências não se dirigem exclusivamente a grupos específicos, senão principalmente a qualquer performance, comportamento ou identidade que desafie padrões estabelecidos pela cis-heteronormatividade (IRINEU, 2023).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma investigação quali-quantitativa, a partir do método de análise documental. Conforme Cellard (2008), a análise documental se caracteriza como um procedimento sistemático para a revisão ou avaliação de documentos, exigindo-se que os dados sejam examinados

de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2021, Sergipe possui uma estimativa populacional de 2.338.474 habitantes, distribuídos em 21.938,188 km² (IBGE, 2021).

8 Acompanhamos Collins e Bilge (2021) quando apontam a interseccionalidade como uma ferramenta analítica que nos possibilita uma compreensão da indissociabilidade entre raça, gênero, sexualidade, classe social, nacionalidade e outros marcadores sociais de diferenças que demarcam assimetrias e aprofundam desigualdades sociais.

9 A subnotificação acontece quando a pessoa sofre uma ou mais situações de violência e não registra o ocorrido, de maneira que o caso não pode ser contabilizado pelo Estado como uma ação de violência contra a orientação sexual e/ou a identidade de gênero, negando-lhe o próprio direito de reparação e a prevenção de novas situações de violências.

10 A revitimização é o ato de tornar-se vítima novamente, ou seja, é quando uma pessoa, após sofrer uma situação de preconceito, discriminação e/ou violência, torna-se novamente vítima da mesma situação de forma interna ou externa. Interna é quando a situação é “naturalizada” pela vítima, que não busca ajuda para resolver o problema. Já a externa é quando a violação de seus direitos advém da sociedade.

e interpretados, a fim de se obter significado, ganhar entendimento e desenvolver conhecimento empírico.

Esta investigação percorreu um exaustivo processo de produção de dados documentais, a partir da base do sistema *on-line* da Polícia Civil do Estado de Sergipe (*intranet*). Considerando-se a ausência de campos específicos dos documentos oficiais da Polícia Civil do Estado de Sergipe que pudessem identificar a motivação e a natureza dos fatos relacionados a situações de homofobia e transfobia, além da falta de dados que especificassem características das vítimas que pudessem contribuir para a identificação dos casos – a exemplo de orientação sexual, identidade de gênero e nome social –, o procedimento inicial objetivou mapear todas as denúncias que continham motivações de caráter homofóbico ou transfóbico nos relatos dos fatos (histórico) dos BO,¹¹ mediante a utilização de palavras-chave.¹² É importante ressaltar que a introdução de algumas palavras-chave filtrava documentos que identificavam ou remetiam a outras terminologias correlatas, posteriormente utilizadas como instrumentos para novas buscas.

As 32 palavras-chave que auxiliaram em todo o processo de produção de dados foram: afeminado, bicha, bichona, bissexual, boiola, Bolsonaro,¹³ gay, homofobia, homofóbico, homossexual, homossexualismo, homossexualidade, identidade de gênero, lésbica, LGBT, mulher macho, nome social, opção sexual, orientação sexual, queima o aro, sapatão, sapatona, transexual, transfobia, transfóbico, transgênero, traveco, travesti, veado, viadinho, viado¹⁴ e vulgo.

É importante ressaltar que a ausência de campos específicos relacionados à OIEC dos envolvidos nas denúncias oficiais da SSP/SE, além de dificultar o processo de filtragem dos casos e, conseqüentemente,

11 Os documentos analisados nesta investigação foram autorizados pela SSP/SE, com a supervisão dos profissionais da Delegacia de Atendimento a Crimes Homofóbicos, de Racismo e Intolerância (DEACHRADI) e do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) do município de Aracaju (SE). Cabe ressaltar também que o acesso a tais dados só se tornou possível pelo longo trabalho do autor deste artigo, com a formação e a capacitação de equipes multidisciplinares para questões de violência contra a diversidade sexual e de gênero no Estado de Sergipe.

12 A referida investigação é parte da tese de doutorado intitulada: “Violência contra a diversidade sexual e de gênero em Sergipe: Uma análise dos registros oficiais da Secretaria de Segurança Pública entre os anos de 2015 e 2018”, defendida no Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) em fevereiro de 2021.

13 Presidente do Brasil entre 2019 e 2022.

14 Algumas palavras-chave são termos pejorativos (ofensas morais) muito utilizados no Nordeste do Brasil para discriminar pessoas tidas como homossexuais gays (a exemplo de “bicha”, “bichona”, “boiola”, “viado”, “viadinho” e “viadão”), pessoas trans (“traveco”) e homossexuais lésbicas (“sapatão”, “sapatona” e “mulher macho”).

o registro das estatísticas referentes às violências com motivações homofóbicas e transfóbicas, impossibilita o acesso a tais dados na caracterização dos citados sujeitos nos referidos campos de identificação das denúncias, o que carece de uma análise qualitativa dos históricos/relatos dos fatos com o resumo das narrativas dos sujeitos denunciantes a despeito das violências reportadas à Polícia Civil.

Portanto, evidentemente, o quantitativo de casos aqui analisados não representa o número exato de situações de violências homofóbicas e transfóbicas denunciadas no Estado de Sergipe, nem dos casos de LGB-TQIAPN+fobia familiar existentes no dado contexto, uma vez que: (I) as fontes de busca e filtragem dos casos são limitadas, por causa da ausência de monitoramento, investigação e levantamentos estatísticos dos referidos casos, o que dificulta sua visibilidade na sociedade; (II) os fenômenos de subnotificação, revitimização e impunidade dos referidos casos constituem uma realidade presente nas situações de violências com motivações homo-transfóbicas, de maneira que tal contexto dificulta o aumento de denúncias e a possibilidade de realizar mais análises sobre o citado fenômeno na sociedade; (III) as fontes utilizadas (boletins de ocorrência) possuem informações resumidas, embora sejam o primeiro documento de acesso ao Sistema de Segurança Pública, ou seja, muitas outras opressões só se fazem presentes no processo de investigação criminal e não no ato da primeira denúncia; e (IV) para além dos boletins de ocorrência no Estado de Sergipe, existem outras formas de notificação de situações de violências e opressões que ultrapassam as fontes e os objetivos desta investigação.

Considerando-se as referidas variáveis, os dados aqui expostos representam apenas a ponta de um *iceberg* em relação ao índice de LGB-TQIAPN+fobia familiar presente nesses tipos de violências, razão pela qual se carece de um número maior de investimentos em investigações e políticas públicas de prevenção e enfrentamento dos referidos tipos de violências na sociedade.

ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO

Após o processo de mapeamento de dados, foram identificadas 305 denúncias com motivações homofóbicas ou transfóbicas, distribuídas entre os quatro anos de investigação, a saber: 65 (2015), 70 (2016), 96 (2017) e 74 (2018). Todos os casos foram numerados individualmente, de maneira a considerar a sua quantidade e o ano de registro na SSP/SE.

Os relatos descritos neste artigo destacam a posição dos sujeitos nos casos analisados e objetivam resguardar o sigilo e a confidencialidade sobre as identidades dos envolvidos nas denúncias, que são intitulados como: (a) noticiante (responsável pelo registro do BO na SSP/SE); (b) vítima (quem sofre a situação de violência, que pode ou não coincidir com a pessoa noticiante); (c) noticiado/a (pessoa autora das situações de violência);¹⁵ e (d) testemunhas (pessoas que presenciaram as situações de violência citadas nos BO). As notificações foram realizadas em 71 órgãos/instituições da SSP/SE espalhados entre os 75 municípios do estado. Dentre os 305 casos mapeados, 75 ocorreram no interior do núcleo familiar das vítimas, tendo como sujeitos noticiados seus diferentes parentes (avós, irmãos/ãs, tios, primos/as, padrinhos, sobrinhos/as, cunhados/as, sogros/as, esposas/os, entre outros). Além destes, 6 casos possuíam como autores das situações de violência sujeitos que tinham a função materna e paterna para com suas vítimas (padrastos e madrastas) e 14 casos ocorreram entre pais e filhos, totalizando 95 casos.

Dentre os 14 casos analisados neste artigo, quatro foram registrados em 2015, quatro em 2016, três em 2017 e três em 2018. Dentre estes, 10 casos tiveram os pais das vítimas como sujeitos noticiados; três, as mães; e, em um caso, são ambos os genitores. Este último traz como particularidade o momento em que a vítima revela sua orientação sexual para seus pais, informando-os sobre o seu relacionamento com uma pessoa do mesmo gênero, como pode ser analisado na denúncia destacada a seguir.

Relata a noticiante que **foi expulsa de casa por ter como orientação sexual** a homossexualidade (atração pelo mesmo gênero), ou seja, a vítima relatou a seus pais o fato de estar se relacionando com uma pessoa do mesmo sexo (que é adolescente também), o que não os agradou, fazendo com que os mesmos a obrigassem a sair de casa. É o relato (BO nº 46/2017).

Nota-se que, conforme avalia Schulman (2013, p. 367), a família é o primeiro lugar em que “todo mundo aprende a homofobia, é

15 Adotamos a expressão “sujeitos autores das situações de violência”, substituindo os termos “agressores” e “algozes”, porque entendemos que estes últimos termos tendem a legitimar um local específico e intransferível aos referidos sujeitos na sociedade. Compreendemos que o preconceito é algo apreendido; portanto, buscamos não especificar um local para as pessoas que realizaram ações de violência, porque acreditamos que elas podem mudar suas posturas ou seus comportamentos, além de perceberem que, muitas vezes, elas mesmas podem ser suas próprias vítimas.

o primeiro lugar em que os homossexuais sofrem com a homofobia, é o primeiro lugar em que os heterossexuais aprendem que eles terão o poder”, pois desde que nascemos constitui-se uma expectativa de heterossexualidade.

Em relação aos sujeitos noticiantes (responsáveis pela oficialização das denúncias na SSP/SE), entre os 14 casos, seis foram registrados pelas próprias vítimas, quatro por intermédio das mães das pessoas vitimadas, dois pelos pais, um pelo avô materno e um por uma amiga da vítima. São informações que nos levam a concluir que, nos casos analisados, as violências são notificadas por outra pessoa quando os sujeitos que as cometem são os genitores da vítima.¹⁶

Toda a realidade analisada mostra que a LGBTQIAPN+fobia, assim como as diferentes formas de opressão, atinge todos indistintamente, provocando diversas consequências para as vidas de suas vítimas, bem como para as vidas de seus familiares, amigos e conhecidos. Neste sentido, configura-se como um fenômeno social e não individual ou particular de determinados sujeitos e grupos sociais historicamente discriminados, a exemplo da população LGBTI+.

Em relação às características das vítimas de violências homofóbicas ou transfóbicas dos casos analisados, oito são menores de idade. Dentre estas, duas são crianças (com cinco e oito anos de idade) e seis são adolescentes (entre 14 e 17 anos). Os seis demais possuem entre 17 e 18 anos de idade. Os dados sobre sexo, orientação sexual e identidade de gênero são fundamentais nesta análise, para que possamos identificar a presença ou a ausência de homofobia e transfobia em relação às variáveis aferidas. Com isso, dentre as 14 vítimas, 12 são do sexo masculino e duas são do sexo feminino.

Os marcadores de orientação sexual e identidade de gênero são campos ausentes nos dados de identificação ou caracterização dos sujeitos nos boletins de ocorrência, o que dificulta o acesso a tais informações, que só podem ser visualizadas nos casos em que os sujeitos noticiantes ou as próprias vítimas sinalizam as referidas variáveis nos relatos dos fatos. Em consonância, Bulgarelli *et al.* (2022) apontam a dificuldade

16 Dentre os 14 casos analisados, temos o total de 14 sujeitos noticiados, 14 noticiantes (seis vítimas e oito não vítimas), 14 vítimas diretas de violências homotransfóbicas (destas, 13 eram situações homofóbicas e uma era homotransfóbica). Além das referidas vítimas, os boletins de ocorrência analisados apresentaram mais 10 vítimas indiretas que possuíam uma relação de proximidade para com as vítimas diretas nas quais as situações de violência se centraram (dentre as vítimas indiretas estão sogro, esposa, irmãos, avô, conhecidos e testemunhas).

nos registros como uma das barreiras para a institucionalização da criminalização da LGBTQIAPN+fobia.

Após a realização das análises quali-quantitativas, apenas oito denúncias destacavam a orientação sexual das vítimas enquanto homossexuais: seis gays e duas lésbicas. Nos demais seis registros, não constam tais informações. Sobre a identidade de gênero, trata-se de um dado que não se faz presente de forma objetiva nos boletins de ocorrência, o que não torna cabível realizarmos quaisquer interpretações sobre eles, respeitando o direito de autoidentificação dos referidos sujeitos.

Como já sinalizado anteriormente, o preconceito e a discriminação especificamente direcionados às características sexuais ou às expressões de gênero das vítimas se farão presentes nos casos aqui analisados de forma transversal, ou seja, nas práticas homofóbicas ou transfóbicas dos noticiados para com suas vítimas, mediante a utilização de termos pejorativos ou de ações discriminatórias em relação ao comportamento dos referidos sujeitos, tidos como “inadequados” ou “desviantes” da cis-heteronormatividade, bem como de práticas que objetivem a “correção” ou a “adequação” das vítimas aos padrões de gênero e sexualidade cisgêneros e heteronormativos construídos sócio-historicamente.

Além dos dados sobre OIEC, outra variável de grande importância para esta análise refere-se às informações sobre a natureza ou a motivação das situações de violências identificadas pela Polícia Civil no momento do registro das denúncias nos boletins de ocorrência.

Após a leitura dos históricos das denúncias, mapeados e triados com as palavras-chave utilizadas nesta investigação, é possível afirmar que a natureza ou motivação destacada nos campos específicos dos boletins de ocorrência não corresponde nem faz menção a uma situação de violência homofóbica ou transfóbica, contexto este que, além de dificultar o acesso e a filtragem de tais dados no sistema da SSP/SE, “invisibiliza-os” socialmente, não possibilitando sua monitorização e estatística perante a sociedade, o que prejudica o processo de investigação criminal para os casos em que serão feitas representações civis e criminais dos noticiados.

[...] Há um problema na estrutura familiar que nunca poderá ser resolvido, ou seja, a família é a arma do Estado. O Estado usa a família para normatizar a sociedade. De modo que, mesmo que você tenha uma família *queer*,

eles são os normais, em oposição aos que não têm família [...] (SCHULMAN, 2013, p. 267).

Entre as naturezas ou motivações identificadas pela Polícia Civil, três casos foram registrados como ameaça; dois, como maus-tratos; dois, como violência doméstica; dois, como injúria; dois, a apurar; um caso, como fato atípico; um caso, como ameaça/vias de fato; e um caso, como discriminação e preconceito sem especificação de sua tipologia. A análise quali-quantitativa dos relatos dos fatos nos possibilitou a identificação de 13 casos de homofobia e um de homotransfobia¹⁷ como natureza ou motivação das ações de violências registradas nos boletins de ocorrência, como poderá ser visualizado nos fragmentos dos casos a seguir.

[...] A noticiada, a mãe dele, fica falando para ele que o noticiante é: “boiola, boioca, veado e viado”! [...] (BO nº 02/2015).

[...] O noticiado chegou a ameaçar seu filho, vítima [14 anos], afirmando que iria dar um tiro no mesmo, pois o mesmo diz que ficou sabendo que o adolescente era gay e não queria um filho gay em casa [...] (BO nº 09/2018).

[...] Que seu genitor passou a agredi-lo verbal e fisicamente, proferindo xingamentos de ‘viado’, ‘safado’ e gay. [...] Que seu pai não aceita seu relacionamento, nem a condição de homossexual do noticiante. [...] Em seguida, decidiu ir embora e, ao dar as costas, recebeu um golpe de faca na região da escápula [...] (BO nº 07/2016).

[...] Que o noticiado também já chamou todos os seus filhos de “viado, vagabundo, fuleiro” e fala que eles têm que morrer; [...] que a vítima é homossexual e o noticiado tem preconceito; que o noticiado trata a vítima muito mal e já chegou a ameaçá-lo com faca [...] (BO nº 40/2017).

Todos os fragmentos destacados anteriormente, exceto o referente ao caso nº 5/2015, apontam claramente a natureza homofóbica

¹⁷ Homotransfobia consiste na intersecção entre a homofobia e a transfobia na mesma situação de violência.

dos casos denunciados na SSP/SE. Termos como “boiola”, “veado” e “viado” têm o objetivo de ofender a orientação sexual das vítimas, que são ou foram tidas como lésbicas, gays ou bissexuais. Para além da utilização de tais termos pejorativos utilizados para ofender as vítimas, temos ainda a presença de afirmações discriminatórias dos noticiados sobre a orientação sexual das vítimas e as narrativas das vítimas sobre suas orientações sexuais. No caso nº 9/2018, o noticiado diz que “ficou sabendo que o adolescente era gay e não queria um filho gay em casa”. Já no caso nº 7/2016, o pai “não aceita seu relacionamento, nem a condição de homossexual do noticiante”. No caso nº 40/2017, a vítima afirma ser “homossexual e o noticiado tem preconceito”.

O caso nº 5/2015 é o único que apresenta homotransfobia. A homofobia se faz presente quando a mãe da vítima chama seu filho de “gay” com o intuito de ofender a orientação sexual da vítima. Já a transfobia materializa-se mediante a utilização do termo “mocinha” com o objetivo de ofender a identidade de gênero da vítima, tida como feminina. Este caso destaca a característica social da homotransfobia, que atinge todos os sujeitos, independentemente da sua OIEC, uma vez que a vítima neste caso (uma criança de oito anos de idade) encontra-se em processo de formação de personalidade e não assumiu nenhuma identificação referente à sua OIEC. Com este caso, percebe-se que não se faz necessária a autoidentificação enquanto uma pessoa LGBTQIAPN+ para ser vítima de homofobia e/ou transfobia, pois basta apenas ameaçar ou romper quaisquer normas ou padrões cisgêneros e heteronormativos construídos sócio-historicamente. Neste caso, a mãe da vítima reconhece o comportamento da criança como “inadequado” ou “inapropriado” para a sua construção de masculino, razão pela qual sua genitora utiliza o termo “mocinha” para ofender a vítima.

Além da natureza dos fatos, é possível identificar alguns tipos de violência perpetrados contra a diversidade sexual e de gênero nos casos em questão, a exemplo da violência moral¹⁸ (com a utilização de palavras preconceituosas e discriminatórias), psicológica (com a presença de ameaças) e física (com a introdução de golpes contra os corpos das vítimas). Outro tipo de violência presente nos casos analisados é a patrimonial. Na maioria das denúncias, encontramos a

18 Violência moral: “[...] entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria” (BRASIL, 2006).

violência moral (13 casos), seguida da psicológica¹⁹ (11), física²⁰ (7) e patrimonial,²¹ presente em três denúncias. A maioria dos casos aqui em questão apresentou entre um e quatro tipos de violências em seus relatos. Dentre estes, sete casos apresentaram dois tipos de violências: em quatro casos, moral e psicológica; em dois casos, moral e física; e num caso, moral e patrimonial. Outros cinco casos apresentaram três tipos de violências: em quatro casos, moral, psicológica e física; e num caso, moral, psicológica e patrimonial. Já um caso apresentou quatro tipos de violências: moral, psicológica, física e patrimonial. Por fim, um caso apresentou apenas a violência psicológica.

[...] Que, há aproximadamente um ano, foi agredido fisicamente pelo seu genitor, que, de posse de um facão, desferiu ‘lapadas’ contra suas costas, deixando marcas, fato que foi resolvido pelo Conselho Tutelar, pois era menor de idade à época do fato; [...] (BO nº 33/2015).

[...] É constantemente agredida fisicamente pela própria mãe, noticiada por conta de não aceitar a opção sexual da mesma (BO nº 41/2016).

Como pode ser analisado nos fragmentos em questão, podemos identificar quatro tipos de violências (moral, psicológica, física e patrimonial), que se apresentam de forma individual ou transversal, a exemplo da violência psicológica (presente no caso nº 58/2017) ou da física (sinalizada nos casos nº 33/2015 e nº 41/2016, quando o noticiado, com um facão, “desferiu ‘lapadas’ contra as costas da vítima, deixando marcas”, assim como no caso nº 14/2018, quando “atentou contra a vítima o noticiante, armado de faca e cabo de vassoura, provocando hematomas, devido às agressões físicas”).

19 Violência psicológica é “[...] qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação” (BRASIL, 2006).

20 Violência física é “[...] qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal” (BRASIL, 2006).

21 Violência patrimonial é “[...] entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades” (BRASIL, 2006).

A violência moral é muito comum em casos de homofobia e transfobia, quando se faz a utilização de termos pejorativos e de palavras que objetivam ofender e humilhar as vítimas. Quando as ofensas são reincidentes ou provocam quaisquer tipos de perturbações em suas vítimas, costumeiramente acompanhadas de ameaças e injúrias, a ação de violência deixa de ser apenas moral e passa a assumir um caráter também psicológico, considerando-se as consequências de tais situações nas vidas das suas vítimas. Um exemplo disso é o caso nº 14/2018, quando o noticiado afirma que a vítima “não presta, vagabundo, que é vergonha da família”, provocando sentimentos de tristeza e angústia na vítima. Outro exemplo é a situação do caso nº 16/2016, em que a noticiante afirma que, por conta do comportamento homofóbico do pai contra seu filho (vítima), este vem se sentindo constrangido e refere “a necessidade de um acompanhamento psicológico”.

A violência patrimonial é outro elemento bastante presente em casos de homofobia e transfobia, quando os pais das vítimas são os autores das situações de violência, cujo fator está ligado às relações de poder e à “dependência econômica e/ou emocional” de tais sujeitos. O caso nº 14/2018 exemplifica um exemplo de violência patrimonial, que ocorreu quando o noticiado (pai da vítima) retirou parte do dinheiro da vítima (advinda de sua pensão pela morte da mãe) e “está de posse do cartão do benefício”. Normalmente, este tipo de violência apresenta-se de forma transversal a outros tipos, a exemplo deste caso em questão, em que podemos encontrar a dependência moral, psicológica, física e patrimonial.

Os presentes relatos apenas enfatizam a crueldade da homofobia e da transfobia na sociedade, questão esta que carece de práticas contínuas e urgentes de prevenção e combate ao fenômeno social, considerando-se as diversas consequências que tais violências provocam nas vidas das suas vítimas diretas e indiretas. Os tipos de violências e a forma como tais fenômenos ocorrem apontam-nos a necessidade de analisarmos também suas consequências nas vidas das suas vítimas e dos noticiantes não vítimas. Com base na sua tipologia, as consequências advindas das referidas ações possuem diferentes características, atingindo diversas áreas, como as de caráter físico, psicológico, patrimonial, entre outras, provocando inúmeras sequelas, que, em muitos casos, são irreversíveis, a exemplo dos assassinatos e suicídios.

Entre os 14 casos analisados, nove apresentam consequências com vítimas e sete com noticiantes ou sujeitos não vítimas diretas das

situações de violências. Destes casos, quatro apresentaram consequências para as vítimas e os noticiantes em paralelo. Em relação às vítimas, identificamos consequências de caráter físico, psicológico e social. No que compete às questões físicas e psicológicas, foram identificadas situações de tristeza, medo, confusão mental, constrangimento, nervosismo, choro e lesão corporal. No que se refere às consequências sociais, temos o afastamento do núcleo familiar, dificuldade de relacionamento com os genitores, ausência paterna/materna, afastamento do núcleo familiar e reações violentas, como podemos visualizar nos fragmentos dos relatos a seguir.

[...] É constantemente agredida fisicamente pela própria mãe, noticiada por conta de não aceitar a opção sexual da mesma, que, por esse motivo, a vítima fugiu de casa, indo morar em companhia da namorada, também menor de idade, que ambas têm a ajuda financeira do padrasto, de nome (nome do padrasto) (BO nº 41/2016).

[...] Foi expulsa de casa por ter como orientação sexual a homossexualidade (atração pelo mesmo gênero) [...] (BO nº 46/2017).

[...] Que seu pai não aceita seu relacionamento, nem a condição de homossexual do noticiante. Que o noticiante revidou as ofensas e passou a discutir com seu pai. Em seguida, decidiu ir embora e, ao dar as costas, recebeu um golpe de faca na região da escápula. Para se defender, o noticiante deu um soco na cara de seu genitor. Que, em razão das agressões sofridas, encontra-se lesionado nas costas (BO nº 07/2016).

Como pode ser visualizado nos relatos dos fatos dos boletins de ocorrência, a LGBTQIAPN+fobia produz consequências significativas para as vidas das vítimas. O caso nº 46/2016 destaca uma situação que poderá gerar inúmeros outros problemas na vida da pessoa agredida (uma jovem de 18 anos), que foi expulsa de casa após assumir sua homossexualidade perante seus pais. Infelizmente, tal contexto é muito comum nas vidas de pessoas LGBTQIAPN+, principalmente na realidade das pessoas transexuais, uma vez que o processo de autoidentificação e de transição em relação à sua identidade de gênero, em muitos casos,

ocorre bastante cedo, não sendo aceito pela maioria das famílias brasileiras, que as expulsam dos seus núcleos familiares, vulnerabilizando tais sujeitos de diversas formas. Situações assim são reproduzidas por grande parte da sociedade nas diversas instituições sociais, como a escola e o mercado de trabalho, dentre outras, colocando os referidos sujeitos à margem da sociedade.

Além das consequências direcionadas às vítimas diretas da violência homotransfóbica, este tipo de violência atinge as vítimas indiretas. Nos relatos analisados, identificamos seis situações que se encaixam no referido argumento. Dentre elas, um caso destacou prejuízos para o relacionamento com o pai e cinco situações enfatizaram o medo dos noticiantes em relação aos noticiados.

[...] Que o declarante fica muito triste com esta situação, pois seu filho está em formação da personalidade e fica muito confuso, prejudicando o relacionamento dele com o noticiante. Diante do exposto, solicita as providências que o caso requer (BO nº 2/2015).

[...] Que, diante dos fatos, está muito assustada, teme por sua vida e a de seus filhos. Que deseja representar criminalmente contra o noticiado, que representa por medidas protetivas de urgência (BO nº 51/2016).

[...] Não aguenta mais; que teme por sua integridade física e solicita pela adoção das medidas protetivas de urgência (BO nº 40/2017).

Sobre as reincidências nas ações de violências homotransfóbicas, 13 casos apresentaram situações de reincidências e em apenas um caso a violência aconteceu pela primeira vez. Uma das hipóteses para, neste caso, ter sido uma violência que aconteceu pela primeira vez foi o fato de que a vítima foi expulsa de casa por revelar sua orientação sexual para seus pais, informando-os sobre a existência de sua namorada (uma pessoa do mesmo gênero).

Na maioria dos casos, as reincidências não são especificadas a partir de marcos temporais (entre números de vezes, meses ou anos). Em dois casos, os números de ocorrências apontam a existência de reincidências. Em um caso, o relato sobre a reincidência das situações de

violências é apontado pela quantidade de vezes em que o fato ocorre (duas vezes), disponível no relato do BO nº 30/2018. Em outros três relatos, são sinalizadas situações de reincidências mediante o fator do tempo em forma de anos (em dois relatos, é apontado um ano; em um relato, apontam-se três anos), como podemos analisar nos fragmentos a seguir.

[...] Que, há aproximadamente um ano, foi agredido fisicamente pelo seu genitor, que, de posse de um facão, desferiu 'lapadas' contra suas costas, deixando marcas, fato que foi resolvido pelo Conselho Tutelar, pois era menor de idade à época do fato; [...] o noticiante não quer continuar com o feito (BO nº 33/2015).

Relata seu filho, vítima, que a noticiante conviveu com o noticiado até a vítima completar 1 (um) ano e que ele nunca foi um pai presente, pois nunca procurou conviver com a vítima; que a vítima está com medo de sair na rua e ser agredido; que a noticiante não deseja representar criminalmente o noticiado, mas deseja que ele não mais se aproxime de seu filho, ora vítima (BO nº 2015).

O índice de reincidência das violências homotransfóbicas está atrelado a diversas variáveis que contribuem direta e indiretamente para a sustentação do ciclo de violência contra suas vítimas. Não diferentemente dos dados gerais referentes aos 305 casos de homofobia, transfobia e homotransfobia analisados na tese de doutorado que originou este estudo, 246 (80,7%) do total de denúncias notificadas na SSP/SE apresentaram situações de reincidências e, em apenas 59 (19,3%) das denúncias oficializadas, a situação de violência acontecia pela primeira vez.

Observa-se, ainda, que a relação de proximidade entre vítima e noticiando, especificamente nos casos analisados aqui, favorece a perpetração dos fenômenos de subnotificação da revitimização e de impunidade desses casos, uma vez que são filhos/as que sofrem homofobia e transfobia de seus genitores. Dentre os 14 casos, 10 vítimas vivem com os sujeitos autores das situações de violência (em dois casos, com a noticiante; em um caso, com a companheira; e, em outro caso, sozinho), mantendo uma relação de dependência (emocional e/ou econômica), que dificulta a realização de denúncias e o prosseguimento no processo de representação civil e criminal de seus familiares, favorecendo a

desistência da denúncia, em alguns casos. Como destacado, em três relatos dos casos analisados em questão:

[...] O noticiante não quer continuar com o feito (BO nº 33/2015).

[...] A vítima está com medo de sair na rua e ser agredido; que a noticiante não deseja representar criminalmente o noticiado, mas deseja que ele não mais se aproxime de seu filho, ora vítima (BO nº 65/2015).

[...] Seu genitor passou a agredi-lo verbal e fisicamente, proferindo xingamentos de ‘viado, safado’ e gay. Que o noticiante é homossexual e mantém relacionamento com a pessoa de nome [nome do companheiro] há três anos. Que seu pai não aceita seu relacionamento, nem a condição de homossexual do noticiante. Que no momento não deseja representar criminalmente contra seu pai (BO nº 7/2016).

É importante ressaltar que, nos casos em que as vítimas ou os sujeitos noticiantes que não são vítimas destacam não ter interesse em permanecer com a denúncia e nem em realizar a abertura de processo criminal contra os noticiados, percebe-se que há o receio ou a certeza de que haverá consequências para os diversos sujeitos envolvidos, a exemplo do caso nº 65/2015, que enfatiza o medo da mãe em relação ao noticiado, pai da vítima. O caso nº 7/2016 reitera uma característica importante que contribui para o processo de revitimização e impunidade da homotransfobia: a relação de afeto entre pais e filhos, como sinaliza a denúncia cujo relato enfatiza que, “no momento, não deseja representar criminalmente contra seu pai”, mesmo se tratando de um caso de violência recorrente, com fortes sequelas psicológicas e físicas, conforme destacado no relato dos fatos.

O índice de reincidências das violências também é reforçado quando analisamos o número de ocorrências em comparação com a quantidade de situações de violências vivenciadas pelas vítimas. Dos casos analisados aqui, apenas duas vítimas já haviam denunciado a homofobia e/ou a transfobia dos seus noticiados. Os demais (12 casos) estavam sendo registrados pela primeira vez. Trata-se de um fato que se repete na análise quadrienal (2015-2018) dos 305 boletins de ocorrência analisados: 290 (95,1%) estavam sendo oficializados pela primeira vez,

outros 14 (4,6%) já tinham mais de um registro e apenas um (0,3%) contabilizava quatro ocorrências (MENEZES, 2021).

A subnotificação da homotransfobia, quando advém de suas vítimas, é normalmente alimentada por três fenômenos, a saber: 1) por razões ligadas a variáveis situacionais de proximidade entre a vítima e o delinquente; 2) pela prevenção da privacidade ou por temor da exposição; e 3) pela ineficácia das autoridades policiais (a crença no fato de que denunciar é inútil, incômodo e oneroso). Trata-se de um cenário que só poderá ser modificado mediante um trabalho transversal de prevenção e combate à homotransfobia de maneira que alcance toda a sociedade: vítimas, noticiantes, noticiados, políticas de segurança pública, dentre outros (MENEZES, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As denúncias LGBTQIAPN+fóbicas oficializadas entre pais e filhos na SSP/SE apontam para um cenário de violências e violações de direitos contra a diversidade sexual e de gênero, repleto de complexidades e desafios, que necessitam de emergentes ações interventivas de prevenção e enfrentamento de forma transversal contra todas essas opressões na sociedade. Neste sentido, corroboramos a afirmação de Schulman:

Temos um sistema que replica a homofobia, que ensina a homofobia, que ensina seus filhos como experienciar a homofobia, que ensina como usar a homofobia. Então, ainda que todas as leis mudem, ainda haverá homofobia na família e haverá consequências emocionais na vida dos homossexuais e também haverá um falso sentimento de superioridade na vida dos heterossexuais. A questão é, portanto, como mudar isso, e acredito que a mudança deve vir de fora da família (SCHULMAN, 2013, p. 267).

Os casos aqui analisados mostram que a homofobia e a transfobia atingem todos os sujeitos sociais, independentemente da sua OIEC, contemplando vítimas diretas e indiretas. Os registros dos referidos casos pela política de segurança pública são marcados pelos fenômenos de subnotificação e de revitimização, cujas situações dificultam sua oficialização por parte das vítimas, sendo denunciadas, em sua maioria, por vítimas indiretas ou sujeitos que possuem alguma proximidade com as vítimas diretas.

A ausência de campos específicos nos boletins de ocorrência que especifiquem a OIEC e que tipifiquem os fatos criminalmente como homofobia e/ou transfobia sustenta o ciclo de violência, que consiste no tripé “*subnotificação – revitimização – impunidade*” dos casos. São situações que atingem diretamente todo o processo de mapeamento, monitoramento e visibilidade estatística dos dados para toda a sociedade e, conseqüentemente, para o processo de construção de políticas públicas voltadas ao combate contra a LGBTQIAPN+fobia.

As ações de violências homotransfóbicas, em sua maioria, são reincidentes e apresentam entre um e quatro tipos diferentes de violências, a exemplo da moral, da física, da psicológica e da patrimonial, provocando diversas conseqüências de caráter físico, mental e social para suas vítimas. No que compete a emergentes iniciativas que devem ser traçadas para a prevenção e o enfrentamento da homotransfobia na sociedade, é preciso reconhecer o necessário papel de protagonistas de todos os sujeitos, independentemente da sua OIEC, quando compreendemos o caráter social de tais opressões e a necessidade de unir forças para desconstruir estereótipos, estigmas, preconceitos e discriminações homotransfóbicas construídas sócio-historicamente.

Sobre as iniciativas que objetivam trabalhar na prevenção e no enfrentamento da LGBTQIAPN+fobia familiar, é importante destacar aqui a preciosa contribuição que possuem no referido processo as associações de pais e mães pela diversidade,²² que possibilitam ressignificar o verdadeiro papel de acolhimento e apoio de pais e mães aos seus filhos LGBTI+ no Brasil. Iniciativas assim favorecem o trabalho entre pares e possuem uma capacidade importante de sensibilização e apoio às famílias que estão no processo de desconstrução social da cis-heteronormatividade.

Contudo, o enfrentamento da LGBTQIAPN+fobia familiar depende também de outros sujeitos envolvidos, dentro e fora do contexto familiar. Conforme afirma Schulman:

[...] Quando se visse homofobia em uma família, todo mundo deveria dizer: “não, isto está errado”. Os amigos homossexuais da pessoa homossexual deveriam dizer à família: “você estão errados”. Os professores deveriam

22 As Associações Mães pela Diversidade, Mães pela Resistência e Mães pela Igualdade são organizações não governamentais que reúnem mães e pais de crianças, adolescentes e adultos LGBTQIAPN+ para o acolhimento e a defesa dos seus filhos em relação à LGBTIAPN+fobia.

dizer à família: “você estão errados”. Temos que entender que há uma força moral maior do que a família. Você sabe, esta é a resposta. Trata-se de um estigma. Você muda o estigma (SCHULMAN, 2013, p. 267).

O aprofundamento das políticas de extermínio, especialmente imbricadas com o ideário neoliberal, tem produzido desempregados, refugiados, corpos descartáveis e matáveis. Humanização e desumanização interdependem de representação e autorrepresentação. Quando existem poucas oportunidades de alguém representar a si mesmo, maior é a possibilidade de ser desumanizado e tratado como menos humano ou de se querer ser visível (BUTLER, 2011).

Vidas invisíveis são vidas precárias; logo, são vidas matáveis. Vidas LGBTQIAPN+, atingidas por hierarquias, classificações e discriminações, muitas vezes fundamentadas pela moral religiosa, por discursos biológicos e médicos (IRINEU, 2023), são vidas matáveis e, portanto, precárias (BUTLER, 2011). Mudar o estigma ou fissurar a força moral em que se assenta a família, como propõe Schulman (2013), é uma tarefa primordial, que deve ser assumida por todas, todos e todes implicados em construir um mundo mais justo, igualitário e democrático.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>.

BUTLER, Judith. Vida Precária. Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar, v. 1, nº 1, p. 13-13, 2011.

BULGARELLI, Lucas; FONTGALAND, Arthur; MOTA, Juliana; PACHECO, Dennis; WOLF, Leona. **LGBTQIAPN+fobia no Brasil: barreiras para o reconhecimento institucional da criminalização**. São Paulo. All Out e Instituto Matizes, 2021.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Boitempo Editorial, 2021.

GOLDANI, Ana Maria (2010). “Ageísmo” no Brasil: o que significa? Quem pratica? O que fazer com isto? *Rev. Bras. Estud. Popul.*, v. 27, nº 2, p. 385-405 [on-line]. ISSN: 0102-3098. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-30982010000200009>>.

IRINEU, Bruna Andrade. Apagamento, desproteção social e política de extermínio: marcas da violência de Estado contra pessoas LGBTI+ no Brasil. In: DUARTE, M. J. O. *et al.* **Sexualidades & Serviço Social: perspectivas críticas, interseccionais e profissionais**. Juiz de Fora: EdUFJF, 2023.

MENEZES, Moisés Santos de. **Violência contra a diversidade sexual e de gênero em Sergipe**: uma análise dos registros oficiais da Secretaria de Segurança Pública entre os anos de 2015 e 2018. [Tese de doutorado]. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2021.

SCHULMAN, Sarah. Homofobia e família: entrevista com Sarah Schulman [realizada em 17 de setembro de 2013]. Florianópolis: Revista PerCursos, v. 14, nº 27, jul./dez. 2013, p. 360-371. Entrevistadores: Fernando Coelho e Gláucia de Oliveira Assis.

SER Social

SEXUALIDADES, LUTAS E DIREITOS
DA POPULAÇÃO LGBTQIA+

Brasília (DF), v. 26, nº 54, de janeiro a junho de 2024

O cuidado em saúde na Atenção Primária às pessoas transvestigêneres

Health care in Primary Care for transgender people
Cuidado de la salud en la Atención Primaria a personas transgénero

Jakeline Márcia dos Santos¹

<https://orcid.org/0009-0000-1725-5796>

Cássia Maria Carloto²

<https://orcid.org/0000-0003-1953-9201>

Recebido em: 20/06/2023

Aprovado em: 24/01/2024

Resumo: Este artigo tem o objetivo de analisar o cuidado em saúde na Atenção Primária oferecido às pessoas transvestigêneres. Construído a partir da perspectiva teórico-crítica, o trabalho situa, em linhas gerais, como as representações tecidas historicamente sobre o corpo, o gênero e a sexualidade se articulam na dinâmica social, produzindo um controle ativo sobre determinados corpos e modos de vida. Para subsidiar

1 Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Mestre em Serviço Social e Política Social pela UEL. Promotora de saúde profissional e assistente social na Secretaria de Estado de Saúde do Paraná (SESA/PR). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/4834593734016142>>. E-mail: <jakeline.ms@hotmail.com>.

2 Docente de graduação em Serviço Social e Política Social do Departamento de Serviço Social da UEL. Pós-doutorado e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestrado em Psicologia Social. Bacharel em Serviço Social. Currículo Lattes: <<https://lattes.cnpq.br/6962057467940007>>. E-mail: <cmcarloto@gmail.com>.

a análise, partiu-se de uma pesquisa de campo desenvolvida no período de setembro de 2021 a janeiro de 2022. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, para a qual foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cinco pessoas que compartilham da identidade de gênero trans e travesti, selecionadas mediante abordagem “bola de neve”. O estudo apontou que o cuidado na APS tem se dado predominantemente à luz dos processos instituídos, esbarrando-se em burocracias, na falta do preparo e no desrespeito ao nome social e à identidade de gênero, dentre outras questões.

Palavras-chave: diversidade de gêneros; pessoas transvestigêneres; cuidado em saúde; Atenção Primária à Saúde.

Abstract: This article aims to analyze the health care in Primary Care offered to transgender people. Built from a theoretical-critical perspective, the work outlines, in general terms, how historically woven representations of the body, gender and sexuality are articulated in social dynamics, producing active control over certain bodies and ways of life. To support the analysis, we started with field research carried out from september 2021 to january 2022. This is a qualitative research in which semi-structured interviews were carried out with five people who share the trans and transvestite gender identity, selected through the “snowball” approach. The study pointed out that care in PHC has been predominantly given in light of the established processes, facing bureaucracy, lack of preparation, disrespect for social name and gender identity, among others.

Keywords: gender diversity; trans people and transvestites; health care; Primary Health Care.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar la atención sanitaria en Atención Primaria ofrecida a personas transgénero. Construida desde una perspectiva teórico-crítica, la obra esboza, en términos generales, cómo las representaciones históricamente tejidas del cuerpo, el género y la sexualidad se articulan en dinámicas sociales, produciendo un control activo sobre ciertos cuerpos y formas de vida. Para sustentar el análisis, partimos de una investigación de campo realizada desde septiembre de 2021 hasta enero de 2022. Se trata de una investigación cualitativa en la que se realizaron entrevistas semiestruturadas

a cinco personas que comparten la identidad de género trans y travesti, seleccionadas mediante el enfoque “bola de nieve”. El estudio señaló que la atención en la APS se ha brindado predominantemente a la luz de los procesos establecidos, enfrentando burocracia, falta de preparación, irrespeto al nombre social y a la identidad de género, entre otros.

Palabras clave: diversidad de género; personas trans y travestis; cuidado de la salud; Atención Primaria a la Salud.

INTRODUÇÃO

A discussão do cuidado em saúde para as pessoas transvestigêneres³ perpassa a compreensão da dimensão social da saúde e do reconhecimento da determinação da sexualidade e da identidade de gênero nas relações sociais como aspectos que interferem no modo de viver, adoecer e morrer de determinados indivíduos. Sua análise congrega a necessidade de apreender os elementos presentes nas sociabilidades dissidentes como reflexo da organização das relações sociais de uma sociedade cis-heteronormativa, que reverbera no processo do cuidado em saúde.

Ante a instabilidade das fronteiras que delimitam as identidades de gêneros e compreendendo que as definições da identidade trans (aquelas que subvertem, transgridem e transpõem as normas de gênero) relacionam-se a elementos que perpassam a dimensão social, objetiva e subjetiva, adotamos neste trabalho o termo transvestigênera em referência a essas pessoas enquanto sujeitos que compõem parte do universo da pesquisa. Tal opção objetiva reconhecer o caráter fluido das identidades sociais, além de apontar a limitação e a problemática das fronteiras construídas para classificar as identidades de gêneros em questão.

Um mapeamento preliminar da produção de conhecimento realizado por Campos *et al.* (2020) mostrou um expressivo aumento de pesquisas que se correlacionam às temáticas de direitos humanos, cidadania, diversidade de gêneros, sexualidades e saúde. Os estudos evidenciam que as discussões realizadas na área da Saúde estão centralizadas nos

3 Termo emergente do ativismo transfeminista, cunhado pela vereadora Erika Hilton e pela ativista Indianarae Siqueira para abarcar a diversidade das identidades que fogem do sistema sexo-gênero e designar as pessoas “que se entendem para além de vestes, roupas ou órgãos genitais” [...] (CORREIA, 2022), como forma de superar os conceitos forjados sobre as identidades que borram e escapam às normativas de gênero e de criticar as fronteiras identitárias delimitadas pelo poder hegemônico sobre as identidades trans, que, a depender do ponto de vista conceitual, epistêmico e político, as enquadram como transexuais, travestis e/ou transgêneros.

serviços especializados e em seus protocolos, bem como nas tecnologias, nos processos de mudanças corporais e nas vivências dos sujeitos transvestigêneres nesses espaços (CAMPOS et al., 2020). A referência ao atendimento na Atenção Primária à Saúde (APS) aparece como um dado de não vinculação delas aos serviços ofertados nessa esfera de atenção.

No Brasil, o processo de cuidado à saúde é organizado e estruturado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), cuja APS ocupa um lugar central na organização dos serviços da Rede de Atenção à Saúde. No SUS, a APS – a partir dos princípios e das diretrizes que a fundamentam – objetiva possibilitar o acesso universal e contínuo a serviços de saúde de qualidade e resolutivos, caracterizando-se como a porta de entrada preferencial do Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2017).

Neste artigo, procura-se problematizar como o atendimento, o cuidado e a compreensão das necessidades em saúde têm se dado à população transvestigênera nas unidades básicas de saúde (UBS), a partir das percepções desses sujeitos. As reflexões presentes baseiam-se nos dados coletados em uma pesquisa de campo realizada entre setembro de 2021 a janeiro de 2022 com pessoas transvestigêneras atendidas nas UBS do município de Londrina (PR).⁴ Trata-se de uma pesquisa qualitativa, para a qual foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cinco pessoas que compartilham da identidade de gênero trans e travesti e que se configuram como potenciais usuárias da rede pública de saúde, sendo que esses foram os critérios para a definição dos sujeitos entrevistados. O processo para a seleção dos sujeitos se deu mediante a técnica “bola de neve”, utilizando-se de cadeias de referência, em que um sujeito considerado *informante-chave* indicou pessoas para que participassem do estudo, e estas indicavam outras.

O método da bola de neve foi usado para a definição dos/as entrevistados/as por ser mais apropriado às condições e ao isolamento vividos durante a pandemia de Covid-19. As entrevistas foram realizadas mediante a assinatura de um termo de consentimento livre e esclarecido, elaborado de acordo com a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). A análise das entrevistas foi realizada a partir da perspectiva da análise temática. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual de Londrina (CAEE: 44435521.4.0000.5231).

4 A pesquisa de campo fez parte da construção da dissertação de mestrado intitulada: “O cuidado em saúde às pessoas trans-travestis na Atenção Primária à Saúde no município de Londrina (PR)”.

O artigo está dividido em três partes. A primeira parte situa as representações tecidas sobre o corpo, o gênero e a sexualidade. A segunda parte discorre sobre a organização da atenção e do cuidado em saúde à população transvestigênera. O terceiro tópico tece uma aproximação com o campo do cuidado em saúde à população transvestigênera nas UBS. Para encerrar, são apresentadas as considerações finais.

1. CORPO, SEXO, GÊNERO E SEXUALIDADE NAS RELAÇÕES SOCIAIS

O debate e a problematização da atenção e dos cuidados em saúde não podem prescindir das reflexões em torno da organização das relações sociais em determinado contexto histórico, de como tais relações vão organizar as vivências da sexualidade e da forma como vão ser tratadas as diferenças sexuais.

Butler (2010) articula os conceitos de *materialidade* e *performatividade* para pensar o processo de constituição das identidades engendradas na diferença sexual. Compartilhando das premissas dos estudos de Michel Foucault, a autora compreende que os discursos constituídos sobre o sexo – produzidos dentro de uma norma cultural – regulam, produzem, controlam e demarcam os lugares dos corpos dentro de uma determinada matriz. O corpo adquire, assim, visibilidade à medida que sua materialidade se expressa de forma inteligível dentro de uma produção cultural, sob as premissas da matriz cis-heterossexual (BUTLER, 2010).⁵ Trata-se de uma matriz que constitui um dos pilares do modo de produção capitalista, ao consolidar os valores da burguesia, que institui e define o modelo de família patriarcal, a família nuclear, o papel da mulher como reprodutora. Com base na referida matriz, os corpos, na sua dimensão anatomofisiológica e na sua dimensão social, passaram a constituir dispositivos complexos, de modo que o controle e a disciplinarização foram a força motriz” (LIMA, 2014, p. 29). São considerações importantes para o debate sobre o cuidado em saúde da população transvestigênera.

5 Estrutura naturalizante de um modo de ser dicotômico, em que só pode haver uma maneira rígida de identidade e generificação. Ela pressupõe a normatividade da orientação sexual; portanto, pode-se falar em uma heteronormatividade. Mas o termo só é possível porque existe uma cisnormatividade, que toma toda a relação de poder baseada na heterossexualidade dos corpos, em que uma vagina biológica e o corpo feminino coincidem, bem como um corpo biológico e pênis biológico tomam como pressuposto a ideia inicial de cisgeneridade (PRECIADO, 2018).

A inauguração da sexologia no século XIX, enquanto uma ciência própria do sexo, influenciou a compreensão do corpo como um campo de saber que enunciava uma verdade definitiva acerca do sexo. De acordo com Weeks (2010), baseada nas ‘verdades’ anunciadas pelo corpo, a sexologia contribuiu para determinar a maneira como as pessoas se relacionam socialmente e sexualmente, bem como os papéis desempenhados na sociedade, categorizando as práticas e as características sexuais entre normais e anormais.

Na presunção de que o corpo e o sexo revelam uma verdade, os discursos constituídos nesse campo contribuíram para o processo de definição e construção de identidades sociais. A partir de uma ideia fixa e imutável e do alinhamento das dimensões do corpo, do sexo e do gênero, buscou-se estabelecer uma identidade verdadeira e legítima dos sujeitos pela sexualidade, negando sua ambiguidade ou inconstância. Nessa perspectiva, a constituição das identidades das pessoas relacionava-se com as características físicas e biológicas e ao que se considerava normal dentro de um padrão pré-definido de características femininas e masculinas (WEEKS, 2010). Assim, presumia-se que tal corpo remetia a tal sexo, que, por si só, já enunciava um determinado gênero.

A emergência de conceitos para a definição das experiências diversas de gêneros é um fenômeno resultante da articulação das instituições reguladoras, dos saberes médicos e da mobilização dos sujeitos no cenário público e político brasileiro na busca pelo reconhecimento, além dos avanços dos estudos de gênero e sexualidade, ambos demarcados após a segunda metade do século XX (MARINHO, 2018).

Segundo Bento (2006, p. 22), a categoria transexual aparece na década de 1980 como uma conquista do avanço da ciência, ao conseguir desvendar as origens da “doença” daqueles que não se conformam e não se adaptam ao gênero imposto. A autora questiona a institucionalização da transexualidade, interpretada como uma posição identitária fixa e única, uma vez que a ciência passou a desenvolver tecnologias e instrumentos para ‘corrigir’ e ‘tratar’ essa doença. Nesse processo, a ciência construiu algo que seria aceito como ‘transexual verdadeiro’, elencando critérios para que essas pessoas fossem consideradas e pudessem ser tratadas.

De acordo com Bento (2006), o aparato do dispositivo da transexualidade se ampara em discursos que vão em direção à ideia de que uma pessoa transexual odeia sua genitália e, por isso, haveria o desejo

de uma cirurgia de transgenitalização, o que lhe permitiria exercer com êxito sua heterossexualidade. Todavia, o debate da transexualidade aponta que a discussão de identidade de gênero está desmembrada do corpo biológico, uma vez que sujeitos que têm suas genitálias e seus corpos alinhados aos padrões de normalidade instituídos, mas que ainda assim não se reconhecem nestes, modificam seus corpos na tentativa de ser socialmente aceitos a partir da semelhança com a qual se identificam. Consequentemente, o dispositivo da transexualidade, como produtor de uma lógica única para vivenciá-la, não encontra respaldo, pois não há uma única explicação para o ser.

A histórica ausência das pessoas transvestigêneres nos espaços públicos, políticos e sociais, além de sua presença predominante nas ruas e na prostituição, revela o paradoxo que tem constituído as vivências e as experiências sociais desses sujeitos e a negação de sua condição enquanto tal. Ao transgredirem e refutarem as normas sociais impostas, ao romperem os limites das “caixinhas”, do alinhamento do gênero à estrutura biológica, tais pessoas têm tido suas existências marginalizadas e patologizadas, assim como suas cidadanias negadas.

A violência cometida contra essas pessoas evidencia as tentativas de reiterar as fronteiras de gêneros e de restabelecer a norma instituída, seja na negação do reconhecimento da cidadania, da identidade e do nome social, seja na discriminação e na violência psicológica, sexual, física e simbólica. Assim, pessoas transvestigêneres têm sido despejadas, desrespeitadas, constrangidas, humilhadas, violentadas, mortas, esquarteradas e, mesmo após a morte, têm tido suas vivências e identidades negadas. Os rebatimentos desses processos de negação de direitos têm um impacto no acesso aos cuidados em saúde e na forma como se constrói a atenção a essa população. A população transvestigênera é a que mais enfrenta dificuldades no acesso a serviços de saúde, tanto pelas demandas específicas no acesso aos serviços transexualizadores, quanto pelos episódios de discriminação presentes no cotidiano dos equipamentos de saúde.

2. A ATENÇÃO E O CUIDADO EM SAÚDE PARA AS PESSOAS TRANSVESTIGÊNERES

As ações desenvolvidas pelo poder público voltadas à saúde das pessoas transvestigêneres inserem-se em um cenário de reivindicações

históricas do movimento social LGBT+ e de sua articulação com o Estado na busca pela igualdade e pelo reconhecimento dos seus direitos, para que não sejam discriminadas em função de suas identidades sexuais e de gênero. Nessa esteira, sobressaem-se a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT), a regularização e a ampliação do processo transexualizador no SUS e um conjunto de portarias promulgadas pelo Ministério da Saúde (MS). Tais medidas se relacionam com o reconhecimento da vulnerabilidade à qual essas pessoas estão submetidas e com as demandas históricas de saúde desse segmento, compreendidas por muito tempo dentro da ordem médica como pessoas portadoras de transtorno mental e/ou desvio de conduta moral e sexual.

Fundamentada nos preceitos legais que versam sobre o direito à saúde, a PNSI-LGBT foi instituída pela Portaria MS nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011, tendo o objetivo primário de promover a saúde integral dessa população, “eliminando a discriminação e o preconceito institucional, contribuindo para a redução das desigualdades e para a consolidação do SUS como um sistema universal, integral e equitativo” (BRASIL, 2013).

A produção do cuidado em saúde pressupõe a articulação com os saberes instituídos nesse campo, o uso de ferramentas tecnológicas e a conexão com o processo de trabalho em saúde, que se materializa no encontro do profissional de saúde com o usuário desse serviço. O cuidado produzido se relaciona a diversos elementos que são engendrados com vista a desencadear o processo de cura, o bem-estar e a redução de agravos à saúde (MERHY & FRANCO, 2003). Neste sentido, Duarte (2014, p. 90) aponta que a quebra de paradigmas do modelo biomédico – decorrente das experiências adquiridas advindas da epidemia da HIV/Aids e do processo transexualizador em razão do reconhecimento dos direitos sexuais, da compreensão ampliada da saúde e do reconhecimento da diversidade sexual e de gênero na determinação social do processo saúde-doença – abre possibilidades para a produção de novas tecnologias e linhas de cuidados capazes de enfrentar as iniquidades em saúde dessa população.

No entanto, há ainda desafios que necessitam ser superados no cotidiano do trabalho dos serviços de saúde para que o processo em ato se constitua de fato em um espaço potente de produção de saúde. Entre esses desafios, Duarte (2014) sinaliza a presença do tabu e do medo de abordar assuntos relacionados ao campo das sexualidades. O

autor aponta, também, que a relação intercessora entre o profissional de saúde e o usuário é marcada por um silenciamento sobre tais questões, sendo abordada em determinados espaços e com determinados sujeitos, “exceto nos campos de HIV/Aids e no processo transexualizador, como se somente nesses escopos o tema fosse legítimo”.

A constatação do autor vai ao encontro dos achados de inúmeras pesquisas sobre a temática realizadas no âmbito da saúde. Reiterando a constatação, tem-se que as linhas de cuidados voltadas à população transvestigêneres carregam a herança da década de 1980, no contexto da epidemia da Aids. Herança que vem reduzindo o atendimento a essa população em relação ao tratamento das infecções sexualmente transmissíveis (SANTOS, SILVIA & FERREIRA, 2019). Para além dessa salvaguarda da instituição no contexto do protocolo transexualizador, é irrisória a atenção à saúde da população trans e travesti.

Um elemento que se torna recorrente nos estudos e que impacta a busca da população trans pelos serviços de saúde diz respeito ao acolhimento, diretriz da Política Nacional de Humanização, presente em todas as fases do processo de trabalho em saúde. Segundo Rocon *et al.* (2019), Oliveira e Romanini (2020), a falta de um acolhimento adequado, vivenciado nos serviços de saúde de uma forma geral, constitui um dos fatores que têm afastado as pessoas transvestigêneres dos serviços de saúde, uma vez que tais espaços têm materializado o desrespeito ao nome social e outras formas de discriminação e preconceito (ROCON *et al.*, 2019).

A patologização das identidades transvestigêneres também tem sido apontada como elemento que interfere na procura, no acesso e no atendimento desses sujeitos, constituindo uma barreira que, ao mesmo tempo em que possibilita o acesso ao processo transexualizador, limita-o, à medida que estabelece um conjunto de critérios vinculados a um diagnóstico que classifica como anormais as identidades de gênero divergentes do binarismo presente no sistema sexo-gênero. Logo, pode-se entender que o processo transexualizador não é para todas as pessoas que se reconheçam como transexuais/travestis, mas para aquelas que estão dispostas a se submeter a um conjunto de procedimentos e a obedecer a critérios e regras, ou seja, para aquelas que tenham suas identidades validadas como desviantes pelo saber médico.

Para Tagliamento (2015), as barreiras de acesso à saúde com as quais travestis e transexuais se deparam relacionam-se a fatores

localizados na dimensão individual/intersubjetiva, social e pragmática, o que implica a ampliação ou a diminuição da vulnerabilidade e o processo de adoecimento dessas pessoas. Para a autora (TAGLIAMENTO, 2015),

as normas regulatórias de gênero atravessam as três dimensões da vulnerabilidade ao adoecimento, pois estabelecem relações de poder na vida cotidiana e no acesso a qualquer serviço, produzem a estigmatização e, conseqüentemente, um maior ou menor acesso aos serviços de saúde.

Assim, percebe-se que, apesar do avanço no campo normativo, a existência de serviços e políticas públicas de saúde não tem sido efetiva para assegurar o direito à saúde das pessoas transvestigêneres de forma eficiente. Trata-se de um direito à saúde que se relaciona, antes de tudo, com o reconhecimento dessas pessoas como sujeitos de direitos.

A seguir, destacam-se algumas reflexões tecidas a partir de dados da pesquisa já citada, desenvolvida sobre o cuidado em saúde para as pessoas transvestigêneres, que fornece subsídios para a reflexão sobre o cuidado em saúde, o que contribui para o aperfeiçoamento de políticas públicas de saúde que considerem as diversidades de gênero e as necessidades de saúde das pessoas transvestigêneres.

3. PERCEPÇÕES DOS SUJEITOS TRANSVESTIGÊNERES SOBRE O CUIDADO EM SAÚDE NAS UBS

Como as pessoas transvestigêneres compreendem os cuidados ofertados na APS? Elas se sentem contempladas pelos programas e serviços ofertados nas UBS? Sentem-se satisfeitas com o atendimento prestado? Consideram que suas necessidades de saúde são atendidas nessa esfera? Como elas acreditam que deveria ser o atendimento? São algumas questões que orientaram o processo de compreender as perspectivas das pessoas transvestigêneres entrevistadas sobre o cuidado ofertado, considerando suas experiências nesse espaço.

De uma forma geral, as respostas aos questionamentos vinculam-se às relações estabelecidas com as unidades de saúde e com os profissionais de saúde e as distintas experiências decorrentes. Além disso, foram acentuados alguns elementos comuns às relações dos serviços de

saúde, como a postura das/dos profissionais de saúde que ali atuam, a capacidade deles/as em prestar um cuidado orientado pelas diretrizes da atenção primária de uma forma que dialogue com a perspectiva do cuidado ampliado, integral e humanizado, além da formação das/dos profissionais de saúde e, por fim, os serviços e programas ofertados.

Partes dos elementos destacados remetem às relações constituídas entre os sujeitos envolvidos no processo do cuidado. Considerando-se que tais relações se desenvolvem de forma bastante individual/particular, alguns relatos demonstraram que, em uma mesma unidade, há profissionais disponíveis e capacitados que se sensibilizam, acolhem e articulam o cuidado em saúde de forma satisfatória, enquanto outros sequer despertam a atenção para as questões que conferem a legitimidade da expressão de gênero daqueles que buscam o atendimento ou se dispõem a compreender suas necessidades de saúde.

Assim, enquanto alguns expressaram se sentir satisfeitos com o atendimento prestado, outros mostraram diferentes níveis de descontentamento, conforme evidenciam os relatos a seguir.

– É péssimo, péssimo! [...] Já teve médico que tem até receio de relar na gente. Eu já passei por isso. Muitos nem examinam (ENTREVISTADO/A 3).

– Oh, geralmente eu não fico muito doente. Às vezes, quando eu vou, assim, eu estou gripada ou com algum corte, alguma coisa assim. Quando vou ao postinho, exames, às vezes... E tratam normal alguns, quando me veem como uma pessoa, porque às vezes você pega gente boa, às vezes você pega enfermeiros bons, às vezes ruins, então, vai de pessoa para pessoa, entendeu? Eu não tarifo todo mundo, mas vai na sorte, vamos dizer assim, na sorte (ENTREVISTADO/A 3).

Para além de responder de maneira bastante objetiva às questões propostas, as falas evidenciaram aspectos que desvelam a forma como as pessoas transvestigêneres têm sido atendidas nas unidades básicas de saúde. Nem sempre o atendimento prestado é satisfatório e/ou responde às necessidades e expectativas, o que se confirma diante da experiência compartilhada.

A frase “*e tratam normal alguns, quando me veem como uma pessoa*” mobiliza sentimentos de difícil compreensão, tamanha a densidade de seu conteúdo. Não ser visto como uma pessoa é o mesmo que dizer “travesti não é gente”, ou seja, uma afirmação utilizada para desqualificar e desumanizar as pessoas que se reconhecem a partir dessa categoria identitária. Tal expressão evidencia a vivência prática de alguns aspectos discutidos no primeiro tópico deste trabalho, que se relacionam com a forma com que os corpos que rompem e fogem das normas de gênero são percebidos/lidos na sociedade que se organiza e se estrutura a partir da binaridade, em dois sexos, dois gêneros.

No supracitado relato evidenciam-se, também, a fragmentação do corpo e a ausência da integralidade, características que marcam o modelo de cuidado biologizante. Ademais, a sequência “[...] *vai de pessoa para pessoa* [...]” sinaliza que a percepção do atendimento se atrela à postura do profissional que está atendendo.

A sorte declarada expressa uma exceção à regra, que demonstra o fato de que a grande maioria dos profissionais com os quais as pessoas transvestigêneres têm contato não dispõe de tal capacidade e disponibilidade. É “na sorte” que as pessoas transvestigêneres se deparam com profissionais qualificados, sensíveis e interessados nos cuidados. É “na sorte” que pessoas transvestigêneres são vistas como gente.

Nas falas, tem-se evidenciada a forma como as pessoas transvestigêneres compreendem e avaliam o cuidado em saúde na atenção primária, assim como o sentimento de satisfação com o atendimento e os serviços prestados, ou seja, é algo localizado e situacional. É um sentimento relativo que advém das relações estabelecidas e das tecnologias mobilizadas no trabalho em ato no processo do cuidado.

Ao avaliarem o atendimento ofertado de forma negativa, alguns/umas entrevistados/as consideram que seria interessante a organização de uma unidade de saúde para atender especificamente as pessoas travestis, com profissionais que se identifiquem com elas, que gostem de “*ter amizade com pessoas assim*”. Ela/e reconhece como fundamental a criação de um serviço de referência no município como uma alternativa para o atendimento das necessidades apresentadas de forma mais tranquila, segura e protegida. Assim, as pessoas transvestigêneres acham que podem ser evitadas diversas situações, como o receio de sofrerem preconceito, constrangimento e vergonha. Diante da discrepância no

preparo das unidades básicas de saúde no acolhimento e atendimento às pessoas transvestigêneres, elas compreendem como necessário um centro de referência de acompanhamento ambulatorial. Em contrapartida, algumas falas reforçam a ideia de que são os serviços de saúde que precisam se adequar e se capacitar para atender as pessoas transvestigêneres, não o inverso.

Apesar dos pontos de vista discordantes, as perspectivas apontam a necessidade de adaptação e aprimoramento dos serviços que compõem a APS, bem como mostram a necessidade de investimento na qualificação e capacitação dos profissionais que atuam nas unidades de saúde voltadas à temática da identidade e diversidade de gênero e sexualidade.

Ao se voltar a atenção para a capacidade dos serviços em atender as necessidades de saúde desse grupo, depara-se com percepções que indicam a insuficiência dos serviços e programas ofertados na atenção primária. Alguns relatos retomaram a baixa oferta dos serviços e programas disponíveis e apontaram a ausência de especialidades que compreendam as necessidades de saúde específicas das pessoas transvestigêneres. Quando se perguntou se sentia que suas necessidades eram atendidas nos serviços públicos de saúde, um/a entrevistado/a respondeu:

Não. Justamente por não ter essa especificidade, não ter o ambulatório [...] para estar fazendo o acompanhamento e, principalmente, o atendimento psicológico, que acho que tem mais defasagem de pessoas [...] [pois] mexe muito com o emocional a questão hormonal [...]: eleva a taxa de suicídio e depressão e realmente não tem um serviço institucionalizado que ofereça um atendimento gratuito psicológico nas UBS (ENTREVISTADO/A 4).

O que se coloca em tela é a questão da oferta dos serviços para o atendimento das necessidades de saúde das pessoas transvestigêneres que se relacionam às necessidades de saúde mais comuns, que disputam o acesso junto à população em geral, como os serviços de psicologia, atendimentos clínicos, exames, entre outros. Mesmo aqueles que manifestaram sentir-se contemplados pelos serviços e programas ofertados sinalizaram a demora, a fila, o tempo de espera, entre outras questões.

Já em relação às demandas de saúde específicas, a situação piora diante da ausência de profissionais capacitados para realizar o acompanhamento, como consultas e a realização de exames preventivos e o próprio acompanhamento do processo de hormonização.

Ainda assim, enquanto alguns/mas declararam não se sentir contemplados/as pelos serviços e programas ofertados na atenção primária, outros, apesar de esbarrarem em certas dificuldades, entendem que os serviços e programas possuem a capacidade de atender às demandas gerais de saúde. Frente a isso, afirmaram que os profissionais de saúde deveriam se capacitar, se qualificar e mostrar mais interesse nas questões relativas à saúde das pessoas transvestigêneres, para que possam compreender melhor o seu quadro de saúde, as particularidades e especificidades expressadas pelos corpos transvestigêneres em suas múltiplas dimensões. Habilidades como saber como tratar e quais procedimentos adotar, operacionalizar o sistema, respeitar a identidade de gênero e atentar ao nome social são alguns aspectos apontados e que, com base nas perspectivas destacadas pela pesquisa, necessitam ser observados para o aprimoramento do cuidado ofertado.

Os relatos evidenciam, também, em linhas gerais, diferenças abissais entre as unidades de saúde. Se, por um lado, há unidades com profissionais bem preparados, por outro, há aquelas que sequer sabem o que é nome social ou como incluí-lo no sistema. Enquanto alguns profissionais de saúde se mostram comprometidos com os interesses do usuário, outros nem mesmo mostram conhecimento da rede ou procuram saber mais sobre as necessidades de saúde colocadas.

Neste sentido, para além das questões técnicas e operacionais, alguns relatos evidenciam que o cuidado em saúde tem se consolidado na perspectiva da falta: falta de qualidade, de conhecimento, de comprometimento, de respeito, de empatia, de responsabilização, de interesse. Tais elementos se fazem, inclusive, presentes nas falas das pessoas transvestigêneres, quando compartilham como entendem que deveria ser o atendimento nas unidades de saúde ou sobre o que esperam do atendimento nas UBS. Como exemplo, destacam-se as falas a seguir.

– Ser tratado com mais qualidade, de me sentir importante, respeitado, da pessoa te tratar com empatia, com interesse, de olhar para você e você sentir que a pessoa realmente se importa com você [...] (ENTREVISTADO/A 2).

– Acho que, primeiramente, humanizado [...] [no sentido] de respeitar a identidade de gênero, o nome da pessoa, coisas básicas assim e, principalmente, ter resolutividade nos atendimentos, porque muito o que acontece é tipo: “a gente não pode fazer nada [...], não é aqui que faz [...]” e não falam onde é que é [...]. Tinha que ter resolutividade (ENTREVISTADO/A 5).

– As pessoas deveriam se interessar mais, procurar saber, como que deve tratar, chamar, respeitar, independentemente do que for, sabe? [...] Eu acho que eles deveriam se especializar mais [...] mesmo e ter um pouco mais de consciência de saber respeitar gênero, sabe? Como a pessoa quer ser tratada, quer ser vista [...]. Eu acho que entra mais essa questão social, uma questão disso, mais de como, como [...]. Acho que eles deveriam estudar mais (ENTREVISTADO/A 5).

Parte dos aspectos pontuados compõe a dimensão das tecnologias leves. Relacionam-se à esfera da micropolítica do cuidado, do trabalho vivo em ato, dos encontros e das relações constituídas no processo de trabalho em saúde. Na esfera normativa, outros aspectos ainda orientam o trabalho em saúde e configuram-se como atributos que estruturam a APS na perspectiva ampliada e fortalecida. São também elementos acentuados em documentos oficiais que tratam da matéria e preconizam a garantia do direito à saúde pública, universal e de qualidade. Sua análise permite compreender como o cuidado em saúde tem se consolidado nessa esfera de atenção. Vê-se, assim, que ainda há muito a se caminhar para a produção de um cuidado em saúde que considere o sujeito em sua integralidade, comprometido com as necessidades e os interesses dos usuários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se analisarem a atenção e o cuidado em saúde às pessoas transvestigêneres, evidencia-se a predominância de alguns aspectos que têm marcado o cuidado em saúde dessas pessoas, como questões relacionadas ao desrespeito à identidade de gênero e ao nome social, além da falta de preparo dos profissionais que atuam nos serviços de saúde e da vivência de situações de preconceitos e discriminação, entre outras.

A análise dos conteúdos evidenciou a dimensão da tecnologia leve e leve/dura na produção do cuidado em saúde. Nela, o vínculo, o acolhimento e a integralidade foram destacados como elementos que contribuem para a produção de um cuidado integral que dialogue com as expectativas e necessidades de saúde dos usuários.

No referido cenário, o processo de trabalho em saúde e a dimensão do componente relacional são elementos centrais para determinar a direção do cuidado ofertado. Observaram-se posturas e processos de cuidado distintos, que se diferenciam, sobretudo, pela relação e pelo vínculo estabelecidos entre os/as trabalhadores/as da saúde e os/as usuários/as. Destarte, sinaliza-se que o modo como os profissionais de saúde se colocam diante dos/as usuários/as transvestigêneres pode contribuir para a busca ou o afastamento dessas pessoas do serviço de saúde, em função dos afetos ou da sua falta despertados nesse processo.

Em relação ao cuidado em saúde na atenção primária, diversos entraves relacionados ao acesso, à organização, à oferta dos serviços, à gestão e ao manejo do cuidado foram pontuados, sendo identificados como fatores que comprometem o desenvolvimento de um cuidado integral e resolutivo. No citado cenário, destacam-se algumas barreiras que influenciam a busca e o acesso das pessoas transvestigêneres à APS: o desrespeito à identidade de gênero e ao nome social, além das vivências de situações de constrangimento, desrespeito e discriminação, que denotam a dimensão do preconceito que permeia as relações sociais. Elas aparecem como elementos que impossibilitam que o cuidado se concretize em uma perspectiva integral e ampliada, em alinhamento aos pressupostos do SUS, da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), do modelo assistencial da APS e das demais normativas que orientam a política e o cuidado em saúde.

Por fim, a pesquisa evidencia a necessidade de que a gestão e os serviços de saúde se organizem de forma a identificar e a problematizar as dificuldades enfrentadas pelos sujeitos envolvidos no processo de cuidado. Aponta a necessidade de desenvolvimento de ações e políticas públicas que invistam na qualificação e na educação permanente dos profissionais de saúde, na criação de serviços especializados e na promoção da discussão dos fluxos, processos e protocolos, de forma a superar a fragilidade dos serviços e fomentar espaços de discussões e reflexões sobre a dimensão social da identidade de gênero, de modo que confirmem visibilidade às vivências e às vulnerabilidades das pessoas transvestigêneres, uma vez que elas se expressam em suas necessidades de saúde.

REFERÊNCIAS

- BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: gênero e sexualidade na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, 2017.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, 2013.
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. *In*: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O Corpo Educado**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, p. 151-172.
- CAMPOS, A. G. de O. et al. Prejudice and discrimination suffered by transgender persons in health services: Integrative literature review. **Research, Society and Development**, [S.l.], v. 10, n. 5, p. e26510514590, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i5.14590. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/14590>>. Acesso em: 6 jan. 2024.
- CORREIA, Mariama. **Agência Pública**. Erika Hilton e a resistência transvestigênera no poder. Janeiro de 2022. Disponível em: <<https://apublica.org/2022/01/erika-hilton-e-a-resistencia-transvestigenera-no-poder/#:~:text=A%20vereadora%20tamb%C3%A9m%20usa%20o,pessoas%20que%20fogem%20do%20CISTema%E2%80%9D>>. Acesso em: 31 out. 2022.
- DUARTE, Marco J. Diversidade sexual, políticas públicas e direitos humanos: saúde e cidadania LGBT em cena. **Temporalis**, Brasília, v. 14, n. 27, p. 77-98, 2014.
- LIMA, Fátima. O que pode o corpo? Fronteiras e transposições. *In*: RODRIGUES, A. et al. (orgs.). **Transposições: lugares e fronteiras em sexualidade e educação**. Vitória: EDUFES, 2015, p. 201-212.
- MARINHO, Silvana. Diversidade de gênero na sociabilidade capitalista patriarcal: as identidades trans em perspectiva. **Revista Katálysis [online]**, v. 21, n. 3, 2018.

MERHY, E. E.; FRANCO, T. B. Por uma composição técnica do trabalho centrada nas tecnologias leves e no campo relacional. **Saúde em Debate**, Ano XXVII, v. 27, n. 65. Rio de Janeiro: set./dez. de 2003.

OLIVEIRA, Itauane de; ROMANINI, Moises. (Re)escrevendo roteiros (in)visíveis: a trajetória de mulheres transgênero nas políticas públicas de saúde. São Paulo: **Saúde e Soc.**, v. 29, n. 1, 2020.

PRECIADO, Paul B. Multidões queer: Notas para uma política dos ‘anormais’. **Revista de Estudos Feministas**, vol. 19, nº 1. Florianópolis, jan./abr. 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000100002>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

ROCON, Pablo C. et al. Desafios enfrentados por pessoas trans para acessar o processo transexualizador do Sistema Único de Saúde. Botucatu: **Interface**, v. 23, 2019.

SANTOS, J. S. dos; SILVA, R. N. da; FERREIRA, M. de A. Saúde da população LGBTI+ na Atenção Primária à Saúde e a inserção da Enfermagem. Rio de Janeiro: UFRJ, **Escola de Enfermagem Anna Nery**, v. 23, n. 4, 2019.

TAGLIAMENTO, Grazielle. Direitos humanos e a saúde: a efetivação de políticas públicas voltadas à saúde integral da população trans. *In*: BRASIL. **Transexualidade e travestilidade na saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015, p. 65-80.

WEEKS, Jeffrey. O Corpo e a Sexualidade. *In*: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O Corpo Educado: Pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 35-82.

SER Social

SEXUALIDADES, LUTAS E DIREITOS
DA POPULAÇÃO LGBTQIA+

Brasília (DF), v. 26, nº 54, de janeiro a junho de 2024

Saúde para idosos LGBTI+: histórico de lutas, desafios e a contribuição do Serviço Social

*Health for LGBTI+ elderly people: history of struggles,
challenges and the contribution of Social Service*
*Salud para ancianos LGBTI+: historia de luchas,
desafíos y el aporte del Servicio Social*

Paloma Miranda Silva de Oliveira¹
<https://orcid.org/0009-0009-5538-6362>

Recebido em: 20/07/2023

Aprovado em: 24/01/2024

Resumo: O presente artigo discorre sobre a atenção em saúde para idosos LGBTI+, expondo as problemáticas que perpassam o trato da sexualidade e da diversidade sexual enquanto vetores importantes a serem considerados no seu processo saúde-doença. Para tal finalidade, o artigo traz o histórico de lutas para instituir, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Em seguida,

¹ Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/4849142818449257>>. E-mail: <palomaoliveira73@outlook.com>.

problematiza a ausência de elaborações sobre o envelhecimento no âmbito da política, buscando desvelar os rebatimentos do déficit de uma atenção em saúde especializada para tais indivíduos. Ademais, apresenta dados do contexto de violências estruturais que vão singularizar o envelhecimento, provocando reflexões acerca do compromisso do Serviço Social enquanto profissão interligada às políticas públicas, construindo algumas provocações acerca da importância de consolidar o debate na prática.

Palavras-chave: LGBTI+; velhice; Política de Saúde; sexualidade; Serviço Social.

Abstract: This article discusses health care for LGBTI+ elderly people, exposing the problems that permeate the treatment of sexuality and sexual diversity as important vectors to be considered in their health-disease process. To this end, the article presents the history of struggles to establish, within the scope of the Unified Health System (SUS), the National Comprehensive Health Policy for Lesbians, Gays, Bisexuals, Transvestites and Transsexuals. It then problematizes the lack of elaborations on aging within the policy scope, seeking to reveal the consequences of the deficit in specialized health care for such individuals. Furthermore, it presents data from the context of structural violence that will make aging unique, provoking reflections on the commitment of Social Work as a profession linked to public policies, building some provocations about the importance of consolidating the debate in practice.

Keywords: LGBTI+; old age; Health Policy; sexuality; Social Work.

Resumen: Este artículo discute la atención a la salud de personas mayores LGBTI+, exponiendo los problemas que permean el tratamiento de la sexualidad y la diversidad sexual como vectores importantes a ser considerados en su proceso salud-enfermedad. Para ello, el artículo presenta la historia de las luchas por establecer, en el ámbito del Sistema Único de Salud (SUS), la Política Nacional Integral de Salud para Lesbianas, Gays, Bisexuales, Travestis y Transexuales. Luego problematiza la falta de elaboraciones sobre el envejecimiento dentro del ámbito de la política, buscando revelar las consecuencias del déficit de atención de salud especializada para tales personas. Además, presenta datos del

contexto de violência estrutural que harán único el envejecimiento, provocando reflexiones sobre el compromiso del Trabajo Social como profesión vinculada a las políticas públicas, construyendo algunas provocaciones sobre la importancia de consolidar el debate en la práctica.

Palabras clave: LGBTI+; vejez; Política de Salud; sexualidad; Trabajo Social.

INTRODUÇÃO

A progressão da taxa de envelhecimento da população brasileira tem se tornado cada vez mais alvo de discussões a respeito do que seus números podem nos apresentar sobre a realidade dos próximos anos. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) relativos às características dos moradores e de seus domicílios, socializada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre 2012 e 2017, a população idosa no Brasil aumentou 4,8 milhões. O dado indica um aumento de 18% da população idosa brasileira, que tem se tornado cada vez mais volumosa, adensando para 30,2 milhões.

Quando abordamos questões relativas ao envelhecimento de um país pertencente ao sul global, não podemos perder de vista as configurações que perpassam a construção do Brasil e como elas vão atribuir particularidades à população brasileira. Historicamente localizado na periferia do capitalismo, com fortes traços do colonialismo e do escravismo na composição das suas relações políticas, sociais e econômicas, o Brasil comporta relações de procedência direta entre a sua população envelhecida e situações de pobreza e precariedade. A situação se agrava sobretudo nas Regiões Norte e Nordeste, chegando a um contingente de pobreza de mais de 50% das populações de alguns estados (MAPA DA NOVA POBREZA, 2022).

Diante dos elementos colocados, é indissociável refletir a respeito do papel das políticas de seguridade social – previdência, assistência e saúde –, pois a expansão das demandas do perfil populacional, que se adensa, implica sua capacidade de respostas a essa realidade. Trazendo a saúde para o foco da análise que busco construir aqui, é central debater a qualidade do acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), pois é certo que, apesar das diferenças presentes, o fenômeno do envelhecimento

pressupõe cuidados específicos em saúde, de complexidades e demandas variadas.

Analisar o envelhecimento requer apreendê-lo como algo ausente de universalidade e naturalidade, pois é profundamente marcado pelas configurações em que se estrutura o modo de produção capitalista (TAVARES, 2020), visto que a lógica que supõe a ultrapassagem e a marginalização da população envelhecida é subsidiada pela classificação cronológica relacionada à sua inserção na divisão social do trabalho, enquanto detentora de valor de uso (força de trabalho) e produtora de valores de troca (mercadoria) para o capital (PAIVA, 2012).

De modo alinhado à dada realidade, a velhice – em seus aspectos culturais e sociais – é renegada, tomada como insulto por alguns, em detrimento da busca por associações à juventude. Conforme coloca Paiva (2012, p. 124), “a velhice, assim reproduzida, perde a sua humanidade; o ser humano, igual a qualquer mercadoria, com o passar o tempo, o tempo do capital, perde a sua validade”. Vive-se sob a ordem da obsolescência programada dos indivíduos, fragmentando a vida segundo o culto à juventude, produzido pelo mundo ocidental.

Sob o referido panorama, é preciso trazer à tona a importância de salientar a heterogeneidade da citada população, observando-se que alguns aspectos – como gênero, raça, regionalidade e sexualidade, dentre outros – são elementos que lhes atribuem experiências diversas. Vale ressaltar que, ao contrário do pensamento do senso comum, mesmo dentro do segmento dos idosos, há diferenciações que vão expressar singularidades a partir da idade. Logo, é a partir de tais marcadores que o processo de envelhecimento apresentará diferenciações para a referida população, localizando suas experiências e potencializando ou não os seus acessos.

Mediante o exposto previamente até aqui, o presente artigo teórico intenciona trazer algumas reflexões acerca da atenção à saúde para idosos LGBTI+, buscando desvelar a relevância do inter cruzamento entre envelhecimento e sexualidade para pensar as especificidades do atendimento em saúde para o novo contingente populacional idoso diverso, que cada vez mais se expande no País. Assim, com o objetivo de traçar um percurso teórico fluido, inicialmente resgatarei o histórico de lutas do movimento LGBTI+ em torno da sua inclusão na política de saúde, problematizando a ausência de menções significativas à população idosa em sua estruturação. Em seguida, trago questões preliminares para cogitar

a incidência da diversidade sexual entre os idosos como crucial para pensar sua integralidade, discutindo algumas especificidades e necessidades que atravessam a saúde desses indivíduos. Por fim, ressaltaremos o papel dos assistentes sociais, enquanto profissionais majoritariamente inseridos nos espaços de saúde, na garantia dos direitos de tais usuários, resgatando algumas iniciativas no âmbito das instâncias organizativas e dos espaços de produção de conhecimento da profissão acerca do compromisso com a expansão dos direitos da população LGBTI+.

PERCURSO HISTÓRICO DO ACESSO À SAÚDE PELA POPULAÇÃO LGBTI+: LUTA PELA CONQUISTA DO DIREITO

O caminho traçado aqui intenciona compreender os processos sócio-históricos e políticos que constituem as bases de proposição da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT). É mediante o entendimento do decurso histórico da política de saúde no Brasil e de suas particularidades que podemos apreender os atravessamentos estruturais das políticas “à brasileira”. A diversificação histórica da intervenção estatal sobre o público-alvo abre caminhos para a consolidação de demandas advindas da pressão social e a ampliação de pautas atreladas à visibilidade dos grupos pertencentes aos novos movimentos sociais que efervesceram no Brasil a partir dos anos de 1980.

Apesar dos antagonismos e das tensões que perpassam o referido período, o fortalecimento do Movimento de Reforma Sanitária foi essencial para pensarmos a garantia do direito ao acesso à saúde para pessoas LGBTI+. Pois é sobre a ideação de suas bases universais e equitativas que se começa a pensar a democratização de um modelo de saúde para as camadas marginalizadas socialmente. Ressaltar a importância da Reforma Sanitária para a construção do diálogo acerca de políticas de saúde para populações específicas, apesar de se reconhecer o longo caminho que ainda precisa ser percorrido, é entender a importância das articulações do passado para a consolidação das conquistas presentes e das que são almejadas para o futuro.

Somado a tais questões, é importante acentuar a relevância do reconhecimento das determinações sociais da população como ponto relevante do processo saúde-doença. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define os campos do trabalho e da vida dos indivíduos como

ambientes que podem apaziguar ou contribuir para o referido processo, deixando de lado análises simplistas de causa e efeito. Por isso, o discernimento sobre as particularidades sociais, políticas e econômicas situa a realidade dos indivíduos, impulsionando diferentes abordagens em saúde, além de inserir a saúde em outras esferas de combate às desigualdades sociais, partindo do entendimento de que fatores como sexualidade, raça e idade, dentre outros, são pontos integrais para a composição do referido direito.

Para o início das proposições expostas aqui, é necessário conceituar o entendimento sobre o Movimento LGBTI+ na atualidade e, para isso, faço uso das palavras de Pereira (2016, p. 119).

O Movimento LGBT é um movimento rico, plural e composto por uma infinidade de sujeitos/as e práticas que visam, de um modo ou de outro, modificar o campo da cultura, efetivar e ampliar direitos e superar o quadro de violências motivadas pela discriminação e ódio contra aqueles/as que escapam às normas hegemônicas de gênero e de sexualidade historicamente construídas no tecido social.

O primeiro momento é caracterizado pelo surgimento do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), que se dá por intermédio do grupo Somos e do jornal Lampião da Esquina (1978-1981), duas formas de resistência e fortalecimento dos ideais progressistas entre os anos de 1978 e 1983. Segundo Oliveira (2010, p. 376), “[...] a mobilização política foi pautada pelos sujeitos de forma a construir uma identidade homossexual, a partir de microestruturas”. Entretanto, alguns indivíduos questionavam o momento enquanto propício a lutas mais importantes, causando alguns enfrentamentos e rupturas no movimento. Logo, deu-se origem ao primeiro grupo de lésbicas (a partir do Somos) e também ao Grupo Gay da Bahia (GGB), o primeiro do Nordeste brasileiro.

O início da epidemia de HIV/Aids,² na década de 1980, incidiu de maneira irreversível sobre a estruturação do movimento, ceifando precocemente a vida e a saúde de diversos dos seus integrantes. Naquele contexto iniciou-se a segunda onda do movimento, trazendo alguns

2 A Aids é uma doença causada pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV) e interfere no desempenho do organismo para combater múltiplas infecções, causando uma propensão maior à contração de diversas doenças (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016).

ganhos, como o Programa Nacional de Controle de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids, vinculado ao Ministério da Saúde, em 1987, que não tinha ligação direta com o público LGBTI+, mas que constituiu uma grande conquista, devido ao perfil dos principais acometidos.

A década de 1990 ficou marcada pelo fortalecimento e pela organização dos movimentos LGBTI+ em torno da garantia de direitos, respaldando também a importância de desenvolver ações voltadas ao combate e à prevenção da Aids (FERREIRA & NASCIMENTO, 2022). Logo, é naquele período que ocorrem iniciativas como a inclusão de procedimentos para o tratamento da Aids no SUS e o credenciamento de hospitais para o acompanhamento de pessoas com HIV. Há também o início da sistematização das notificações para o controle de novos casos pelo Sinan.³

Pereira (2016) coloca como marca do terceiro momento a adesão de diversos grupos LGBTI+ referentes aos setores universitários, religiosos e partidários, dentre outros, ao corpo central do movimento. Todavia, as tensões advindas do modelo de governo neoliberal, vigente à época, acabaram por incentivar a estruturação do movimento em organizações não governamentais, o que acirrou a disputa pela aprovação de projetos, tendo a saúde como objetivo principal. Embora os serviços de saúde tenham se tornado espaços privilegiados de acessos para as populações LGBTI+, houve uma centralização na prevenção e no tratamento da Aids. Por isso, ocorre uma expansão do espaço de reivindicação, consolidando a presença de lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais na composição do movimento e também enquanto parte da política de saúde que se lutava para construir.

Avançando um pouco na trajetória da luta LGBTI+, chegamos aos anos 2000, quando presenciamos a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência, trazendo a pauta LGBTI+ e os representantes do segmento para ocupar as cadeiras do Legislativo e do Executivo. Como frutos da referida abertura, temos o programa Brasil Sem Homofobia, em 2004; a abertura de assento para os coletivos LGBTI+ no Conselho Nacional de Saúde (CNS), em 2006; e as deliberações específicas sobre a população LGBTI+ no relatório final da 13ª Conferência Nacional de Saúde, em 2007. O governo objetivou a promoção de direitos, tomando a saúde como uma das prioridades, formalizando o Comitê Técnico de

3 Sistema de Informação de Agravos de Notificação.

Saúde da População de Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais do Ministério da Saúde, que estruturou o que viria a se tornar a PNSI-LGBT⁴ (BRASIL, 2011).

Posteriormente, em 2008, temos a concretização de uma primeira versão da PNSI-LGBT, vindo a ser finalizada e oficialmente instituída pela Portaria MS nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011. Sua marca parte do pressuposto da visão da orientação sexual e da identidade de gênero como alvo de preconceitos sociais que acarretam processos de adoecimento e sofrimento. Por isso, seu objetivo geral se constrói na promoção da saúde integral para lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis, a fim de combater também o preconceito institucional e amenizar as desigualdades circunscritas na sociedade pela facilitação do acesso à rede integral e equitativa de saúde (BRASIL, 2011).

Debater o movimento de questionamento e construção de uma saúde de acesso democrático é entender a correlação de forças que compôs sua institucionalização e permanece no seu interior, de forma a nos permitir apreender a influência desses embates travados no SUS, que se materializam na atualidade. Refletir sobre a saúde para idosos LGBTI+ implica deparar-se com ausências de elaborações específicas na política, que apenas cita a palavra “idoso” uma vez, de maneira genérica, no seguinte objetivo específico nº 10: “oferecer atenção e cuidado à saúde de adolescentes e idosos que façam parte da população LGBT” (BRASIL, 2011).

O corpo do texto da PNSI-LGBT não faz nenhuma outra menção ao envelhecimento como parte importante dos determinantes da saúde desses indivíduos, deixando apenas uma citação abstrata, no encargo de contemplar a complexidade do envelhecimento na diversidade sexual. Como resultado, historicamente tem sido construído um “não lugar” a tais indivíduos na promoção e no cuidado em saúde, tendo em vista a dupla invisibilização das suas demandas e especificidades. Contudo, com isso, não quero invalidar a referida política enquanto conquista indispensável, pois é partindo-se da base do que já é material que se podem construir perspectivas futuras de expansão do debate, conforme proponho no momento.

Entretanto, é necessário realizar uma leitura crítica das citadas referências para introduzir aproximações, também trazendo à tona a

incidência de forças conservadoras que perpassam historicamente a política de saúde e as suas influências na estruturação de uma fragmentação a partir da setorialização das políticas. Ademais, a materialização da referida política vem da necessidade de reconhecer e lidar com o preconceito que afeta o processo saúde-doença da população em questão a partir da violência estruturalmente enraizada social e institucionalmente. Tais processos de violência incidem durante toda a trajetória desses indivíduos, afetando suas histórias de maneiras diversas ao longo da vida e assumindo formas diferentes, porém de maior intensidade, se somadas ao indicativo da idade avançada, como veremos no próximo item.

SAÚDE PARA A POPULAÇÃO IDOSA LGBTI+: QUESTÕES INDISPENSÁVEIS AO DEBATE

Na contemporaneidade, é notável o crescimento do discurso acerca da individualização das velhices, de modo a atribuir a resignificação da idade propecta à busca da autonomia enquanto central para controlar a construção do seu valor social (BITENCOURT & DALTO, 2021). Trata-se de uma concepção que tem desconsiderado as particularidades dos marcadores sociais do referido público, trabalhando ao lado da lógica neoliberal de responsabilização dos próprios indivíduos sob o pretexto do deslocamento, materializada na substituição de termos como “idosos” ou “velhos” para “melhor idade” ou “terceira idade”.

Dialogar sobre as suas especificidades supõe deparar-se com a ausência ou um debate mínimo no que se refere a algumas questões. Aqui será firmada a perspectiva da sexualidade desses indivíduos enquanto campo essencial, buscando-se compor uma análise com o viés da totalidade do ser social. Primeiramente, debater a sexualidade implica conceituá-la para além do que é característico do ato sexual, explorando seus diversos ângulos. Em segundo plano, é necessário deslocá-la do paradigma hétero-cis-normativo,⁵ imposto socialmente a partir das estruturas patriarcais e LGBTfóbicas, que historicamente têm sustentado as conservadoras nuances do sistema capitalista pelo Estado, que define quem pode gozar de cidadania, apoiado nos padrões de interesse da reprodução sistemática (PEIXOTO, 2019).

5 O termo diz respeito às exigências de padronização comportamental que se alinham a uma orientação heterossexual e à expressão de gênero cis-normativa, que, por sua vez, está alinhada à pré-designação dos papéis sociais do ser mulher e do ser homem pelo sexo biológico.

Em contrapartida, a construção da diversidade também é um produto da complexificação da divisão social do trabalho, que alterou a dinâmica das relações e necessidades sociais, trazendo a individuação como fruto de processos também objetivos e interligados à ordem do capital (CISNE & SANTOS, 2018). Embora alguns insistam em situá-las enquanto processos subjetivos e involuntários, a sexualidade e a consequente diversidade sexual são construídas socialmente, sendo modeladas no interior das relações de poder (WEEKS, 1999). Vejamos: o espectro da sexualidade é manifestado em todas as expressões do indivíduo e perpassa a maneira com que este vai se introduzir no social, com as conexões estabelecidas e a forma de se apresentar nos diversos espaços que o recebem. Portanto, todos os aspectos de como o indivíduo se insere na sociedade perpassam as conformações do que diz respeito à sua sexualidade, não podendo ser reduzida apenas a interações físico-sexuais.

Weeks (1999) aponta que a sexualidade é mais do que o corpo, uma vez que se adere à sua conceituação a relação com crenças, ideologias e imaginações. Tais aspectos a constituem enquanto um fenômeno social e histórico, sendo a sua elaboração profundamente ligada à edificação de modelos de comportamentos sociais e sexuais ao longo dos séculos. Trata-se de uma lógica que implica, portanto, a sua análise por um viés que também é crítico e político, pois ultrapassa os limites do que é privado, tornando-se pressuposto de coerção.

Da perspectiva social, o exercício da sexualidade supõe diferentes experiências aos indivíduos, a depender da forma com que é vivenciada, tendo-se por base a existência do inteligível sistema sexo-gênero-sexualidade, fundado na heteronormatividade (IRINEU & FROEMMING, 2012). Trata-se de um modelo que historicamente molda o controle afetivo-sexual, relegando a subversão do padrão imposto a contextos discriminatórios e de violações da cidadania enquanto direito.

Consequentemente, a mudança do perfil sociodemográfico da população brasileira vem solicitando o aprofundamento do debate da sexualidade como uma dimensão elementar no processo saúde-doença.⁶ É uma noção que considera a discussão do seu entendimento social e histórico, o que lhe impõe quesitos além do que é subjetivo. Entretanto, o debate da sexualidade na velhice, apesar de ter se tornado público,

6 Conceito que apreende a saúde a partir dos diversos fatores sociais, biológicos, culturais e econômicos que perpassam a composição dos indivíduos.

não possui grandes elaborações a respeito do prisma de como garantir os direitos sexuais dos indivíduos em questão (ALVES, 2023). Logo, é substancial abranger a totalidade que a compõe, superando sua abordagem no cuidado em saúde com base apenas em intervenções, relacionadas ao período reprodutivo, aos métodos contraceptivos e à prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (IST).

Pensar a dinâmica das relações de poder que perpassam o tema implica trazer o debate da diversidade sexual alocada dentro das múltiplas expressões da sexualidade, visto que a população LGBTI+ (composta por lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, intersexuais etc.) é profundamente atravessada por processos de violência e coibição por parte das instituições sociais legitimadas em posições de controle.

A fim de discutir a saúde de uma forma integral para idosos, é preciso anuir a respeito da existência da diversidade, pois é imprescindível também descentralizar o debate da hétero-cis-normatividade sobre os corpos, bem como combater a invisibilidade e a marginalização historicamente atribuídas, porque nossa construção colonial, escravista e patriarcal criou estruturas de opressões que beneficiaram profundamente o capitalismo brasileiro (PEIXOTO, 2019). Trata-se de uma noção que também traz a lógica burguesa de universalização dos corpos segundo o padrão europeu do séc. XX, localizando no outro o desajuste que precisava ser exterminado.

No tocante aos aspectos histórico-sociais do passado, mas que ainda permanecem profundamente enraizados de formas atualizadas no presente, Pereira discorre que

o disciplinamento para controle dos corpos e os impactos bastante perversos sobre diferentes formas de existir trazem essas raízes dolorosas como um elemento presente e cotidiano, bastante manifesto nas dinâmicas institucionais e formas operativas em relação aos sujeitos (2023, p. 22).

Na atualidade, a invisibilização do que diz respeito a determinadas populações, como a população idosa LGBTI+, tem relegado o tema ao desconhecimento de suas particularidades por parte da política de saúde e dos profissionais que a materializam. É um fato que expressa uma correlação com a escassez de elaborações políticas e acadêmicas acerca de velhices homoafetivas, conforme aponta Henning (2016).

Entretanto, ainda que de maneira tímida, o debate tem sido corporificado no Brasil pela perspectiva das sexualidades dissidentes, em detrimento dos estudos sobre o envelhecimento.

Problematizar a construção dos espaços de saúde requer evidenciar a incidência do padrão hétero-cis-normativo amalgamado em nossa cultura, que, por consequência, impõe barreiras históricas ao acesso de determinadas populações. A orientação sexual e a identidade de gênero são questões que têm incidido sobre a dinâmica da determinação em saúde, sendo vetor de constrangimentos, violências e discriminações nos serviços (FERREIRA & NASCIMENTO, 2022). Trata-se de uma realidade que tem se expressado como um reflexo da ausência de uma formação profissional voltada ao atendimento das especificidades da população LGBTI+ nas diversas áreas que compõem a atenção à saúde, resultando em posturas antiéticas, que afastam os referidos sujeitos, violando seus direitos.

O envelhecimento da população em questão supõe a intensificação do seu afastamento dos espaços de promoção à saúde, visto que impulsiona uma dupla marginalização, expressa também na desconsideração da presença de uma sexualidade em idosos. O mito da velhice assexuada tem construído um padrão que tem subtraído o livre exercício da sexualidade (HENNING, 2016), invisibilizando um importante aspecto de construção subjetiva e objetiva. Em consequência, acarreta-se a incidência de posturas neutras na realização de consultas direcionadas à população idosa, afetando o processo de adoecimento dos referidos indivíduos, que não são acolhidos de maneira integral, o que fragmenta os atendimentos e dificulta a localização das especificidades e demandas.

Pensar o que compete às necessidades de saúde da população idosa LGBTI+ implica considerar a construção de uma vida atravessada por diversos processos de violência construídos de forma singular e agravados por questões raciais, de gênero, classe, território etc. É um contexto que tem agravado situações de isolamento social, devido à fragilização e ao rompimento de vínculos com familiares, causando dificuldades de estabelecer relações na comunidade, o que implica processos de adoecimento psicológico e abuso de álcool e drogas. Consequentemente, a baixa adesão aos serviços de saúde por lésbicas ao longo da vida tem agravado doenças como câncer de mama e do colo de útero, para além do expressivo desconhecimento relacionado ao risco de exposição a infecções sexualmente transmissíveis. Para

travestis e transexuais, existe uma dificuldade de acessar a realização de procedimentos de hormonização, cirurgias de modificação corporal e genital, bem como um acompanhamento multiprofissional (CARDOSO & FERRO, 2012). Como resultado, há procura e utilização de silicone industrial, uso de hormônios sem o devido acompanhamento e a realização de cirurgias com alto risco.

A análise do que é específico ao envelhecimento dos indivíduos em questão supõe diversas fragilizações que se constroem ao longo de suas vidas, intensificando-se e adquirindo novas nuances a partir da idade avançada. A desvalorização ocidental do envelhecimento adensa ainda mais a marginalização de indivíduos LGBTI+ quando adentram na fase propecta, duplicando a invisibilização de suas necessidades sociais. Mediante o contexto apresentado, torna-se urgente a necessidade de problematizar como têm se construído as implicações da ausência do referido debate no campo da política, bem como as possíveis estratégias de articulação das demandas aqui localizadas.

Longe de almejar esgotar o debate neste curto espaço, penso que a problemática da saúde enquanto um direito humano garantido e acessível por todos de maneira equitativa tem sido um debate muito caro para idosos LGBTI+. Tendo em vista que os indivíduos em questão foram fundamentais na luta pela expansão do direito à saúde da categoria, sua realidade torna contraditório o não tensionamento do debate acerca do acesso de qualidade no presente e no futuro para os que foram tão cruciais na construção da luta no passado. Além do mais, é importante salientar que tal movimento deve se construir coletivamente, tornando fundamental o comprometimento dos profissionais situados nos mais diversos espaços de saúde; dentre eles, os assistentes sociais.

ELEMENTOS IMPORTANTES PARA COMPOR O DEBATE E AS CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL

Apresentar os elementos históricos da luta pelo reconhecimento do direito à saúde da comunidade LGBTI+ implica reconhecer o que foi conquistado para pensar caminhos que atravessam a problemática do presente, considerando que as demandas sociais tendem a se complexificar perante a evolução das relações sociais, por sua vez atravessadas por inúmeras determinações (de raça, gênero, classe, sexualidade etc.) (FALEIROS, 1999).

Trata-se de um cenário que solicita ao assistente social a constante atualização da sua capacidade crítica acerca do reconhecimento das metamorfoses das expressões da questão social, objeto de sua intervenção nos inúmeros espaços sócio-ocupacionais em que atua. Sob um panorama assim e de modo a elencar a discussão dinamizada até aqui, o que tem sido evidenciado é uma ausência do que compete ao atendimento adequado nos serviços, o que revela uma ausência teórica e prático-interventiva no que se refere à saúde de idosos LGBTI+.

A título de contextualização da realidade que busco evidenciar, segundo dados reunidos pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), o Brasil é o país que mais mata LGBTI+ no mundo. Estima-se que ocorra uma morte a cada 34 horas, o que perfaz o total de 256 LGBTI+ mortos em 2022. O número de mortes também é dividido por regiões, estando o Nordeste situado no topo de territórios mais inseguros para a referida população, com Pernambuco ocupando o 3º no *ranking* dos estados (OBSERVATÓRIO DO GRUPO GAY DA BAHIA, 2023).

É uma conjuntura que aguça reflexões acerca de como a violência atribuída às sexualidades dissidentes tem se expressado no processo de saúde-doença da população em questão e quais são os rebatimentos para o seu envelhecimento. Tendo-se em vista que é um contexto vivenciado sob variados prismas institucionais e familiares, dentre outros, ao longo da vida, deve-se caracterizar a dupla invisibilidade da referida população, que, ao envelhecer, lida com o despreparo profissional, investido de preconceito e marcado pela ausência do Estado no trato das suas necessidades.

Ademais, não se pode esquecer das implicações do fortalecimento do ultraconservadorismo nos últimos anos para o avanço das discussões em torno das minorias, sobretudo para LGBTI+. O dado cenário tem implicado a direta regressão acerca do debate dos direitos sexuais e reprodutivos, o que impõe a necessidade de novas abordagens por parte dos movimentos que resistem à priorização do fortalecimento do que já foi conquistado em detrimento do avanço das novas pautas. É uma lógica que dialoga com os sucessivos desmontes investidos contra o SUS, que não foi implementado de maneira ampla desde a sua gênese, o que impossibilita o atendimento das novas requisições advindas do novo perfil populacional crescente.

Por sua vez, trata-se de elementos que têm dialogado e solicitado bastante dos assistentes sociais, devido aos princípios que compõem

as bases do seu projeto ético-político, o que exige a sua inserção junto ao campo das políticas públicas. Os atributos da profissão preconizam a construção de um olhar crítico e alinhado às diversas demandas da classe trabalhadora, em prol da instrumentalização das políticas, com o objetivo de dar materialidade ao seu fazer sob uma perspectiva emancipatória. Portanto, faz-se indispensável empreender uma práxis crítica perante o exposto, buscando-se garantir os acessos e avançar também em novas propostas como profissionais também inseridos nos campos da formulação e da gestão das políticas públicas.

Para isso, outro ponto imprescindível refere-se à importância de que os profissionais se aproximem de estudos e pesquisas sobre a temática LGBTI+ ainda na academia, para que o debate seja construído na lógica transversal, contemplando conhecimentos e particularidades das diversas fases da vida da referida população; dentre elas, a do envelhecimento. Como resultado, a apropriação de tão relevante conteúdo para o processo formativo contribuiria para a desmitificação do tema, trabalhando posturas moralizantes e disseminadoras de preconceitos. Além disso, permitiria construir o trato da questão como algo que supera a esfera privada dos indivíduos, assim como as representações organizativas da profissão têm afirmado ao longo dos anos (PEIXOTO, 2023).

Consequentemente, não podemos deixar de notar que nossa profissão, mediante o conjunto das entidades que compõem o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), vem tomando para si responsabilidades em relação à materialização desses direitos, por intermédio de algumas resoluções que contemplam o nosso ofício. Como exemplo, trago algumas primeiras iniciativas da categoria, tais como: (I) a Resolução nº 615/2011 do CFESS, que passou a garantir o uso do nome social de assistentes sociais travestis e transexuais em seus documentos de identificação profissional; (II) a representação do CFESS no Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT) na gestão 2015-2017; e (III) o lançamento do CFESS Manifesta em 2015, respaldando a posição da categoria contra a violência e a favor dos direitos da população LGBTI+.

No que diz respeito a iniciativas e produções mais atuais da categoria, temos o lançamento do livro “Sexualidades & Serviço Social”

em 2023, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), que trouxe importantes reflexões acerca das sexualidades dissidentes e do envelhecimento. Para além disso, também destaco a mobilização da Comissão Temática de Envelhecimento e Trabalho (CTET) do Conselho Regional de Serviço Social da 4ª Região – Pernambuco (CRESS/PE), que em 2023 promoveu as palestras “Sexualidade na Velhice: Vivências Vencendo Estigmas” e “Serviço Social e Gerontologia Social Crítica: Desafios e Possibilidades”, ambas voltadas a refletir sobre o envelhecimento na contemporaneidade, ressaltando a importância de pensar criticamente diversos aspectos; dentre eles, a garantia ao direito de exercer a sexualidade e a diversidade sexual como vetores inalienáveis do exercício da cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, o corpo traz uma síntese de diversas representações sociais, a ponto de conter, em si, a partir de algumas apresentações, uma ontologia social acerca das regras e dos padrões de uma determinada sociedade (PEIXOTO, 2023). Sob tal lógica, os indivíduos têm sido direcionados socialmente, tendo em vista que o alinhamento com o pensamento hegemônico implica o direcionamento das instituições de poder. Logo, é a partir de padrões assim que se define quem é sujeito de direito ou não, empurrando para a marginalização as corporalidades que carregam em si a resistência e o desafio de enfrentar os que insistem em apagar a existência das diversidades.

Portanto, é necessário reforçar a importância de refletirmos acerca de uma política de saúde adequada ao novo contingente populacional que se delinea, pensando a multiplicidade do que o compõe, tendo em vista as questões relativas à sexualidade como um dos pilares essenciais, retirando-a do campo das subjetividades e do que é particular, desvelando seu caráter histórico-político. Assim, poderemos entendê-la como elemento presente na construção do processo de saúde-doença dos indivíduos, elaborando respostas alinhadas às demandas, buscando fazer um debate transversal, a fim de combater o “não lugar” na saúde, ao qual idosos LGBTI+ são relegados continuamente.

São desafios que dialogam diretamente com o Serviço Social, pois a profissão contém, em sua gênese, o alinhamento à defesa dos

interesses da classe trabalhadora de maneira ampla. De forma que, por estarem inseridas nos espaços de formulação, gestão e execução de políticas públicas, sobretudo na saúde, as demandas da profissão solicitam um amplo caráter teórico e prático para identificar e intervir nas necessidades dos usuários dos serviços; dentre eles, a população LGBTI+ envelhecida.

Construir o presente debate implica apropriar-se do caráter de lutas da categoria e entender o processo de elaboração das legislações que temos hoje e o contexto sob o qual foram implementadas. É a partir de um movimento assim que podemos construir proposições futuras que contemplem as demandas reais da população em questão, rompendo com o etarismo que limita o direito ao exercício pleno da diversidade sexual. Por fim, torna-se necessário buscar paralelamente materializar um SUS diverso e integral de fato, de um modo que considere as pluralidades sexuais no envelhecimento, a fim de promover uma saúde alinhada às concepções estruturadas pela Reforma Sanitária.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. A. **Um encontro adiado: sexualidade, envelhecimento e direitos sexuais.** In: DUARTE et al. *Sexualidades & Serviço Social: Perspectivas críticas, interseccionais e profissionais.* Juiz de Fora: UFJF, 2023, p. 153-163.

BRASIL. Lei nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011. Institui no SUS a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Disponível em: <<https://bvsmms.saude.gov.br>>. Acesso em: mai. 2023.

BITENCOURT, R. O. M.; DALTO, F. A. S. **Da velhice à terceira idade: um estudo exploratório sobre a evolução do conceito e as implicações para as políticas públicas.** *Planejamento e Políticas Públicas*, nº 59, 2022. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/1290>>. Acesso em: 14 jul. 2023.

CARDOSO, R. M.; FERRO, F. L. **Saúde e população LGBT: Demandas e especificidades em questão.** *Psicologia, Ciência e Profissão*, v. 32, nº 3, p. 552-563, 2012.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO PROF. DR. LUIZ MOTT. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil: Observatório do Grupo Gay da Bahia.**

Curitiba: CEDOC LGBTI+, 19 jan. 2023. Disponível em: <<https://cedoc.grupodignidade.org.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

CISNE, M.; SANTOS, M. S. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018.

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. **Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

FALEIROS, P. V. dos. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Ed. Cortez, 1997.

FERREIRA, B.; NASCIMENTO, M. **A construção de políticas de saúde para as populações LGBT no Brasil: perspectivas históricas e desafios contemporâneos**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, nº 10, p. 3825-3834, 2022.

HENNING, C. E. **Gerontologia LGBT: Velhice, gênero, sexualidade e a constituição dos “idosos LGBT”**. Porto Alegre: Horizontes Antropológicos, v. 23, nº 47, 2017, p. 283-323.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua): Características dos moradores e domicílios**. IBGE, 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: jun. 2023.

IRINEU, B. A.; FROEMMING, C. N. **Homofobia, sexismo e educação: notas sobre as possibilidades de enfrentamento à violência a partir de um projeto de extensão universitária**. Rio de Janeiro: Advir, v. 28, p. 75-90, 2012.

NERI, Marcelo C. **Mapa da Nova Pobreza**. Rio de Janeiro: FGV Social, jun. 2022. Disponível em: <<https://cps.fgv.br/MapaNovaPobreza>>. Acesso em: jul. 2023.

OLIVEIRA, G. **“Construção, negociação e desconstrução de identidades: do movimento homossexual ao LGBT”**. *Cadernos Pagu*, nº 34, p. 373-381, jan./jun. 2010.

PAIVA, S. **Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital: um estudo sobre a racionalidade na produção de conhecimento do serviço social**. Recife, 2012. 252 f. Tese (Doutorado) – UFPE, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2012.

PEIXOTO, B. V. **“O Estado brasileiro e a reprodução da violência contra LGBTs: Desafios contemporâneos”**. In: Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2019, Brasília, DF.

PEIXOTO, B. V. **História da violência e abjeção contra LGBTQI+ no Brasil e os desafios para o Serviço Social**. In: DUARTE et al. Sexualidades & Serviço Social: Perspectivas críticas, interseccionais e profissionais. Juiz de Fora: UFJF, 2023, p. 36-50.

PEREIRA, C. **“Notas sobre a trajetória das políticas públicas de direitos humanos LGBT no Brasil”**. Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos, v. 4, nº 1, p. 115-137, jan./jun. 2016.

PEREIRA, D. T. **Controle das corporalidades e identidades na formação social brasileira**. In: DUARTE et al. Sexualidades & Serviço Social: Perspectivas críticas, interseccionais e profissionais. Juiz de Fora: UFJF, 2023, p. 16-26.

TAVARES DE SÁ, C. **A “coisificação” do trabalho humano no sistema capitalista de produção: contorno do princípio da dignidade da pessoa humana nas relações trabalhistas brasileiras**. Cadernos de Iniciação Científica, [s. l.], v. 13, 2017. Disponível em: <<https://revistas.direitosbc.br/CIC/article/view/829>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

WEEKS, J. **O corpo e a sexualidade**. In: LOURO, G. L. O Corpo Educado: Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 363-394.

SER Social

SEXUALIDADES, LUTAS E DIREITOS
DA POPULAÇÃO LGBTQIA+

Brasília (DF), v. 26, nº 54, de janeiro a junho de 2024

Estudos de gênero, sexualidades e direitos no Serviço Social

Studies of gender, sexualities and rights in Social Work

Entrevistada: Silvana Mara de Moraes dos Santos¹
Entrevistadora: Profa. Dra. Valdenizia Bento Peixoto

Recebido em: 30/01/24

Aprovado em: 30/01/24

1. Como se deu sua aproximação com os estudos de gênero, sexualidades e direitos no Serviço Social?

Ocorreu ainda durante o período do curso de graduação em Serviço Social na Universidade Estadual do Ceará (UECE), na segunda metade da década de 1980, que é o período quando eu ingressei na universidade. No decurso da graduação, participei do movimento estudantil de Serviço Social (MESS) em suas instâncias local, regional e nacional.

A conjuntura política do País, menos de uma década após a saída da ditadura civil-militar, acolhendo a derrota da luta por eleições diretas para presidente, apontava a democracia, a defesa do Estado de direito e a pluralidade da agenda de reivindicações dos movimentos sociais,

¹ Assistente social. Professora dos cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Ética e Direitos (GEPTED/UFRN). E-mail: <silvana.mara.morais@ufrn.br>.

em processo de organização, como os temas mais visitados na área das ciências humanas e sociais naquele período.

Na particularidade da vida estudantil, vivenciei, de forma simultânea, a inserção na esquerda e na cultura crítica do Serviço Social e, em face dessa movimentação teórico-política, tive contato com uma espécie de bombardeios temáticos, dentre outros, sobre capitalismo, cotidiano, sexualidades, feminismos, seguridade social e relações de poder.

Além da tradição marxista, os pensamentos de Agnes Heller, Foucault, Simone de Beauvoir e Sartre despertavam discussões instigantes, especialmente nos debates entre discentes que militavam no movimento estudantil dos cursos de Serviço Social, Filosofia [ambos na UECE] e Ciências Sociais na Universidade Federal do Ceará [UFC].

Minha aproximação com os temas assinalados, portanto, ocorreu por duas vias principais. A primeira foi a realidade da nossa própria existência como jovens, mulheres e pessoas não heterossexuais. Assim, o tema das sexualidades e do feminismo eclodiu a partir de nossas experiências concretas, questionando a reprodução de preconceitos nas próprias forças estudantis de esquerda, em relação à orientação sexual, ao machismo e às várias possibilidades de vivência da sexualidade.

A segunda foi para além da sala de aula e de nossas experiências singulares. Sentimos a necessidade coletiva de buscar fundamentos para o entendimento das razões históricas das dificuldades da esquerda, em sua pluralidade organizativa, de incorporar como questões relevantes, dentre outras, o feminismo, a questão racial e a diversidade sexual. Não foi por curiosidade meramente intelectual, mas por identificarmos processos reais de violação de direitos e obstáculos concretos no desenvolvimento da individualidade em face da antidiversidade presente na vida social.

Academicamente, pude participar da criação de grupos interdisciplinares de estudos e da leitura de alguns textos clássicos e de autoras e autores contemporâneos. Tinha um sabor todo especial de descoberta do mundo, uma espécie de passaporte seguro para o entendimento da realidade capitalista, dos desafios à organização da classe trabalhadora e da nossa própria existência como seres submetidos aos processos de exploração, opressão e de violação da diversidade na periferia da periferia capitalista.

Muitas questões então classificadas no campo da subjetividade embalavam os debates naquele momento histórico, sobressaindo reflexões sobre cultura, a estrutura da vida cotidiana e as questões relacionadas

ao campo do feminismo, da sexualidade, da diversidade sexual e, em particular, sobre a ausência desses elementos nas discussões curriculares e na esquerda. E nós, do Serviço Social, abraçamos o desafio de pensar sobre esses temas, articulando-os ao processo de violação e de luta por direitos e com o cotidiano profissional.

A crítica às interpretações e práticas economicistas e politicistas foi um combustível para a busca por outro modo de entender a individualidade e os temas anteriormente citados. Posteriormente, ao me inserir na pós-graduação na Universidade Federal de Pernambuco [UFPE], a aproximação teórica se intensifica. Os estudos sobre a ontologia do ser social, a partir do pensamento de Lukács, foram um verdadeiro divisor no entendimento da diversidade humana.

Do ponto de vista político, foi fundamental minha participação no Fórum de Mulheres de Pernambuco e no Divas – Instituto em Defesa da Diversidade Afetivo-Sexual. No curso de doutorado em Serviço Social, retornei ao tema da diversidade sexual, que tinha embalado tanto as discussões no MESS. Assim, decidi por estudar o pensamento da esquerda sobre a diversidade sexual.

É importante destacar que, no decurso do doutorado, tive que responder inúmeras vezes qual é a relação da diversidade sexual com o Serviço Social e qual é a relevância dessa pesquisa para a profissão. Não está na simples formulação da pergunta sobre a relevância o problema. Afinal, precisamos identificar a relevância social dos nossos objetos de estudo. O problema estava no fato de que interrogações assim sugerem e impõem, às vezes, de forma implícita, outras vezes, mais abertamente, uma resposta, como se os temas da diversidade sexual e da identidade de gênero fossem destituídos de razão histórica, o que os impediria de ser trabalhados no campo da pesquisa e da produção do conhecimento.

2. Em 2005, quando você apresenta sua tese, estudos assim ainda não possuíam uma grande expressão nas produções em Serviço Social. Quando e como você percebe a transição de significado e compreensão da importância dos estudos de gênero, sexualidades, diversidade e direitos para o Serviço Social?

Posso afirmar que, em 2005, quando defendi minha tese de doutorado na Universidade Federal de Pernambuco, os estudos especialmente

sobre a questão da diversidade sexual não estavam presentes no Serviço Social nem como discussão curricular, nem nos cursos de graduação, nem nos cursos de pós-graduação. Salvo engano, nos anos de 2005 e 2006, tivemos as três primeiras teses de doutorado sobre as questões da diversidade sexual e da identidade de gênero em nossa área de Serviço Social.

Essa transição de significado e compreensão da importância dos estudos de gênero, sexualidades, diversidade e sua relação com a questão dos direitos e com o Serviço Social foi um processo histórico, permeado de determinações objetivas e subjetivas. Identifico nesse processo a contribuição do movimento estudantil, notadamente das pessoas LGBT e das feministas. Lembro que, no movimento estudantil, fizemos oficinas nos encontros estudantis com o seguinte tema: “orientação sexual, uma questão de direitos?”.

Naquela conjuntura do MESS, o debate sobre esses temas ganhava mais visibilidade no Rio de Janeiro, em Fortaleza e em Salvador. No livro: “Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social”, publicado pela Cortez Editora, eu e Mirla Cisne elaboramos uma síntese desse processo, chamando a atenção para um conjunto de elementos determinantes e sujeitos coletivos que contribuíram para a inserção dessas temáticas no Serviço Social.

De forma breve, destaco aqui como uma dimensão importante o próprio cotidiano, que evidencia o terreno necessário ao debate teórico e ao engajamento político, com base na existência do preconceito contra mulheres e LGBTI na realidade brasileira e na Região Nordeste, em particular, assim como na invisibilização social imposta aos indivíduos não heterossexuais e na questão da violência, dentre outras questões.

Percebo, portanto, que a transição de significado e compreensão da importância dos estudos de gênero, sexualidades, diversidade e direitos para o Serviço Social ocorreu principalmente por meio das iniciativas de caráter mais coletivo, como a organização de debates em nossos eventos, a aproximação de pessoas no Serviço Social que começavam a estudar esses temas em diferentes universidades e a articulação com os movimentos sociais e com áreas afins, especialmente com a Psicologia e outras profissões na área da Saúde.

No entanto, o marco mais coletivo que sintetiza a mudança de significado e de visibilidade da temática da diversidade no universo do Serviço Social ocorreu, indiscutivelmente, por meio do CFESS, a partir da organização

e do lançamento, em 2006, da campanha: “O Amor Fala Todas as Línguas”: Assistentes Sociais na Luta contra o Preconceito”. Isso não significa o reconhecimento de outras experiências, eventos e contribuições relevantes.

3. No seu último livro, em coautoria com Mirla Cisne, vocês apresentam os fundamentos teórico-políticos da diversidade, tendo como base importantes teorias feministas anticapitalistas e antirracistas. Como tais teorias podem contribuir para uma boa prática profissional, ainda que as relações sociais que envolvem o cotidiano de trabalho sejam permeadas por uma cultura política ultraneoliberal e neoliberal?

Penso que eu e Mirla tivemos com esse livro, que foi incluído na Biblioteca Básica de Serviço Social, um projeto da Cortez Editora, a oportunidade de afirmar a relevância social da temática do feminismo e da diversidade sexual na relação com os fundamentos teórico-políticos do projeto ético-político do Serviço Social.

É preciso lembrar que tivemos, praticamente no mesmo tempo histórico de desenvolvimento do início da crise estrutural do capital, vários ataques e negação do marxismo e do pensamento de Marx para a análise dos desafios contemporâneos. E, em particular, no universo dessas temáticas, sobressaiu a crítica de que o marxismo não tinha validade teórico-metodológica nem política para analisá-las.

As temáticas da diversidade sexual e de gênero, especialmente, adentraram o mundo acadêmico e, de certo modo, o ambiente dos movimentos sociais e da organização política, fazendo incursões no campo da pós-modernidade. O suposto ideário de que o marxismo não tratava da subjetividade foi algo ideologicamente muito forte e de ampla adesão. Obviamente que eu e Mirla não tivemos o propósito de aprofundar essa reflexão, mas contribuimos ao mostrar a densidade dos fundamentos marxianos e o potencial marxista para pensar o feminismo e a diversidade humana. Contudo, o livro é um convite introdutório.

O pensamento feminista materialista, em sua articulação com o marxismo e com o pensamento antirracista, tem imensa contribuição para o enfrentamento da cultura política ultraneoliberal e neoliberal, pois – a partir de uma perspectiva de totalidade – eles desvendam

aspectos fundamentais dos bárbaros caminhos da exploração da força de trabalho, considerando, de forma dialética, a funcionalidade do cis-hétero-patriarcado e do racismo para o sistema do capital.

Ademais, as teorias feministas materialistas, anticapitalistas e antirracistas favorecem o entendimento de diversas questões e polêmicas nas quais precisamos nos aprofundar, tais como: o entendimento da heterossexualidade como um sistema e não apenas como uma mera escolha subjetiva dos indivíduos; a atualidade das relações patriarcais e como incidem na construção de referenciais binários; a naturalização da violência na vivência das sexualidades; como o sentido e o uso do tempo se alteram nas vidas das mulheres e da população trans a partir das determinações e imposições dos modos de ser e de pensar hegemônicos no mundo capitalista e dos limites da emancipação política no capitalismo contemporâneo, especialmente para absorver demandas concretas de enfrentamento do racismo, do capacitismo e da violência antidiversidade.

Além disso, especialmente para nós, assistentes sociais, que temos um projeto ético-político, existe uma grande contribuição oriunda das teorias feministas materialistas, anticapitalistas e antirracistas, que é a reafirmação da possibilidade histórica da transformação societária sem diminuir, invisibilizar ou desconsiderar as dimensões da individualidade e do humanismo materialista. Observo também que, mais diretamente em relação ao cotidiano de trabalho do Serviço Social, tais teorias feministas e o marxismo são fundamentais para o entendimento das contradições postas na realidade e para o reconhecimento da relevância das lutas em defesa dos direitos do trabalho e da diversidade humana. Ou seja, são fundamentais para romper com leituras que simplificam a realidade, em face das abordagens economicistas, politicistas, eticistas e fragmentárias.

4. O Serviço Social brasileiro teve um avanço considerável em relação às suas produções teóricas e às publicações de trabalhos acadêmicos e de documentos que subsidiam o exercício profissional e a formação pelas entidades da categoria [conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO]. A que se deve esse avanço? Você identifica algum limite que deva ser superado?

Trata-se de um avanço real, resultante de um amplo processo histórico e coletivo de renovação profissional e de construção de uma

cultura crítica no Serviço Social brasileiro, vivenciado por parte da categoria profissional desde o final da década de 1970. Podemos afirmar que diferentes gerações se dedicaram, com compromisso ético e político, à difícil tarefa de entender a vida social, a profissão e todos os fenômenos existentes em uma perspectiva de totalidade.

A força teórica e política desse avanço é que ele só pode ser entendido histórica e coletivamente. Aqui, merece destaque a organização política da categoria, especialmente por meio do conjunto CFESS/ CRESS, da ABEPSS e da ENESSO, no âmbito estudantil. Certamente, existem limites que precisam ser superados. Um que é de caráter mais cotidiano é que há uma certa tendência à desvalorização de temáticas que não são as nossas escolhas prioritárias de estudo. O fato de estarmos mais direcionadas ao nosso cotidiano profissional e de pesquisa para um determinado tema não pode significar desprezo ou desatenção a outras temáticas.

E, mais do que limite, uma outra questão é uma preocupação com a forma com a qual lidamos com nossas dificuldades no Serviço Social. É uma profissão que se origina em um ambiente de defesa do conservadorismo, com explícita defesa de valores favoráveis à reprodução do *ethos* burguês. Fomos capazes de mudar o rumo dessa história, de elaborar um projeto com direção social crítica, de entender a necessidade de atualização permanente de nossa agenda profissional como resultado da realidade e da luta da classe trabalhadora em sua diversidade.

Isso é grandioso no cenário de uma profissão, mas não cancela determinações objetivas próprias das relações sociais do mundo capitalista em crise estrutural, de decadência ideológica e fúria para assegurar a dinâmica de produção e reprodução social. Os limites emergem como armadilhas quando combatemos a lógica identitarista de pensar a diversidade com lógica fundada em uma universalidade abstrata. Ou quando, na pretensão de mostrarmos a impossibilidade objetiva de enfrentamento da questão social pela via dos direitos, por exemplo, nós nos enveredamos para o campo estéril do sectarismo, da análise “a-histórica”, que sobrevoa, cheia de arrogância, a aridez do cotidiano e da luta de classes, instituindo o teorismo como pseudo saída teórico-metodológica.

5. Nos últimos anos, vimos o crescimento da violência em razão da diversidade das identidades e orientações sexuais, da pluralidade

dos gêneros e das liberdades individuais e coletivas dos sujeitos que simplesmente “ousaram ser”. Foram violências engajadas pelos discursos de ódio e pela necropolítica oficializada nos dois últimos governos [de Michel Temer e Jair Bolsonaro]. Como você encara essa conjuntura? Quais são as possibilidades de enfrentamento e resistência?

Entendo o avanço da direita reacionária como um fenômeno mundial, determinado pela busca desenfreada das classes dominantes em assegurar hegemonia e revitalização dos processos de exploração e dominação ideológica da força de trabalho.

Nas particularidades da realidade brasileira, após a experiência do golpe de 2016, a vitória eleitoral de Bolsonaro e a criação do bolsonarismo como síntese destrutiva da política, conseguimos eleger Lula como presidente pela terceira vez, em uma necessária e difícil articulação das forças políticas nucleadas, notadamente, pela defesa da democracia.

Contudo, combater o conservadorismo reacionário, em suas formas variadas de atualização e expressão, é bem mais complexo do que uma vitória eleitoral e demanda iniciativas cotidianas para a organização da classe trabalhadora, sem repetir erros táticos e estratégicos e vazios temáticos. Não podemos mais pensar na classe trabalhadora de forma abstrata, destituída de sua realidade racial, de identidade de gênero ou sexo e do conjunto de expressões que a fazem diversa. A diversidade humana não pode ser entendida de forma fragmentária, como mero estilo de vida e de comportamento.

As dificuldades são reais, posto que a decadência é material e subjetiva e incide, portanto, na dificuldade para a reprodução criativa do pensamento crítico no campo das esquerdas. Tenho grandiosa esperança naquilo que somos capazes de elaborar coletivamente como classe. Para tanto, as lições históricas precisam ser refletidas sem ceder às armadilhas liberais, pós-modernas, conciliatórias. A organização da classe trabalhadora e o processo de formação da consciência de classe continuam, mais do que antes, como grandiosas tarefas do tempo presente.

SER Social

SEXUALIDADES, LUTAS E DIREITOS
DA POPULAÇÃO LGBTQIA+

Brasília (DF), v. 26, nº 54, de janeiro a junho de 2024

A Covid-19, os CREAS e as medidas socioeducativas nas calhas do Amazonas*

*Covid-19, CREAS, and socioeducational measures in
Amazonas river channels*

*El Covid-19, los CREAS y las medidas socioeducativas
en las canaletas de Amazonas*

Letícia Priscila de Almeida Borel¹

<https://orcid.org/0000-0002-6064-3441>

Maria Alcione Pereira Teles²

<https://orcid.org/0000-0002-9253-5402>

Maria Nilvane Fernandes³

<https://orcid.org/0000-0002-3420-2714>

* Este artigo contou com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

1 Assistente social. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (PPGE-UFAM). Especialista em Políticas Públicas e Socioeducação. Integrante do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Políticas, Educação, Violências e Instituições (GEPPEvi) e do Grupo de Estudos e Pesquisa em Processo de Trabalho e Serviço Social na Amazônia (GETRA-UFAM). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/1264056854930461>>. E-mail: <leticia.borel@gmail.com>.

2 Assistente social no hospital e pronto-socorro (HPS) Aristóteles Platão Bezerra de Araújo. Bacharel em Serviço Social. Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. E-mail: <alcione.teles007@gmail.com>. Currículo Lattes: <<https://orcid.org/0000-0002-9253-5402>>.

3 Pedagoga. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (PPGE-UFAM). Mestre e doutora em Educação (UEM). Mestre em Adolescente em Conflito com a Lei (UNIBAN/SP). Doutorado Sanduíche no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, Portugal (2017). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Estado, Políticas Educacionais e Infância (GEPPEIN/CNPq). Líder do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Políticas, Educação, Violências e Instituições (GEPPEvi). E-mail: <nilvane@gmail.com>.

Recebido em: 14/07/2022

Aprovado em: 08/01/2023

Resumo: O artigo, elaborado com o suporte de pesquisa documental, analisa o impacto da Covid-19 na execução das medidas socioeducativas em meio aberto no território de duas calhas de rios do Amazonas. A análise da organização dos serviços ofertados, do número de atendimentos e do perfil das equipes de referência identificou que, dentre os oito municípios pesquisados nas calhas do Alto Rio Negro e do Rio Madeira, apenas seis possuíam CREAS e nenhum deles possuía Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo e Comissão Intersectorial. Diante disso, verificamos que os desafios impostos à gestão pública desses municípios – quanto à execução das medidas em meio aberto –, que perpassam os portes dos municípios, a ausência de representação de atores do Judiciário e da Defensoria Pública ou, ainda, limitações em relação ao cofinanciamento foram agravados no período pandêmico, reduzindo o pequeno número de atendimentos realizados, em período normal, a algo praticamente inexistente durante o período pandêmico.

Palavras-chave: Covid-19; Política de Assistência Social; medidas socioeducativas em meio aberto; calhas do Rio Amazonas.

Abstract: The article elaborated using documental research, analyzes the impact of Covid-19 in the socioeducational measures implementation in open environment, in the territory of two rivers channels from Amazonas. The analysis of the organization of the services provided, of the attendances number and of the profile of the reference teams identified that, among the eight towns investigated in the channels of Alto Rio Negro and Rio Madeira, only six of them had CREAS, and none of them had a Socioeducational Attendance Municipal Plan and an Intersectoral Commission. Considering this, we verified that the challenges faced by the public management in these towns – concerning the execution of the measures in open environment – that involve the dimensions of the municipalities, the absence of representation by justice system members, and of the public defender's office, or even limitations in relation to co-financing were aggravated during the pandemic, reducing the few services provided in the regular period to almost nonexistent, when compared to the pandemic times.

Keywords: Covid-19; Social Assistance Policy; socioeducational measures in open regimen; Amazon River channels.

Resumen: El artículo elaborado bajo el apoyo de investigación documental analiza el impacto del Covid-19 en la ejecución de medidas socioeducativas en un entorno abierto, en el territorio de dos canaletas de río, del estado de Amazonas. El análisis de la organización de los servicios ofrecidos, el número de atendimientos y el perfil de los equipos de referencia, identificó que, entre los ocho municipios investigados en las canaletas altas del río Negro y Madeira, sólo seis tenían CREAS, y ninguno de ellos disponía con el Plan Municipal de Atención Socioeducativa y la Comisión Intersectorial. Frente a esto, comprobamos que los desafíos impuestos a la gestión pública de estos municipios - en cuanto a la ejecución de las medidas en el entorno abierto – traspasan el magnitud de los municipios, la ausencia de representación de actores del poder judicial y de la defensoría pública, o aún, las limitaciones en relación con el cofinanciamiento, se han visto agravados en el período de pandemia, reduciendo el número de atendimientos realizados, en el período normal, la prácticamente inexistente durante el período de pandemia.

Palabras clave: Covid-19; Política de Asistencia Social; medidas socioeducativas en entorno abierto; canaletas del Río Amazonas.

INTRODUÇÃO

Qualquer descrição do meio físico, *cultural, linguístico e ambiental* sobre a Amazônia será cheia de superlativos (NEVES, 2006, p. 12) [grifo nosso].

A Amazônia, por sua exuberância vegetal, por riquezas minerais e animais, com particularidades geográficas que a singularizam frente ao imenso mundo tropical, possui uma bacia que ocupa mais de 40% do território nacional. Na América do Sul, tem uma área de sete milhões de quilômetros quadrados, quase igual a todo o continente europeu. Nesse universo, ainda são 114 os povos indígenas isolados (CIMI, 2019).

Apesar de ser um território singular, a Amazônia, que de tão vasta poderia ter permanecido intocável, não passou ilesa diante do modo de produção. Segundo Teixeira (2008), o capitalismo se consolidou num plano extensivo, assim como a polaridade capital *versus* trabalho estendeu, para a região, a relação pobreza *versus* riqueza em todas as suas determinações: escassez, poluição das águas, devastação da floresta, dentre outras atividades que exploram o meio ambiente físico. Diante desse cenário, pode-se dizer que a chamada *questão social* chegou à Amazônia. Nesse aspecto, “os trabalhadores amazônidas seriam no máximo típicos, mas não pobres. O movimento do capital, sim, tornou-os mais do que pobres, tornou-os miseráveis” (TEIXEIRA, 2008, p. 145).

É válido ressaltar que a lógica do capital imposta às populações que aqui residiam, ao invés de desenvolver, dizimou, segregou, espoliou e relegou o Brasil, assim como a Amazônia, à condição de subdesenvolvimento e de dependência extrema, o que requer do Estado respostas efetivas, com a criação de políticas públicas de atendimento às necessidades da população socioeconomicamente vulnerável.

Neste sentido, as políticas sociais que foram criadas ao longo do tempo e que são implementadas têm seguido os parâmetros nacionais, a exemplo da Política de Assistência Social e do Sistema Socioeducativo. Dessa maneira, é conveniente mencionar que ambas as políticas vêm sendo executadas de modo a seguir os parâmetros nacionais que produzem orientações e que vão do Norte ao Sul do País. Sposati (2015) afirma que as dimensões territoriais e populacionais do Estado brasileiro, somadas às suas diversidades regionais, mostram-se desafiadoras e ainda pouco amigáveis ao formato de gestão, que ignora a particularidade histórico-cultural, assim como as dimensões geográficas, históricas e culturais.

Assim, é um grande desafio a implementação de uma política para um território que possui 62 municípios e 4.628 comunidades localizadas em zonas rurais, nas quais as estradas são as águas. Geralmente, os serviços ofertados ficam centralizados na sede do município e o acesso acaba sendo mais restrito do que em outras cidades onde existe maior acessibilidade (SEAS, 2019). Dessa maneira, a implementação das medidas socioeducativas não foge à regra, num país com as dimensões do Brasil, que são diversas e heterogêneas e, apesar da existência de um Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), a articulação entre o meio aberto e o meio fechado não foi operacionalizada.

No Amazonas, por exemplo, o meio fechado é centralizado na capital, o que dificulta o diálogo entre os órgãos executores dessa política, que deveria estar articulada nas três esferas administrativas. Para se caracterizar a subdivisão do estado, as chamadas *calhas* foram regulamentadas, tendo como base a Constituição Estadual de 1989 (AMAZONAS, 2021). No artigo 26, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, houve um recorte do estado em nove sub-regiões, utilizadas como parâmetro para a Política Estadual de Assistência Social no Estado (SEAS, 2019).

Neste sentido, esta pesquisa objetiva analisar a execução das medidas socioeducativas de meio aberto (MSE-MA) – sendo elas a liberdade assistida (LA) e a prestação de serviço à comunidade (PSC) – nas calhas do Alto Rio Negro e do Rio Madeira, a partir do impacto causado pela Covid-19.

O presente estudo está ancorado em uma pesquisa documental, a partir de levantamentos de documentos oficiais que retratam a realidade das duas calhas a serem estudadas – a do Alto Rio Negro e a do Rio Madeira –, assim como a reprodução de dados de sistemas oficiais do Ministério da Cidadania, como o Registro Mensal de Atendimento (RMA) e o Relatório de Informações Sociais (SAGI), que também registra os atendimentos no período da pandemia.

Para tanto, realizamos a análise organizada em quatro eixos, a saber: (a) a pandemia no Amazonas; (b) as medidas socioeducativas em tempos de Covid-19; (c) a caracterização das regiões do Amazonas; e (d) os trabalhadores dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS).

A PANDEMIA NO AMAZONAS

Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. O coronavírus do tipo SARS-CoV-2 é uma síndrome respiratória aguda grave, também conhecida simplesmente pela sigla SARS, que teve início na China, há alguns anos, e se espalhou para países da Ásia (BUTANTAN, 2022).

Coronavírus é o nome dado a uma extensa família de vírus comuns em muitas espécies diferentes de animais (incluindo o homem):

camelos, gado, gatos e morcegos, que se assemelham e que já infectaram a humanidade, diversas vezes, ao longo da nossa história. Dentro dessa família há vários coronavírus. Ao todo, sete coronavírus humanos (HCoVs) já foram identificados: HCoV-229E, HCoV-OC43, HCoV-NL63, HCoV-HKU1, SARS-COV (que causa a síndrome respiratória aguda grave), MERS-COV (que causa a síndrome respiratória do Oriente Médio) e o mais recente, que no início foi temporariamente nomeado como 2019-nCoV, mas – em 11 de fevereiro de 2020 – recebeu o nome de SARS-CoV-2 (BUTANTAN, 2022; OPAS, 2021).

Em 11 de março de 2020, a Covid-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. O termo se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade. A designação reconhece que, no momento, existem surtos com diferentes cepas ou variantes e mutações ou linhagens do vírus em vários países e regiões, o que obrigou o mundo a enfrentar um dos maiores dilemas da sua história (OPAS, 2021). De um lado, a difusão planetária do vírus; de outro, a mudança de rotina, que promoveu situações inusitadas e sem precedentes em todos os âmbitos da sociedade, o que alterou sobremaneira a forma pela qual as pessoas estavam acostumadas a enfrentar os desafios cotidianos.

Para a maioria da população do Brasil e do Amazonas, a Covid-19 evidenciou a soma de inexperiência, negação e a realidade de serviços públicos precarizados. A pandemia impactou a economia, a saúde, a educação, a assistência social, as relações sociais e os serviços públicos, em geral, precarizados, ou seja, atingiu a todos de um modo em que as disparidades sociais e a informalidade ficaram escancaradas, assim como as péssimas condições de vida da população brasileira, desde a estrutura física ou, ainda, a infraestrutura dos territórios.

As políticas públicas ofertadas tiveram que se adequar a essa nova realidade de afastamento e isolamento social, imposta pelos governos, para combater a proliferação do vírus, que impactou, de maneira desigual, o centro do capitalismo e os países periféricos, que também tiveram sua desigualdade interna, como já demonstramos.

No Brasil, até o momento, morreram – pela contagem oficial – 660 mil pessoas em face da Covid-19⁴. Certamente que a contagem oficial está aquém dos números reais, considerando-se que houve falta de testes e pessoas que morreram em condições tão difíceis que

4 Registro do dia 1º/04/2022.

seus corpos foram sepultados, na terra ou nos rios, sem haver uma contabilização oficial. Os dados oficiais também indicam que 581 mil pessoas foram infectadas no Amazonas (AM), ocasionando 14.157 mortes, o que nos dá um índice de 2,44% de letalidade. Comparativamente, o Estado de São Paulo (SP) possui uma população de 44 milhões de habitantes, o que significa ser dez vezes maior do que a população do Amazonas, contabilizada em 4,207 milhões (PODER360, 2021). Nesse aspecto, as 5.270.000 pessoas infectadas foram proporcionais em relação ao Amazonas, ou seja, quase 10 vezes mais. Entretanto, essa relação de proporcionalidade se inverte quando analisamos a letalidade do vírus. Como já dissemos, no Amazonas o índice foi de 2,44%, enquanto em São Paulo o índice foi de 0,37%, ou seja, proporcionalmente, quase sete vezes mais letal no Amazonas do que em São Paulo (JHU CSSE, 2022).

Dentre os motivos que levaram a essa maior letalidade está certamente a ausência de políticas públicas no Amazonas, já que seu governo adota o regime de estado mínimo⁵ tanto na capital quanto no interior. Ademais, é necessário dizer que o racismo, a desigualdade social, o acesso desigual aos sistemas de saúde, a moradia inadequada e a impossibilidade de se isolar colocaram a população mais vulnerável como a mais afetada pela pandemia em todos os lugares do mundo. Assim, o Amazonas, com o precário acesso aos serviços públicos, especialmente no interior do estado, sofreu em maior proporção essa desigualdade.

Um estudo do Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) confirmou que, quando são comparadas variáveis demográficas e socioeconômicas da população, constata-se que 55% de pretos e pardos morreram quando infectados, enquanto o percentual entre brancos ficou em 33% em cerca de 30 mil casos de notificações de Covid-19 disponibilizados

5 O Estado mínimo foi estabelecido como proposta no Consenso de Washington como um conjunto de resultados de reuniões de economistas de organizações multilaterais no início de 1990. Dessas reuniões surgiram recomendações dos países desenvolvidos para que os demais, especialmente aqueles em desenvolvimento, adotassem políticas de abertura de seus mercados, adotando um Estado mínimo, isto é, um “Estado com um mínimo de atribuições (privatizando as atividades produtivas) e, portanto, com um mínimo de despesas como forma de solucionar os problemas relacionados com a crise fiscal: inflação intensa, déficits em conta-corrente no balanço de pagamentos, crescimento econômico insuficiente e distorções na distribuição da renda funcional e regional. [...]. Embora os países que seguiram tal receituário tenham sido bem-sucedidos no combate à inflação, no plano social as consequências foram desalentadoras: um misto de desemprego, recessão e baixos salários, conjugado com um crescimento econômico insuficiente, revela a outra face dessa moeda” (SANDRONI, 1999, p. 123).

pelo Ministério da Saúde até 18 de maio de 2020 (NOIS, 2020). O estudo também destacou que, quanto maior é a escolaridade, menor é a letalidade do vírus. Ou seja, o vírus mata mais negros não porque são negros, mas porque são pobres. Assim, diversas situações⁶ criaram condições para que aqueles que buscam recursos diariamente para a sua alimentação e a da sua família passassem fome durante um suposto *lockdown*, que, para a classe trabalhadora, nunca existiu.

Ademais, é impossível não mencionar que o Amazonas é um estado cuja territorialidade é de difícil acesso em períodos normais, mas especialmente durante uma crise econômica, social e sanitária. A dificuldade no cultivo de legumes e verduras, bem como a criação de animais, é um dos limitadores. Nesse aspecto, toda a produção chega ao estado pelas águas ou pelo ar, já que a única estrada que permite acesso corta o território indígena e não possui asfalto. Assim, é explicável a dificuldade em se adquirir, mesmo para quem tem recursos financeiros, máscaras e álcool em gel para prevenir a infecção e medicamentos para quem já está contaminado. Essa condição atingiu seu ápice em janeiro de 2021, quando houve falta de oxigênio nos hospitais, o que foi agravado pelo fato de que, sem vagas para a hospitalização, muitas famílias compravam cilindros de oxigênio para cuidar dos seus doentes em casa.

Em 2021, com a chamada segunda onda de contaminação, mais uma vez, o estado chocou o País com as mortes por asfixia por falta de oxigênio e de vagas disponíveis em unidades de terapia intensiva (UTI), o que levou o desespero a tomar conta da cidade, com a morte de 5.288 pessoas entre janeiro e fevereiro de 2021, o que contribuiu para que faltassem leitos hospitalares e espaço físico nos cemitérios. Segundo matéria publicada no *site* Poder360 (2021), os dados oficiais indicam que, no Amazonas, o coronavírus matou 2.000 pessoas por um milhão de habitantes, conforme números divulgados pelo Ministério da Saúde. O fato é que a segunda onda foi mais grave do que a primeira no estado e, em apenas 54 dias de 2021, a quantidade de óbitos superou o total do ano de 2020.

6 A exemplo de contextos como: (I) a dificuldade no acesso à saúde pública, pelo fato de viverem uma situação mais marginalizada ou distante dos espaços de saúde, como em regiões periféricas ou no interior; (II) a falta de saneamento básico para a higienização (inclusive, falta de água potável); (III) um local de moradia que precisa abarcar um número de pessoas maior por metro quadrado disponível, além de outras dificuldades em relação às condições de isolamento e descanso necessário em casos de adoecimento; e (IV) uma alimentação precária e a ausência de alimentos ou dinheiro para comprá-los em um momento no qual o mercado de trabalho informal estava paralisado, dentre outros contextos.

AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM TEMPOS DE COVID-19

A condição pandêmica acarretou que ocorresse uma reorganização das políticas públicas, visto que os impactos não estavam somente na esfera da saúde. Com a Lei nº 13.979 (BRASIL, 2020a) e, na sequência, com o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020 (BRASIL, 2020b), veio o reconhecimento da Política de Assistência Social enquanto política essencial, necessária e contínua para o atendimento da população. As primeiras orientações da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) foram mais gerais, de modo a garantir o funcionamento das unidades; contudo, garantiu também as condições de segurança dos trabalhadores, sendo também necessária a observância do cenário da transmissão da Covid-19 para as decisões de atendimento presencial ou remoto e o revezamento dos trabalhadores. Nesse processo, o essencial e o necessário para a gestão eram o diálogo e a articulação direta com o Sistema Único de Saúde (SUS).

Quadro 1. Orientações nacionais para os serviços

| Normativas | Ementas |
|----------------------------|--|
| Decreto nº 10.282 | Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais (BRASIL, 2020c). |
| Portaria nº 337 | Dispõe acerca de medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, Covid-19, no âmbito da rede socioassistencial, pública e privada, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (BRASIL, 2020d). |
| Portaria nº 54 | Recomendações gerais aos gestores e trabalhadores do SUAS com o objetivo de garantir a continuidade da oferta de serviços e atividades essenciais da assistência social, com medidas e condições que garantam a segurança e a saúde dos usuários e profissionais (BRASIL, 2020b). |
| Portaria nº 100 | Aprova as recomendações para o funcionamento da rede socioassistencial de Proteção Social Básica (PSB) e de Proteção Social Especial (PSE) de Média Complexidade do SUAS, de modo a assegurar a manutenção da oferta do atendimento à população nos diferentes cenários epidemiológicos da pandemia (BRASIL, 2020e). |
| Recomendação Conjunta nº 1 | Dispõe sobre cuidados à comunidade socioeducativa nos programas de atendimento do Sinase no contexto de transmissão comunitária da Covid-19 em todo o território nacional (BRASIL, 2020f). |

Fonte: quadro elaborado pelas autoras (2022).

A primeira orientação nacional específica ao serviço de medida socioeducativa em meio aberto (MSE-MA) ocorreu em setembro de 2020, mediante a Recomendação Conjunta nº 1, elaborada entre o Ministério da Cidadania (MC), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). Na orientação, coube às coordenações e equipes de referência que sugerissem ao juízo competente a extinção de medidas quando tivesse ocorrido o cumprimento integral da medida ou nos casos em que os adolescentes tivessem atingido os objetivos constantes em documentos como o Plano Individual de Atendimento (PIA). Nos casos de suspensão do atendimento presencial, deveria ser realizado um acompanhamento remoto por telefone ou plataforma social para essa efetivação, cabendo ao sistema municipal de atendimento socioeducativo definir o órgão para a viabilização dos instrumentos necessários aos adolescentes e o seu acompanhamento.

Embora as orientações apontassem para viabilização de instrumentos tecnológicos para facilitar o atendimento, não ficava definida nas normativas a fonte de recursos para garantir que o acompanhamento fosse efetivado. É necessário pontuar que essa orientação conjunta foi publicada posteriormente às portarias que tratam do repasse de recursos, o que evidentemente pode ter inviabilizado o acompanhamento remoto.

CARACTERIZAÇÃO DAS REGIÕES DO AMAZONAS

A Constituição Estadual de 1989 do Estado do Amazonas viabilizou que, frente às condições adversas, singulares e dinâmicas de cada município do estado, fosse utilizada uma metodologia que subdividisse os municípios por calhas dos principais rios que banham o estado, respeitando uma geografia diferenciada daquelas de outros estados do território brasileiro, conforme o fator amazônico. Assim, o nosso artigo objetiva analisar duas dessas calhas, sendo elas a calha do Rio Madeira e a calha do Alto do Rio Negro.

A calha do Madeira é formada por cinco municípios, sendo eles: Apuí, Borba, Humaitá, Manicoré e Novo Aripuanã. Segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), esses municípios juntos somam uma população de 202.880 pessoas, num território de 221.036 km², o que representa 14,07% da área total do Estado do Amazonas, conforme demonstra a figura 1.

Figura 1. Mapa da calha do Madeira

Fonte: elaboração das autoras (2023).

O mapa apresentado identifica a calha do Rio Madeira, região composta por unidades de conservação (UC), terras indígenas e assentamentos extrativistas. Por exemplo, em Apuí, 67,39% de suas terras são destinadas a UC estaduais e federais. Dentre as principais ameaças para o desenvolvimento sustentável dos municípios dessa calha, podem ser apontados a ocupação desordenada, o garimpo, a grilagem de terras, o desmatamento e a extração ilegal de madeira para o estabelecimento de áreas para a pecuária (CAM, 2010).

O Alto Rio Negro possui uma extensão de 295.917,10 km², o que representa 18,75% da área total do Amazonas. O território tem uma população de 99.806 pessoas, segundo estimativa do IBGE (2020). Os dados do Instituto apontam, ainda, que o total de indígenas à época era de 48.133. Dentre eles estão os Tukano, os Baré, os Ticuna, os Tuyuca, os Baniwa, os Arapaso e os Kuripaco, entre outros (CAM, 2009).

Com apenas três municípios (São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos), o território atinge quase um quinto de sua extensão. Barcelos (em segundo lugar) e São Gabriel da Cachoeira (em terceiro lugar) estão entre os maiores municípios do Brasil em extensão territorial. A região do Rio Negro compreende a maior bacia de águas pretas do mundo, uma das mais importantes da Amazônia. A região é constituída por um mosaico de formações florestais únicas, parcialmente protegidas por terras indígenas e UC (CAM, 2009).

Figura 2. Mapa da calha do Alto Rio Negro

Fonte: elaboração das autoras (2023).

Dos municípios pertencentes às duas calhas, Apuí e Santa Isabel do Rio Negro (ambos de pequeno porte I) não possuem unidades do CREAS. Assim, considerando-se as informações registradas que tratam de medidas socioeducativas, a maioria se refere aos municípios de pequeno porte II: São Gabriel da Cachoeira, Barcelos, Borba, Manicoré, Novo Aripuanã e Humaitá. Vale ressaltar que, dos municípios pesquisados, nenhum recebe cofinanciamento federal para ofertar o serviço. Além disso, embora o Amazonas tenha a maior população de indígenas do País, o Registro Mensal de Atendimento (RMA) do CREAS não possui campo para contabilizar esse perfil.

Apresenta-se, a seguir, uma linha do tempo referente à implantação dos CREAS nas calhas do Alto Rio Negro e do Madeira.

Verifica-se que a maioria das unidades foi implantada recentemente. A mais antiga conta com 16 anos e as demais estão entre seis e 12 anos. Para a realização da análise do serviço de MSE-MA ofertado no CREAS, analisamos: (a) a oferta do serviço de MSE-MA nas calhas do Alto Rio Negro e do Madeira; (b) os atendimentos; e (c) os trabalhadores dos CREAS.

A oferta do serviço de MSE-MA nas duas calhas é similar na estrutura, como é possível observar no quadro que segue.

Figura 3. Linha do tempo de implantação de CREAS

Fonte: figura elaborada pelas autoras (2021).

Nota: dados organizados a partir do Censo do SUAS (2018).

Quadro 2. Oferta do serviço de MSE no CREAS

| Calha | Alto Rio Negro | | Madeira | | | |
|--|----------------|--------------------------|---------|---------|----------|---------------|
| | Barcelos | São Gabriel da Cachoeira | Borba | Humaitá | Manicoré | Novo Aripuanã |
| Realiza o serviço de MSE | Não | Sim | Sim | Sim | Sim | Não |
| Elabora Plano Individual de Atendimento (PIA) | Não respondeu | Sim | Sim | Sim | Sim | Não respondeu |
| Realiza o atendimento individual da(o) adolescente | Não respondeu | Sim | Sim | Sim | Sim | Não respondeu |
| Realiza o atendimento da(o) adolescente em grupos | Não respondeu | Sim | Não | Não | Sim | Não respondeu |

Fonte: elaborado pelas autoras (2021).

Nota: Ministério da Cidadania (2019a).

O quadro aponta um panorama quanto ao funcionamento da unidade e a oferta do serviço. Assim, dos seis CREAS existentes, dois não ofertam o serviço de MSE-MA. Ressalta-se que ele não é um serviço considerado obrigatório a ser ofertado. Então, dos oito municípios, quatro realizam esse atendimento.

É possível verificar que, apesar de não ter CREAS, o município de Santa Isabel do Rio Negro oferta o serviço no CRAS. Outra questão a ser problematizada é que nenhum dos CREAS que ofertam o serviço possui comissão intersetorial e plano municipal que oriente a execução das medidas socioeducativas e sobre as responsabilidades de outras políticas públicas que deveriam também estar envolvidas.

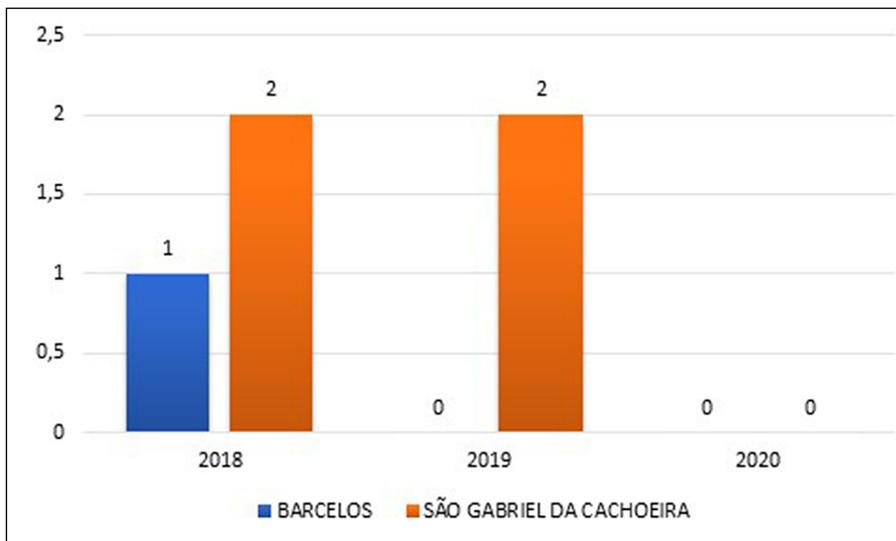
Quadro 3. Serviços de MSE

| Informações | Alto Rio Negro | | | Madeira | | | | |
|--|----------------|----------------|--------------------------|----------------|-------|--------------|---------------|---------------|
| | Santa Isabel | Barcelos | São Gabriel da Cachoeira | Apuí | Borba | Humaitá | Manicoré | Novo Aripuanã |
| Possui Comissão Intersectorial do Sinase? | Não | Não | Não | Não | Não | Não | Não respondeu | Não |
| Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo? | Não | Não | Não | Não | Não | Não | Não respondeu | Não |
| Executa no CRAS as MSE-MA? | Sim | Não | Não | Não | Não | Não | Não respondeu | Não |
| Possui equipe técnica exclusiva para o serviço de MSE? | Não | Não atende MSE | Não | Não atende MSE | Não | Não informou | Não respondeu | Não |

Fonte: quadro elaborado pelas autoras (2021).

Nota: Ministério do Desenvolvimento Social (2018).

Gráfico 1. Total de adolescentes atendidos na calha do Alto Rio Negro



Fonte: gráfico elaborado pelas autoras (2021).

Nota: Ministério da Cidadania (2020).

Com base nos dados acessados do RMA e preenchidos mensalmente nas unidades do CREAS, foi possível observar a quase inexistência de atendimentos nos serviços de medidas socioeducativas, cuja razão se deve por diferentes motivos: falta de demanda, não inclusão de dados no sistema, deficiência de comunicação na rede de serviços

do município ou, ainda, por uma escolha da gestão municipal, como no caso do município de Barcelos, que optou por não ofertar o serviço, conforme indicou no último Censo do SUAS.

Porém, algumas questões pairam e nos instigam a pensar sobre a existência de complexidades que podem agravar tanto as questões de violação de direitos quanto o cometimento dos atos infracionais, a saber: ambos são municípios de fronteira, o que quer dizer que, além da presença do tráfico de drogas, existe uma atuação do crime organizado (CNM, 2013). Além disso, os três municípios, juntos, possuem cerca de 700 comunidades em áreas rurais (CAM, 2009). Por fim, os serviços de assistência social são centralizados na sede. Portanto, é possível dizer que as áreas rurais recebem menos atendimentos por conta dos longos deslocamentos.

Outras questões levantadas dizem respeito ao fato de que o município de São Gabriel da Cachoeira preocupa pelos altos índices de suicídio entre indígenas (CIMI, 2019). Além disso, em sua calha não existe polo da Defensoria Pública do Estado (DPE). Em cada um dos três municípios, há uma vara única do Tribunal de Justiça; porém, não há uma equipe, apenas o juiz e o diretor da vara. Então, é comum que sejam solicitadas parcerias da prefeitura para os técnicos realizarem estudos sociais ou, ainda, a emissão de laudos, o que implica diretamente a oferta e a qualidade dos serviços do SUAS.

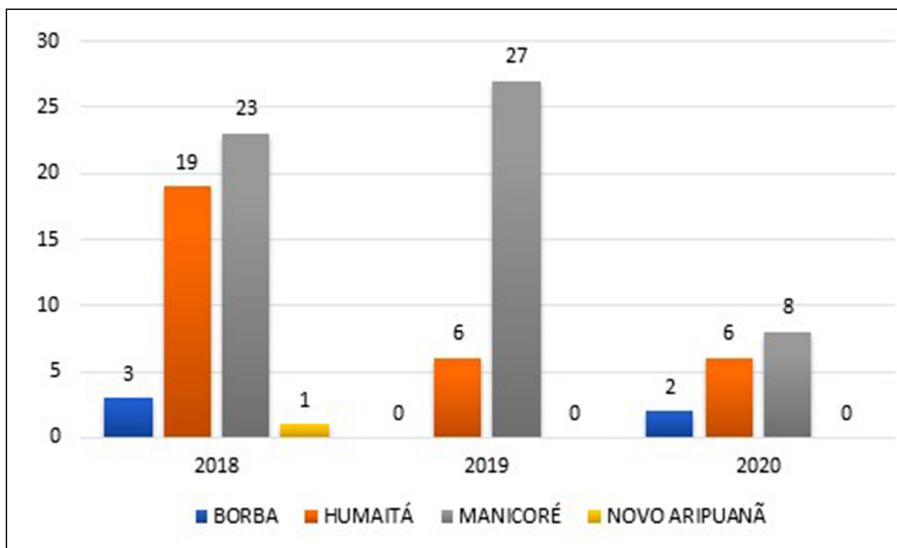
Fica evidente que, na referida calha, há uma falta de cobertura de unidades do CREAS, o que pode ser constatado na ausência de dados da calha. Essa presença quase incipiente de serviços públicos nos municípios mais longínquos do Amazonas acaba mascarando as necessidades dessas populações, que ainda estão invisibilizadas.

Na calha do Madeira, o cenário se apresenta diferente, uma vez que ela contém um volume maior no número de atendimentos realizados pelo CREAS em 2018 e em 2019, especialmente Manicoré, seguido de Humaitá. Em 2020, verificou-se um decréscimo do atendimento, provavelmente devido à pandemia de Covid-19.

Outro ponto a ser destacado é que há uma presença maior dos órgãos de justiça nessa calha. Quanto ao Tribunal de Justiça, em Humaitá existem a 1ª e a 2ª vara e o juizado especial cível, além de ser um polo da Defensoria Pública do Estado. Em Manicoré, existem duas varas (1ª e 2ª vara) e o município é polo da DPE. Borba e Novo Aripuanã têm, cada um, vara única e não são sedes da DPE. Em comparação à calha

do Alto Rio Negro, a do Rio Madeira tem uma maior presença do Judiciário, o que pode ser um dos motivos de apresentar mais demandas.

Gráfico 2. Total de adolescentes atendidos na calha do Rio Madeira



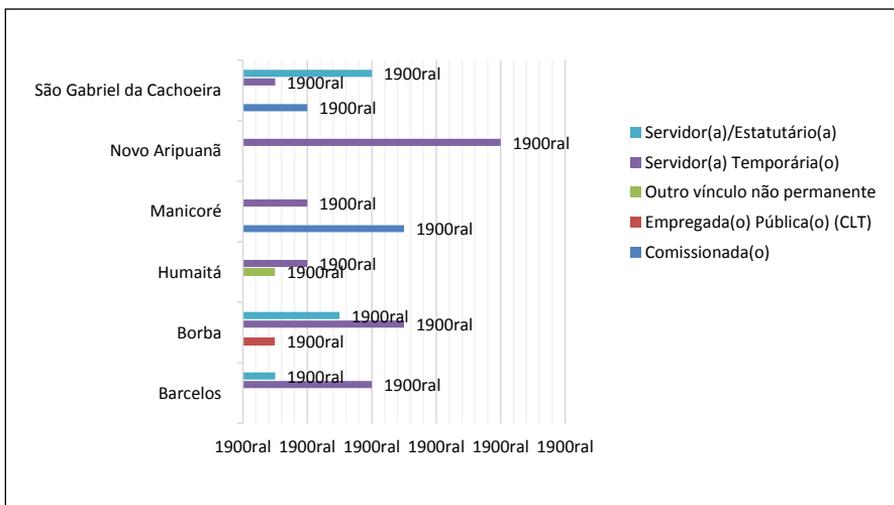
Fonte: gráfico elaborado pelas autoras (2021).

Nota: Ministério da Cidadania (2020).

TRABALHADORES DOS CREAS

Ricardo Antunes (2009) utiliza o conceito de “*classe-que-vive-do-trabalho*” para dar uma validade contemporânea ao conceito marxiano de classe trabalhadora. Nesse sentido, a “[...] classe-que-vive-do-trabalho, a classe trabalhadora, hoje inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos” (ANTUNES, 2009, p. 102), mas também aponta para aqueles trabalhadores chamados *improdutivos*, neles inclusos os servidores públicos.

Fica evidente nos dados que a maioria dos trabalhadores dos CREAS possui vínculo fragilizado, ou seja, são trabalhadores temporários, devido ao vínculo (por contrato ou comissionados). Desse universo, apenas sete trabalhadores são estatutários. Partindo-se desse pressuposto, pode-se afirmar que tal cenário é reflexo do próprio contexto do capitalismo, que trouxe tantas mudanças ao mundo do trabalho, com vínculos cada vez mais precarizados.

Gráfico 3. Trabalhadores dos CREAS

Fonte: gráfico elaborado pelas autoras (2021).

Nota: Ministério da Cidadania (2019b).

Os trabalhadores do SUAS, diante da Covid-19, foram convocados para a linha de frente, de modo que permanecessem ofertando serviços. Entretanto, apesar das orientações técnicas de âmbito nacional sobre a capacitação dos trabalhadores, não foi o que aconteceu na prática. Uma pesquisa nacional realizada pela Fundação Getulio Vargas (FGV, 2020) com profissionais do SUAS mostrou que apenas 12,98%, do total que respondeu, afirmou ter participado de treinamento para lidar com o coronavírus ou ter recebido diretrizes sobre como atuar durante o período pandêmico. A pesquisa identificou que, na Região Norte, nenhum profissional recebeu o devido treinamento. Quanto ao recebimento de equipamento de proteção individual (EPI), cerca de 61,5% afirmou não ter recebido nenhum EPI. Da mesma maneira, a Região Norte apresentou o pior índice, ou seja, 33,33% dos profissionais não tiveram acesso aos equipamentos, o que explica o sentimento de despreparo dos profissionais para lidar com a crise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente ensaio teve como principal intuito analisar a execução das MSE-MA, da LA e da PSC nas calhas do Alto Rio Negro e do Rio Madeira, bem como identificar os impactos da pandemia nos atendimentos realizados e na prática profissional dos trabalhadores.

Considerando a pesquisa e os dados apresentados, podemos afirmar que os números de atendimentos, em sua maioria, foram incipientes e que há uma inexistência de Planos de Atendimentos Socioeducativos e de organização de Comissões Intersetoriais, além da ausência de órgãos do Judiciário, como a Defensoria Pública, na calha do Alto Rio Negro. Tais apontamentos poderiam explicar uma possível *ausência de demanda* ou, ainda, a inexistência de um fluxo pré-estabelecido. Outro fator a ser levantado é quanto à possível falta de conhecimento dos magistrados quanto à oferta de serviço dos CREAS, que utilizam frequentemente os equipamentos para situações referentes à guarda e a questões de adoção.

Nesse sentido, ao analisarmos os serviços ou programas, devemos considerar as peculiaridades de cada território, como bem expõe Silva (2015), que aponta a condição federada e autônoma dos municípios como complexa e com problemas específicos a serem respondidos. Segundo a autora, tais problemas envolvem tanto o porte dos municípios quanto o nível de gestão ou, ainda, questões relacionadas à política local, aos arranjos político-partidários, à distribuição de cargos, além de situações que influenciam a heterogeneidade da implantação de uma política nacional, possibilitando que ela não ocorra na mesma direção em todos os lugares. Tais considerações precisam ser realizadas para que o pacto federativo reconheça tal diferenciação e supere critérios homogêneos para a avaliação da prioridade e do desempenho dos municípios (SPOSATI, 2015).

Outro ponto a ser debatido é quanto aos profissionais que atuam nos CREAS, uma vez que eles vivenciam os reflexos impostos pelo capitalismo, pois a maioria convive com contratos de trabalho fragilizados, ou seja, eles são terceirizados em meio a uma política pública que deveria imprimir no serviço o seu caráter continuado. Afinal, quando se analisa o contexto de definição da implantação do SUAS no Amazonas, há de se fazer ponderações que considerem avanços, mas também contradições, assim como as resistências e as imprecisões e, sobretudo, o que se refere à correspondência entre a direção nacional e a realidade municipal (SILVA, 2015).

Por fim, evidencia-se que a municipalização das MSE-MA, apesar das normativas vigentes, que temporalmente vêm se acumulando, ainda é um desafio para os executores das políticas públicas, considerando-se as diferenças territoriais e a gestão municipal, a rotatividade dos trabalhadores e o financiamento do serviço. Há de se considerar, ainda, que a pandemia

atingiu diretamente a dinâmica do serviço, o que aponta para uma invisibilidade dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. Lei nº 26.824, de 5 de outubro de 1989. Constituição do Amazonas (2021). Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70430/CE_AM_EC_122-2020.pdf?sequence=24&isAllowed=y>. Acesso em: 10 ago. 2021.

ANTUNES, Ricardo Luis Coltro. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2ª ed., 10ª reimpr. rev. e ampl. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

BRASIL. **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional e altera a Lei nº 8.069. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020** (2020a). Diário Oficial da União: Edição 27, seção 1, p. 1, Brasília, 7 fev. 2020.

BRASIL. **Portaria nº 54, de 2 de abril de 2020** (2020b). Ministério da Cidadania. Diário Oficial da União: Edição 54, seção 1, p. 6, Brasília, 2 abr. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020** (2020c). Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10282.htm>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. **Portaria nº 337, de 24 de março de 2020** (2020d). Ministério da Cidadania. Diário Oficial da União: Edição 58, seção 1, p. 14, Brasília, 25 mar. 2020.

BRASIL. **Portaria nº 100, de 14 de julho de 2020** (2020e). Ministério da Cidadania. Diário Oficial da União: Edição 135, seção 1, p. 12, Brasília, 16 jul. 2020.

BRASIL. **Recomendação conjunta nº 1, de 9 de setembro de 2020** (2020f). Diário Oficial da União: Edição 181, seção 1, p. 141, Brasília, 21 set. 2020.

BUTANTAN, Instituto. **Qual a diferença entre SARS-CoV-2 e Covid-19?** (2021). Disponível em: <<https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-noticias/qual-a-diferenca-entre-sars-cov-2-e-covid-19-prevalencia-e-incidencia-sao-a-mesma-coisa-e-mortalidade-e-letalidade>>. Acesso em: 4 abr. 2021.

CAM. Cáritas Arquidiocesana de Manaus. **Plano de Etnodesenvolvimento do Território Rio Negro da Cidadania Indígena (PETRCI)**, 2009. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio136.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

CAM. Cáritas Arquidiocesana de Manaus. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Madeira (PTDRS): Estudo Técnico**. Manaus, julho, 2010. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio119.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

CNM. Confederação Nacional de Municípios. **Os municípios na faixa de fronteira e a dinâmica das drogas** (2013). Disponível em: <https://www.cnm.org.br/cms/images/stories/Links/18112016_os_municipios_na_faixa_de_fronterria_e_a_dinamica_das_drogas.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2021.

CIMI. Conselho Indigenista Missionário. **Relatório Violência contra Povos Indígenas no Brasil**, 2019. Disponível em: <<https://cimi.org.br/2019/09/a-maior-violencia-contr-os-povos-indigenas-e-a-apropriacao-e-destruicao-de-seus-territorios-aponta-relatorio-do-cimi/>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

PODER360. **Coronavírus mata mais por milhão no Amazonas que em qualquer país do mundo**. Amazonas, 3 fev. 2021. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/coronavirus/coronavirus-mata-mais-por-milhao-no-amazonas-que-em-qualquer-pais-do-mundo/>>. Acesso em: 18 mar. 2022.

FGV. Fundação Getúlio Vargas/Núcleo de Estudos da Burocracia (NEB). **Nota Técnica: A pandemia de covid-19 e os profissionais da Assistência Social** (2020). Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/PesquisaFGV-rel03-social-covid-19-depoimentos-v2.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Conheça Cidades e Estados do Brasil** (2022). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 5 abr. 2022.

JHU-CSSE. Johns Hopkins University – Center for Systems Science and Engineering. Covid-19 Content Portal (2022). Disponível em: <<https://systems.jhu.edu/research/public-health/ncov/>>. Acesso em: 5 abr. 2022.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). **Relatório da Pesquisa Nacional das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto no Sistema Único de Assistência Social**. Brasília, DF: [MDS], [2018]. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/relatorios/Medidas_Socioeducativas_em_Meio_Aberto.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2021.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Censo SUAS 2019** (2019a). Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Censo SUAS 2018** (2018). Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Censo SUAS RH 2019** (2019b). Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Registro Mensal de Atendimento no CREAS** (2020). Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

NEVES, Eduardo Góes. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. Disponível em: <<https://leiaufsc.files.wordpress.com/2013/03/4-2b-neves-e-g-arqueologia-da-amazc3b4nia-1-parte.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

NOIS. Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde. **Diferenças sociais: pretos e pardos morrem mais de Covid-19 do que brancos, segundo NT11 do NOIS** (2022). Publicado em: 20 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.ctc.puc-rio.br/diferencas-sociais-confirmam-que-pretos-e-pardos-morrem-mais-de-covid-19-do-que-brancos-segundo-nt11-do-nois/>>. Acesso em: 12 abr. 2022.

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. **Histórico da pandemia de Covid-19** (2021). Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>>. Acesso em: 4 abr. 2022.

SANDRONI, Paulo (Org.). **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Círculo do Livro, 1999.

SEAS. Secretaria de Estado de Assistência Social. **Diagnóstico Socioterritorial do Amazonas** (2019). Disponível em: <<http://www.seas.am.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/DIAGNOSTICO-SOCIOTERRITORIAL-DO-ESTADO-DO-AMAZONAS.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

SILVA, Maísa Marialva da. Assistência social na realidade municipal: o SUAS e a prevalência do conservadorismo. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 18, nº 1, p. 41-49. *In: Estado e Política Social na América Latina: Assistência Social*, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/38231>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

SPOSATI, Aldaíza. Sistema Único: Modo federativo ou subordinativo na gestão do SUAS. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 18, nº 1, p. 50-51. *In: Estado e Política Social na América Latina: Assistência Social*, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/34984>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. Meio Ambiente, Amazônia e Serviço Social. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, nº 21, p. 141-152, jun., 2008. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/94/86>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

SER Social

SEXUALIDADES, LUTAS E DIREITOS
DA POPULAÇÃO LGBTQIA+

Brasília (DF), v. 26, nº 54, de janeiro a junho de 2024

A questão social, o Estado e a desproteção social: dilemas na atualidade brasileira

*The social question, the State and social deprotection:
dilemmas in current brazilian times*
*La cuestión social, el Estado y la desprotección social:
dilemas en la actualidad brasileña*

Heloísa Teles¹

<https://orcid.org/0000-0003-4373-797X>

Recebido em: 30/06/2021

Aprovado em: 29/07/2022

Resumo: A formação sócio-histórica brasileira é eivada de contradições marcadas na sua estrutura social, política e econômica, que incidem sobre a dinâmica da proteção social. No Brasil, a consolidação do capitalismo foi direcionada para o atendimento das necessidades de expansão e de acumulação do capital internacional, inscrevendo o País em uma determinada relação no circuito global: a dependência. Nesse contexto, a questão social assume características particulares, que são

1 Assistente social (UCS, 2009). Residente em Saúde Coletiva, com ênfase na Atenção Básica (Escola de Saúde Pública/RS, 2012). Mestre em Serviço Social (PUCRS, 2013). Doutorado em Serviço Social (PUCRS, 2018). Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mails: <heloisa.teles@ufsc.br> e <ashelo.teles@gmail.com>. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/4371379702643192>>.

expressas na consolidação do capitalismo dependente, na superexploração da força de trabalho como traço constitutivo da dependência, na formação da classe trabalhadora cindida pelas relações de classe, etnia e gênero e na constituição do Estado burguês dependente, que desempenha o papel de protagonista do projeto de subdesenvolvimento. Essa composição é responsável pela manutenção do não atendimento às necessidades mínimas de reprodução social dos trabalhadores, constituindo um padrão de desproteção social no País. Ancorada pelo método materialista histórico-dialético, a presente reflexão se constitui como fruto de revisão bibliográfica e objetiva problematizar os desdobramentos do capitalismo dependente na conformação da questão social e, conseqüentemente, o papel desempenhado pelo Estado latino-americano frente à questão social.

Palavras-chave: Estado; questão social; desproteção social; dependência.

Abstract: Brazil's socio-historical formation is riddled with contradictions in its social, political and economic structure, which have an impact on the dynamics of social protection. In Brazil, the consolidation of capitalism was geared towards meeting the expansion and accumulation needs of international capital, placing the country in a particular relationship in the global circuit: dependency. In this context, the social question takes on particular characteristics that are expressed in the consolidation of dependent capitalism, the overexploitation of the workforce as a constitutive feature of dependency, the formation of a working class divided by class/ethnicity and gender relations, and the constitution of the dependent bourgeois state, which plays the role of protagonist in the project of underdevelopment. This composition is responsible for maintaining the failure to meet workers' minimum social reproduction needs, constituting a pattern of social unprotection in the country. Anchored in the historical-dialectical materialist method, this reflection is the fruit of a bibliographical review and aims to problematize the consequences of dependent capitalism in shaping the social question and, consequently, the role played by the Latin American state in dealing with the social question.

Keywords: State; social issue; social unprotection; dependency.

Resumen: La formación sociohistórica de Brasil está plagada de contradicciones en la estructura social, política y económica que repercuten en la dinámica de la protección social. En Brasil, la consolidación del capitalismo se orientó a satisfacer las necesidades de expansión y acumulación del capital internacional, colocando al país en una relación particular en el circuito global: la dependencia. En este contexto, la cuestión social asume características particulares que se expresan en la consolidación del capitalismo dependiente, la sobreexplotación de la fuerza de trabajo como rasgo constitutivo de la dependencia, la formación de una clase trabajadora dividida por relaciones de clase/etnia y género, y la constitución del Estado burgués dependiente, que desempeña el papel de protagonista en el proyecto de subdesarrollo. Esta composición es responsable por el mantenimiento de las necesidades mínimas de reproducción social de los trabajadores, constituyendo un patrón de desprotección social en el país. Anclada en el método materialista histórico-dialéctico, esta reflexión es fruto de una revisión bibliográfica y pretende problematizar las consecuencias del capitalismo dependiente en la conformación de la cuestión social y, consecuentemente, el papel desempeñado por el Estado latinoamericano en el tratamiento de la cuestión social.

Palabras clave: Estado; cuestión social; desprotección social; dependencia.

INTRODUÇÃO

Na literatura vinculada à teoria social crítica, observa-se uma imprecisão referente ao conceito da questão social. Apesar disso, a definição contribui, pois explica a sociabilidade no contexto do modo de produção capitalista. Outrossim, ancora-se, principalmente, na categoria da lei geral de acumulação capitalista, ou seja, aborda a relação contraditória estabelecida entre a produção da riqueza e da pobreza, de forma concomitante e dialética. Para a sua apreensão, com fundamento no materialismo histórico, é preciso retomar elementos que expliquem o capital e o trabalho nas particularidades da região e do País. Ademais, defende-se a necessidade de tomar o Estado nessa relação contraditória, devido ao papel e à função que desempenha na garantia das condições de reprodução do capital e na contenção das lutas da classe trabalhadora.

Independentemente de se constituir como fruto da gênese do capitalismo, a questão social assume características particulares, determinadas

pelo processo sócio-histórico, político e econômico de cada região. Em concordância com Netto (2012), a apreensão da questão social demanda a análise das “diferencialidades histórico-culturais (que entrelaçam relações de classe, geracionais, de gênero e de etnia) [constituídas em formações sociais específicas] que se cruzam e se tencionam na efetividade social” (p. 48).

Na busca pelas diferencialidades que caracterizam a formação sócio-histórica brasileira, apreende-se que a origem da questão social apresenta elementos que singularizam as condições de acumulação e de centralização da riqueza no País, estabelecida no contexto de formação capitalista mundial entre a dialética da acumulação da miséria relativa latino-americana e a acumulação primitiva do capital nascente². Como resultado, há a constituição do capitalismo dependente, presente mediante a face mais espoliadora e cruel do modo de produção capitalista.

Neste íterim, o Estado origina-se de uma contradição fundamental: da necessidade de manter os antagonismos de classe sob controle e da própria luta de classes. Na particularidade brasileira, assumem-se funções e características vinculadas às necessidades de reprodução do capitalismo dependente, incidindo na questão social. Todavia, nega-se a premissa que reconhece o Estado, apenas, como a instância política de dominação do capital. Sendo assim, interessa apreender as disputas forjadas no campo da luta social e a incidência no escopo de atuação estatal.

Destarte, o artigo busca: (a) caracterizar alguns elementos que se constituem como estruturantes da questão social brasileira, inserida no contexto de economia dependente e subdesenvolvida; e (b) destacar os desdobramentos que esses elementos produzem na constituição do Estado dependente e nos limites da proteção social na singularidade brasileira.

RAÍZES DA QUESTÃO SOCIAL BRASILEIRA: ALGUNS PRESSUPOSTOS PARA REFLEXÃO

A história latino-americana dispõe de uma série de contradições demandadas pela busca da essência dos fenômenos vividos. Disputas, lutas, interesses e conflitos ocorridos neste território constituem uma

2 “De acordo com Mandel (1985), o desenvolvimento do capitalismo como modo de produção global só pode se dar de maneira desigual e combinada, assentada em relações econômicas e de poder, que estabelecem os mecanismos para a drenagem de riqueza das economias menos desenvolvidas para as mais desenvolvidas, em termos capitalistas; seja pela troca desigual entre as regiões, pelo sistema da dívida pública ou pela manutenção das regiões mais subdesenvolvidas como fornecedoras de força de trabalho barata” (SOUZA; TELES, 2021, p. 48).

memória determinada, responsável por forjar dilemas inalienáveis no que tange às condições de vida da classe trabalhadora. Contudo, observa-se que o acesso a esse saber nem sempre é acessado pela população local. Com isso, a farsa e a tragédia se imiscuem diante das inúmeras narrativas elaboradas para contar a história e o tempo presente. Posto isso, quando se pensa em uma identidade latino-americana, diversos são os estereótipos lançados. Filiado ao materialismo histórico, Baez (2010) indica algumas memórias culturais e, enfim, mostra a multi-identidade desse povo.

1) Uma memória conflitante comum gerada na relação de conquista, espoliação, escravidão e genocídio antigo e contemporâneo; 2) uma memória indígena geomítica e ecológica; 3) uma memória africana de transfiguração rítmica; 4) uma memória hegemônica ocidental: sistema religioso, sistema econômico, sistema filosófico-ético, com tendência ecocida; 5) uma memória periférica de salvação e resistência, que justifica ciclicamente a rebelião permanente e a revolução; 6) uma memória negada do esquecimento, em que se reprime a existência de dor por um passado traumático (BAEZ, 2010, p. 289).

A confluência das distintas memórias do povo que constitui a região é materializada na vivência latino-americana de maneira violenta e contraditória. No entanto, a história narrada é a escrita pelos vencedores (MOURA, 2014). Em outras palavras, a versão que prevalece na historiografia oficial denota a hegemonia da memória ocidental, ou seja, a dos invasores coloniais, suplantando as outras. Trata-se de um processo que foi consolidado desde o período colonial no intento de defender e de justificar os privilégios dos invasores europeus e que foi reproduzido pelas estruturas políticas, sociais e ideológicas que a sobre-determinam. O resultado foi o genocídio, o memoricídio, o etnocídio³ e o saqueio dos recursos naturais, transferidos para países de economia central, enquanto condição para a realização da acumulação originária.

3 As categorias de genocídio, memoricídio e etnocídio, sistematizadas por Fernando Baez (2010), dão conta dos processos referentes ao extermínio dos povos indígenas e africanos e ao apagamento de suas memórias e culturas. Mais precisamente, o etnocídio é o resultado do roubo econômico que exigiu a modificação das estruturas mentais dos subordinados, mediante a negação de seu direito à terra, ao uso de sua própria língua e educação e ao direito de fazer sua história coletiva com autodeterminação. O memoricídio, por sua vez, consiste na eliminação de todo o patrimônio, seja ele tangível ou intangível, que simboliza a resistência a partir do passado.

Suplantada a história secular dos povos originários, isto é, dos habitantes das terras que se denominam, atualmente, como América Latina, a invasão colonial ocorreu para viabilizar a expansão comercial, forjada pelo capitalismo (ainda em sua forma mercantil), para realizar a acumulação primitiva. Invasão que buscou estabelecer a relação entre: (I) a Inglaterra (e, em menor medida, a França) e a América colonial, a partir do fornecimento dos navios e dos produtos para a exploração; (II) a África, com a massa de africanos escravizados; e (III) as colônias latino-americanas, diante da qual as matérias-primas (WILLIAMS, 2012) e a triangulação dos mercados radicalizavam a expansão marítima e criavam condições necessárias para a transição final entre o feudalismo e o nascente capitalismo.

A constituição do comércio triangular foi responsável por fundamentar as bases comerciais e impulsionar o crescimento das cidades e o desenvolvimento industrial, que resultaria na Revolução Industrial, anos mais tarde.

No contexto latino-americano, foram diversas as transformações sofridas, a partir da incorporação no comércio triangular. A dizimação das populações indígenas e a exploração irracional das riquezas naturais marcam o início de um processo que forjaria o colonialismo como tônica de desenvolvimento. A imposição da sociabilidade burguesa como sendo o padrão de civilidade a ser seguido condenou o continente latino-americano à morte, à violência, à escravidão e ao latifúndio, como principais marcas do processo de invasão colonial.

Tomando-se a particularidade brasileira, importa destacar que a ocupação do território por quase 400 séculos foi pautada, sobretudo, pela exploração de riquezas naturais e pelo cultivo de produtos primários, a partir da utilização da mão de obra escrava, características do Brasil colônia. Os processos de dominação no campo cultural, religioso e político contribuíram para inscrever, na base das relações sociais, o signo do conservadorismo, enraizando, por exemplo, o racismo como uma das principais armas ideológicas para a reprodução da exploração capitalista. Destarte, o colonialismo na região significou, em última análise,

a globalização da guerra comercial; a exterminação e dominação de povos inteiros, econômica, social e culturalmente; a retomada da prática de escravização e a transformação de homens e mulheres em mercadorias; a

fundação de novas formas de organização do trabalho e da produção nos territórios invadidos; a drenagem permanente da riqueza produzida aos países dominadores; a exigência de um sistema protecionista e monopolista (SOUZA, 2020, p. 47).

A transição do escravismo colonial para o capitalismo dependente se deu voltada para o atendimento dos interesses internacionais, comprometida com a acumulação primitiva dos países de economia central. No caso brasileiro, pode-se afirmar que ocorreu uma cisão entre os produtores diretos e os meios de produção, agravada pela drenagem das riquezas pela via do intercâmbio desigual, da exploração de superlucros e da pilhagem pura e simples.

Seguindo essa trilha, a independência brasileira não significou a ruptura com a herança colonial. Pelo contrário: representou a reatualização das velhas formas de dominação do capital internacional e a recomposição das novas formas de exploração. A decadência do escravismo como modo de produção ocorreu no bojo do acirramento das contradições enredadas nas relações sociais e de produção escravistas (MOURA, 2014). As restrições derivadas da proibição do tráfico internacional em 1850 e a abolição da escravidão no País em 1888, aliadas à necessidade de expansão dos mercados internacionais, produziram a necessária transição para o capitalismo.

Pensar a consolidação do capitalismo no Brasil demanda considerar a combinação de elementos modernos do capitalismo central com as relações sociais e de produção arcaicas fundantes das economias latino-americanas. Tendo como alicerces da estrutura econômica o trabalho escravo e as relações sociais de produção baseadas na escravatura, o Brasil, inserido no contexto latino-americano, transita do período colonial, travestido de pré-capitalista, para assumir o caráter do subdesenvolvimento no circuito capitalista global (CUEVA, 1983). Como produtos, dispõem-se o subdesenvolvimento e a dependência, assumidos como características da reprodução do padrão de dominação do capital na região.

Submetida à dinâmica da superexploração, a população trabalhadora sofre a violação do valor da sua força de trabalho, não tendo acesso ao pagamento mínimo do tempo socialmente necessário para que a sua reprodução social seja garantida. Isso desencadeia a agudização

das condições de vida e aprofunda e chancela a hierarquização dos(as) trabalhadores(as) a partir do gênero e do quesito de cor/raça, delegando ao Estado funções fundamentais para a garantia e a manutenção da dependência.

Nessa lógica, a formação da classe trabalhadora brasileira constituiu-se como chave explicativa para a compreensão da dinâmica da luta de classes no Brasil. Os limites impostos pelo signo da escravidão inscrevem o racismo como elemento mistificador na constituição da própria consciência de classe. Na transição do escravismo colonial para a constituição do trabalho livre e assalariado, a inserção da população negra no mercado de trabalho formal foi barrada⁴, conformando uma franja marginal, que cumpria as exigências perversas do capitalismo dependente.

Querer ver-se, por isto, a Abolição como uma possível revolução democrático-burguesa no Brasil é no mínimo ingenuidade, pois nenhuma das reformas que essa revolução tem por objetivo executar foram feitas com essa medida. [...] Não podemos negar que o trabalho escravo foi substituído pelo trabalho livre. Mas as estratégias de dominação antecipadamente estabelecidas fizeram com que o antigo escravo não entrasse sequer como força secundária na dinâmica desse processo, ficando como burra sem função expressiva. O Brasil arcaico preservou os seus instrumentos de dominação, prestígio e exploração e o moderno foi absorvido pelas forças dinâmicas do imperialismo que também antecederam à Abolição na sua estratégia de dominação (MOURA, 2014, p. 103).

Há de se destacar a luta dos povos escravizados contra as barbáries sofridas desde os indígenas e as inúmeras resistências empreendidas, como, por exemplo, a da Guerra dos Tamoios (Tupinambás) (entre 1562 e 1567), em São Paulo e no Rio de Janeiro, passando pela luta e pela organização quilombola, tendo como referência o Quilombo dos Palmares, até os sindicatos como formas mais organizadas de luta da

4 Na apreensão da história do trabalho e da classe trabalhadora, no pós-abolição, é fundamental que se atente para a parcela negra da classe trabalhadora, que, embora majoritária, é a mais imobilizada no restrito mercado de trabalho livre, principalmente nas regiões em que o desenvolvimento capitalista assumiu maior dinamismo. Nestas, teve como contraface a primazia da inserção do imigrante europeu, introduzido a partir de uma perspectiva política racista e eugênica, que objetivava eliminar a mancha negra e branquear a nação (MOURA, 1994; SCHWARTZ, 1993; SOUZA; TELES, 2021, p. 53).

nascente classe trabalhadora, já no contexto capitalista. No entanto, é preciso também reconhecer as inúmeras estratégias utilizadas pela classe dominante para a contenção (muitas delas institucionalizadas pelo Estado) e a manutenção da exploração.

Nesse contexto, destacam-se os velhos poderes da sociedade colonial brasileira, materializados pela estrutura arcaica e dependente de produção e reprodução social, que se ocupam em manter o *status quo*, preservando modos de distribuição e concentração da riqueza socialmente produzida e a reprodução de interesses, em detrimento das possibilidades de elevação dos níveis de qualidade de vida e de redução da desigualdade social. O racismo, como elemento central de dominação, é perpetuado e aprofundado a partir da propagação de teorias higienistas, as quais pretendem alçar o branqueamento da população, assim como a exclusão e o extermínio dos negros⁵.

A partir do processo de modernização da elite agrária pela via da coalizção com a tímida burguesia industrial e a cooptação do Estado em favor dos seus interesses, apresenta-se no País a preservação das relações de dependência tradicionais, concretizando a tendência que Fernandes (1976) vai nomear como mudanças conduzidas “pelo alto”. Com isso, não se deixa espaço para os interesses das classes subalternas no interior das alianças de poder das classes dominantes. Ademais, agrava-se o cenário do papel de subsoberania desempenhado pelo Estado em relação ao capital mundial. Dessa forma, enfraquecem-se, inclusive, as próprias classes dominantes nacionais (OSÓRIO, 2019).

No Brasil, a acumulação da riqueza socialmente produzida pela classe trabalhadora e apropriada de forma privada pela burguesia é levada à máxima potência e, por consequência, os índices de concentração de renda, desigualdade e pobreza beiram a barbárie. Conforme dados coletados pelo *Global Walth Report 2021/Credit Suisse* e sistematizados pela CNN Brasil (2021), em 2020, seguindo uma tendência mundial acelerada pela pandemia do novo coronavírus, a concentração de renda aumentou no País e, com isso, atingiu o pior nível em pelo menos duas décadas. Quase a metade da riqueza do País ficou concentrada no 1% mais rico da população, totalizando 49,6%. Em 2019, o mesmo grupo

5 As contradições do racismo só podem ser entendidas se pautadas a partir da construção social da branquitude (BENTO, 2002) como uma ideologia que alude aos benefícios materiais ou simbólicos criados pela estrutura do capital para a parcela branca da sociedade, como afirma Gonzalez (1981). Essa mediação expressa os desdobramentos da ativação do preconceito de cor como uma das expressões do racismo em meio às contradições de classe no capitalismo dependente (SOUZA; TELES, 2021, p. 53).

detinha 46,9%, o que mostra que houve um acréscimo de quase três pontos percentuais.

Outro dado que materializa a condição de superexploração da força de trabalho vivida pela população brasileira é o rendimento das famílias brasileiras. Segundos dados do IBGE (2021), o rendimento médio domiciliar *per capita* de 2020 foi de R\$ 1.349,00 para o total da população brasileira. As Regiões Sudeste (R\$ 1.623,00), Sul (R\$ 1.597,00) e Centro-Oeste (R\$ 1.504,00) apresentaram os rendimentos mais elevados, enquanto os menores estavam nas Regiões Norte (R\$ 896,00) e Nordeste (R\$ 891,00). Em contrapartida, dados da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos (DIEESE, 2022) revelam que, para assegurar o mínimo de condições de vida, o salário mínimo, para atender uma família com dois adultos e duas crianças, deveria ter sido de R\$ 5.997,14. Esse valor é quatro vezes maior do que o salário mínimo vigente, que é de R\$ 1.212,00 e concretiza a violação do valor da força de trabalho no capitalismo dependente. Em relação à pobreza, os números do IBGE (2021) indicam um agravamento. Em 2021, quase 28 milhões de pessoas viviam abaixo da linha da pobreza no Brasil. Em 2019, antes da pandemia de Covid-19, eram pouco mais de 23 milhões de indivíduos na mesma situação.

Outro desdobramento da forma particular de constituição da questão social em terras tupiniquins é observado pelo descolamento do caráter social, que é tratado, historicamente, como um fator político partidário, um problema individual a ser resolvido *no e pelo* mercado. Neste, a estratégia de enfrentamento é constituída por ações fragmentadas e focalizadas, voltadas, principalmente, ao atendimento das necessidades sociais, vinculadas à manutenção das condições mínimas de reprodução da força de trabalho. Os enfrentamentos às expressões da questão social ficam “relegados às ações de caráter voluntarista e filantrópico, voltadas aos problemas individuais e à despesa pública tida, principalmente, com programas de transferência de renda, de maneira que são uma espécie de preço a ser pago durante o processo de transição” (TELES, 2018, p. 202).

De acordo com os elementos apresentados, reconhecem-se algumas raízes constitutivas da questão social brasileira: a invasão colonial; a subordinação da terra, do território e do trabalho ao sentido da colonização; a transição do modo de produção escravista colonial para o capitalismo dependente; o comando do capital sobre as relações

sociais nos marcos da dependência e da subordinação imperialista (SOUZA; TELES, 2021).

Enquanto desdobramentos dessas raízes, podem ser identificadas outras expressões que marcam as determinações sociais concretas da questão social. Elas são reveladas na materialidade das relações sociais, por intermédio: (I) das diferentes expressões fenomênicas do racismo; (II) da dinâmica assumida pela superexploração do trabalho e das condições ínfimas para a reprodução da força de trabalho; (III) das relações desiguais de gênero ancoradas no patriarcado; (IV) das manifestações de intolerância religiosa; (V) das práticas autoritárias e antidemocráticas; (VI) da regressão constante dos direitos garantidos; e (VII) das diferentes manifestações da violência, com destaque para a violência de gênero e contra a população negra.

Nesse contexto, o Estado deve desempenhar ações que possam oferecer, minimamente, condições para a garantia da reprodução social dos sujeitos e, conseqüentemente, para a reprodução do próprio processo de valorização do capital. No entanto, o Estado dependente latino-americano assume características particulares de intervenção social, conforme será problematizado na próxima seção.

A DESPROTEÇÃO SOCIAL COMO RESPOSTA ÀS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL

No Brasil, a reprodução das contradições advindas do colonialismo e atualizadas no contexto do capitalismo dependente impacta o agravamento das condições de vida da população e a capacidade de resposta do Estado frente às necessidades do capital e às pressões exercidas pelos(as) trabalhadores(as) organizados(as). Essa compreensão indica que as expressões da questão social vivenciadas hoje trazem circunscritas o legado do passado, acrescidas de novas complexidades, que demandam seu deciframento no contexto da processualidade histórica dialética.

Com isso, cabe recuperar que o sistema de proteção social, pautado não apenas em critérios econômicos, inscreve-se no sentido de assegurar as garantias de um padrão mínimo de vida, direcionada a todos os indivíduos de uma sociedade. Nessa concepção, resguardadas as contradições inerentes ao modo de produção capitalista, a proteção social diz respeito ao conjunto de direitos civilizatórios de uma sociedade,

ou seja, à síntese das demandas sociais e das decisões de solidariedade de uma sociedade para com todos os seus membros (SPOSATI, 2009).

Contudo, a forma como essas necessidades são reconhecidas e transformadas em demandas políticas decorre da capacidade de organização das forças políticas e sociais em inscrever, no âmbito jurídico-legal, os valores relativos à igualdade e à justiça, eleitos pela sociedade. A mediação das demandas políticas com as garantias legais (direitos) é o que subsidia as respostas materializadas pelas políticas sociais e dá concretude à proteção social.

A consolidação do capitalismo em solo brasileiro impôs funções e papéis particulares ao Estado, vinculados, principalmente, à necessidade de expansão e de reprodução capitalista. O Estado se torna um lugar privilegiado do capital, atravessado pelo jogo das forças sociais presentes na sociedade e tendendo aos interesses dos grupos econômicos hegemônicos. Para tanto, historicamente, desempenha funções complementares e inovadoras no campo da economia e, consecutivamente, nas áreas políticas e sociais (IANNI, 2004).

O capitalismo dependente produz um acréscimo de responsabilidades para o Estado e acentua contradições advindas da relação entre as esferas da produção e de reprodução da vida em sociedade, principalmente frente à resistência dos trabalhadores provinda das lutas sociais, em oposição aos processos de exploração e destituição de direitos. O Estado, no contexto de oferta da proteção social, desempenha historicamente uma função de garantia da reprodução dos mecanismos e das estruturas de poder dominantes. Por fim, cabe salientar que o alcance da proteção social está diretamente vinculado à capacidade e às condições presentes na luta de classes, principalmente na capacidade de pressão exercida pela classe trabalhadora.

Em atenção a esse movimento, observa-se que a implementação da proteção social no Brasil ocorreu, quase em sua totalidade, centrada na inserção dos beneficiários no mercado formal de trabalho e na distribuição de benefícios sociais, com caráter contributivo, seguindo um modelo focalizado e fragmentado, por meio da composição de sistemas frágeis e baseados em modelos de seguro social importados de outros países (TELES, 2018).

Uma das hipóteses para esse modo particular de formação reside na característica assumida pelos países de modernização conservadora,

materializada pela trajetória não democrática e autoritária assumida no País. A questão social, inserida nessa concepção, é tratada como um fato político partidário, um problema individual a ser resolvido *no e pelo* mercado. Nele, algumas estratégias de enfrentamento são operadas, tais como: ações fragmentadas e focalizadas, voltadas, principalmente, para o atendimento das necessidades sociais, vinculadas à manutenção das condições mínimas de reprodução da força de trabalho.

Esse quadro impacta diretamente a possibilidade de constituição de padrões mínimos de cidadania (TELES, 2018). A prevalência das relações de favor e de dependência encerra na proteção social brasileira o padrão da desproteção social e da hierarquização dos segmentos sociais, vinculado estritamente à capacidade produtiva. O direito é convencionado ao mérito e ao esforço individual, em um processo de crescente individualização e de criminalização das demandas sociais.

A questão social, inserida nessa concepção e entendida como fruto da acumulação capitalista, incide na condição de “descidadania” (BORÓN, 1994), presente no Brasil. A busca pela constante expansão e garantia da circulação de capital desborda na eclosão constante de crises, que impelem os capitalistas, cada vez mais, à busca por novas estratégias de exploração de mais-valor. Todavia, o contexto é de superexploração do trabalho⁶. Sendo assim, as novas estratégias supracitadas passam a ser: (I) a não oferta de condições mínimas para a manutenção da reprodução social dos trabalhadores pelo Estado; (II) a não remuneração dos trabalhadores de forma a garantir sua subsistência; e (III) os inúmeros limites vividos pela classe trabalhadora para a sua organização política e capacidade de tensionamento em prol de reivindicações.

Embora muitos países da região tenham galgado avanços no que concerne à estruturação de sistemas de proteção social, sobretudo no último quartel do século XX, a focalização segue figurando como marca constituidora. De modo a contrapor o conceito de universalização, que pauta a concepção de Estado de bem-estar social e objetiva viabilizar os direitos sociais e o exercício da cidadania e da democracia, a focalização

6 Nos marcos gerais da dialética do desenvolvimento capitalista mundial, o capitalismo latino-americano reproduziu as leis gerais que regem o sistema em seu conjunto, mas, em sua especificidade, acentuou-as até o limite. A superexploração do trabalho, em que se funda, o conduziu finalmente a uma situação caracterizada pelo corte radical entre as tendências inerentes ao sistema – e, portanto, entre os interesses das classes por ele beneficiadas – e as necessidades mais básicas das grandes massas, que se manifestaram em suas reivindicações por trabalho e consumo. A lei geral da acumulação capitalista, que implica a concentração da riqueza num polo da sociedade e o pauperismo absoluto da grande maioria do povo, se expressa aqui com brutalidade [...] (MARINI, 2014, p. 63).

prevê o direcionamento dos investimentos e das ações para grupos específicos, reconhecidamente vulneráveis. Dessa forma, a proteção social brasileira reitera os “limites das soluções reformistas e pseudo-integradoras, nos moldes do que hoje se atribui às mal denominadas políticas de ‘inclusão social’” (PAIVA; OURIQUES, 2009, p. 131).

Com base na forma particular de como a questão social se apresenta no Brasil, vale ressaltar que a herança conservadora é expressa na realidade social a partir do baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção, muitas vezes análogas à escravidão e à servidão. As características particulares da exploração da força de trabalho no contexto do capitalismo dependente, expressas na superexploração do trabalho, agudizam, ainda mais, as condições de vida na região e reiteram a institucionalização e o desenvolvimento das estruturas insuficientes de resposta às expressões da questão social. A violência e a coerção se constituem como ações específicas do Estado no capitalismo dependente, sendo elas responsáveis pela manutenção das condições bárbaras vividas pela população.

A predominância da violência e da repressão como mediação fundamental do Estado brasileiro na luta de classes é observada, na atualidade, como forma que guarda correlatos históricos que evidenciam o *modus operandi* da intervenção do Estado na questão social. Nisso, a criminalização, o controle e a repressão da maioria negra e indígena dos brasileiros, com a naturalização das vidas que devem ser preservadas e das que podem ser eliminadas, conformam a base da atuação das instituições do Estado (SOUZA; TELES, 2021, p. 55).

A informalidade e a frágil regulação das relações de trabalho corroboram a focalização e a exclusão daqueles que não estão inseridos em sistemas de proteção social contributivos. Um exemplo refere-se à paulatina desregulamentação das legislações trabalhistas e ao enfraquecimento da luta sindical, numa perspectiva de impactar a capacidade de mobilização e resistência da classe trabalhadora, desdobrando-se na acentuação da exploração e, conseqüentemente, na diminuição da capacidade de proteger socialmente os indivíduos. As demandas sociais e coletivas são elevadas à condição de demandas particulares e individuais, reiterando o caráter manipulatório do modo de produção capitalista, haja vista as proposições contidas na Lei nº 13.467/2017,

que concretiza a contrarreforma trabalhista no País. Essa tendência gera um impacto ainda maior para os trabalhadores latino-americanos, dado o contexto cada vez mais restritivo das ações do Estado, apoiado nos ditames neoliberais.

A partir do supracitado, a tradição da proteção social materializa-se na incidência de forma paliativa sobre os resultantes da exploração da classe trabalhadora, uma vez que a desigualdade estrutural, presente na particularidade brasileira, alimenta-se e se reproduz em “forte concentração de renda e propriedade, baixos rendimentos, elevado índice de desemprego, informalidade e precarização das relações de trabalho e insuficiente ou inexistente acesso a serviços públicos [...]” (BOSCHETTI, 2012, p. 46).

Esse quadro produz uma imobilidade social com poucas chances para os sujeitos superarem as condições adversas vivenciadas. Ademais, suscita um importante desafio para os movimentos dos(as) trabalhadores(as)⁷ em busca da superação das contradições históricas que pautam a formação socioeconômica da região, de maneira que possam, efetivamente, promover o desenvolvimento social nos países.

Desse modo, apreende-se que a proteção social no Brasil se forja em um cenário contraditório, permeado, de um lado, por conflitos no âmbito da defesa da universalização dos direitos sociais e, de outro lado, pela expansão do capitalismo e pela consequente manutenção dos elevados níveis de desigualdade e empobrecimento da população (TELES, 2018).

A proteção social desempenha um papel importante no processo de distribuição da riqueza socialmente produzida, impactando o campo da socialização dos custos da reprodução da força de trabalho, que, para a sociedade, se constitui como um mecanismo de regulação capitalista. A necessidade é justificada pelo acirramento da luta de classes, em face da crescente precarização das condições de vida. Contudo, vale destacar que isso só se faz possível pela ampliação da extração da mais-valia. Não obstante, a proteção social no capitalismo se torna fundamental para o aproveitamento produtivo do excedente econômico a ser valorizado (PAIVA; OURIQUES, 2009).

7 Cabe aqui chamar a atenção para a complexidade da própria compreensão dos movimentos de trabalhadores(as), levando-se em conta a heterogeneidade das pautas e das agendas políticas que se encontram em disputa. O debate sobre a consciência de classe e a alienação é fundamental para um maior aprofundamento desse tema, principalmente considerando-se os debates atuais sobre o identitarismo e outras pautas liberais que tratam das reivindicações dos diferentes grupos sociais.

Os processos constitutivos da produção de riqueza em nosso País são, portanto, primordiais, uma vez que os países capitalistas dependentes forjam mecanismos *sui generis* para realizar tal distribuição. Em outras palavras, ao se analisar a forma determinada de produção e de distribuição capitalista na região, pode-se apreender que a proteção social não conseguiu incidir no campo da distribuição. Por isso, a região mantém um padrão de desproteção social e de concentração de riqueza cada vez maior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história de violência e de expropriação sem precedentes sofridas pela população brasileira comprova que a necessária acumulação capitalista dos países centrais encontra-se ancorada na ampliação da pobreza e da desigualdade nos países de economia dependente. Materializa-se, desse modo, o dilema imposto pela dinâmica da dependência, que aprisiona a classe trabalhadora, obrigada a viver em condições aviltantes devido à exacerbada e indiscriminada violência e às diferentes violações implementadas pelo incremento paulatino de estratégias que mantêm a centralização e a concentração de riquezas e da posse da terra. Realidade que viabiliza a constituição de um enorme contingente de despossuídos, acarretando a superexploração da sua força de trabalho. De igual modo, propicia a consolidação de um Estado dependente a serviço do capital, tendo a utilização do racismo e do sexismo como potentes mediações à reprodução da dominação, ocasionando a instituição de uma democracia restrita e a serviço da burguesia internacional.

Nesse cenário, o Estado desempenha um papel fundamental para a manutenção das condições barbáricas a que a população se encontra submetida, já que oferta, sem outra opção, medidas de proteção social que não garantem a reprodução da força de trabalho, ou seja, empurra a massa de trabalhadores à má sorte e constitui os “ninguéns”, declamados por Eduardo Galeano.

A relação paradoxal, estabelecida entre o capitalismo dependente e a proteção social residual e fragmentária latino-americana, fomenta uma particularidade importante: a desproteção social. Nessa lógica, a necessidade de acumulação e de centralização assume o lugar das necessidades básicas e transforma o direito em mercadoria, passível de demarcação de critérios e méritos. Dessa forma, a proteção social torna-se potente mecanismo de legitimação da ordem vigente e de efetivação do contrato social.

A cooptação do Estado pela elite burguesa contribui para o esvaziamento da função política de representação dos interesses da população, além de fragilizar as forças sociais e a capacidade de pressão da classe trabalhadora em prol da defesa de seus direitos. Como resultado, observa-se a hegemonia da concepção de proteção social como um mecanismo de legitimação da exploração, em detrimento dos direitos sociais.

A herança conservadora acompanha as sociedades latino-americanas e impacta a capacidade de articulação da classe trabalhadora na disputa pelo Estado. Consequentemente, assume-se no escopo pelas políticas sociais. Entretanto, além das determinações econômicas infligidas à proteção social latino-americana, é necessário atentar para as determinações políticas impostas pela luta dos trabalhadores. Calcando-se no pressuposto da contradição, há de se reconhecer que os avanços, obtidos no sentido da garantia de direitos, devem-se, sobremaneira, às capacidades de articulação e de pressão exercidas pelos movimentos dos trabalhadores.

Pautando-se nessa premissa, corrobora-se o caráter contraditório da proteção social para o fortalecimento da defesa da expansão, objetivando a melhoria da qualidade de vida da população nos limites do capitalismo. Mesmo diante de tantas limitações, violências e adversidades, é salutar considerar a proteção social como parte de uma totalidade, atravessada de potencial estratégico como mediação fundamental para a luta pelos direitos sociais na América Latina.

REFERÊNCIAS

BAEZ, Fernando. **A história da destruição cultural da América Latina: da conquista à globalização**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. *In*: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 25-58.

BORÓN, Atilio A. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BOSCHETTI, Ivanete. América Latina, Política Social e Pobreza: “novo” modelo de desenvolvimento? *In*: SALVADOR et al. (Orgs.).

Financeirização, fundo público e política social. São Paulo: Cortez, 2012.

CUEVA, Agustín. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina.** São Paulo: Global Ed., 1983.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos.** Janeiro de 2022. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html#202>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

GONZALEZ, Lélia. A questão negra no Brasil. **Cadernos Trabalhistas:** São Paulo: Global Editora, nº 2, p. 60-66, 1981.

IANNI, Octávio. **Estado e Capitalismo.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira (2021). Coordenação de População e Indicadores Sociais – Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Acesso em: 20 mar. 2022.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência:** Uma ontologia da obra de Ruy Marini. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLASCSO, 2000.

MARX, Karl. **O Capital:** Crítica à contribuição da economia política. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro.** 2ª ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, em coedição com a Editora Anita Garibaldi, 2014.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização:** a sociedade civil e o tema do poder. 2ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

PAIVA, Beatriz; OURIQUES, Nildo Domingos. Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte? *In: Democracia e políticas sociais na América Latina.* São Paulo: Xamã, 2009.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis,** Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, nº 3, jan./jul. 2001.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SPOSATI, Aldaíza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. *In: **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil***. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em parceria com a UNESCO, 2009.

SOUZA, Cristiane Luíza Sabino de. **Racismo e luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente**. 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 2020.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de; TELES, Heloísa. Pressupostos para uma análise histórico-estrutural da questão social no Brasil. *In: **Revista Temporalis***, Brasília (DF), ano 21, nº 42, p. 44-61, jul./dez. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36842>>. Acesso em: 29 abr. 2022.

TELES, Heloísa. **Desenvolvimento e proteção social na América Latina: a dialética das recomendações das agências multilaterais para a região (2018)**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUC-RS. Porto Alegre, 2018, 217 f. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8074>>. Acesso em: 29 abr. 2022.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SER Social

SEXUALIDADES, LUTAS E DIREITOS
DA POPULAÇÃO LGBTQIA+

Brasília (DF), v. 26, nº 54, de janeiro a junho de 2024

A Religião no Serviço Social

The Religion in Social Work
La Religión en Trabajo Social

José Pedro Simões Neto¹

<https://orcid.org/0000-0001-6322-2389>

Recebido em: 08/02/2022

Aprovado em: 20/09/2023

Resumo: A religião é um tema discutido por todos os cientistas sociais clássicos, mas relativamente esquecido no serviço social brasileiro. Entretanto, as questões religiosas não deixam de atravessar a prática profissional. A partir desta constatação, o artigo recupera alguns dados já produzidos, principalmente por Simões (2005) e outros, para pôr em evidência algumas das seguintes questões: os temas derivados do debate sobre a religião na prática profissional sempre estiveram presentes e permanecem relevantes na agenda internacional do serviço social; os assistentes sociais brasileiros são majoritariamente religiosos (cristãos); eles têm, historicamente, maior participação em atividades religiosas voluntárias do que políticas; eles estabelecem elos de sentido entre sua formação profissional e sua formação religiosa. Desse

¹ Mestre em Serviço Social (UFRJ). Doutor em Sociologia (IUPERJ). Professor Titular da UFRJ e da UFSC. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/9893203143589929>>. E-mail: <josepeneto@gmail.com>.

modo, a ausência de um debate aberto e sistemático sobre a mediação religiosa na prática profissional termina deixando que seus profissionais continuem atuando baseados no *bom senso* e no *senso comum*.

Palavras-chave: Religião. Serviço Social. Prática profissional. Formação profissional.

Abstract: Religion is a theme discussed by all the classic social scientists but relatively forgotten in Brazilian social work. However, the religious issues do not cease to cross the professional practice. From this observation, the article recovers some data produced mainly by Simões (2005) and others, to highlight some of the following questions: the themes derived from the debate about religion were always present and still remain relevant in the international agenda of social work; the Brazilian social workers are mostly religious (Christians); they have, historically, more participation in voluntary religious activities than political ones; they establish links of meaning between their professional training and their religious training. Thus, the absence of an open and systematic debate about religious mediation in professional practice remains to leave their professionals still acting based on *good sense* and *common sense*.

Keywords: Religion. Social Work. Professional practice. Professional qualification.

Resumen: La religión es un tema discutido por todos los científicos sociales clásicos, pero relativamente olvidado en el trabajo social brasileño. Sin embargo, las cuestiones religiosas no dejan de cruzar la práctica profesional. Con base en este hallazgo, el artículo recupera algunos datos ya producidos, principalmente por Simões (2005) y otros, para resaltar algunas de las siguientes preguntas: los temas derivados del debate sobre la religión en la práctica profesional siempre han estado presentes y siguen siendo relevantes en la agenda internacional del trabajo social; los trabajadores sociales brasileños son mayoritariamente religiosos (cristianos); tienen, históricamente, mayor participación en actividades religiosas voluntarias que políticas; establecen vínculos de sentido entre su formación profesional y su formación religiosa. De esta forma, la ausencia de un debate abierto y sistemático sobre la mediación religiosa en la práctica profesional acaba dejando a sus profesionales para seguir actuando con base en el sentido común y la sensatez.

Palabras clave: Religi3n. Servicio Social. Pr3ctica profesional. Formaci3n profesional.

INTRODUÇ3O

A religi3o 3 um tema cl3ssico nas ci4ncias sociais, sendo objeto de estudo de todos os principais autores da literatura cl3ssica. No entanto, assim como outros temas, a discuss3o sobre religi3o esteve presente na agenda do serviç3o social at3 o in3cio dos anos de 1980 e s3 muito recentemente vem ganhando novo espaç3o no debate profissional, ainda que de forma muito t3mida. Recuperando uma sistematizaç3o, realizada por Teixeira (2020), mesmo com algumas lacunas,² o trabalho da autora demonstra um levantamento da discuss3o desde o final dos anos de 1990 (veja a lista de publicaç3es anexas ao artigo).

Pode-se observar, entretanto, que h3 muitas 3reas da pr3tica assistencial que s3o atravessadas por quest3es religiosas, o que impacta o fazer dos assistentes sociais. Para citar apenas alguns exemplos, temos: (a) os trabalhos paliativos nos hospitais; (b) a visita religiosa para aqueles que est3o privados de liberdade; (c) as quest3es da sexualidade, do aborto e da fam3lia; e (d) as iniciativas religiosas no campo assistencial como um todo, suas relaç3es com o Estado e suas formas de aç3o conjunta com a rede p3blica (BURITY, 2006). Enfim, todas essas (e outras, ainda) interaç3es entre religi3o e trabalho profissional t3m sido encaminhadas por profissionais que n3o foram treinados profissionalmente para tal, embora alguns desses temas venham sendo tratados em artigos e dissertaç3es de mestrado. Al3m desses temas, a pr3pria formaç3o profissional, o perfil dos seus agentes e seu exerc3cio s3o, em si, 3mbitos necess3rios para a referida discuss3o (veja anexos).

Portanto, a exist4ncia de estudos nessa 3rea 3 uma exig4ncia profissional, j3 que n3o se trata de crer ou n3o crer, de ser desta ou de outra religi3o, n3o se trata mesmo de ser um ateu: a formaç3o dos assistentes sociais, ao deixar de focar os temas relativos 3 religi3o,

2 3 muito prov3vel que o n3mero de trabalhos de conclus3o de curso (TCC) seja maior, j3 que os trabalhos apresentados em congressos, em geral, se baseiam ou neste tipo de produç3o ou nos trabalhos de dissertaç3o de mestrado. 3, entretanto, dif3cil rastrear os TCC. Ao trabalho de Teixeira (2020) foram realizados alguns acr3cimos pontuais.

deixa que seus profissionais atuem conforme suas próprias referências, sem reflexão, sem racionalização, sem aportes teóricos, enfim, baseados no *bom senso* e no *senso comum*.

Na literatura internacional, em diversos países, a religião é tratada como um tema relevante para a formação profissional, ainda que não exista um consenso sobre essa apropriação. O trabalho de Loewenberg (1988) é uma referência neste debate, por sintetizar os principais dilemas que esta apropriação acarreta. No entanto, houve pouco investimento na literatura brasileira sobre o perfil, a identidade dos assistentes sociais e a importância da religião tanto como parte desta identidade quanto da própria formação e prática profissional.

Entretanto, assistir aqueles que estão em necessidade, vulnerabilidade e risco social, como os refugiados, enfim, é uma ação humanitária, endossada por praticamente todas as religiões, incluindo as cristãs (SIMÕES, 2005). Além disso, a influência da religião no serviço social não ocorre apenas no Brasil, mas em diversos outros países. Giarchi e Lankshear (1998), tratando do contexto europeu, demonstram que o protestantismo influenciou o desenvolvimento do serviço social em países como Áustria, Bélgica, Finlândia, França, Dinamarca, Inglaterra, Alemanha, Suécia e Noruega, além da influência católica na Itália, na França (VERDÈS-LEROUX, 1982), em Portugal e na Espanha, bem como a atuação do catolicismo na América Latina (CASTRO, 1987), do budismo no Japão (ITO, 1995) e da Igreja Ortodoxa na Rússia pós-comunista (IARSKAIA e ROMANOV, 2002), sem deixar de mencionar o protestantismo nos Estados Unidos (BASTOS, 1988), entre outros países.

Dessa constatação, duas questões podem ser percebidas. A primeira é que a influência da religião no serviço social brasileiro não é uma exceção, mas faz parte de um padrão de implantação da religião nos diversos países com tradições religiosas diferentes. Foi assim, portanto, que a profissão se consolidou no mundo. A segunda é que, de maneira diferente de como ocorreu a trajetória da profissão no Brasil, internacionalmente, a discussão sobre a religião permaneceu como parte dos temas relevantes da profissão.

Fazendo uma busca rápida em revistas de serviço social, encontramos, por exemplo, em *International Social Work* (SAGE Journals), revista que abarca artigos sobre o serviço social em diversos países do mundo, mais de mil artigos que tratam sobre religião, sendo que 260

associam religião à espiritualidade. É de se imaginar a quantidade de temas e subtemas tratados nessas publicações. No *European Journal of Social Work* (Taylor and Francis Group), encontramos 329 publicações quando procuramos pela palavra “religião” (“religion”). Já no *British Journal of Social Work* (Oxford), são 570 artigos. Na revista americana National Association of Social Work (NASW Press/Oxford) –, encontramos outros 651 artigos. Também nos Estados Unidos, há um periódico específico para tratar da religião e da espiritualidade no serviço social: o *Journal of Religion & Spirituality in Social Work: Social Thought* (Taylor and Francis Group). Trata-se de uma publicação da associação americana *The Society for Spirituality and Social Work*. Ainda no mesmo país, encontramos outras associações com o mesmo foco de atividade: *The North American Association of Christians in Social Work*, que publica a revista *Social Work and Christianity*; a *Catholic Social Work National Association* e a *National Association of Jewish Social Workers*. Outra associação foi ainda identificada no Canadá: *The Canadian Society for Spirituality and Social Work*.

Para nossa aproximação da realidade brasileira, fazendo uma busca livre no Portal de Periódicos da Capes com as palavras “religion” e “social work” (no campo de assuntos), encontramos 1.866 artigos, mas quando procuramos com as mesmas palavras em português, só há um artigo mencionado. Portanto, disponibilidade para o acesso à literatura existe, o que não existiu foi vontade política de assimilá-la.³

Há, entretanto, três questões importantes a serem consideradas quando se trata da religião para os assistentes, para as quais já temos algumas referências na literatura nacional: a primeira é a identidade dos assistentes sociais, para os quais a religião é uma dimensão relevante; a segunda é a própria prática profissional, que impõe a eles a necessidade da tomada de decisões em momentos nos quais a religião está presente. Portanto, há uma conexão necessária entre as duas questões, já que parece difícil que a religião dos profissionais não tenha nenhuma importância sobre as decisões profissionais que os assistentes sociais tomam. A terceira questão trata do próprio legado histórico profissional, em que a profissão é tida como parte de um ativismo católico.

3 Em 2000, a Capes fez um grande corte na assinatura de periódicos internacionais, quando foi grandemente criticada pela comunidade acadêmica. Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na Biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), havia pelo menos três periódicos internacionais de serviço social. No entanto, durante os anos de 1990, nenhum dos seus números havia sido consultado nem por alunos, nem por professores. Não é de se estranhar que a direção e os docentes da Escola de Serviço Social (ESS) não tenham se manifestado sobre os cortes realizados.

O que será apresentado neste artigo não constitui reflexões novas. Elas estão, em geral, contidas nas publicações de Simões (2005, 2009 e 2013). Entretanto, aqui foi organizada uma síntese desses trabalhos, com o acréscimo de alguns dados que atualizam os resultados já obtidos pelo autor. Neste artigo, não será possível tratar nem do legado histórico, nem dos dados dos estudantes de serviço social, por questões de restrição de espaço. Assim, o enfoque do artigo recai sobre a religião como parte da identidade dos assistentes sociais, incluindo os autores que publicam na área e sua relação com a prática profissional.

O que se apresenta aqui constitui-se de dados e reflexões passíveis de críticas e revisões, mas sobretudo o resultado de esforços para compreender uma dimensão do trabalho profissional que, como dito, não vem sendo tratada na formação profissional. Neste sentido, que o leitor veja aqui pontos de partida para novas pesquisas e para a produção de novos conhecimentos.

1. A IDENTIDADE DOS ASSISTENTES SOCIAIS

Com isso, vamos aqui apenas apresentar alguns dados sobre os profissionais e os autores do serviço social, sem desejar, com isso, chegar a conclusões definitivas, já que há ainda grandes lacunas a serem superadas.

OS PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL E A RELIGIÃO

Como na literatura nacional do serviço social não há dados sistematizados sobre a identidade e a participação dos assistentes sociais em relação à religião, recorreremos à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) de 1988, que trouxe um suplemento sobre a participação cívico-política e religiosa. Reproduzimos desses dados, mediante uma seleção de seus microdados, as informações próprias à categoria profissional (os dados completos estão em Simões, 2013).

A referida pesquisa, naquele ano em particular, é absolutamente relevante, pois 1988 foi o ano em que houve a Assembleia Nacional Constituinte. Após toda a luta pela abertura democrática, o final dos anos de 1980 demarcou um contexto de efervescência política, com grande participação dos movimentos sociais. Então, seria de se esperar que, naquele cenário, os profissionais de uma categoria que afirma ter

um forte e explícito compromisso com os trabalhadores estivessem engajados em movimentos sociais e políticos. Pinheiro (2010, p. 63) assim define aquele momento:

a democratização da sociedade e a mobilização para as eleições diretas, assim como para a aprovação de uma nova Constituição republicana, [...] em um período de efervescência política, produzida pela formação de novas organizações populares, partidos políticos e do movimento sindical [...] [fizeram com que participassem desse processo,] de forma mais próxima, os cristãos – [...] – e a categoria dos assistentes sociais. Ambos irão contribuir de forma direta com a formação do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores, que se constroem como organizações de base, as mais participativas e combativas no período.

Naquela época, entretanto, apenas 9,2% dos assistentes sociais participavam de associações de bairro e somente 10,6% de atividades políticas (conforme a classificação obtida na PNAD). Especificando ainda mais os dados, temos que: (I) 2,6% dos assistentes sociais participavam de associações de moradores e estavam em atividades políticas; (II) 5,5% estavam apenas na militância nas associações de moradores; e (III) 7,9% participavam somente de atividades políticas, perfazendo um total de 13,4% de profissionais que estavam em uma dessas atividades ou nas duas. Porém, 84% dos assistentes sociais não estavam vinculados a nenhuma dessas atividades.

Quando observamos a identificação e a participação religiosa dos assistentes sociais naquele contexto, os números são bastante distintos: 92,2% dos assistentes sociais diziam ter uma religião. Entre os grupos religiosos, 81,7% eram católicos, 6% eram espíritas; 2,2%, evangélicos; 3,1% de outras religiões e 7,1% não tinham nenhuma religião. Mais do que uma identificação religiosa, chama a atenção o fato de que 40% da categoria comparecia à Igreja ou ao templo religioso semanalmente e 56%, ao menos, mensalmente. Tais dados são semelhantes aos identificados com os alunos (Simões, 2009), embora os dados da PNAD sejam nacionais e os dos discentes sejam restritos ao Rio de Janeiro.⁴ No entanto, eles são também semelhantes aos de Verdès-Leroux (1986).

4 Simões (2009) realizou uma pesquisa com alunos dos cursos de serviço social das seguintes universidades: UFRJ, UERJ, UNISUAM, Veiga de Almeida, Castelo Branco e PUC-RJ.

O trabalho de Verdès-Leroux (1986, p. 48), tido como um marco para a caracterização da influência católica na profissão na França, traz um quadro de filiação e participação religiosa muito semelhante àquelas identificadas na pesquisa aqui reportada.

As assistentes sociais são recrutadas, por fim, dentro de meios particulares: não são simplesmente católicos (90% dentre elas foram criadas nessa religião): o militância em movimentos confessionais assume, entre elas, uma importância excepcional. Cerca de metade dos membros da profissão pertenceu a movimentos juvenis confessionais.

Especificando ainda mais os dados, é possível identificar que somente 5% dos assistentes sociais tinham participação política sem participação religiosa. Por outro lado, 13% não tinham nenhuma participação. Além disso, 11,6% participavam tanto de atividades religiosas quanto políticas. Por fim, 70% só tinham participação religiosa (semanal: 36%; mensal: 13%; e anual: 21%). Observe que aqueles que atuavam politicamente sem associar essa participação à religião (5%) constituíam menos da metade daqueles que o faziam (11,6%). Detalhe: os primeiros formavam o menor grupo considerado.

No início dos anos 2000, uma pesquisa conduzida com 17 assistentes sociais trouxe dados qualitativos sobre a importância da religião como característica do perfil profissional (SIMÕES, 2005). Primeiro, todas as profissionais entrevistadas eram provenientes de famílias de tradição religiosa. Em todos os casos, a mãe era religiosa e somente em dois casos o pai não era. Dessas famílias, entre 80% a 90% dos assistentes sociais tiveram formação religiosa, participando de catecismo, cultos e missas, grupo jovem, colégio religioso, entre outros. Além disso, parte da escolha profissional esteve relacionada a um conhecimento prévio da profissão e de uma motivação baseada nos valores religiosos recebidos pela família.

O fato, entretanto, é se perguntar: o quanto tal formação e base formativa interferem ou poderiam interferir (como e de que modo?) na prática profissional? É necessário, entretanto, enfatizar um outro elemento: como ocorreu a produção do conhecimento no serviço social? Aí também houve uma interface com a religião?

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: OS AUTORES DO SERVIÇO SOCIAL

A produção de conhecimento do serviço social, ao longo dos últimos 30 anos, também é afetada pela religião. Se, até os anos de 1980, ainda havia publicações com referências explícitas a conteúdos e conceitos religiosos,⁵ os escritos marxistas, durante o final daquela década e nos anos seguintes, deixam de apresentá-los. O que significa essa falta de referências religiosas nos textos? Antes de responder, vejamos quais são as características dessa literatura.

O estudo de Lídia da Silva (1991), por exemplo, trata da formação sociocultural apenas dos principais assistentes sociais marxistas que influenciaram a profissão. Os profissionais entrevistados, nascidos entre as décadas de 1930 e 1950, terminaram o curso ao longo dos anos de 1960. Em sua tese de doutorado, a autora recupera a história de vida desses profissionais, buscando identificar a forma como chegaram ao marxismo. Seu estudo aborda, entre outros temas, o perfil dos assistentes sociais que foram os mais atuantes e destacados⁶ no final dos anos de 1970.

Ao tratar do período de juventude desses profissionais, a autora afirma que “a participação dos adolescentes, quando ainda estudantes secundaristas, em movimentos da Igreja Católica, foi uma experiência identificada em dezenove das vinte e três histórias de vida” (1991, p. 155). Foi tal experiência que os aproximou da política e do marxismo, assim como “o peso destes [movimentos religiosos] na conformação de suas consciências e na percepção da realidade social, através de uma determinada angulação – a da Igreja, tanto em suas versões mais ‘progressistas’, quanto nas mais tradicionais naquele momento histórico –, foi bastante significativo” (idem, p. 168).

A escolha da profissão para tais assistentes sociais, que eram também, em sua maioria, mulheres (três apenas eram homens), dá-se,

5 Nos anos de 1980, temos a publicação de livros e artigos com viés religioso, publicações estrangeiras traduzidas (PERLMAN, 1981), com ou sem enfoque marxista (BARBOSA, 1980; VIEIRA, 1984; PINTO, 1986; HAMILTON, 1987; ALMEIDA, 1989; dentre outros), enfim, uma diversidade de perspectivas, tendo destaque as editoras Moraes, Agir e Francisco Alves.

6 Os entrevistados são: Alba Maria Pinho de Carvalho, Aldayr B. Barthy, Ana Ma. Quiroga F. Netto, Assunção Hernandes de Andrade, Eugênia Célia Raizer, Eva Terresinha S. Faleiros, Joaquina B. Teixeira, Josefa B. Lopes, José Paulo Netto, Leila Lima Santos, Maria Inês de S. Bravo, Maria Helena de Almeida Lima, Maria Helena L. Godinho, Maria Luiza de Souza, Marta Silva Campos, Nobuco Kameyama, Rosalina Santa C. Leite, Safira Bezerra Ammann, Suely Gomes Costa, Vicente de Paula Faleiros, Yara S. Vicini, Walderez L. Miguel e Lídia Ma. M. Rodrigues da Silva.

segundo Silva (1991), por uma motivação religiosa com forte conotação política. O discurso humanista-cristão é marcante nas narrativas. Além disso, o ideário de “doação de suas vidas, no sentido da construção de um mundo fraterno e justo, no qual a realização pessoal se subordina à exigência ética da erradicação da miséria e das injustiças sociais pela evangelização das massas, é o ponto central do discurso dos narradores católicos” (SILVA, 1991, p. 169). É com o objetivo de realizar tal “missão” ou de assumir seu “compromisso social” (expressões utilizadas pelos próprios assistentes sociais) que os referidos profissionais escolheram o ofício do serviço social.

Sobre a origem social dos assistentes sociais entrevistados, afirma a autora que “algumas [famílias] podem ser descritas como típicas famílias de ‘classe média’ urbana – em seus mais variados estratos [...]. Outras famílias [eram] [...] de origem rural [...]. Em apenas quatro casos, as famílias de origem dos narradores foram proprietárias de casas comerciais [...]” (p. 111). A conclusão a que a autora chega é que os entrevistados, “se não passavam dificuldades, também não eram ricos” (p. 116) e que apenas três chamavam a atenção para a pobreza em que viviam. De todo modo, estamos diante de uma origem social bem diversa dos “pioneiros” (identificados como tendo uma origem burguesa) tratados por Carvalho e Yamamoto (1982). Conclui-se que a busca por uma profissão que gerasse justiça social dava-se por razões diversas, embora a motivação fosse a mesma (religiosa).

Em relação ao *capital cultural* (BOURDIEU, 1998) legado pelas famílias, afirma Silva que há como que uma unidade, “pois as mesmas são recorrentemente descritas como conservadoras, tanto no plano político, como no da religião e da moral” (SILVA, 1991, p. 119). As famílias eram, segundo a autora, católicas tradicionais, ou seja, militantes. Curiosamente, a religião “circulava no interior das famílias, principalmente através das mulheres adultas (avós, mães, tias e irmãs mais velhas)” (p. 125). Três narradoras revelaram terem se sentido vocacionadas para a vida religiosa. A autora trata como central, para a formação existencial desses assistentes sociais, a vivência de valores “tanto religiosos como laicos, valores que, em seu conjunto, podem ser catalogados como fazendo parte da *civilização cristã ocidental* ou do *humanismo-cristão*” (p. 127).

Uma das consequências dessa influência deve ser anotada. Se outras formas de entendimento da profissão, identificadas com o positivismo e a fenomenologia, não conseguiram romper com a influência

religiosa na profissão, ainda que estivessem empenhadas em constituir bases seculares e científicas para o ofício, isso ocorreu porque os assistentes sociais responsáveis por tal passagem eram religiosos e tiveram uma formação tradicionalista. Desta forma, podia-se prever que os elementos fortes de continuidade fossem percebidos na *nova proposta* de serviço social de cunho marxista.

No entanto, os autores que criticam tais posturas, assim como suas “reatualizações” (IAMAMOTO, 1992), têm, segundo a apreciação de Silva, a mesma *démarche* de análise: o humanismo-cristão e os valores cristãos ocidentais. A formação cultural dos assistentes sociais, especificamente da “primeira”⁷ geração marxista no serviço social, detém uma perspectiva de análise religiosa, que determina, teórica e metodologicamente, a formação profissional.

Se o neotomismo foi o suporte, que esteve como base de valores e princípios para as propostas “conservadoras” de ação profissional, a Teologia da Libertação,⁸ assim como a obra de Paulo Freire, deu o suporte para propostas assistenciais alternativas, que buscavam a “vinculação ao movimento de construção de uma pedagogia emancipatória pelas classes subalternas” (ABREU, 2002, p. 131; PINHEIRO, 2010).

A forte presença dos valores cristãos na constituição do perfil profissional não deixou de repercutir nas entrevistas realizadas pela equipe do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), na pesquisa realizada em 1995, intitulada: “*Serviço Social: trajetórias e perspectivas*”. Embora, nesta oportunidade, o objetivo dos pesquisadores não fosse traçar o perfil dos 41 assistentes sociais (35 mulheres e 6 homens) mais reconhecidos na profissão, o aspecto religioso da sua formação cultural foi detectado e apontado em duas notas, que afirmam o seguinte:

uma entrevistada, ao referir-se à profissão dos AS [assistentes sociais] como uma das poucas ou, talvez, a única que, no quadro da divisão sócio-técnica do trabalho, luta abertamente pelo socialismo como projeto de sociedade e como regime político a ser implantado, como a única profissão que não se define por um projeto de profissão, mas por um projeto político, estava,

7 Já há, certamente, uma “segunda” geração marxista no serviço social que foi formada pela primeira. São os quadros docentes mais recentes, principalmente das universidades públicas.

8 Um específico sobre a Teologia da Libertação e o serviço social encontra-se em Carrara (1999).

sem dúvida, realçando-lhe traços que configuram sua identidade. Porém, sem o saber, ou querer, roçava-lhe a auréola mística que dela faz, mais do que uma simples profissão, **uma profissão de fé** (DIEESE, 1995, p. 20, nota 5) [negritos do original].

Na nota seguinte, afirmam ainda os autores:

seria extremamente frutuoso empreender uma análise que revelasse a matriz religiosa do pensamento (e das atividades) que, apesar de todos os esforços, ainda se faz presente na categoria. A forma, por exemplo, de apegar-se exclusivamente a autores considerados **ortodoxos** e a de banir os **heterodoxos**; a necessidade de reverenciar ou recorrentemente citar alguns personagens alçados a condutores políticos dos AS [assistentes sociais], que os levarão por caminhos corretos, sem resvalos; a detecção das mais desabridas ou sutis formas de patrulhamento ou exclusão de pessoas e ideias;⁹ as concessões de áreas demarcadas para a manifestação de uma **democracia controlada** que não ponha em risco a hegemonia; a “**profissão de fé**” que escorrega para dentro dos currículos e que carimba as universidades; a **utilização catequética**, fragmentada e reducionista de termos teóricos que perdem sua virtude conceitual, para funcionar como elementos sinalizadores de uma linguagem de reconhecimento de posições seriam, ao lado de tantos outros, tópicos importantes a serem destrinchados nessa análise (DIEESE, 1995, p. 20, nota 5) [negritos do original].

Os autores afirmam, assim como o fez Silva (1991), que há uma *dèmarche* religiosa implícita na estruturação do pensamento e das atividades dos assistentes sociais, presente de maneiras das mais diversas. Uma das possibilidades explicativas está na hipótese de que a formação cultural dos assistentes sociais lhes forneceu essa matriz de pensamento, uma ideologia total, no sentido mannheimiano do termo (MANNHEIM, 1986). Mesmo que os assistentes sociais entrevistados tenham deixado de ser religiosos, o estudo do DIEESE sugere que eles não deixaram de ter uma perspectiva religiosa de análise. Não é preciso dizer da importância de tal resultado para que se entendam as propostas

9 O texto de Quiroga (1991) representa um importante esforço teórico, quando tenta exatamente verificar o purismo das metodologias marxistas frente à “invasão positivista”.

de intervenção profissional, uma vez que esses assistentes sociais são os que mais influíram na profissão ao longo dos anos de 1980.

Vale também notar que, dentre os assistentes sociais entrevistados¹⁰ pelos pesquisadores do DIEESE (1995), apenas sete fizeram parte da pesquisa de Silva (1991). Trata-se, portanto, de um outro universo analisado. Se forem considerados todos os assistentes sociais relacionados nas duas pesquisas, teremos, certamente, um conjunto expressivo de *formadores de opinião*, dentro da categoria, que atuaram na profissão a partir do início dos anos de 1970, sendo que muitos continuam ativos.

Além disso, quando os pesquisadores do DIEESE (1995) tratam do que seria a *competência profissional*, eles afirmam que,

se observarmos, com atenção, descobriremos um traço comum oculto que perpassa todos esses atributos.¹¹ Na verdade, eles se assentam sobre uma base bem mais ‘agressiva’ que aquela que soldava as qualidades do passado: a dedicação, a compaixão, a empatia, o humanismo, a solidariedade, que continuam vogando, mas como uma espécie de segunda natureza, de segunda pele, definitivamente incorporados. Ao contrário, a competência multifacetada se propõe como meta a ser atingida, com provocação e desafio, ainda em fase de construção (DIEESE, 1995, p. 51).

Desta feita, percebe-se que, embora não se apresentem de maneira explícita e direta, os fundamentos religiosos das propostas realizadas pelos autores brasileiros já estão incorporados, ou seja, já fazem parte, como um *a priori* ou uma segunda pele, como um *habitus*, conforme sinaliza Bourdieu (1998). É esse sentido oculto que parece explicar como

10 Os entrevistados foram: Ana Elizabete Mota, Ana Ma. de Vasconcelos, Anna Augusta de Almeida, Cleonice Inverso Martins, Daisy Ma. B. Gonçalves, Eliane Macedo Rocha, Eugênia C. Raizer, Gleide C. Índio, Helena Bertho da Silva, Henrique Luiz Arienti, Hilda Corrêa de Oliveira, José Lucena Dantas, José Paulo Netto, Josefa B. Lopes, Lucia Ma. Barros Freire, Luiza Erundina de Sousa, Magali da Silva A. Ribeiro, Marcia Pinheiro, Ma. Beatriz da Costa Abramides, Ma. Carmelita Yasbetck, Ma. Cristina Salomão de Almeida, Ma. da Penha da S. Franco, Ma. de Fátima Ferreira Azevedo, Ma. do Carmo Falcão, Ma. Elvira Rocha de Sá, Ma. Helena de Almeida Lima, Ma. Helena Rauta Ramos, Ma. Inês de Souza Bravo, Ma. Verli Mariano Eyer de Araújo, Marilda Villela Iamamoto, Marilza da C. R. Medina, Marlise V. Silva, Myriam Veras Baptista, Regina M. Franco, Roberto S. Dias, Rosângela N. de C. Barbosa, Rose M. Souza Serra, Rozinha Barzilay, Seno Cornely, Suely Gomes da Costa e Vicente de Paula Faleiros.

11 Os autores estão aqui tratando dos atributos que os entrevistados disseram ser relevantes para que houvesse “competência profissional”, a saber: no âmbito cultural, o assistente social deveria ser crítico, investigativo, propositivo, prospectivo e criativo; na área técnica, deveria ser generalista, especialista e com domínio de certas ferramentas; na política, deveria ser negociador, articulador, mediador e com senso de certos limites (DIEESE, 1995: 51).

assistentes sociais, com uma formação cultural tão avessa a interpretações materialistas, possam permanecer fiéis – e mesmo ratificar – às propostas realizadas por autores marxistas.

Por fim, mas não menos importante, no próximo item, analiso como os valores religiosos terminam se expressando na prática do serviço social.

2. A PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL

Neste estudo, o escopo da análise constitui os dados no Brasil, assim como foi realizado nos itens anteriores, remetendo o debate internacional para a publicação (SIMÕES, 2005). Em um estudo sobre a área da saúde, Vasconcelos (1999, p. 270) afirma que “84,6% dos profissionais [em um universo de 74] professam uma fé religiosa”, sendo que tal religiosidade torna-se importante, visto que, “em vários momentos, os profissionais tomam como referência os valores religiosos não só nas suas análises e avaliações, mas [também] no encaminhamento das ações com os usuários”. A autora, após fazer tais constatações, não oferece exemplos de como, de fato, os valores religiosos são mobilizados para a prática.

Nas entrevistas obtidas por Simões (2005), observamos os seguintes tipos de relação entre a religião e a profissão: (1) a religião dá sentido e direção a toda a vida dos profissionais e, com isso, também às suas ações profissionais; (2) a religião é um elemento positivo que deveria orientar todos os profissionais, pois torna-os pessoas melhores; (3) há uma complementaridade entre o trabalho religioso e o trabalho voluntário e profissional na área social; (4) a fé do profissional é utilizada como recurso para a prática; (5) os valores religiosos são a base para as ações assistenciais; (6) a busca por uma abordagem holística ocorre de forma a que dimensão *espiritual* seja considerada; (7) existe uma recorrência da oração e dos rituais religiosos como sustentação para as práticas assistenciais; (8) a ação profissional não é realizada somente por um contrato, por uma ação mercadológica, mas por um ato de amor. Esses exemplos parecem especificar os tipos de intermediação da religião no serviço social, conforme também observado por Vasconcelos (1999).

Tais exemplos nos colocam duas questões: não seria mais profissional separar religião e profissão no exercício profissional? Por que a atividade profissional não ocorre de maneira independente da religião

dos seus agentes? As mesmas perguntas são recorrentes quando se trata de questões epistemológicas. Se, por um lado, a literatura clássica, seja em Durkheim (1978), seja em Weber (1991), afirma a necessidade de um conhecimento axiologicamente neutro, por outro lado, há uma crítica a essas proposições que afirma a impossibilidade de tal feito. Desse modo, parece ainda mais difícil que uma subtração dos valores se dê em uma atividade profissional.

O serviço social é uma profissão reconhecida pela sua atuação pessoalizada (MARSHALL, 1967), ou seja, é no contato, no diálogo, que se faz a ação profissional. Nessa intervenção, como o assistente social deixará de contar com suas crenças e seus valores na prática profissional? Se há uma crítica à construção do conhecimento axiologicamente neutro, como manter a objetividade em uma atuação pessoalizada? Trata-se de um dilema que aparece na literatura como uma forma de *etnocentrismo de classe*, já que os valores dos assistentes sociais, em geral, são de classe média, em contraposição àqueles identificados entre os assistidos (VERDÈS-LEROUX, 1986; PAUGAN, 2003, SENNET, 2004).

A reflexão, então, é: como lidar quando há diferenças de valores entre os profissionais e aqueles que são objeto da intervenção dos assistentes sociais? Quando a religião é importante para a população, mas não o é para os profissionais e vice-versa? A proposta é uma profissão em que há uma intervenção isenta de valores, objetiva, neutra? O que caracteriza o objetivismo na intervenção social?

O livro de Loewenberg (1988) analisa em detalhes os dilemas sobre a presença de valores religiosos e seculares no serviço social (americano). O autor analisa as quatro interações possíveis: (1) clientes religiosos e assistentes sociais religiosos; (2) clientes seculares e assistentes sociais religiosos; (3) clientes religiosos e assistentes sociais seculares; (4) clientes e assistentes sociais seculares. O autor considera, entretanto, que não há nem valores religiosos únicos, nem valores seculares únicos.

Mais à frente, o autor passa a tratar dos julgamentos de valor e da imposição de valores. Segundo Loewenberg (1988), há uma expectativa de que o assistente social seja neutro, não imponha seus próprios valores aos clientes e suspenda julgamentos sobre o comportamento e as ações dos clientes, mesmo quando seus valores ou os valores da sociedade demandem um julgamento. Para o autor, trata-se de uma posição que remete às características do profissional tais como tratadas por Weber

(1994), ou seja, um fazer meramente técnico. Entretanto, o autor afirma: “neutralidade de valores (como é geralmente interpretada) é virtualmente impossível para assistentes sociais, não importa se eles mantêm valores religiosos, seculares ou outros”¹² (LOEWENBERG, 1998, p. 95).

Baseado nessa observação, o autor considera que uma ação neutra de valores não impede o moralismo e o paternalismo (SENNET, 2001) e que a busca por esse tipo de ação “é isto mesmo um valor”¹³ (LOEWENBERG, 1988, p. 96). Assim, esse tipo de ação pode ser “mais insidiosa do que outras, porque não aparece abertamente como um valor”¹⁴ (LOEWENBERG, 1988, p. 96) e porque ela pode camuflar os valores que, de fato, são perpassados por intermédio da intervenção. Consciente, então, da inevitabilidade da presença de valores na prática profissional, o autor propõe algumas estratégias práticas para salvaguardar os clientes de um potencial abuso por parte do profissional, mesmo sabendo da dificuldade de viabilizá-las tal como elas são propostas.

A *primeira* é diferenciar o julgamento sobre a pessoa da avaliação do seu comportamento. A *segunda* é suspender o julgamento por um tempo, de modo a estabelecer uma relação mais efetiva de ajuda com o cliente. O autor reconhece que isso deve ser feito quando há uma clara divergência de valores entre o profissional e o cliente. A *terceira* estratégia é reconhecer que há uma relação de poder na ação profissional. Com isso, seria oportuno que houvesse uma discussão aberta sobre os valores e as crenças do profissional com seus clientes, de modo a equilibrar essa relação de poder. Por fim, a *quarta* proposição é direcionada para os religiosos: toda pessoa deve ser aceita, porque ela foi criada como imagem de Deus.

Independentemente de se considerarem tais estratégias pertinentes para o caso brasileiro, o que está em questão aqui é a existência de uma discussão séria e apropriada sobre o tema. Não se avançará no debate sobre a religião e os valores religiosos e seculares na profissão sem que a referida temática seja objeto de um intenso debate, no qual existam proposições diversas, teoricamente orientadas, sem o exclusivismo da *verdade* para uma ou outra proposição, de modo a qualificar e orientar a ação dos profissionais.

12 “[...] value neutrality (as it is generally interpreted) is virtually impossible for social workers, no matter whether they hold religious, secular or other values” (LOEWENBERG, 1998, p. 95).

13 “[...] value neutrality is itself a value” (LOEWENBERG, 1988, p. 96).

14 “[...] may be more insidious than others because it does not appear openly as a value” (LOEWENBERG, 1988, p. 96).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguns pontos se sobressaem no conjunto das informações discutidas neste artigo. O serviço social brasileiro foi, desde a sua origem, assim como a maioria das iniciativas em todo o mundo, influenciado por agentes, valores e conceitos religiosos advindos de origens judaico-cristãs. Essa influência não impediu que o serviço social se constituísse como uma profissão, reconhecida internacionalmente pelos Estados nacionais, com uma racionalidade técnico-instrumental, própria do mundo moderno, que compõe as iniciativas públicas e privadas com vistas a assegurar o bem-estar social.

A categoria dos assistentes sociais é composta, no Brasil, assim como a população brasileira, majoritariamente por agentes religiosos e cristãos. São agentes que se sentem religiosamente motivados a ingressar na formação em serviço social e a estabelecer várias ligações de sentido entre suas crenças e suas práticas. Além disso, as pesquisas demonstram que, se os assistentes sociais encontram uma formação politizada para o desempenho de sua profissão, a religião e o voluntarismo nas atividades sociais são as posturas profissionais que demarcam suas ações cívicas. Isso significa que a política é tida como um instrumento de trabalho que se implementa, majoritariamente, mediada por valores éticos e por valores religiosos.

Essa aproximação ocorre tendo como *pano de fundo* uma formação reconhecida, principalmente pelos agentes externos, como reprodutora de uma *démarche* religiosa. Neste sentido, o silenciamento da religião no serviço social não contribuiu para que a profissão deixasse de ter uma aproximação com a religião, e isso ocorreu mesmo com uma teorização avessa ao universo religioso. Se o discurso não era religioso, seu sentido não deixou de ser, sacralizando alguns conhecimentos em detrimento de outros, com uma retórica de verdade e com líderes carismáticos, formando uma comunidade em torno de um único projeto de profissão¹⁵ e que não se limita ao escopo da profissão, mas se estende a toda a sociedade. Um projeto que prega uma justiça social, tendo como protagonismo a associação entre a categoria profissional e a *classe trabalhadora*. Uma classe, no entanto,

15 Chama a atenção o fato de que todas as profissões têm teorias e métodos distintos para a atuação profissional. Pensemos na psicologia, com os aportes cognitivo-comportamentais, o behaviorismo, as abordagens junguiana e freudiana, entre outros; na educação, com as propostas construtivistas, o método de Piaget, o modelo paulo-freirianiano, a pedagogia montessoriana e a Waldorf, entre outras; no direito, o jusnaturalismo, o positivismo jurídico... Enfim, o universo acadêmico promove a possibilidade de se pensar e fazer de modos distintos dentro de uma única profissão.

que não tem identidade, não é mensurada e é, neste sentido, impossível de ser localizada. É essa imprecisão que torna o discurso palatável e com viés messiânico, tendo em vista o limite de uma atuação de nível de rua (LIPSKY, 2010).

Por fim, a partir do que foi aqui apresentado, a pouca pesquisa na área não impede de localizar a relevância desta temática. Assim como as discussões sobre gênero, violência, raça, decolonialidade, interseccionalidade e envelhecimento, que passaram a fazer parte dos temas discutidos pela profissão, independentemente do aporte teórico de base, o tema da religião está e permanece com uma lacuna ainda a ser explorada na formação profissional. Como já mencionado no início deste artigo, as demandas e questões religiosas nunca deixaram de atravessar o cotidiano da prática profissional. Neste sentido, cabe a cada pesquisador, estudante de graduação ou pós-graduação ou profissional recorrer à literatura que já existe, trazer este tema como ponto de discussão nos cursos de formação, não se limitar à bibliografia *autorizada* da profissão e, assim, projetar e dar visibilidade aos temas relativos à religião no serviço social.

É pelo debate público e universal, acadêmico, sobretudo, que podem ser encaminhadas propostas teóricas e técnicas diversas, de modo a formar agendas de debates e centrar o foco nos diversos objetos possíveis de estudo sobre a inter-relação entre a religião e o serviço social. Uma intervenção livre de valores religiosos? Respeitar os valores religiosos dos assistidos e trabalhar a partir deles? O perfil profissional permanece religioso? É possível realizar uma mediação entre teoria e religião, como fez a Teologia da Libertação, mas na prática profissional? Afinal, como tudo isso tem sido discutido nos diversos países onde tal relação não foi silenciada? O que dizem os artigos das revistas internacionais sobre esta temática?

São 30 anos de atraso no debate entre religião e serviço social no Brasil. Como tudo na história tem seu início e seu fim, o tempo de silenciamento desta temática também tem. O fim deste período será agora ou ainda teremos que esperar mais uma década para começar a tratar o tema de forma apropriada?

REFERÊNCIAS

ABREU, M. M. *Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. São Paulo: Cortez, 2002.

- ALMEIDA, A. A. *Possibilidades e limites da teoria do Serviço Social*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- BARBOSA, M. *Planejamento e Serviço Social*. 3ª edição revisada. São Paulo: Cortez, 1980.
- BASTOS, M. D. F. Divergências político-ideológicas no processo de profissionalização do Serviço Social nos Estados Unidos. *Serviço Social e Sociedade*, 27, São Paulo: Cortez, 1988.
- BOURDIEU, P. A Escola Conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.). *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BURITY, J. A. *Redes, parcerias e participação religiosa nas políticas sociais no Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Ed. Massangana, 2006.
- CARRARA, V. *Serviço Social e Teologia da Libertação*. Juiz de Fora: UFJF, 1999 [Dissertação de Mestrado].
- CASTRO, M. M. *História do Serviço Social na América Latina*. 2ª ed. São Paulo: Cortez/Celats, 1987.
- DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). *Serviço Social: trajetória e perspectivas*. Rio de Janeiro: DIEESE, 1995 (mimeo).
- DURKHEIM, E. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Nacional, 1978.
- GIARCHI, G. G.; LANKSHEAR, G. The Eclipse of Social Work in Europe. *Social Work in Europe*, 5 (3), pp. 25-36, 1998.
- HAMILTON, G. *Teoria e Prática do Serviço Social de casos*. 6ª edição, Rio de Janeiro: Agir, 1987.
- IAMAMOTO, M. V. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.
- IARSKAIA, S. E.; ROMANOV, P. A Salary is not important here: the professionalization of social work in contemporary Russia. *Social Policy & Administration*, 36 (2), 2002.
- ITO, Y. Social Work development in Japan. *Social Policy & Administration*, 29 (3), pp. 258-268, 1995.

- LIPSKY, M. *Street-Level Bureaucracy*. New York: Russell Sage Foundation, 2010.
- LOEWENBERG, F. M. *Religion and Social Work Practice in Contemporary American Society*. New York: Columbia University Press, 1988.
- MANNHEIM, K. *Ideologia e Utopia*. 4ª edição, Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- MARSHALL, T. *Política Social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- PAUGAN, S. *A Desqualificação Social: ensaio sobre a nova pobreza*. São Paulo: Educ, Cortez, 2003.
- PERLMAN, H. *O que é o Assistente Social?* Rio de Janeiro: Moraes, 1981.
- PINHEIRO, L. F. *Serviço Social, Religião e Movimentos Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Gramma Editora, 2010.
- PINTO, R. M. *Política Educacional e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1986.
- QUIROGA, C. *Invasão Positivista no Marxismo*. São Paulo: Cortez, 1991.
- SENNET, R. *Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- SILVA, L. *Aproximação do serviço social à tradição marxista: caminhos e descaminhos*. São Paulo: PUC-RJ, 1991 [Tese de Doutorado].
- SIMÕES, P. *Assistentes Sociais e Religião: um estudo Brasil/Inglaterra*. São Paulo: Cortez, 2005.
- SIMÕES, P. *Gênero, Origem Social e Religião*. Rio de Janeiro: E-Papers; FAPERJ, 2009.
- SIMÕES, P. *Assistentes Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: E-Papers; FAPERJ, 2013.
- TEIXEIRA, K. M. R. *Direito e Justiça na voz profética de Jeremias*. Goiânia: PUC-Goiás, 2020 [Projeto de Doutorado].
- VERDÈS-LEROUX, J. *Trabalhador Social: práticas, hábitos, ethos e formas de intervenção*. São Paulo: Cortez, 1986.
- VIEIRA, B. *Serviço Social: precursores e pioneiros*. Rio de Janeiro: Agir, 1984.
- WEBER, M. *Sobre a Teoria das Ciências Sociais*. São Paulo: Moraes, 1991.

ANEXO

(Religião e serviço social)
(por ordem cronológica)

Anais de congressos

BATISTA, Déborah Barrêto; COELHO, Maria Ivonete Soares. *O debate da religião no serviço social: fundamentos e exercício profissional*. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas, Maranhão: UFMA, 2015.

DUTRA, Patrícia Vicente. *A presença da religião no exercício profissional de assistentes sociais*. Londrina. Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social. Londrina: UEL, 2015.

KOBAYASI, Susana; SILVA, Cláudia Neves da. *Religião e Serviço Social: religião e religiosidade dos estudantes do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina*. Seminário Internacional de Práticas Religiosas no Mundo Contemporâneo. Londrina: UEL, 2016.

PINHEIRO, Paulo Wescley Maia. *Neoconservadorismo, Fundamentalismo Religioso e o Desafio para a Formação em Serviço Social*. Humanidades em Contexto: Saberes e Interpretações: ICHS/UFMT, 2016.

SILVA, Claudia Neves da; SOUZA, Regiane Renata de. *A religiosidade do assistente social*. XI Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas: UEL, setembro, 2016.

ARAÚJO, Leticia Machado de; CARVALHO, Pollyanna de Souza; AZEREDO, Verônica Gonçalves. *Princípios religiosos e ético-políticos na formação e trabalho dos(as) assistentes sociais*. Anais do I Colóquio Internacional; IV Colóquio Nacional sobre o Trabalho do/a Assistente Social, UFAL, 2017.

Dissertações de mestrado

VILLIRRO, P. M. F. *Ajuda na solução de problemas “leiga” ou “técnica”. Como o cliente sente o apoio recebido do assistente social da família e/ou religião*. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1989.

SOUZA, M. F. P. *Saúde e Religião: um estudo das práticas umbandistas*. João Pessoa: UFPB, 1991.

SIMÕES, P. *Serviço Social e Ethos Religioso*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

CARRARA, V. *Serviço Social e Teologia da Libertação*. Juiz de Fora: UFJF, 1999.

BENTES, M. A. L. *A Cultura e a Fé na Amazônia Paraense: O movimento da religião pentecostal em Belém*. Belém: UFPA, 2006.

BERNARDO, T. T. *Aventuras do assistente social: uma abordagem sobre o desafio da prática profissional frente ao gênero e a religião nos tratamentos para usuários de drogas*. Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

LOUREIRO, Vivian Maria Rodrigues. *'Música para os ouvidos, fé para a alma, transformação para a vida': música, fé e construção de novas identidades na prisão*. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2009.

RIBEIRO, Luiz Alberto Faria. *DEUS é para todos? Travestis, inclusão social e religião*. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2009.

SILIPRANDI, A. M. *Somos o presente da Igreja: A religião na subjetividade de jovens da Pastoral da Juventude*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

SILVA, Geovana. *Instituições Católicas e Conselho Municipal de Assistência Social/CMAS no Rio de Janeiro: articulações e hegemonia no controle social*. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2010.

QUINTÃO, G. F. *A questão religiosa no trabalho do assistente social: fragmentos de uma investigação na atualidade*. Niterói: UFF, 2012.

AMANCIO, M. L. N. *Um Estudo sobre a Violência contra a mulher e a intervenção do serviço social no Juizado da Mulher em Juazeiro do Norte/CE: a interface do discurso religioso*. Vitória: Faculdade Unida de Vitória, 2013.

OLIVEIRA, W. C. *Elementos do Assistencialismo no serviço social brasileiro*. Vitória: Faculdade Unida de Vitória, 2013.

PINHEIRO, Paulo Wesley Maia. *Serviço social e neoconservadorismo religioso: a percepção dos/as estudantes e os desafios para o projeto ético-político*. Ceará: Universidade Estadual do Ceará, 2013.

BATISTA, J. P. *A Doutrina Social da Igreja Católica e os fundamentos do serviço social: o curso de Serviço Social da PUC Minas*. Belo Horizonte: PUC-MG, 2015.

ARAÚJO, T. T. *Religião e Prisão: desafios para a intervenção do serviço social na coordenação da assistência religiosa no sistema penitenciário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

BATISTA, D. B. *Serviço social e religião: a influência religiosa no exercício profissional de assistentes sociais*. Mossoró: UERN, 2016.

VIDAL, E. B. *Os Valores Religiosos e seus desdobramentos no cotidiano dos jovens*. São Paulo: PUC-SP, 2016.

CARVALHO, H. H. R. *Serviço Social e Conservadorismo Religioso: Estudo das implicações éticas no agir profissional*. Belém: UFPA, 2017.

DUTRA, P. V. *Manifestações sociorreligiosas dos assistentes sociais e suas repercussões imediatas nas práticas laborais do tempo presente ao Oeste do Paraná*. Paraná: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2017.

JUSTINO, A. A. *Teologia da Libertação e Marxismo: Religião e lutas emancipatórias*. Santa Catarina: UFSC, 2017.

OLIVEIRA, E. R. *A Caridade e a Assistência: o processo de reordenamento socioinstitucional “vivido” no cotidiano de uma instituição religiosa espírita prestadora de serviços sociorreligiosos localizada na Rocinha – cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2017.

OLIVEIRA, S. M. G. *Serviço Social, religiosidade e defesa da laicidade*, 2018. 166 f. São Paulo: PUC-SP, 2018.

Teses de doutorado

GUIMARÃES, S. J. *Serviço Social e Igreja Católica no Brasil pós-ditadura*. São Paulo: PUC-SP, 1998.

SIMÕES NETO, J. P. *Ajuda Social: Das Relações entre Religião e Serviço Social – Brasil/Inglaterra*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

Artigos

SIMÕES, P. Mediações Religiosas no Serviço Social. *Revista Praia Vermelha*, 3, 2000, pp. 30-54.

PINHEIRO, L. F. A emergência de uma consciência crítica no Serviço Social e a contribuição do cristianismo da libertação. *Fragmentos de Cultura*. Universidade Católica de Goiás, v. 15, n. 5, p. 791-811, 2005.

PINHEIRO, Paulo Wesley Maia. *Serviço social, neoconservadorismo religioso e o desafio para a formação profissional*. *Temporalis*. Brasília (DF), ano 15, n. 29, jan./jun. 2015.

QUINTÃO, Graziela Ferreira. Liberdade e intolerância religiosa no Brasil: tendências e desafios para o Serviço Social. R. *Praia Vermelha*. Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 259-282, jan./jun. 2015.

MORI, Vanessa Tiemi. SILVA, Claudia Neves da. A religiosidade dos estudantes de uma universidade pública: considerações a partir do curso de Serviço Social. *PLURA, Revista de Estudos de Religião*, vol. 7, n. 1, 2016, p. 439-457.

SILVA, Claudia Neves da; DUTRA, Patrícia Vicente; LANZA, Fabio. A Relação entre Manifestações Religiosas e o Exercício Profissional dos Assistentes Sociais: Um Estudo das Contradições e Possibilidades no Norte do Paraná. *Revista Sociedade em Debate*. 22(2): 415–441, 2016.

SOUZA, Karine Fernandes de; ALMEIDA, Guilherme da Silva; ALENCAR, Monica Maria Torres de. Religiosidade, diversidade sexual e de gênero na formação profissional do/a assistente social: um estudo exploratório com graduandos/as da FSS/UERJ. *Revista Aproximando*, vol. 2, n. 3, 2016.

DUTRA, Patrícia Vicente; SILVA, Claudia Neves da. Identidade cultural na pós-modernidade e a religiosidade dos assistentes sociais. *Revista Relegens Thréskeia*, vol. 8, n. 1, 2019, p. 153-166.

SOUZA, Laís Negrão de; SILVA, Claudia Neves. O exercício profissional e a presença da religião: um estudo de caso a partir do Serviço Social. *Revista Brasileira de Iniciação Científica, Itapetininga*, v. 4, n. 9, 2017.

Capítulos de livros

PINHEIRO, L. F. Questão social e religiosidade no Brasil: novas reflexões acerca do sincretismo no Serviço Social. In: BÉLIVEAU, Verónica Giménez (Org.). *La religión ante los problemas sociales: Espiritualidad, poder y sociabilidad en América Latina*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2019.

Livros

SIMÕES, P. *Assistentes Sociais e Religião: um estudo Brasil/Inglaterra*. São Paulo: Cortez, 2005.

SIMÕES, P. *Gênero, Origem Social e Religião*. Rio de Janeiro: E-Papers; FAPERJ, 2009.

PINHEIRO, L. F. *Serviço Social, Religião e Movimentos Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Gramma editora, 2010.

SIMÕES, P. *Assistentes Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: E-Papers; FAPERJ, 2012.

SER Social

SEXUALIDADES, LUTAS E DIREITOS
DA POPULAÇÃO LGBTQIA+

Brasília (DF), v. 26, nº 54, de janeiro a junho de 2024

As categorias de raça/racismo, gênero e sexualidades na formação em Serviço Social

*The categories of race/racism, gender and sexualities
in the professional qualification in Social Work
Las categorías de raza/racismo, género y sexualidades
en la formación del Servicio Social*

Thulio Silva de Moraes¹

<https://orcid.org/0000-0002-7508-6107>

Erick José Gonçalves dos Santos Silva²

<https://orcid.org/0000-0003-4030-4896>

Isabela da Silva Oliveira³

<https://orcid.org/0009-0007-6228-0203>

Ariele Pedral⁴

<https://orcid.org/0009-0005-8769-6091>

1 Mestrando em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bacharel em Serviço Social. Currículo Lattes: <<https://lattes.cnpq.br/6570717153297091>>. E-mail: <thulio9007@gmail.com>.

2 Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Currículo Lattes: <<https://lattes.cnpq.br/6471975275842180>>. E-mail: <erick.erick2012@gmail.com>.

3 Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Currículo Lattes: <<https://lattes.cnpq.br/5150136930100882>>. E-mail: <ms.isabelasilva@gmail.com>.

4 Graduada em Serviço Social. Pesquisadora voluntária da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Currículo Lattes: <<https://lattes.cnpq.br/6482523807473003>>. E-mail: <arielepedral@gmail.com>.

Recebido em: 20/07/2023

Aprovado em: 1º/12/2023

Resumo: O presente trabalho constitui um estudo teórico-empírico, de abordagem qualiquantitativa, no qual ocorre a análise de ementas curriculares e projetos político-pedagógicos dos cursos de Serviço Social de universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro, com o intuito de verificar como tais universidades abordam as categorias de raça/racismo, gênero e sexualidades na formação profissional em Serviço Social. Por esta análise, verificou-se que, de forma majoritária, as universidades desenvolvem as categorias supracitadas em disciplinas optativas, de modo que não se garante que os debates que envolvam as categorias de raça/racismo, gênero e sexualidades, assim como suas determinações na vida da população usuária, façam parte da formação de assistentes sociais. Tal realidade parece estar em oposição com os princípios, os valores e as diretrizes que norteiam a profissão e que se expressam no Código de Ética e no Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Palavras-chave: Formação profissional. Serviço Social. Racismo. Gênero. Sexualidades.

Abstract: The present paper constitutes a theoretical-empirical study, with qualitative and quantitative approach, in which the analysis of the curriculum and the pedagogical political project of Social Work of public universities in the state of Rio de Janeiro, with the aim of verifying how such universities address the categories of race/racism, gender and sexualities in professional qualification in Social Work. Through this analysis, it was found that, for the most part, universities develop the aforementioned categories in optional subjects, in a way that does not guarantee that the debates involving the categories of race/racism, gender and sexualities, as well as their determinations in the life of the population that utilizes social services, are a part of the professional qualification of social workers. This reality seems to be in opposition to the principles, values and guidelines that guide the profession and that are expressed in the Code of Ethics and in the Ethical-Political Project of Social Work.

Keywords: Professional qualification. Social Work. Racism. Gender. Sexualities.

Resumen: El presente trabajo es un estudio teórico-empírico, con abordaje cualitativo-cuantitativo en el que se analizan los planes curriculares y los proyectos político-pedagógicos de las carreras de Trabajo Social en las universidades públicas del estado de Río de Janeiro, con el objetivo de verificar cómo estas universidades abordan las categorías de raza/racismo, género y sexualidades en la formación profesional en Trabajo Social. A través de este análisis, se encontró que la mayoría de las universidades desarrollan las categorías mencionadas en asignaturas optativas, lo que no garantiza que los debates que involucran las categorías de raza/racismo, género y sexualidades, así como sus determinaciones en la vida de la población usuaria, formen parte de la formación profesional de los trabajadores sociales. Esta realidad parece oponerse a los principios, valores y directrices que orientan la profesión y que se expresan en el Código de Ética y en el Proyecto Ético-Político del Trabajo Social.

Palabras claves: Formación profesional. Trabajo Social. Racismo. Género. Sexualidades.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva a análise de como as categorias de raça/racismo, de gênero e de sexualidades vêm sendo desenvolvidas na formação profissional em Serviço Social de sete universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense (UFF) de Niterói, de Rio das Ostras e de Campos dos Goytacazes; Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). O motivo da escolha das universidades em questão se deve ao fato de que a pesquisa que motivou a produção do presente trabalho encontra-se sendo elaborada na UNIRIO, fato que facilita a sua realização. Outro motivo se dá pelo número expressivo de cursos de graduação em Serviço Social em universidades públicas no território pesquisado.

Assim, para que a referida análise pudesse ser feita, foi realizado o levantamento das ementas e dos projetos político-pedagógicos das universidades em questão, como modo de verificar se as categorias supracitadas estão aparecendo nas disciplinas dos cursos de graduação

em Serviço Social, assim como também observar se as disciplinas que desenvolvem tais categorias possuem natureza obrigatória ou optativa.

O que pôde ser percebido, durante os momentos iniciais do levantamento, foi o aparecimento das categorias de raça/racismo, de gênero e de sexualidades majoritariamente em disciplinas optativas, o que pode significar que, durante a formação em Serviço Social, em determinadas universidades, assistentes sociais podem graduar-se sem se engajar ativamente no debate de tais categorias, o que constituiria uma lacuna na formação profissional.

A referida lacuna se dá pelo fato de que as determinações de raça, de gênero e de sexualidades influem sobre a totalidade das relações sociais, influenciando diretamente a vida da população usuária do Serviço Social, que será composta por indivíduos que fazem parte da população negra e LGBTQIA+,⁵ cujas identidades serão atravessadas por marcadores raciais, de gênero e de sexualidades.

Assim, torna-se necessário que a atual formação profissional em Serviço Social, consolidada pelas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), de 1996, articuladas com os princípios e os valores presentes no Código de Ética e no Projeto Ético-Político da profissão, seja capaz de apresentar e desenvolver os debates a respeito das categorias de raça/racismo, de gênero e de sexualidades, de modo a proporcionar uma formação de qualidade para assistentes sociais que trabalharão interventivamente na vida de sua população usuária.

O MOVIMENTO DE RENOVAÇÃO E A ATUAL FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social brasileiro tem como característica fundamental de sua história as diversas transformações e os tensionamentos internos da categoria profissional. Emergindo nos anos de 1930, a profissão surge com a demanda sócio-histórica de disciplinamento da classe trabalhadora pelo Estado burguês, com uma prática profissional sem arcabouço teórico, agindo na lógica da filantropização das respostas à questão social

5 Na construção do presente trabalho, optamos pela utilização da sigla LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, *queers*, intersexos, assexuais e outros), pelo fato de que esta constitui a forma atualmente utilizada pelo conjunto do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS-CRESS).

sob preceitos católicos para garantir a reprodução da força de trabalho. A emergência da categoria nesses moldes foi necessária num contexto de consolidação do capitalismo concorrencial no País com o auge da industrialização, gerando um operariado organizado, que já exigia do Estado respostas às suas demandas.

Com o desenvolvimento das forças produtivas na sociedade brasileira, a profissão vai se consolidando na divisão do trabalho na mesma lógica. Porém, com o crescimento dos movimentos sociais organizados nas décadas subseqüentes, começou a chegar ao Serviço Social latino-americano uma reformulação de suas bases interventivas e teóricas. A partir desse contexto, observamos, no início dos anos de 1960 e em outros países de nosso continente, uma tentativa de estabelecer preceitos críticos na profissão, enquanto em toda a sociedade civil latino-americana se observava a ascensão dos movimentos questionadores da ordem do capital. O movimento de reconceituação do Serviço Social latino-americano, então, se mostra profundamente ligado à conjuntura da época, aproximando a profissão, de forma primária, à teoria social crítica (NETTO, 1981). Observando esse cenário, o Estado, a partir de então, sob influência do imperialismo estadunidense, se utiliza de seu caráter classista e toma uma forma autocrática para garantir a transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista em todo o continente.

Ianni (2019) afirma que, no Brasil, neste momento da história, há a existência de um bloco de poder, no qual a burguesia internacional exerce hegemonia, com participação dos militares, dos capitalistas brasileiros e dos latifundiários, tomando a direção do Estado quando se observa a organização proletária e campesina.

Buscando reconstituir-se como categoria profissional a partir de um movimento geral de efervescência política e de ascensão dos movimentos sociais, o movimento de renovação chega ao Serviço Social brasileiro no fim dos anos de 1960, em resposta à nova agenda autocrática, objetivando estabelecer, para a formação das/os assistentes sociais, uma base teórica aliada às ciências sociais.

Tal movimento emerge como necessário a partir de uma conjuntura sócio-histórica dialética: uma relação entre o aumento do investimento nas políticas sociais e uma postura do Estado de desmonte de direitos políticos.

Posto o referido contexto, a movimentação em todos os âmbitos da sociedade civil se intensifica com os movimentos sociais, razão pela qual não seria diferente com o Serviço Social. Pereira e França (2021) contribuem para o debate da renovação profissional, afirmando que toda a movimentação da categoria só foi possível graças à aliança com as organizações representativas dos trabalhadores da época.

Vale mencionar que a citada aliança é impulsionada com a entrada do curso de Serviço Social nas universidades públicas, quando Netto (2005) afirma ser o terreno perfeito para o crescimento de um movimento de ruptura com o conservadorismo e o tradicionalismo. O autor afirma que o lugar da graduação e da pós-graduação foi essencial para estabelecer um arcabouço teórico-metodológico contrário à ditadura empresarial-militar.

Mesmo inicialmente com bases positivistas e conservadoras, o resultado desse processo histórico dentro da profissão foi a hegemonia do movimento com a intenção de ruptura, que, rompendo com o passado conservador da categoria, estabeleceu preceitos críticos para a dimensão teórico-metodológica, objetivando uma intervenção emancipatória na realidade social. A centralização do trabalho dos assistentes sociais na questão social – aqui entendida como o conjunto de desigualdades que emergem na sociedade civil, mediante a reprodução do modo de produção capitalista e a resposta das classes trabalhadoras a esse processo (IAMAMOTO, 2003) – foi um passo importante, fruto da aproximação com o marxismo, quando se formulou uma direção política do Serviço Social brasileiro, materializada no Código de Ética (1993), na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/1993) e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996).

As supracitadas Diretrizes Curriculares da ABEPSS apontam para a formação de um perfil profissional com capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, objetivando uma formação profissional que possuisse maior apreensão teórico-crítica do processo histórico enquanto totalidade. A formulação de tais diretrizes foi fortemente influenciada pelo III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (III CBAS), também conhecido como o Congresso da Virada, ocorrido em 1979, no qual declarou-se uma nova perspectiva para o Serviço Social, reafirmando o trabalho como atividade central e base fundante do ser social (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982) e a questão social como objeto de intervenção dos/as assistentes sociais, assumindo a tradição marxista como referencial teórico hegemônico da profissão.

Assim, a aproximação do Serviço Social com a tradição marxista permitiu que fosse estabelecido um compromisso ético-político da categoria na luta contra as expressões da questão social manifestadas na sociedade capitalista. Observamos tal empenho nos documentos norteadores da profissão, principalmente no Código de Ética profissional e no Projeto Ético-Político do Serviço Social, assim como nas entidades representativas da profissão: as diversas normativas e diretrizes do conjunto CFESS-CRESS, a criação do Grupo Temático de Pesquisa de Serviço Social, as Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades da ABEPSS (GTPS-ABEPSS) e a absorção das pautas dos grupos historicamente oprimidos pela Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO). Tal compromisso expressa o interesse da profissão de integrar, na formação profissional, os debates das categorias de gênero, raça/racismo e sexualidades.

RAÇA/RACISMO, GÊNERO E SEXUALIDADES NA FORMAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS

O debate acerca das categorias de raça/racismo, de gênero e de sexualidades é fundamental para a formação profissional de assistentes sociais, pois são categorias que constituem fenômenos que perpassam a realidade social brasileira e incidem diretamente sobre a vida da população usuária do Serviço Social. Diante disso, torna-se imprescindível, do ponto de vista teórico, a explanação das categorias supracitadas.

O conceito de raça, de acordo com Munanga (2003), trata-se de um constructo social sem validade científica, sendo desenvolvido, historicamente, como meio de classificar e diferenciar seres humanos por intermédio de suas características físicas e de seus traços morfológicos, como a cor da pele, os formatos do crânio, do nariz, do queixo e dos lábios, dentre outros traços e características. Segundo o autor, tais métodos de classificação e separação tinham como intuito justificar e legitimar processos de dominação e exploração que ocorriam mediante a hierarquização das raças, processo que envolvia a associação de características biológicas com atributos morais, intelectuais e/ou culturais.

Tal processo de hierarquização racial constitui as bases do racismo, que pode ser definido como “[...] uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes e que culminam em

desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencam” (ALMEIDA, 2021, p. 32). Assim, nota-se o papel do racismo no estabelecimento da hierarquia racial que afirma o lugar da população branca como o grupo racial dominante e privilegiado, enquanto a população “não branca” se encontra em posição desvantajosa, de modo a garantir a reprodução de uma estrutura de poder e dominação de uma parcela da população sobre outra.

O privilégio racial é uma característica marcante da sociedade brasileira, uma vez que o grupo branco é o grande beneficiário da exploração, especialmente da população negra. E não estamos nos referindo apenas ao capitalismo branco, mas também aos brancos sem propriedade dos meios de produção que recebem seus dividendos do racismo (GONZALEZ, 2020, p. 46).

Estabelecidos os conceitos de raça e racismo, tratemos agora da categoria de gênero. De acordo com Souza (2014, p. 22), entende-se a categoria de gênero como um “[...] fenômeno histórico e social que participa da organização da sociedade, constituindo-se dialeticamente através dos processos que compõem a totalidade social”. Em outras palavras, gênero é uma categoria que interfere na estruturação da sociedade e dos seres sociais e se molda a partir dos processos sociais ocorridos e do período histórico vivenciado, designando um conjunto de fenômenos que dizem respeito às relações estabelecidas entre homens e mulheres, homens e homens, mulheres e mulheres.

É necessário pontuar aqui que, quando o assunto é gênero, grande foco é colocado nas pessoas cisgêneros, sendo cisgênero a categoria utilizada para se referir às pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascimento ou com a identificação sexual pelo ultrassom⁶ (LIMA, 2020). Tal foco, porém, não muda o fato de que as pessoas transsexuais/transgêneros, cuja autoidentificação de gênero não corresponde ao gênero atribuído no momento do nascimento ou com a identificação sexual pelo ultrassom, também se relacionam diretamente com a categoria de gênero, por mais que suas vivências e existências enfrentem consecutivos processos de apagamento e invalidação, o que também ocorre com as muitas outras identidades que compõem a comunidade LGBTQIA+.

6 Nestes casos, a norma binária sexual denomina pessoas com pênis e escrotos como homens e pessoas com vagina, útero e seios como mulheres (LIMA, 2020).

Ante o exposto e ainda de modo alinhado ao debate de gênero, destaca-se, também, a categoria de sexualidades, que pode ser compreendida como “[...] relação social cujas formas e expressões são construídas de maneira determinada em cada sociedade ou período histórico” (TOITIO, 2015, p. 5-6), constituindo-se, assim, como parte essencial para a compreensão da totalidade social. Isso se confirma pelo fato de que a sexualidade está diretamente ligada às relações sociais, sendo uma categoria utilizada, historicamente, na opressão de determinados grupos. Opressão que pode ser evidenciada pelo conceito de heteronormatividade, que articula perspectivas conservadoras de gênero e de sexualidades, de modo que as relações heterossexuais são estabelecidas como um imperativo social, legitimando, assim, apenas as relações afetivas/sexuais entre homens e mulheres cisgêneros (IRINEU, 2023) e de heterossexismo, que apresenta a heterossexualidade como expressão natural da sexualidade e, por isso, reitera sua compulsoriedade (TOITIO, 2015).

Em um sentido mais amplo, o heterossexismo pode ser pensado como uma complexa concepção de mundo (ou um sistema de ideias e valores), por meio da qual concebemos nosso sexo, corpo e desejo e que não apenas legitima a prática heterossexual como obrigatória, mas, também, pelo qual são organizadas as demais expressões e práticas sexuais (TOITIO, 2015, p. 3).

Diante disso, torna-se possível compreender as opressões enfrentadas por indivíduos e grupos que não se conformam com a expectativa da heterossexualidade, a exemplo das pessoas homossexuais, bissexuais, pansexuais, assexuais, dentre outras orientações sexuais. São opressões que resultam, com frequência, na marginalização desses indivíduos, podendo também contribuir para a sua vulnerabilização social.

Assim, dadas as explanações das categorias de raça/racismo, de gênero e de sexualidades, observa-se que tais categorias incidem na realidade social, em sua totalidade, ao mesmo passo que também se associam aos processos de exploração e/ou dominação de indivíduos e grupos. E, com isso, cabe ressaltar que todo tipo de discriminação direcionado para uma categoria social serve, no interior de uma sociedade, cuja maior parte da população busca apenas garantir sua subsistência, por intermédio do trabalho assalariado, para “[...] introduzir o fenômeno da diferenciação entre os candidatos a empregos” (SAFFIOTI, 1987, p. 55).

Portanto, para Saffioti (1987, 2015), a marcação de gênero e de raça define os diferentes acessos dos sujeitos na sociedade, principalmente no campo do trabalho, em que pessoas negras e mulheres (e especialmente mulheres negras) encontram-se ocupando cargos de baixos salários, que possuem menor prestígio social ou que correspondem à camada subempregada da população, devido ao patriarcado (que estabelece o regime de dominação-exploração de mulheres por homens)⁷ e ao racismo (que institui e reproduz a desigualdade social fundamentada no pertencimento racial).

[...] É fácil pagar salários menores a um negro e a uma mulher. Mais fácil ainda será pagar salários ínfimos a uma mulher negra. Mal remunerada, esta mulher passará de duplamente discriminada para triplamente discriminada: mulher, negra e miserável (SAFFIOTI, 1987, p. 55).

Neste sentido, os sistemas de opressão de raça e de gênero, combinados com a heteronormatividade e o heterossexismo, atuam na normalização da ideologia de inferioridade das pessoas negras, das mulheres e das pessoas que compõem a população LGBTQIA+, permitindo a manutenção dos processos de dominação e opressão que afetam negativamente as condições materiais de vida desses sujeitos, que constituem, majoritariamente, a classe trabalhadora brasileira. Assim, sob o modo de produção capitalista, o modelo cis-heteropatriarcal⁸ e racista viabilizará, também, a intensificação da exploração da força de trabalho desses sujeitos.

Para além do exposto, faz-se necessário entender que os sistemas de dominação, opressão e exploração que atuam sob as categorias de raça/racismo, de gênero e de sexualidades, mesmo que compreensíveis

7 Faz-se necessário o apontamento de que, para além do estabelecimento do regime de dominação-exploração de mulheres por homens, a categoria teórica do patriarcado versa sobre a ideologia da superioridade do homem, do masculino, que serve para acobertar a estrutura de poder hierarquizada que determina o lugar da mulher, em todas as áreas da convivência humana, como sendo muito abaixo do lugar do homem. Deste modo, a categoria do patriarcado explicita tanto a referida estrutura de poder quanto a ideologia que a acoberta (SAFFIOTI, 2015). Ainda sobre a categoria do patriarcado, torna-se importante sinalizar que, por mais que a autora elucide tal categoria pelo binarismo homem-mulher, entendemos que o patriarcado versa, também, sobre a dominação-exploração de todas as identidades de gênero que não são socialmente reconhecidas como homem, como masculino.

8 Entendemos o cis-heteropatriarcado como categoria teórica que expressa a articulação da categoria patriarcado com os conceitos de heteronormatividade e heterossexismo. Tal articulação combina as ideologias da superioridade do homem e da primazia da heterossexualidade, de modo que se estabelece o homem cisgênero e heterossexual como superior a todas as outras identidades de gênero e/ou orientações sexuais.

separadamente, funcionam conjuntamente para o mesmo propósito. Conforme Saffioti (1987, p. 60), “na realidade concreta, eles são inseparáveis, pois se transformaram, através deste processo simbiótico, em um único sistema de dominação-exploração, aqui denominado patriarcado-racismo-capitalismo”. Complementarmente, Almeida (2017) defende a posição de que não existe hierarquia de opressão, explicitando o fato de que, por onde quer que andemos, por onde quer que atuemos, esbarraremos com intolerâncias, manifestações de racismo, sexismo, homofobia e transfobia, pois essa é a lógica perversa da sociabilidade burguesa, que se utiliza de determinantes de raça, gênero, sexualidade e classe para acirrar as relações de opressão, dominação e exploração.

Assim, compreende-se a imprescindibilidade de uma análise de caráter interseccional⁹ para que seja possível o entendimento de como as desigualdades de raça, de gênero, de sexualidade e de classe são reproduzidas, de forma articulada, na sociedade capitalista. Trata-se de um entendimento que viabilizará a formulação de estratégias de enfrentamento conjunto desses sistemas que oprimem, exploram, dominam e excluem.

Diante do exposto, torna-se evidente a importância do estudo das categorias supracitadas no processo de formação profissional em Serviço Social, dado o caráter interventivo do trabalho das/os assistentes sociais com sua população usuária, que é diretamente atravessada pelos sistemas opressores supracitados. Para além disso, é essencial que a formação em Serviço Social esteja sob constante atualização, para buscar apreender as determinações sociais em sua totalidade, de modo a não materializar uma formação que disponha de um entendimento raso da realidade social brasileira.

[...] No Brasil, patriarcado, racismo e capitalismo operam juntos. Vale destacar que o racismo que estamos considerando é o que se origina pelo processo de escravização negra nas Américas. Desta forma, o racismo é imprescindível para analisar a formação da classe trabalhadora no Brasil, ainda que parte dos intérpretes da formação social brasileira tenham desconsiderado o que defendemos como central para a compreensão da mesma (COSTA; RAFAEL, 2021, p. 83).

9 “A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cis-heteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias, em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e pela sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais” (AKOTIRENE, 2019, p. 16).

Nesta direção, Moreira (2019) argumenta que o debate étnico-racial deve ser estabelecido como viés analítico na formação em Serviço Social, sendo trabalhado como eixo estruturante que atravessará todas as disciplinas, ocupando lugar de centralidade durante todo o processo de formação profissional de assistentes sociais, estando, assim, em coerência com a essência das Diretrizes Curriculares, elaboradas em 1996 pela ABEPSS. Diante disso, buscamos corroborar as colocações do autor, com o adendo de que o mesmo movimento deve ser feito em relação ao debate de gênero e de sexualidades, de modo a reconhecer que, assim como a discriminação racial, as discriminações de gênero e de orientação sexual possuem caráter histórico no Brasil e ainda se fazem presentes na sociedade brasileira contemporânea. Assim, a centralidade dos debates desses modos de opressão e dominação, que devem ser sempre articulados com o debate de classe, se constitui como questão de extrema relevância para a formação em Serviço Social.

Em consideração a isso, observamos que entidades representativas do Serviço Social, como a ABEPSS, se posicionam a favor da formação profissional em constante atualização, ao publicar que a formação de assistentes sociais deve estar articulada a uma “[...] consciência de classe antirracista, antipatriarcal e anti-heterossexista, assim como vinculada às lutas dos movimentos sociais (negro, indígena, feminista, LGBT e outros)” (ABEPSS, 2016, não paginado). Destacam-se, também, as campanhas realizadas pelo conjunto CFESS-CRESS, que objetivam colocar como centralidade na profissão os debates a respeito das categorias de raça/racismo, de gênero e de sexualidades, para que tais debates propiciem reflexões e ações no cotidiano da categoria profissional das/os assistentes sociais. As campanhas “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo” (ocorrida durante o triênio 2017-2020) e “Nós, Mulheres, Assistentes Sociais de Luta!” (do triênio 2020-2023) constituem exemplos do comprometimento das entidades representativas com a formação continuada de assistentes sociais em prol do enfrentamento das opressões e dominações de gênero, de raça e de sexualidades.

A PRESENÇA DO DEBATE RACIAL, DE GÊNERO E DE SEXUALIDADES NAS DISCIPLINAS DO SERVIÇO SOCIAL

Compreendendo a importância da presença do estudo das categorias de raça/racismo, de gênero e de sexualidades na formação profissional

em Serviço Social, analisaremos, neste momento, o levantamento, realizado durante o ano de 2022, das ementas curriculares e dos projetos políticos-pedagógicos de sete universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro, objetivando observar como o estudo de tais categorias está sendo desenvolvido nos cursos de graduação em Serviço Social das universidades em questão: UFF de Niterói, de Rio das Ostras e de Campos dos Goytacazes; UFRJ, UERJ, UFRRJ e UNIRIO.

O referido levantamento elencou as disciplinas obrigatórias e optativas que objetivam discutir as categorias de raça/racismo, de gênero e de sexualidades, tendo obtido como resultado 34 disciplinas, sendo que 12 são obrigatórias (35,29%) e 22 são optativas (64,70%), sendo que a UFF de Niterói possui o maior percentual de disciplinas, com 32,25%; a UFRJ e a UERJ com 14,7% em cada uma; a UFRRJ e a UFF de Rio das Ostras, com 11,76%; a UNIRIO, com 8,82%; e a UFF de Campos dos Goytacazes, com 5,88%.

No que se refere ao debate específico das categorias mencionadas, as disciplinas aparecem organizadas da seguinte maneira: 11 disciplinas (32,35%) debatem raça/racismo, 9 disciplinas (26,47%) debatem gênero e 1 disciplina (2,94%) debate sexualidades. De forma interseccional, 10 disciplinas (29,41%) debatem gênero e raça/racismo, enquanto 3 disciplinas (8,82%) debatem gênero e sexualidades. Neste levantamento, evidenciamos a conexão da categoria de raça/racismo com o estudo da formação social brasileira, assim como a conexão das categorias de gênero e de sexualidades com o estudo dos movimentos sociais e de autores e autoras clássicas da teoria feminista.

Com base nos dados expostos, observa-se que a maioria das grades curriculares de Serviço Social das universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro possui poucas (ou não possui) disciplinas obrigatórias que tenham como eixo central a abordagem das categorias de raça/racismo, de gênero e de sexualidades, de modo que, majoritariamente, as universidades em questão optam por desenvolver tais categorias em disciplinas de natureza optativa.

Em relação à categoria de raça/racismo, a UFRJ se destaca pela quantidade de disciplinas que abordam a categoria de forma obrigatória, materializadas por meio da luta e da persistência/resistência do movimento estudantil, enquanto a UNIRIO e a UFF de Niterói e de Rio das Ostras abordam a categoria apenas de maneira optativa. Na

mesma linha, percebe-se que a UFF de Campos dos Goytacazes não oferta disciplinas (obrigatórias ou optativas) que permeiam o debate racial. Observamos, também, que disciplinas que desenvolvem o gênero como centralidade encontram-se presentes em todas as universidades de formas obrigatórias e optativas. Por fim, o debate das sexualidades aparece explícito apenas em três disciplinas, todas optativas.

Tabela 1. Natureza das disciplinas que desenvolvem as categorias de raça/racismo, de gênero e de sexualidades nas universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro (2022)

| | Universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro | Região | Disciplinas | Natureza |
|--|--|---------------|---|-------------|
| 1 | UFF – Universidade Federal Fluminense (Niterói) | Metropolitana | Relações de Gênero e Questão Social | Obrigatória |
| | | | Gênero e Sexualidade na Escola | Optativa |
| | | | Sociologia das Relações de Gênero | Optativa |
| | | | Violência de Gênero: Elementos do Debate Atual | Optativa |
| | | | Gênero, Movimento Feminista e Consciência de Classe | Optativa |
| | | | Família, Gênero e Diversidades | Optativa |
| | | | Gênero, Orientação Sexual e Políticas Sociais | Optativa |
| | | | A Formação da Eugenia no Brasil | Optativa |
| | | | A Integração do Negro na Sociedade Brasileira: Racismo e suas Implicações na Prática Profissional | Optativa |
| | | | A Questão Racial na Formação Social Brasileira | Optativa |
| Modernidade e as Relações de Opressão de Classe Social, Étnico-Raciais e Sexuais | Optativa | | | |

| | Universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro | Região | Disciplinas | Natureza |
|---|---|-------------------|--|-------------|
| 2 | UFF – Universidade Federal Fluminense (Rio das Ostras) | Baixada Litorânea | Família, Relações de Gênero e Questão Social | Obrigatória |
| | | | Questões Étnico-Raciais, Políticas, Sociais e Serviço Social I | Optativa |
| | | | Questões Étnico-Raciais, Políticas, Sociais e Serviço Social II | Optativa |
| | | | Questões Étnico-Raciais, Políticas, Sociais e Serviço Social III | Optativa |
| 3 | UFF – Universidade Federal Fluminense (Campos dos Goytacazes) | Norte Fluminense | Família, Relações de Gênero e Questão Social | Optativa |
| | | | Classes e Movimentos Sociais | Optativa |
| 4 | UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro | Metropolitana | Trabalho e Questão Social no Brasil | Obrigatória |
| | | | Relações Étnicas e Serviço Social no Brasil | Obrigatória |
| | | | Sociedade, Cultura e Identidades | Obrigatória |
| | | | Política Social e Serviço Social III | Obrigatória |
| | | | A Questão de Gênero no Brasil | Optativa |
| 5 | UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro | Metropolitana | Classes, Gênero, Etnia e Geração | Obrigatória |
| | | | Política Social e Relações de Gênero e Etnia | Optativa |
| 6 | UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro | Metropolitana | Relações de Gênero e Questão Social | Obrigatória |
| | | | Relações Étnico-Raciais e Diversidade Cultural | Obrigatória |
| | | | Classes Sociais e Movimentos Sociais | Obrigatória |
| | | | Marxismo e as Relações de Gênero, Raça/Etnia e Classe Social | Optativa |
| 7 | UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro | Metropolitana | Relações Patriarcais de Gênero | Optativa |
| | | | Gênero, Raça e Etnia | Optativa |

Fonte: departamentos de Serviço Social das universidades em questão.

É válido ressaltar que a Escola de Serviço Social da UNIRIO (ESS/UNIRIO) pretende implementar um novo currículo para o ano de 2024, em que a discussão a respeito das sexualidades e das relações étnico-raciais e de gênero terá natureza obrigatória e buscará ser realizada de maneira interseccional, o que constitui um avanço significativo para a formação profissional em Serviço Social da universidade em questão.

Diante de todo o exposto, fica evidente o fato de que o debate centralizado nas categorias de raça/racismo, de gênero e de sexualidades, por estar presente de forma majoritariamente optativa nas universidades suprarreferidas, pode constituir-se como uma questão para a qualidade da formação profissional de assistentes sociais, visto que a população negra, as mulheres e as pessoas que compõem a comunidade LGBTQIA+ constituem os principais públicos atendidos pelo Serviço Social, devido aos fatores de opressão e marginalização citados anteriormente no trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a elaboração do presente trabalho, pôde-se observar que, mesmo com os grandes avanços da profissão no que tange à análise da sociedade capitalista, ocorridos após o movimento de renovação da profissão, que proporcionou a aproximação do Serviço Social à tradição marxista, nota-se que ainda é possível evidenciar um desconforto na formação profissional no que concerne à abordagem de determinados assuntos.

Quando observamos as diretrizes curriculares da formação profissional, assim como o projeto ético-político profissional, constatamos uma orientação geral que aponta para o compromisso da categoria no enfrentamento da opressão de gênero, raça e sexualidade; contudo, não há garantia da efetivação desse compromisso no interior da formação em Serviço Social.

Por sua vez, quando observamos as ementas curriculares e os projetos políticos-pedagógicos das universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro, constatamos que não foi possível obter um diagnóstico favorável quanto ao estudo das relações desiguais de raça, de gênero e de sexualidades, devido ao fato de que, na maioria das vezes, as escolas promovem uma formação profissional na qual não se faz presente, de

forma obrigatória, o estudo das categorias de raça/racismo, de gênero e de sexualidades, assim como o debate do cis-heteropatriarcado, que constitui uma das estruturas sob a qual se constrói o capitalismo brasileiro. Também encontramos uma ausência no que tange ao estudo das diversas formas em que a população LGBTQIA+ é atingida pelas expressões da questão social, sendo que ela constitui um dos grupos mais afetados pela reprodução do modo de produção capitalista (TOITIO, 2015).

Para além do exposto, cabe-nos ressaltar aqui que uma boa parte dos intérpretes da formação sócio-histórica brasileira acaba por não preconizar as relações patriarcais de gênero e o racismo, como bem salientam Costa e Rafael (2021), razão pela qual argumentamos que a mesma realidade se apresenta quando se trata do debate referente às sexualidades, o que permite que os debates sobre tais categorias não sejam tratados com o mesmo grau de importância do que os debates sobre classes, que possuem centralidade no decorrer da formação em Serviço Social no Brasil.

Diante disso, buscamos reiterar a necessidade de que a formação em Serviço Social nas universidades seja orientada de maneira a abordar as supracitadas categorias de forma obrigatória, assim como também para que elas sejam trabalhadas de modo interseccional no interior de todas as disciplinas presentes nos cursos de graduação em Serviço Social, visto que os debates sobre raça/racismo, gênero e sexualidades precisam estar sempre articulados ao debate sobre classes e presentes nas disciplinas que abordam a categoria de trabalho, a questão social, as políticas sociais, a formação sócio-histórica do Brasil e a segurança social, dentre muitos outros conteúdos que são centrais durante a formação de assistentes sociais.

À guisa de conclusão, salientamos que as entidades representativas da categoria expressam a importância de que as/os assistentes sociais estejam comprometidas/os com a luta anticapitalista, antirracista, antipatriarcal, antiLGBTQIA+fóbica, dentre outras. Por isso, torna-se imprescindível atestar que as disciplinas que compõem a formação profissional da categoria precisam refletir claramente tais valores e princípios, viabilizando a formação de assistentes sociais que, pelas suas ações profissionais, objetivarão horizontes menos desiguais.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **GTP: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades**. ABEPSS, 2016. Disponível em: <<https://www.abepss.org.br/noticias/gtp-servico-social-relacoes-de-exploracaoopressao-de-genero-racaetnia-geracao-sexualidades-15>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA, M. S. Diversidade humana e racismo: notas para um debate radical no Serviço Social. **Argumentum**, v. 9, n. 1, p. 32-45, 2017.

ALMEIDA, S. L. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2021.

BARROCO, M. L. S.; HELENA, T. S. **Código de Ética do(a) Assistente Social Comentado**. Cortez Editora, 2014.

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social. Lei nº 8.662/93, de regulamentação da profissão**. 10ª ed. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

COSTA, R. G.; RAFAEL, J. C. Questão social e sua particularidade no Brasil: imbricação entre patriarcado-racismo-capitalismo. **Temporalis**, ano 21, n. 42, p. 77-93, jul./dez. 2021.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano *In: Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Editora Zahar: 2020.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 1982.

IANNI, O. **A ditadura do grande capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

IRINEU, B. A. Apagamento, desproteção social e política de extermínio: marcas da violência contra pessoas LGBTI+ no Brasil. *In: DUARTE,*

Marco José de Oliveira *et al.* (orgs.). **Sexualidades & Serviço Social: perspectivas críticas, interseccionais e profissionais**. Juiz de Fora: Editora UFJF/Selo Serviço Social, 2023.

LIMA, H. T. Não-binariedade: uma saída da colonialidade de poder-saber-ser e de gênero. **Seara Filosófica**, n. 21, Inverno, p. 170-184, 2020.

MOREIRA, T. W. F. **Serviço Social e Luta Antirracista: contribuição das entidades da categoria no combate ao racismo (2019)**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira. Niterói: EDUFF, 2004. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoos-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

NETTO, J. P. A crítica conservadora à reconceptualização. *In: Serviço Social e Sociedade*, n. 5. São Paulo: Cortez, 1981.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 17ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PEREIRA, E. M.; FRANÇA, G. S. Oito notas sobre formação social brasileira e renovação crítica do serviço social brasileiro. **Temporalis**, ano 21, n. 42, p. 143-157, jul./dez. 2021.

SAFFIOTI, H. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SOUZA, V. B. Gênero, marxismo e serviço social. **Temporalis**, v. 14, n. 27, p. 13-31, 2014.

TOITIO, R. **Sobre a hegemonia heterossexista**. *In: Anais do VIII Colóquio Internacional Marx e Engels (Unicamp)*. Campinas: CEMARX, 2015.

SER Social

SEXUALIDADES, LUTAS E DIREITOS
DA POPULAÇÃO LGBTQIA+

Brasília (DF), v. 26, nº 54, de janeiro a junho de 2024

O acesso à assistência social em quilombos do Vale do Mucuri (MG)

Access to social assistance in quilombos in Vale do Mucuri (MG)
Acceso a la asistencia social en quilombos del Vale do Mucuri (MG)

Sidimara Cristina de Souza¹

<https://orcid.org/0000-0002-8704-7340>

André Augusto Pereira Brandão²

<https://orcid.org/0000-0002-9245-0273>

João Bôsco Hora Góis³

<https://orcid.org/0000-0003-2305-3853>

Recebido em: 10/10/2022

Aprovado em: 29/09/2023

Resumo: Neste trabalho, examinamos a Política de Assistência Social. Mais especificamente, tentamos entender como ela é compreendida e acessada por potenciais usuários moradores dos quilombos no Vale do Mucuri (MG). Os dados para este estudo foram obtidos a partir de entre-

1 Formação em Serviço Social. Mestre e Doutora em Política Social. Pós-Doutoranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social. *E-mail:* <sidi.mara@hotmail.com>. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/3128913637798713>>.

2 Formação em Ciências Sociais. Mestre em Sociologia e Antropologia. Doutor em Ciências Sociais. *E-mail:* <andre_brandao@id.uff.br>. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/5595235187153920>>.

3 Formação em Serviço Social. Mestre e Doutor em Serviço Social. Professor titular da Universidade Federal Fluminense. *E-mail:* <jbhg@uol.com.br>. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/8122304125536893>>.

vistas com sujeitos quilombolas, realizadas mediante grupos focais em oito quilombos. O estudo mostrou a existência de um processo de invisibilização das comunidades, o que, conseqüentemente, leva a um baixo padrão de intervenção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) junto a esse segmento. Ao mesmo tempo, apontou que, embora os ganhos derivados dos programas de transferência de renda não sejam suficientes para a erradicação da pobreza naquele meio, eles são capazes de mitigar as inúmeras dificuldades de sobrevivência que atingem aquela população. O artigo, por fim, defende a necessidade de que a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) seja desenhada levando-se em conta a diversidade e as particularidades dos grupos humanos aos quais ela se destina.

Palavras-chave: Assistência social. Remanescente de quilombo. Análise de política social.

Abstract: In this paper we examine Social Assistance Policy. More specifically, we tried to understand how it is understood and accessed by potential users living in quilombos in Vale do Mucuri (MG). The data for this study were obtained from interviews with quilombola subjects, carried out through focus groups in eight quilombos. The study showed the existence of a process of invisibilization of communities, which, consequently, leads to a low standard of intervention by the Unified Social Assistance System (SUAS) in this segment. At the same time, he pointed out that, although the gains derived from income transfer programs are not sufficient to eradicate poverty in that environment, they are capable of mitigating the numerous survival difficulties that affect that population. Finally, the article defends the need for National Social Assistance Policy (PNAS) to be designed taking into account the diversity and particularities of the human groups to which it is intended.

Keywords: Social assistance. Remnant of quilombo. Social policy analysis.

Resumen: En este artículo examinamos la Política de Asistencia Social. Más específicamente, tratamos de comprender cómo es entendido y accedido por los usuarios potenciales que viven en quilombos en Vale do Mucuri (MG). Los datos para este estudio se obtuvieron de entrevistas con sujetos quilombolas, realizadas a través de grupos focales en ocho quilombos. El estudio mostró la existencia de un proceso de invisibilidad de las comunidades, lo que, en consecuencia, conduce a un bajo es-

táandar de intervención del Sistema Único de Asistencia Social (SUAS) en este segmento. Al mismo tiempo, señaló que, si bien las ganancias derivadas de los programas de transferencia de ingresos no son suficientes para erradicar la pobreza en ese medio, sí son capaces de mitigar las innumerables dificultades de sobrevivencia que afectan a esa población. El artículo, finalmente, defiende la necesidad de que la Política Nacional de Asistencia Social (PNAS) se diseñe teniendo en cuenta la diversidad y particularidades de los grupos humanos a los que está destinado.

Palabras clave: Asistencia social. Remanente de quilombo. Análisis de políticas sociales.

INTRODUÇÃO

Não é novidade que a assistência social no Brasil é marcada por um histórico de pouca representatividade política, sendo socialmente vista como benemerência. Por conta disso, ela sempre foi uma pauta secundária na agenda governamental. Só a partir de 1988, com a promulgação de uma nova Constituição Federal, ela passou a ser entendida como um direito do cidadão e um dever do Estado. Temos, nesse momento, um deslocamento do modelo meritocrático para o da seguridade social, o que contribuiu para uma ampliação de direitos e a universalização do acesso a ela para todos os que dela necessitarem. Nessa nova compreensão do que é a assistência social, ela é também considerada uma política intersetorial para acesso ao conjunto dos direitos sociais.

Todo esse processo significou um avanço na base teórico-normativa da área da assistência social no Brasil, embora não tenha garantido a completa eliminação de práticas conservadoras no seu processo de implementação. Tais práticas silenciam discussões como a gênese da pobreza e da desigualdade social advindas tanto da luta de classes quanto de manifestações preconceituosas como o racismo, o machismo e a homofobia. Dentro desse quadro, é essencial conhecer a persistência de concepções retrógradas sobre essa política setorial, pelo que isso pode contribuir para a elaboração de discursos que a descrevam na sua concepção mais progressista. Esses discursos devem ser dirigidos aos gestores, formuladores e implementadores da política em questão, pois eles podem imprimir nela traços incompatíveis com os comandos constitucionais que a definem como um direito. Ao mesmo tempo,

não se pode deixar de ouvir como os usuários – que, em sua maioria, situam-se nas franjas da nossa sociedade – estão visualizando tal política: direito ou bem-estar?

A resposta a essa pergunta é importante para uma intervenção mais qualificada junto a esses usuários. Neste artigo, o nosso foco recai sobre os usuários quilombolas⁴. Conhecer suas percepções pode contribuir para que eles se relacionem com os benefícios e serviços da Política de Assistência Social, entendendo-a como um direito. Esse é um dos elementos que justifica a realização deste estudo, que teve como objetivo central analisar a percepção de um grupo de quilombolas sobre a Política de Assistência Social e o acesso delas a ela.

Para isso, realizamos grupos focais com membros de comunidades quilombolas – totalizando oito grupos, um em cada quilombo – localizadas no Vale do Mucuri (MG), durante o ano de 2020, nomeadas a seguir: Marques, SantaCruz, Água Preta, Água Preta de Cima, Córrego Carneiro, Comunidade dos Ferreiras, Salineiro e São Julião.

O grupo focal é um instrumento metodológico que tem contribuído substancialmente para a realização de pesquisas (como a nossa) que se inscrevem no campo da análise e avaliação de políticas públicas, mais especificamente no das políticas sociais. Tal campo vem ganhando robustez na última década, à medida que crescem o interesse e a necessidade de que sejam verificados, entre outros aspectos, o comportamento das políticas setoriais e o uso adequado dos recursos públicos. Em função disso, um significativo investimento acadêmico tem sido feito na busca por uma melhor compreensão das políticas, dos programas e dos projetos, tal como os realizados *vis-à-vis* o modo como foram formulados. Ressalta-se, ainda, que esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal Fluminense com o número CAAE 12124718.3.0000.5243.

Desde 1988, quando a Constituição Federal reconheceu os quilombolas como sujeitos de direito, até o acesso da primeira comunidade quilombola ao título definitivo de suas terras, houve um grande percurso de construção e desconstrução identitária, assim como de ressemantização, sobre o conceito de quilombo. Somente em 1995, tem-se a titulação

4 É importante destacar que o Vale do Mucuri possui, oficialmente, oito comunidades remanescentes de quilombo, certificadas, desde 2005, pela Fundação Cultural Palmares, e que foram abordadas em nosso estudo. Esse grupo pertence aos municípios de Teófilo Otoni, Carlos Chagas, Pescador, Ataléia e Ouro Verde de Minas, todos localizados no Estado de Minas Gerais.

de uma comunidade quilombola, denominada Boa Vista, localizada na região do Alto Trombetas, na cidade de Oriximiná, no Estado do Pará (SOUZA & BRANDÃO, 2021).

Segundo Jorge (2016), foi por meio do Movimento Negro, de intelectuais e de organizações não governamentais (ONG), dentre outros, que as comunidades quilombolas passaram a se reconhecer como tais e a acessar o direito de posse definitiva da terra. A partir de então, outras comunidades passaram a reivindicar seus direitos e a se autodeclarar quilombolas, beneficiando-se do artigo nº 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988.

De acordo com a Fundação Cultural Palmares (2023), o universo atual de grupos étnicos reconhecidos como remanescentes de quilombos chega a compor um quadro de 3.563 comunidades. Desse montante, 2.901 são certificadas oficialmente pelo Estado brasileiro e possuem a certificação emitida pela Fundação. Desse total, apenas 220 títulos de posse definitiva das terras foram emitidos, beneficiando 294 comunidades e 15.910 famílias quilombolas, distribuídas nas seguintes unidades federativas: Rio Grande do Sul, Bahia, Ceará, São Paulo, Rio de Janeiro, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Sergipe e Piauí.

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PERSPECTIVA DOS USUÁRIOS

Um primeiro resultado da pesquisa foi a constatação de que a presença dos implementadores assistentes sociais junto aos usuários quilombolas é rara ou inexistente. Quando tais contatos ocorrem, isso é feito, majoritariamente, por determinação legal ou por requisição da própria comunidade, mas nunca como resultante de ação planejada pelos equipamentos da assistência social. A presença do assistente social nas comunidades quilombolas apenas quando solicitada é uma realidade de abrangência nacional, conforme foi identificado pelo Censo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS, 2017). O Censo destacou que, em 35% dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), os profissionais só realizaram atendimento à população quilombola porque os usuários desse segmento social deslocavam-se até uma unidade do SUAS. Nas comunidades por nós estudadas, tais deslocamentos podem chegar a 40 ou 50 quilômetros e custam caro, principalmente para os moradores de quilombos que não dispõem de transporte público e estão

localizados em territórios distantes dos centros urbanos. Isso dificulta sobremaneira o acesso aos serviços e benefícios assistenciais.

Segundo os participantes dos grupos focais, mesmo após esse longo deslocamento, ainda há o risco de que os sistemas eletrônicos, como a plataforma de cadastramento do CadÚnico, estejam fora do ar, bem como a probabilidade de que o assistente social esteja em capacitação ou mesmo de que o atendimento ao público tenha mudado de dia ou de horário. Soma-se a tudo isso a demora no atendimento.

Das oito comunidades estudadas, conforme foi indicado pelos entrevistados, apenas duas contam com a oferta de atividades ofertadas por um CRAS fora das escolas, como oficinas de artesanato e de capoeira. Em Salineiro, Marques, Santa Cruz, Carneiro, Água Preta de Baixo e Água Preta de Cima, os adolescentes e jovens não participam de atividade alguma que aconteça fora da escola. Em função disso, os que desejam participar de alguma atividade extraescolar precisam se deslocar para a zona urbana dos municípios e passar alguns dias no local, o que é algo bastante oneroso para o já exíguo orçamento familiar. Inclusive, vale salientar que nas comunidades citadas não existe a oferta de medidas socioeducativas, o que constitui um problema de monta, que permanece quase intocado.

Em Santa Cruz, ainda segundo os participantes dos grupos focais, os moradores participaram de um curso de fazer doces, ofertado pela Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais (Utramig), em parceria com a Secretaria de Assistência Social do município de Ouro Verde de Minas. A ação ocorreu por causa da força política de uma das lideranças quilombolas do local. Pode-se inferir, a partir dos relatos coletados, que esta e outras ações similares têm a sua eficácia reduzida pela constante impossibilidade, por parte dos usuários, de transitar da esfera da aprendizagem de uma nova habilidade para a da geração de renda. Sobre isso, vale a pena ler o relato de uma aluna do curso em questão. Ela afirma o seguinte:

Só faz de graça, mesmo. Eu só faço para casa mesmo, porque, às vezes, tem um custo, né? Mas, às vezes, não tem condições de, depois do curso [...]. A gente aprende muita coisa nesses cursos [...], mas, às vezes, passa o curso e não tem condições de comprar [...] os materiais para poder continuar os trabalhos da gente. Às vezes, pode até fazer o grupo nas conversas, na hora que está fazendo o curso de fazer o grupo, juntar aquele grupo que

está fazendo o curso, para podermos trabalhar juntos. Mas como a gente não tem a condição, acaba que nada.

De acordo com os moradores dos quilombos, as atividades são ofertadas quase sempre para a população urbana. Caso eles queiram participar, precisam se deslocar até o município, o que é inviável para uma grande parte deles.

Já São Julião (em Teófilo Otoni) e a Comunidade dos Ferreiras (em Pescador) são contemplados com artesanato e capoeira, que configuram atividades extraescolares para os adolescentes e jovens locais. Contudo, em São Julião, a ação não foi fruto do trabalho de nenhum órgão estatal, mas sim da própria comunidade.

Na Comunidade dos Ferreiras, a oferta das oficinas ocorreu por iniciativa do CRAS. Entretanto, não contou com uma análise sobre qual seria seu objetivo na comunidade em questão. É importante destacar que as oficinas socioeducativas são relevantes. Contudo, conforme destacam Míoto e Lima (2009), suas implicações e seus objetivos precisam ser discutidos de acordo com cada contexto. Não basta fazer. É preciso desenvolver com qualidade e garantia de geração de algum grau de emancipação. Igualmente, é necessário que haja participação popular no processo de formulação e implementação das ações, mesmo que isso desacelere o processo e venha a resultar em mais trabalho, tempo e dedicação.

A imprescindibilidade de projetarmos iniciativas que dialoguem com os usuários, reiterando os princípios da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (2004), de garantir a autonomia dos sujeitos e envolvê-los nas tomadas de decisões, é um dado inquestionável quando visto à luz de uma perspectiva mais progressista da Política de Assistência Social. Infelizmente, os dados coletados para esta pesquisa reafirmam o diagnóstico realizado pelo Censo do SUAS (2017), no qual fica claro que a Política de Assistência Social nas comunidades quilombolas se concretiza com baixo ou nenhum componente de participação social. Assim, podemos dizer que, com efeito, algumas ações são de fato executadas, mas elas se dão de forma limitada e com um pequeno ou nulo engajamento na sua formulação por parte dos usuários aos quais elas se destinam.

Estes exemplos apontam para a existência de um cenário no qual a garantia de direitos dos remanescentes de quilombos caminha a passos muito lentos. Isso ocorre mesmo: (I) com o reconhecimento, do segmento aqui estudado, como sujeito de direitos, conforme define

a Constituição de 1988; (II) com o que estabelece a PNAS (2004), que salienta a necessidade de dar visibilidade aos grupos socialmente e historicamente excluídos; e (III) com as deliberações da V Conferência Nacional de Assistência Social (2005), que indicaram a necessidade de expandir a proteção básica e especial para grupos marginalizados como quilombolas, indígenas e a população em situação de rua.

Estamos atualmente presenciando um retrocesso na materialização das determinações legais que foram extremamente inovadoras quando da sua inserção no âmbito da proteção social no Brasil. Podemos considerá-las inovadoras porque reconheceram os quilombolas como um grupo social que foi tido como inexistente durante longos períodos, mesmo no pós-escravidão. Contudo, as mesmas inovações perderam sua força, ao não transitarem da esfera da inovação jurídica para o domínio das práticas cotidianas concretas.

Por isso, um morador de São Julião frisa:

Muitas vezes, no governo, [...], nós, da classe pobre e da classe negra, somos excluídos e, quando chega à secretaria qualquer outra, alguém acha que é porque está sentado, aposentado, com a gravata no pescoço, muitas vezes, não quer ver as pessoas (MORADOR DA COMUNIDADE DE SÃO JULIÃO, 2020).

É fato que os quilombolas se tornaram sujeitos de direitos; porém, de um direito restrito e que nem sempre pode ser acionado: um direito de preto e para preto – assim como políticas de pobre para pobre –, pois esse grupo carrega no corpo a marca do “pecado original”. Marca esta tão representativa do Brasil que agrega estigmas que são legitimados tanto por um Estado neoconservador racista quanto por uma população racista e preconceituosa, aqui incluídos os profissionais que deveriam lutar contra os preconceitos vigentes.

O sentimento de desprezo é geral entre os moradores de todas as comunidades estudadas, sentimento este que eles exemplificam com o grande descaso na hora do atendimento. Para o morador de Marques, o descaso referido tem uma razão de ser:

Eu acho que isso é falta de interesse, porque a gente é de uma família desclassificada. Nosso motivo é diferente.

Tem realidades para uns e para outros e falta um pouco de bom senso. Nem todos têm bom senso. Por isso, nós estamos quase que desclassificados, porque os nossos direitos não estão sendo muito bem usados, está entendendo?! (MORADOR DA COMUNIDADE DE MARQUES, 2020).

Complementando as ponderações do morador de Marques, um entrevistado de Água Preta de Baixo ressalta que as ações sociais da assistência social “só beneficiam os de lá, só os da cidade”. A separação entre a cidade e o campo é um fato histórico e acarreta estigmatizações para a população rural, além de criar uma linha imaginária que separa os dois espaços. Isso tem levado à reprodução da diferenciação e da discriminação na elaboração e na implementação das políticas estatais para as distintas populações.

A ocorrência de muitas inconclusões dos atendimentos e dos encaminhamentos para os quilombolas faz com que os seus problemas mais simples não sejam resolvidos e com que esse segmento seja invisibilizado duplamente: primeiro, pelo SUAS, que já não considera sua identidade quando passa pela triagem; segundo, quando têm seus problemas minimizados ou desconsiderados, vendo outras demandas corriqueiras do dia a dia de outros usuários serem priorizadas em detrimento de suas necessidades. É o caso, por exemplo, do morador da Comunidade dos Ferreiras, que não conseguiu receber o auxílio eventual da cesta básica, conforme o exposto a seguir.

Deixa eu te falar: [...] pelo menos o meu não foi resolvido, não, porque eu tive câncer, eu fiz a cirurgia. Então, essa menina aí, a Geralda, ela mandou fazer um papel para a feira vir para mim direto, né? No fim, eu fiz o papel e, até hoje, nada. Eu estava passando falta, eu não podia trabalhar. Eu estava deitado, em cima da cama, porque eu fiz cirurgia no estômago. Então, ela ficou de mandar essa feira para mim e não mandou. Eu não passei fome porque, graças a Deus, o povo me ajudou, mas por causa do povo, dela não (MORADOR DA COMUNIDADE DOS FERREIRAS, 2020).

Relatos como este corroboram o diagnóstico de Yazbek (2001, p. 37), segundo o qual, infelizmente, a política social no Brasil vem se caracterizando pelo

reforço de traços de improvisação e inoperância, pelo funcionamento ambíguo e por sua impotência na universalização do acesso aos serviços dela derivados. Permanecem políticas casuísticas fragmentadas, sem regras estáveis e operando em redes públicas obsoletas e deterioradas.

Essa é a realidade predominante quando analisamos as situações das comunidades quilombolas e a precária operacionalização da Política de Assistência Social junto a tais comunidades. Apesar de tudo isso, não é possível deixar de mencionar que todos os grupos focais fizeram referência à presença da Secretaria de Assistência Social na realização do cadastramento ou na atualização do CadÚnico e na viabilização do acesso ao programa Bolsa Família, mesmo que isso ocorra na forma de mutirões e de dois em dois anos.

É ainda digno de nota que, mesmo com a ausência das visitas dos assistentes sociais, os moradores ressaltam a importância desse profissional. Compreendem que ele é capaz de proporcionar um atendimento mais particularizado das necessidades das comunidades, uma vez que

ela [a profissional de assistência social] vai saber os problemas de cada um na origem. Dentro da origem, ela vai saber. E, às vezes, ela vindo aqui, não vai encontrar só um problema que foi levado para ela, [pois] ela vai enxergar outros problemas (MORADOR DE MARQUES, 2020).

Essa é uma das razões pelas quais, para os moradores de Marques, um CRAS local iria contribuir para o desenvolvimento da comunidade. Perspectiva diferente foi encontrada entre os entrevistados dos quilombos Ferreiras e Água Preta de Baixo, os quais acreditam que a presença do CRAS não é necessária, podendo ser substituída por visitas constantes de um assistente social ou por um atendimento mais eficaz. Segundo eles, as comunidades são pequenas e a criação de um CRAS nesses locais seria um gasto desnecessário, uma vez que a questão pode ser resolvida com a aproximação dos profissionais do centro com os quilombos. Ainda segundo os moradores do quilombo Marques, ter o CRAS ou a visita do assistente social só para cumprir uma formalidade não faz muita diferença, uma vez que o que importa é uma intervenção efetiva do órgão ou do profissional. O distanciamento

do CRAS com os quilombos faz com que o conjunto dos entrevistados sinta que os serviços ofertados pelo centro não atendem plenamente às suas necessidades.

Das oito comunidades pesquisadas, quatro tiveram alguém da família que foi atendido pelo CRAS, seja para conseguir a carteirinha de idoso, seja para recorrer a algum benefício eventual ou para fazer o cadastro no CadÚnico ou para conseguir o Bolsa Família ou, ainda, para resolver situações relacionadas a saúde, educação, habitação ou assistência técnica rural. O CRAS é, para todas as comunidades, a porta e a janela de entrada para a busca de garantias de direitos, mesmo para situações que não são atribuições dos profissionais que atuam no centro. Porém, sozinho, o órgão não é suficiente para atender às demandas que lhe são apresentadas, seja pela carência de profissionais, seja pela ausência de transporte e de recursos para desenvolver as atividades a que se propõem e lidar com os problemas apresentados pelas comunidades quilombolas.

Além disso, devemos ressaltar que a rede de proteção é falha e, na prática, não funciona, pois grande parte dos órgãos públicos pouco consegue dialogar e se articular. A fragilidade na articulação se deve à burocratização do sistema, à carência de bases locais dos órgãos existentes, ao conflito de interesses políticos e à arrogância profissional, principalmente na área da saúde, entre outras questões.

Essa realidade repercute na (in)capacidade do SUAS de responder adequadamente aos dilemas de expressivos segmentos populacionais, como é o caso das comunidades quilombolas. Também amplia a descrença de que alguma solução pode ser realizada por meio do Estado, seja via CRAS, CREAS, Conselho Tutelar ou qualquer outra instituição. Daí não serem surpreendentes falas como a seguinte: “resolve nada, não. O CRAS não resolve nada, não. Colocando a água, para nós, está bom!” (MORADOR DA COMUNIDADE DOS FERREIRAS, 2020). Apesar de tudo isso, é pela via da assistência social que os quilombolas visualizam a possibilidade de conseguir alguma ação que mitigue os seus inúmeros problemas. Mesmo muitos não sabendo exatamente o que faz um CRAS, eles acreditam que o centro pode vir a propiciar melhorias na condição de vida e melhores oportunidades de existência para as suas comunidades, principalmente para os seus moradores mais jovens e idosos.

A despeito da precarização do CRAS, parte dos entrevistados diz que o atendimento nem sempre é ruim, ainda que, muitas vezes, o tempo de espera para conseguir um benefício ou até mesmo atualizar informações seja extremamente longo. Os que ponderaram sobre o mau atendimento relacionam-no ao tempo de espera para ser atendido e ao despreparo dos profissionais para lidar com as suas demandas. Igualmente, ressaltam a interferência nefasta do apadrinhamento político na hora do atendimento, o que, sendo uma realidade constante, inibe a adequada implementação de políticas públicas e a garantia de direitos. Além disso, faz com que tais políticas sejam cada vez mais modeladas pelo favoritismo. Concretiza-se com isso, assim, o diagnóstico de Yamamoto (2015, p. 199), para quem

na sociedade brasileira, marcada por suas heranças do passado – uma sociedade que se construiu ao revés do imaginário igualitário da modernidade, como o já salientado –, a descoberta dos direitos convive com a sua recusa, com a violência cotidiana, perpassando as relações sociais, repondo privilégios e novas discriminações, conformando, hoje, o que alguns qualificam de “apartação social”.

De acordo com os dados reproduzidos dos grupos focais realizados, foi possível identificar que, em todas as comunidades, o sindicato rural é a instituição mais demandada pelos sujeitos pesquisados para acessar qualquer tipo de auxílio, tanto monetário quanto afetivo. O sindicato auxilia no acesso aos programas e às políticas sociais, assim como na mediação de conflitos conjugais. Ele é o órgão que mais facilita o acesso da população às políticas sociais, em especial aos programas de transferência de renda. Isso inclui a maioria da população idosa que recebe aposentadoria especial. Cabe destacar que o Benefício de Prestação Continuada (BPC) é pouco acessado nos territórios analisados, o que deve ser objeto de maior atenção dos operadores da Política de Assistência Social.

Em Salineiro, Marques, Água Preta de Cima, Santa Cruz, Carneiro e São Julião, as pessoas idosas recebem aposentadoria especial e as pessoas com deficiência que precisam de algum cuidado especial também são contempladas com a aposentadoria rural, por já serem idosas. Os poucos BPC por invalidez recebidos são acionados por famílias

com crianças ou adolescentes deficientes. No quilombo de Santa Cruz, um participante do grupo focal ressalta: “O Loas, o BPC atende mais às pessoas que moram na cidade”, o que corrobora o diagnóstico já feito de que as políticas públicas têm maior alcance em zonas urbanas.

Na Comunidade dos Ferreiras, os participantes não conseguiram identificar beneficiário algum do BPC, sendo que os idosos são aposentados pela aposentadoria especial e nenhum caso de BPC por invalidez foi relatado, seja por desconhecimento, seja por inexistência de acesso ao benefício. Em contrapartida, o quilombo Água Preta de Baixo tem usuários idosos e inválidos que recebem o BPC. A cobertura maior em todas as comunidades, todavia, é mesmo a realizada pela aposentadoria especial.

Em resumo, podemos afirmar que o BPC é acionado nas comunidades quando se refere a questões relacionadas com a deficiência, sendo que grande parte da população rural consegue acionar a aposentadoria especial por intermédio dos sindicatos rurais. Tal situação pode ser justificada pela burocratização e lentidão do SUAS e do INSS (responsável pela concessão do BPC) em assegurar o acesso ao benefício. Segundo um dos moradores de Água Preta de Cima, “para adiantar, eles tiveram que pagar quase todo o tratamento, mas começou pelo CRAS [...]. Depois envolveu o sindicato, essas coisas aí, mas graças a Deus conseguiu”. A demora também é uma das razões da desmotivação dos usuários em buscar ter acesso aos benefícios e serviços da assistência social. A mesma demora induz os usuários a não demandar seus direitos e a recorrer a outros órgãos que, de acordo com a percepção deles, são mais acolhedores e eficazes.

Os dados apresentados reforçam o que dizem as diferentes edições do Censo do SUAS (2017, 2018 e 2019), as quais alertam para a necessidade do aumento do número de CRAS, de modo a se conseguir atingir as comunidades quilombolas em todo o território nacional.

A concentração de demandas em relação ao CRAS é grande, principalmente porque a presença do CREAS só ocorre em Teófilo Otoni, município onde se encontra a comunidade de São Julião. Mesmo assim, quando da realização da pesquisa, ainda, não havia nenhuma família que tivesse recebido atendimento em tal centro. De acordo com o Censo do SUAS (2019), dos CREAS ativos, apenas 10% fizeram algum atendimento a comunidades quilombolas e 57,6% nunca

fizeram atendimento algum. O censo informa ainda que apenas 0,3% dos CREAS localizavam-se na zona rural, território em que grande parte das comunidades quilombolas está localizada.

Acreditamos que esses números são suficientes para justificar a falta de informações do nosso estudo sobre a proteção social especial nas zonas rurais. Eles também dão suporte às nossas afirmações sobre as lacunas existentes no desenho da Política de Assistência Social no mundo rural. Ter em mente esse diagnóstico é importante, porque no mundo rural há demandas significativas que carecem de atenção da proteção social especial, entre outras razões, por ser um lugar com grande manifestação de um culturalismo conservador e extremamente machista. Além disso, reafirmamos que os reflexos da questão social também estão presentes no campo e afetam diversas famílias todos os dias, seja pela manifestação do trabalho escravo, seja por outras questões, como a violência doméstica e o estupro.

As precárias condições de sobrevivência das famílias quilombolas são claramente perceptíveis. A reduzida renda *percapita* das famílias e a ausência de trabalho formal remunerado são indicadores que caracterizam os remanescentes de quilombo como usuários em potencial do programa Bolsa Família. Tais dados foram comprovados nas comunidades estudadas, uma vez que grande parte dos núcleos familiares recebe o auxílio financeiro do programa e os poucos que não conseguiram acessá-lo não o fizeram devido ao fato de que não se enquadram nas exigências estabelecidas. Por exemplo, a situação de famílias compostas por quatro membros, sendo que dois recebem aposentadoria rural, faz com que a renda individual de cada pessoa do grupo seja de meio salário mínimo, ou seja, superior a R\$ 70,00 mensais – mesmo que os outros dois indivíduos sejam crianças ou adolescentes entre zero e 17 anos. Por isso, a renda individual supera R\$ 120,00, o que, para fins de inserção no programa, conflita com o que determina a Lei nº 10.836/2004.

A maneira como essas famílias souberam da existência do programa varia de comunidade para comunidade. Em Salineiro, os moradores ficaram sabendo por meio da prefeitura e da presidente da associação quilombola. Já na comunidade de Carneiro, a informação foi obtida junto aos professores da rede municipal e ao agente de saúde, que também é o mediador na comunidade de Santa Cruz. Nos quilombos de São Julião e Água Preta de Baixo, o grande veículo de informação

foi o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Segundo o participante do grupo focal de São Julião,

[...] em questão das informações de direitos, a gente tem muito, assim, informação não clara de como funcionam esses direitos, mas as informações chegam, né? De uma forma ou de outra, ela chega para as pessoas em São Julião. Só que a gente, às vezes, não sabe como fazer para acessar esses direitos. A gente tem essa dificuldade. Qual a porta a se bater para ser atendido (MORADOR DA COMUNIDADE DE SÃO JULIÃO, 2020).

Outro meio de divulgação do programa foi a televisão. De acordo com os moradores de Ferreiras e São Julião, foi por meio dela que eles ficaram sabendo do Bolsa Família e por divulgação da prefeitura, quando o referido programa ainda era o Bolsa Escola. Segundo uma moradora de Carneiro (2020), a informação sobre os programas de transferência de renda chegou “através dos professores, e isso foi em 1998. [...] Chamava Bolsa Escola e hoje chama Bolsa Família”.

Embora o acesso ao programa venha se dando, são comuns entre os moradores de todas as comunidades o bloqueio e o corte do benefício em decorrência da não atualização dos dados junto ao CadÚnico, por causa do acesso à aposentadoria ou devido à inserção de algum membro no mercado de trabalho formal. É possível identificar casos em que a renda auferida do trabalho formal é superior, em centavos, à renda *per capita* estabelecida pelos critérios do programa, o que constitui um fator de exclusão. Tendo isso em mente, consideramos que é necessário ponderar sobre as diversas situações nas quais vivem as famílias brasileiras para ser possível redesenhar uma nova proposta de programas de transferência de renda que considerem os contextos históricos e atuais em que grande parte dos pobres brasileiros se encontra. A variável de renda *per capita*, da forma como vem sendo utilizada, precisa ser revista, de modo a abarcar as diferentes situações sociais nas quais é aplicada.

O cumprimento das condicionalidades é um requisito primordial para a permanência como beneficiário do programa Bolsa Família. Contudo, o mesmo cumprimento também constitui uma barreira que muitas vezes inviabiliza o acesso a tal programa, pois se pressupõe que todos têm as mesmas condições de executar determinadas ações.

Desconsideram-se as maiores mazelas e dificuldades, por exemplo, da população rural, dos povos tradicionais e dos moradores das favelas. É fato que as famílias quilombolas beneficiárias estão atentas ao cumprimento das condicionalidades e buscam mantê-las em dia para evitar um possível bloqueio ou até mesmo o desligamento do programa. Essa atenção se deve ao fato de que, muitas vezes, os pagamentos do programa são a única renda que o grupo familiar tem. Consequentemente, perdê-los seria agravar ainda mais a situação de vulnerabilidade em que a família vive.

De modo a avançar na discussão, vale dizer que os empecilhos para o cumprimento das condicionalidades são diversos. Para os moradores das comunidades quilombolas, em particular, cumpri-las é sempre difícil, por conta de fatores como: (I) as dificuldades de transporte da zona rural para a cidade; (II) apereciade das estradas; (III) a carência de transporte escolar; (IV) as dificuldades de deslocamento da comunidade até o município mais próximo para a pesagem das crianças nos postos de saúde; (V) a efetivação da vacinação; (VI) a frequência regular à escola; e (VII) o acesso aos CRAS. Sobre isso, uma moradora de Salineiro destaca: “Quando chama para pesar, se estiver chovendo, não tem como levar as crianças”. Para um morador do quilombo de Marques, o cumprimento “não é difícil, não, desde que não chovesse muito, para os meninos conseguir ir para a aula [...]”. A beneficiária de Ferreiras relata: “Fácil, fácil não é, não! Mas tem que ir, né? Fazer o quê?”. A fala da moradora está relacionada à condicionalidade da saúde, uma vez que a pesagem e a vacinação são feitas na zona urbana do município de Carlos Chagas.

As dificuldades para o cumprimento das condicionalidades impostas pelo programa são inúmeras e quase sempre atreladas às áreas de saúde e de educação. Esse cenário se repete em todas as comunidades. Porém, os moradores acreditam que o cumprimento delas é necessário, mesmo que não existissem exigências nesse sentido. Para Monnerat *et al.* (2007), essas exigências, ao mesmo tempo em que têm potencial de pressionar o acesso aos serviços de educação, saúde e assistência, também se apresentam como uma obrigação a ser cumprida pelo usuário, conforme podemos perceber nas falas dos sujeitos da nossa pesquisa. Conforme expõem Silva e Carloto (2015, p. 4), “o cumprimento das condicionalidades é mais complicado para as famílias em situação de extrema vulnerabilidade, pois são famílias cujo vínculo com a

formalidade e a institucionalidade é mais frágil”. Nessas condições, as autoras enfatizam que o acesso aos direitos expostos na Constituição de 1988 está longe de se tornar realidade, uma vez que muitas famílias encontram obstáculos para acessá-los, como é o caso das comunidades quilombolas estudadas.

Em que pesem todos os entraves existentes para acessá-lo, o programa Bolsa Família ainda representa um marco significativo de política redistributiva. Sabemos que ele isoladamente não conseguirá eliminar a pobreza e a vulnerabilidade das famílias brasileiras, mas contribui, mesmo que minimamente, para a garantia da sobrevivência de muitos grupos, como os quilombolas. Isso ocorre pois, mesmo continuando pobres, muitas famílias encontram no programa uma fonte de sustento, assim como uma possibilidade de empoderamento feminino, decorrente da responsabilidade, atribuída às mulheres, de administrar o dinheiro recebido. Para uma moradora de São Julião, o programa “ajuda, já ajudou e antes ajudava muito mais”. Ela complementou, dizendo o seguinte:

Era pouco e ajudava, porque o pessoal não tinha renda nenhuma. Só quem era aposentado que tinha que dividir o salário ou quem trabalhava e tinha um salário tinha que dividir com toda a comunidade uma feirinha. Ia até a cidade, fazia uma feira e dividia, para dar uma “xicarazinha” para ajudar no crescimento do lugar. Hoje, todo mundo consegue o Bolsa Família, pouco ou muito, mas consegue (MORADORA DA COMUNIDADE DE SÃO JULIÃO, 2020).

Nos quilombos de Santa Cruz, Ferreiras e Água Preta de Baixo, a percepção não é diferente. Todos concordam com o fato de que o auxílio financeiro do programa ajuda muito. Um dos participantes do grupo focal, realizado em Ferreiras, expõe:

Para mim, ajudou, porque às vezes, assim: você vai receber o Bolsa Família e aí na sua casa está faltando muita coisa. Aí, você vai e compra. Você recebe o dinheiro e compra aquilo, entendeu? Quando você não recebia o Bolsa Família, você ia na rua e não podia trazer um pão para os seus filhos. Hoje em dia, você pode trazer, porque você recebe e pode comprar (MORADOR DA COMUNIDADE DOS FERREIRAS, 2020).

Segundo um outro membro da mesma comunidade, o recurso ajuda a “comprar uniforme, comprar caderno [...]. Se eles falam assim: ‘eu quero esse caderno’, você pode dar a eles, porque antes tinha que levar aquele caderninho molinho, aquele trem”.

Para ser sincera, a maioria da... eu digo assim, daqui da comunidade, se não fosse esse Bolsa Família, a maioria tinha passado fome. Na zona rural, o negócio aqui, todo mundo com dez anos, o negócio é o cabo da enxada. Se não fosse o Bolsa Família, muita gente tinha passado fome (MORADORA DE SALINEIRO, 2020).

Mesmo com a suspensão do benefício, os moradores que foram contemplados conseguem identificar as contribuições desse programa de transferência de renda. Uma moradora de Marques (2020) destaca:

[...] hoje, eu já não recebo mais, mas eu recebi mais ou menos uns oito anos o Bolsa Família, quando minhas crianças eram pequenas e eu também não tinha renda familiar nenhuma, não trabalhava, era só dona de casa. E, durante esses oito anos, me ajudou muito... tanto no leite, nos remédios, no material escolar, eu comprava tudo com o Bolsa Família. [...] O Bolsa Família me ajudava muito nessa parte, me ajudava tanto que até aniversário da criança eu fazia com o Bolsa Família. Então, me ajudava muito (MORADORA DA COMUNIDADE DE MARQUES, 2020).

Como podemos observar, o programa tem ou teve grande relevância na vida dos seus usuários, possibilitando-lhes uma melhoria de vida, mesmo que restrita. “Porque, antes, a dificuldade era demais. Parecia que nós éramos escravos de tanto sofrimento” (MORADOR DE CARNEIRO, 2020). Para um morador de Água Preta de Cima, o programa ajuda na sobrevivência de muitas famílias. Ela expõe: “Eu mesma, quando era criança, minha mãe recebia. Nós sobrevivíamos disso. Porque era a única renda. Porque ela trabalhava como lavradora. O que [ela] colhia na roça a gente comia. E o que precisasse comprar era com o Bolsa Família”.

A melhoria se materializa em mudanças pequenas, mas que repercutem positivamente na vida de determinados segmentos da sociedade

brasileira, principalmente dos que habitam em zonas rurais, onde há uma invisibilidade ainda maior da população pobre, a exemplo dos moradores de quilombos. Por isso, a fala de um morador de Carneiro é tão emblemática, pois ela explica o porquê da importância do Bolsa Família em uma sociedade marcada pela desigualdade e que ainda insiste em falar de meritocracia. Esse morador afirma que o auxílio ajuda,

[...] porque, às vezes, os meninos quebravam um chinelo e a gente não podia comprar o chinelo. Não tinha um chinelo nem para vir para a aula. Não tinha um creme para pentear o cabelo. Hoje, com o Bolsa Família, já pode comprar uma coisinha para o menino merendar de manhã, uma carinha. Não é todo dia que pode, mas de vez em quando tem uma carinha para o menino comer. Melhorou muito, 100%, com o Bolsa Família. Ajuda muito para quem tem ela (MORADOR DA COMUNIDADE DE CARNEIRO, 2020).

Diante de todos os relatos dos usuários, podemos considerar a necessidade de uma política de assistência social operante e eficaz que considere e reafirme as diversas identidades existentes, as quais só foram acionadas porque são significativas para os sujeitos que as incorporam e fazem parte de um processo de empoderamento e de emancipação que precisa ser considerado pelos elaboradores, gestores e implementadores das políticas sociais. Por isso, devemos realizar um processo de reflexão e nos questionar se, como profissionais que atuam na garantia de direitos, estamos realmente atuando em prol dos oprimidos ou a favor do opressor. Devemos também nos questionar se, no afã de privilegiarmos a “totalidade”, não estamos excluindo a perspectiva de valorização da diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política de Assistência Social nem sempre vem sendo desenhada de acordo com cada contexto histórico, político e econômico em que irá ser operacionalizada. Ela também sofre influências dos gestores e implementadores, que acabam por conduzir a sua implementação de acordo com uma série de fatores conservadores (visão de mundo, valores morais, éticos e políticos), que podem afetar, direta ou indiretamente, o

acesso dos potenciais usuários do Sistema Único de Assistência Social. É nessa dinâmica que se dá o obscurecimento de segmentos sociais com baixo poder de vocalização das suas demandas, a exemplo dos quilombolas.

Os dados do nosso estudo mostram um processo de invisibilização das comunidades quilombolas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, o que pode ser identificado na ausência de equipamentos instalados em seus territórios e na não criação de mecanismos institucionais que facilitem o acesso dessas comunidades aos serviços e benefícios da PNAS. Não que sua existência não seja identificada, mas, dito de outra maneira, isso não se traduz em formas de atendimento perene, materializadas em visitas constantes por agentes operacionalizadores da Política de Assistência Social, a exemplo dos assistentes sociais e psicólogos.

Isso, a seu turno, gera um sentimento de menos-valia entre os sujeitos da pesquisa, sentimento este que é acentuado pelo péssimo atendimento nos principais equipamentos do SUAS. O mau atendimento é constituído, entre outros indicadores, pela demora em ser recebido nos equipamentos e mesmo pela falta de urbanidade com que o público é tratado.

Apesar disso, não se pode deixar de observar que os programas e benefícios da Política Nacional de Assistência Social são úteis, de diferentes maneiras, para muitos membros das comunidades quilombolas pesquisadas. Conforme dito anteriormente, os recursos oriundos dos programas de transferência de renda ligados à PNAS, principalmente o programa Bolsa Família, têm tido a capacidade de suprir necessidades elementares, as quais, sem eles, poderiam agravar o quadro de vulnerabilidade, aí incluída a insegurança alimentar em que se encontram os quilombolas.

Em relação aos programas em questão, vale mais uma vez destacar o pouco acesso ao Benefício de Prestação Continuada. Dada a pobreza em que vivem os moradores dos quilombos, assim como suas dificuldades de inserção no mercado formal de trabalho e o número de idosos e de pessoas com deficiência que lá habitam, não é incorreto deduzir que o BPC deveria estar beneficiando um contingente maior de pessoas. Isso nos impele a indicar a necessidade da realização de estudos diagnósticos que apontem os gargalos institucionais que impedem um maior acesso a esse benefício.

Somam-se a isso as dificuldades referidas pelos sujeitos da pesquisa em se beneficiarem dos serviços ofertados pelos CRAS e pelos CREAS. Sem dúvida, como vem sendo apontado pela literatura da área, o SUAS, com idas e vindas, tem aumentado a sua função de inclusão de pessoas em benefícios, mas em detrimento da prestação de serviços socioassistenciais. Apesar da justeza desse diagnóstico, tais serviços existem e podem funcionar como vetor de melhoria da vida da população quilombola.

Diante de todos os relatos dos usuários, podemos considerar a necessidade de uma política de assistência social mais operante e eficaz que considere e reafirme as diversas identidades existentes, a exemplo da “identidade quilombola”. Identidades estas que foram acionadas porque são significativas para os sujeitos que as incorporam e fazem parte de um processo de empoderamento e de emancipação que precisa ser considerado pelos elaboradores, gestores e implementadores das políticas sociais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Censo SUAS 2017** – Resultados Nacionais, Centros de Referência Especializados de Assistência Social, CREAS. Brasília, Coordenação-Geral de Planejamento e Vigilância Socioassistencial. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social. Maio, 2018.

_____. **Censo SUAS 2018** – Resultados Nacionais, Centro de Referência da Assistência Social, CRAS. Brasília, Coordenação-Geral de Planejamento e Vigilância Socioassistencial. Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério da Cidadania. Março, 2019.

_____. **Censo SUAS 2019** – Resultados Nacionais, Centro de Referência da Assistência Social, CRAS. Brasília, Coordenação-Geral de Planejamento e Vigilância Socioassistencial. Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério da Cidadania. Agosto, 2020.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

_____. **Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004.** Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm>. Acesso em: 19 nov. 2019.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Comunidades Remanescentes de Quilombo (CRQs).** Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2023. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/comunidades-remanescentes--de-quilombos-crqs>>. Acesso em: 12 jul. 2023.

JORGE, A. L. **O Processo de Construção da Questão Quilombola: Discursos em Disputas.** Rio de Janeiro: Gramma, 2016.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social na Contemporaneidade.** São Paulo: Cortez, 26ª ed., 2015.

MIOTO, R. C. T.; DE LIMA, T. C. S. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo. **Revista Textos & Contextos:** Porto Alegre, v. 8, nº 1, p. 22-48, jan./jun., 2009. Disponível em: <revistas.eletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/.../4126>. Acesso em: 18 nov. 2021.

MONNERAT, G. L. et al. Do direito incondicional à condicionalidade do direito: as contrapartidas do Programa Bolsa Família. **Ciência & Saúde Coletiva,** Rio de Janeiro, v. 12, nº 6, p. 1453-1462, 2007.

SILVA, T. C. da S.; CARLOTO, C. M. Condicionais do programa Bolsa Família: fatores relacionados ao descumprimento. **Anais do I Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social:** desafios contemporâneos. Londrina: UEL, 2015.

SOUZA, S. C.; BRANDÃO, A. A. P. (2021). **Assistência social e as comunidades quilombolas do Brasil.** *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, 20(1), e38226. Disponível em: <<https://doi.org/10.15448/1677-9509.2021.1.38226>>. Acesso em: 9 nov. 2023.

YAZBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social. **Revista Temporalis,** ABEPSS, ano III, jan.-jun. de 2001, nº 3, p. 33-40.

SER Social

SEXUALIDADES, LUTAS E DIREITOS
DA POPULAÇÃO LGBTQIA+

Brasília (DF), v. 26, nº 54, de janeiro a junho de 2024

Representações Sociais do PNAE sob a ótica dos executores e agricultores familiares: um estudo de caso do município de Coimbra (MG)

*Social Representations of PNAE from the perspective of executors and
family farmers: a case study in the city of Coimbra (MG)*

*Representaciones Sociales del PNAE desde la perspectiva de ejecutores y
agricultores familiares: un estudio de caso en la ciudad de Coimbra (MG)*

Rosária Cal Bastos¹

<https://orcid.org/0000-0002-8233-8122>

Maria das Dores Saraiva de Loreto²

<https://orcid.org/0000-0001-7418-2669>

Amélia Carla Sobrinho Bifano³

<https://orcid.org/0000-0001-6309-6634>

Sheila Maria Doula⁴

<https://orcid.org/0000-0003-0310-9055>

1 Administradora. Mestre em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa. Graduada em Administração pela Faculdade Estácio de Sá. Especialista em Gestão de Pessoas pela Faculdade do Noroeste de Minas Gerais (FINOM). Assistente administrativa pela Universidade Federal de Viçosa. *E-mail*: <rosaria.bastos@ufv.br>. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/7411461164752982>>.

2 Professora titular pela Universidade Federal de Viçosa. Doutora em Economia Rural pela Universidade Federal de Viçosa. Graduação em Economia Doméstica e em Ciências Econômicas. *E-mail*: <mdora@ufv.br>. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/6833406073308098>>.

3 Professora associada da Universidade Federal de Viçosa. Doutorado em Engenharia de Produção. Graduação em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa. Mestrado em Engenharia de Produção pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). *E-mail*: <abifano@ufv.br>. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/6205029941313302>>.

4 Professora associada da Universidade Federal de Viçosa. Pós-Doutorado no Programa Postdoctoral de Investigación em Ciencias Sociales, Niñez y Juventud do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLAC-SO). Doutora e mestre em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo. *E-mail*: <sheila@ufv.br>. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/7494420896589436>>.

Recebido em: 25/03/2021

Aprovado em: 03/03/2022

Resumo: Foram analisadas neste artigo as Representações Sociais (RS) dos atores sociais envolvidos na implementação e consolidação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Coimbra (MG), por meio de pesquisa qualitativa, fundamentada na Teoria das Representações Sociais (TRS), mediante entrevista semiestruturada e teste de associação livre de palavras. Os resultados identificaram que as RS do PNAE foram externalizadas como uma política que tem proporcionado benefícios socioeconômicos aos agricultores familiares e estimulado a integração das relações institucionais, por meio da rede social, da gestão e da operacionalização do PNAE, com ênfase na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (EMATER). Entretanto, constatou-se que o programa, em sua dinâmica, enfrenta dificuldades econômicas, políticas e sociais, associadas ao seu funcionamento no período da pandemia, devido à descontinuidade de suas ações. Conclui-se que as RS sobre determinado objeto dependem da relação entre o sujeito e a sociedade, com seus valores e saberes, considerando-se a realidade vivenciada em cada tempo e lugar.

Palavras-chave: PNAE; agricultura familiar; pandemia; Representações Sociais.

Abstract: In this article, the Social Representations (RS) of the social actors involved in the implementation and consolidation of the National School Feeding Program (PNAE), in the city of Coimbra (MG), were analyzed through qualitative research based on the Theory of Social Representations (TRS) through semi-structured interview and free word association test. The results identified that the PNAE SR were externalized as a policy that has provided socioeconomic benefits to family farmers and stimulated the integration of institutional relations, through the social network, management and operationalization of the Program, with an emphasis on Technical Assistance and Rural Extension Company of the Federal District (EMATER). However, it was found that the program, in its dynamics, faces economic, political and social difficulties associated with its functioning during the pandemic period, due to the discontinuity of its actions. It is concluded that the

SR on a given object depends on the relationship between subject and society, with their values and knowledge, considering the reality experienced in each time and place.

Keywords: PNAE; family farming; pandemic; Social Representations.

Resumen: El artículo analizó las Representaciones Sociales (RS) de los actores sociales involucrados en la implementación y consolidación del Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE), en la ciudad de Coimbra (MG), a través de una investigación cualitativa basada en la Teoría de las Representaciones Sociales (TRS) a través de una entrevista semi-estructurada y prueba de asociación de palabras libre. Evidenciaron que las RS del PNAE fueron externalizadas como una política que brinda beneficios socioeconómicos a los agricultores y estimula la integración de las relaciones institucionales, la gestión y operacionalización del PNAE, con énfasis en la Empresa de Asistencia Técnica y Extensión Rural del Distrito Federal (EMATER). Sin embargo, se encontró que el programa, en su dinámica, enfrenta dificultades económicas, políticas y sociales asociadas a su funcionamiento durante el período pandémico, debido a la discontinuidad de sus acciones. Se concluye que la RS sobre un determinado objeto depende de la relación entre el sujeto y la sociedad, con sus valores y conocimientos, considerando la realidad vivida en cada tiempo y lugar.

Palabras clave: PNAE; agricultura familiar; pandemia; Representaciones Sociales.

INTRODUÇÃO

No Brasil, dentre as diversas políticas públicas que foram criadas com o intuito de oferecer mais oportunidades e proporcionar uma melhor qualidade de vida à população, surge o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conhecido historicamente como Programa da Merenda Escolar. O PNAE é um programa brasileiro de impacto, reconhecido internacionalmente e considerado o maior programa de suplementação alimentar do País, presente no cenário brasileiro há mais de 60 anos (BELIK; DE SOUZA, 2010; MARTINEZ; PINHO, 2016, p. 3).

A partir de 2009, a criação da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, permitiu a implementação de novas diretrizes ao PNAE, quando se passou a exigir que pelo menos 30% dos repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) fossem investidos, obrigatoriamente, na aquisição de produtos alimentícios comprados diretamente de agricultores familiares ou de suas organizações. Segundo Saraiva *et al.* (2013), dada a sua natureza, o PNAE é uma política social estratégica, por garantir a melhoria da alimentação escolar e o fortalecimento da agricultura familiar, seja por meio da suplementação alimentar aos alunos da rede pública de ensino, seja pela aquisição de produtos vindos da agricultura familiar local, a fim de garantir aos agricultores familiares a comercialização de sua produção por preços justos (MARQUES *et al.*, 2014).

Nesse contexto, o PNAE vem sendo consolidado no município de Coimbra, no estado de Minas Gerais, Região Sudeste do Brasil, gerando uma nova dinâmica em relação ao seu modo de gestão, que beneficia tanto a agricultura familiar, por meio das compras de sua produção local, quanto fortalece as condições de reprodução social e alimentar dos alunos da rede pública de ensino. O programa ocasiona, ainda, uma relação entre os vários atores que viabilizam a implementação do programa no município. Tais atores passam por processos distintos de formação ou construção do conceito que têm sobre o PNAE, o que é corroborado por Souza e De Loreto (2019), Nascimento *et al.* (2019), Martínez e Pinho (2016) e Gallina *et al.* (2012), quando analisam a percepção dos atores envolvidos nas políticas públicas direcionadas ao mercado institucional, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para garantir a suplementação alimentar e o fortalecimento da agricultura familiar, utilizando como base teórica as Representação Sociais (RS), discutidas por Serge Moscovici (2001) e Denise Jodelet (2001).

Entretanto, neste momento de crise vivenciado pelo mundo devido à pandemia causada pela Covid-19, questiona-se se o PNAE está conseguindo atender às questões que norteiam a sua implementação, tanto em termos de garantia da segurança alimentar e nutricional quanto de apoio aos agricultores familiares. Infere-se, portanto, que o programa pode ter sido descontinuado ou esteja funcionando parcialmente, em decorrência das restrições impostas pelo isolamento social para o enfrentamento da pandemia. Sabe-se que a precarização

do acesso à alimentação, por meio do programa, além de impactar o orçamento das famílias dos produtores rurais, também prejudica quanti e qualitativamente a alimentação dos alunos, sobretudo dos grupos mais vulneráveis.

Com base no exposto, objetivou-se, por meio deste artigo, analisar as RS dos atores envolvidos na consolidação do PNAE, considerando, especificamente, as percepções das entidades executoras e dos agricultores familiares em um município de pequeno porte: Coimbra (MG).

Os dados empíricos deste artigo são resultantes de um estudo realizado no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, que teve o objetivo de avaliar a efetividade do PNAE no município de Coimbra (BASTOS, 2017). Os dados do estudo foram complementados com informações do período da pandemia, a fim de que fossem examinados os impactos da referida crise sobre os atores envolvidos direta e indiretamente com o PNAE. Para tanto, foi utilizada como base teórica a Teoria das Representações Sociais (TRS), propagada por Moscovici (2001) e Jodelet (2001), a fim de se compreender o objeto de estudo por meio das percepções dos envolvidos.

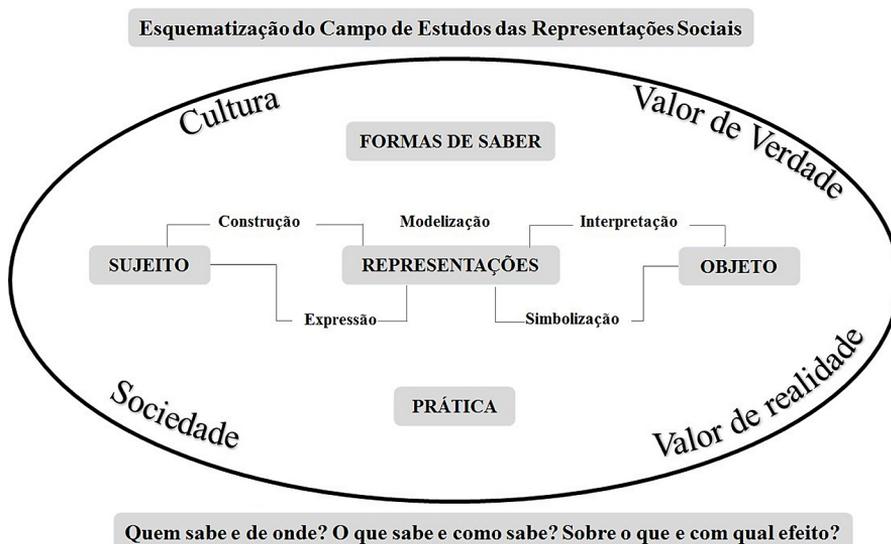
TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A priori, o conceito das Representações Sociais (RS) originou-se das ideias do psicólogo social Serge Moscovici, a partir da releitura da Teoria das Representações Coletivas, concebida por Émile Durkheim, ao enfatizar as relações entre o indivíduo e a sociedade como fatos sociais não isolados, ou seja, “como a coletividade humana, em cada tempo e em cada lugar, entende o mundo em que vive e expressa esse entendimento” (RÊSES, 2003, p. 191). Atualmente, além de Serge Moscovici, outros autores, como Jodelet (2001), Rêses (2003) e Arruda (2002), trazem relevantes contribuições às RS.

Para Moscovici (2003), as RS são constituídas por figuras e expressões/declarações socializadas, ordenando as imagens e a linguagem, que são refletidas na mente individual ou coletiva de um objeto. Para Jodelet (2001, p. 4), as RS são como “uma forma de conhecimento socialmente elaborada e compartilhada, que tem um objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”.

Segundo a referida autora, devido à complexidade dos fenômenos, as RS estão distantes de ser consideradas completas ou prontas; porém, no campo de estudo, Jodelet (2001) considera essas relações como multidimensionais, conforme é esquematizado na figura 1, que representa suas problemáticas e seus eixos de desenvolvimento.

Figura 1. Esquematização do campo de estudos das Representações Sociais



Fonte: figura elaborada pelas autoras, adaptada de estudos de Jodelet (2001).

No centro da figura 1, encontra-se o esquema das Representações Sociais, com uma forma de saber prático, ligando um sujeito a um objeto. Ou seja, ela é vislumbrada como uma representação de alguma coisa (objeto) e de alguém (sujeito). Assim, neste estudo, entendem-se como sujeitos os gestores, os apoiadores e os agricultores familiares, sendo que o objeto é o PNAE, de modo que todos terão uma incidência em relação ao significado da RS em um período de crise vivenciado pela pandemia de Covid-19.

Segundo Jodelet (2001), em uma RS, o objeto representa uma “simbolização”, que se torna uma “interpretação”, que permite significações, as quais, em seguida, tornam-se uma atividade que faz da representação uma “construção” e uma “expressão” do sujeito. Pode-se remeter essa ação tanto aos processos cognitivos quanto aos mecanismos

intrapésquicos, direcionando o sujeito a um ponto psicológico. Entretanto, segundo a autora, o estudo das RS tem a peculiaridade de associar o pertencimento e a participação social e cultural do sujeito à análise desses processos, que se distingue de uma visão puramente cognitivista ou clínica. Em outras palavras, as RS têm conexão com a representação mental e também com sua significação social.

No que diz respeito à “forma de saber”, a representação se apresenta como uma “modelização” do objeto diretamente compreensível em diversos suportes linguísticos, comportamentais ou materiais, tornando o estudo das RS uma forma de conhecimento (JODELET, 2001).

Quanto ao saber “prático”, destaca-se a experiência, a partir da qual ele se concretiza, além das condições em que está inserido, ajustando a prática do sujeito ao seu meio. Ou seja, a representação serve para agir sobre o mundo e o outro. Assim, a cultura, a sociedade, o valor de verdade e o valor de realidade têm um papel fundamental para a determinação das RS, pois é a partir desses elementos que ocorrem as trocas e as interações sociais entre os sujeitos (JODELET, 2001).

O processo que circula e articula esse conjunto de elementos e de relações em torno das RS sugere questionamentos, tais como: “quem sabe e de onde sabe?”; “o que e como sabe?”; “sobre o que sabe e com que efeito?”, objetivando uma melhor compreensão sobre determinado objeto. Essas questões permitem ponderar problemas sobre: (a) as condições de produção e de circulação; (b) os processos e os estados; e (c) o estatuto epistemológico das representações sociais (JODELET, 2001). Essas problemáticas são independentes e integram os pontos dos trabalhos teóricos e empíricos.

É nesse contexto que as RS permitem tirar aquilo que se pretende observar de um determinado grupo social, ou seja, perceber o comportamento de um grupo social (MARTÍNEZ; PINHO, 2016). Desse modo, as RS tornam-se um ponto-chave, visto que, por meio delas, os grupos vão constituir formas particulares de lidar com os fenômenos do dia a dia. Ou seja, é por meio dos saberes do “senso comum” que os indivíduos orientam a comunicação, a compreensão e o domínio do entorno social, material e ideal (JODELET, 2001).

A supracitada autora afirma que, ao passo que a realidade social é estabelecida/construída, a ideia de representação passa a ser um ponto-chave para sua análise, pois a ação de representar está conectada ao ato

de pensar, por meio do qual um sujeito se relaciona com um objeto. Dessa forma, representar é criar, na mente e na consciência, símbolos e signos sobre algo, seja pessoa, objeto, acontecimento material ou psíquico etc. Sêga (2000) complementa que as RS se mostram com uma forma de interpretar e pensar a realidade cotidiana, emergindo-se de um conhecimento prático.

Nesse sentido, as RS necessitam ser relacionadas às condições sociais das quais surgiram e ao contexto social em que são absorvidas, buscando interpretar a realidade e orientar as práticas sociais, analisando as atitudes e o comportamento dos sujeitos com base no que eles pensam sobre sua realidade. As RS, como categoria analítica e instrumento metodológico de pesquisa, permitem, portanto, evidenciar as relações estabelecidas entre grupos e entre indivíduos em um determinado grupo, assim como entender a ação dos grupos e dos indivíduos em seus mundos sociais (JODELET, 2001).

CAMINHO PERCORRIDO PELO ESTUDO

Para a realização deste estudo, utilizou-se de uma pesquisa qualitativa⁵, com a abordagem de um estudo de caso, tendo como públicos-alvo atores sociais envolvidos direta e indiretamente com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Coimbra (MG), do qual fazem parte duas gestoras das escolas municipal e estadual, uma nutricionista municipal, uma extensionista de bem-estar social, cinco agricultores familiares beneficiários do programa e 19 agricultores familiares que não pertencem ao PNAE, mas que têm potencial para participar.

A princípio, foi efetuado um estudo sobre o PNAE no município de Coimbra, que está localizado na mesorregião da Zona da Mata no Estado de Minas Gerais, Região Sudeste do Brasil. O município tem uma população de, aproximadamente, 7.500 habitantes, dos quais 70% encontram-se na área rural, com uma economia de base tradicionalmente apoiada na atividade agropecuária.

Atualmente, o município conta com dois setores de ensino público: um municipal e outro estadual. A rede pública municipal é composta pelo Departamento Municipal de Educação, que atende a três escolas: a Creche Municipal, a Educação Infantil e a do 6º ao 9º ano do Ensino

5 Os dados empíricos deste artigo foram reproduzidos do estudo mais amplo, que abordou a implementação do PNAE em um município de pequeno porte: Coimbra, Minas Gerais, Brasil (BASTOS, 2017).

Fundamental. Já a rede estadual é constituída por uma escola que atende ao público dos níveis de Ensino Fundamental e Médio. Ambas as escolas atendem, respectivamente, 800 e 960 alunos da rede pública. Desde 2009, o município participa do PNAE, do qual recebe recursos repassados pelo FNDE, que são repassados às escolas. No período de 2009 a 2016, os recursos foram realizados em 10 parcelas no ano, tendo em média, respectivamente, R\$ 55.896,82 e R\$ 51.340,75. Em 2011 e em 2012, os gestores municipais foram contemplados com o prêmio Gestores Eficientes da Merenda Escolar⁶, prêmio que beneficia as boas práticas de gestão do PNAE, além de destacar a participação de cinco agricultores familiares do município no programa. São dados que justificam a escolha do citado município para a realização deste trabalho (IBGE, 2020).

O método de coleta de dados utilizado foi o da entrevista semiestruturada, considerado adequado para estudos que tratam de conceitos, percepções ou visões para ampliar julgamentos sobre a situação analisada. Em 2016, foi aplicado um roteiro de entrevista aos atores envolvidos no PNAE e também aos agricultores familiares que não pertenciam ao programa, mas que tinham potencial para participar. A entrevista contemplava 25 perguntas, principalmente sobre os itens que tratam de gestão e operacionalização do PNAE, edital da chamada pública, recursos financeiros e prestação de contas, elaboração do cardápio, aquisição dos gêneros alimentícios, infraestrutura e mão de obra e dificuldades na implementação do programa, entre outros.

Na segunda etapa da pesquisa, para compreender os impactos da pandemia nas vidas dos atores envolvidos direta e indiretamente no PNAE no município de Coimbra, buscamos complementar as informações com outro roteiro de entrevista, composto por 18 questões, para que pudéssemos compreender quais seriam as percepções ou representações sobre as ações e as dificuldades enfrentadas no momento da pandemia, tais como: operacionalização e gestão do PNAE, estratégias utilizadas pelos envolvidos no PNAE e representação do PNAE na visão dos atores envolvidos direta e indiretamente.

As entrevistas foram gravadas, posteriormente transcritas, sistematizadas e organizadas por numeração (de 01 a 28), sendo que, para

6 O prêmio Gestores Eficientes da Merenda Escolar é promovido pela organização não governamental Ação Fome Zero, que tem como objetivo detectar as boas práticas de gestão municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e disseminá-las, para que sejam conhecidas e adotadas por outras prefeituras (FNDE, 2015).

o grupo de nove entrevistados que estão envolvidos diretamente como PNAE (caso dos representantes das entidades de apoio e executoras e dos agricultores familiares), tiveram as seguintes numerações: 01, 05, 10, 19, 24, 25, 26, 27 e 28. Para os 19 agricultores familiares que não pertenciam ao PNAE, as entrevistas foram numeradas assim: 02, 03, 04, 06, 07, 08, 09, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22 e 23.

Dessa forma, os atores estudados foram selecionados devido ao seu grau de representatividade com o objeto do estudo. As entrevistas foram realizadas nos meses de julho e dezembro de 2020, das quais participaram nove pessoas, sendo elas representantes das entidades de apoio e executoras e agricultores familiares inseridos no PNAE no referido município.

Assim, de forma complementar, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas no período de dezembro de 2020 a janeiro de 2021, cujos participantes foram 19 agricultores familiares que não pertenciam ao PNAE, mas que possuíam grande potencial para que fossem inseridos no programa.

Em função da pandemia causada por Covid-19, é importante frisar que as entrevistas foram realizadas seguindo-se as devidas precauções, conforme as orientações do Ministério da Saúde do Brasil e da Organização Mundial da Saúde (OMS). Foi solicitada uma autorização⁷ prévia dos participantes para a gravação das entrevistas, que, posteriormente, foram transcritas.

A partir dos dados coletados, com o objetivo de averiguar as RS do PNAE, foi realizado o Teste de Associação Livre de Palavras (TALP), que permitiu que os entrevistados se expressassem de forma livre. Perguntou-se aos participantes o que lhes vinha à cabeça quando pensavam em “PNAE”. Em seguida, os dados coletados foram organizados em uma planilha do Microsoft Office Excel e, posteriormente, organizou-se o *corpus* geral, constituído por 28 entrevistas, as quais foram incorporados ao programa IRaMuTeQ⁸, com o intuito da análise lexicográfica. Do *corpus*, surgiram 8.697 ocorrências (palavras, formas ou vocábulos), sendo 1.499 palavras de formas ativas e suplementares, sendo 883 e 19 vocábulos, respectivamente. O número médio de palavras por segmentos

7 Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) nº 50757715.3.0000.5153, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa, de acordo com o Parecer nº 1.587.022.

8 *Software* de interface de R *pour les Analyses Multidimensionnelles de Texts et de Questionnaires*, de acesso gratuito, que permite distintos tipos de análises de dados textuais, que vai desde uma

de textos (ST) foi de 26,59. O programa dividiu o *corpus* em 327 ST, dos quais 278 ST foram aproveitados (85,02%).

A partir da realização dos cálculos, foram organizados agrupamentos temáticos das categorias de maior frequência relatadas pelos entrevistados, agrupadas por meio dos significados e das afinidades. Tal técnica foi utilizada para averiguar os possíveis elementos que compõem a estrutura das representações sociais a partir das verbalizações do termo “PNAE”, o que permitiu evidenciar quais eram os que tinham uma maior relevância com a questão estudada. Isso resultou na Análise Prototípica⁹, no dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e na Nuvem de Palavras, que foram as técnicas utilizadas para analisar as representações sociais sobre o significado do PNAE e sobre sua implementação e seu funcionamento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

ANÁLISE PROTOTÍPICA SOBRE O SIGNIFICADO DO PNAE

Assim, como resultado deste trabalho, a análise prototípica objetivou analisar, a partir das 8.697 evocações realizadas e das 1.499 palavras diferentes, quais eram as RS sobre o significado do PNAE e sua estruturação, na visão dos atores envolvidos no programa. A análise prototípica das palavras evocadas pelos entrevistados, em associação livre com a palavra “PNAE”, foi organizada a partir da frequência média igual, maior ou menor do que 11 evocações, referindo-se à frequência média para distinguir elementos com frequência alta e baixa, considerando os valores das palavras de cada quadrante, apresentados na figura 2. Vale ressaltar que a ordem média de evocação (OME) foi equivalente a 2,32.

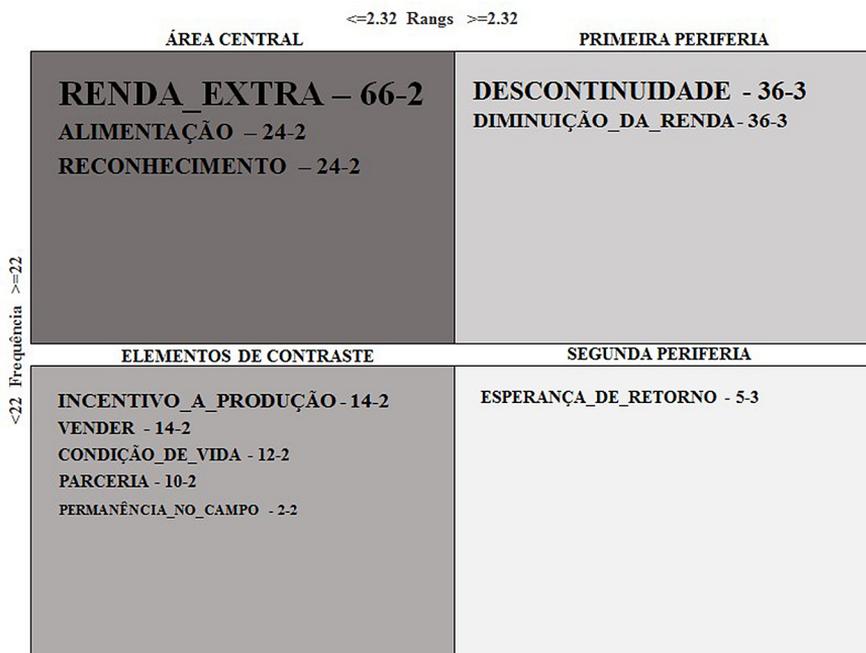
Observa-se que no primeiro quadrante (superior esquerdo) estão as palavras que foram citadas com alta frequência, sendo elas: “renda extra, alimentação e reconhecimento”. Já no segundo quadrante (inferior esquerdo)

análise de lexicografia básica com frequência de palavras até a execução de análises multivariadas do tipo Classificação Hierárquica Descendente (CHD), Análise de Similitude (ADS), Análise Prototípica e Nuvem de Palavras (CAMARGO; JUSTO, 2013).

9 A análise prototípica é um tipo de análise importante para os estudos de RS, pois versa sobre a organização das palavras evocadas a partir da frequência e da ordem média de evocações, considerando que os valores das palavras de cada quadrante formam um quadrante, dividido em quatro partes, que permite acessar a estrutura da representação social (WACHELKE; WOLTER, 2011).

estão as palavras que apresentaram frequência média, tais como: “incentivo à produção, vender, condição de vida, parceria e permanência no campo”. No terceiro (superior direito) e quarto quadrantes (inferior direito) localizam-se as palavras com frequência abaixo da média, sendo elas, respectivamente: “descontinuidade e diminuição da renda” e “esperança de retorno”.

Figura 2. Percepções sobre o significado do PNAE



Fonte: figura elaborada pelas autoras com base nos dados emitidos pelo software Iramuteq (2021).

As palavras reveladas no primeiro e segundo quadrantes se destacam no núcleo central devido à alta frequência e pelo fato de terem sido citadas pelos entrevistados durante as narrativas em diferentes momentos. Os atores sociais foram unânimes ao verbalizar que o PNAE contribui com uma renda extra para a manutenção e o sustento das famílias dos agricultores familiares, ponto este que também foi corroborado pelo trabalho de Souza e Loreto (2019), quando afirmaram que os programas institucionais, como o PNAE e o PAA, buscam contribuir para a permanência das famílias agricultoras no campo, além de valorizar e reconhecer os agricultores, enquanto categoria profissional, capazes de produzir alimentos saudáveis para o País.

Pode-se inferir que as RS dos agricultores familiares e dos demais envolvidos na dinâmica do PNAE vão ao encontro dos principais objetivos indicados pelos formuladores do programa, que são: garantir ao agricultor a comercialização da sua produção (ou seja, a venda de seus produtos), incentivar a diversificação da produção, estimular a parceria entre os órgãos, além de objetivar a melhoria da condição de vida dos beneficiários do programa. Tais resultados foram também apontados nos trabalhos de Souza e Loreto (2019), Nascimento *et al.* (2019) e Bastos, Bifano e Loreto (2020), reforçando a importância das conquistas ocasionadas pelos programas institucionais voltados para a agricultura familiar.

Já no terceiro e quarto quadrantes, encontram-se as palavras evocadas com frequências abaixo da média e que sintetizam as representações sociais dos atores sociais mediante o momento vivenciado da pandemia de Covid-19. Sabe-se que a pandemia trouxe uma série de mudanças nas vidas das pessoas, incluindo o isolamento social e diversas restrições, fato este que também interferiu nas políticas educacionais, no setor agrícola, na sociedade, enfim, em todo o mundo.

Nesse contexto, a descontinuidade do PNAE, mesmo que parcial, trouxe consequências em termos de redução da renda familiar e de uma expectativa de retorno para que a situação financeira se normalizasse. Com as escolas fechadas, os gestores não puderam cumprir com as chamadas públicas para a aquisição dos alimentos diretamente dos agricultores familiares, o que acarretou a diminuição da sua renda, pois não conseguiram vender seus produtos às escolas. Essas representações amparam-se em valores e em saberes anteriores vivenciados pelos atores sociais do PNAE, principalmente pelo agricultor familiar, que são reativados por uma situação social particular (JODELET, 2001), ou seja, a carência de geração de renda.

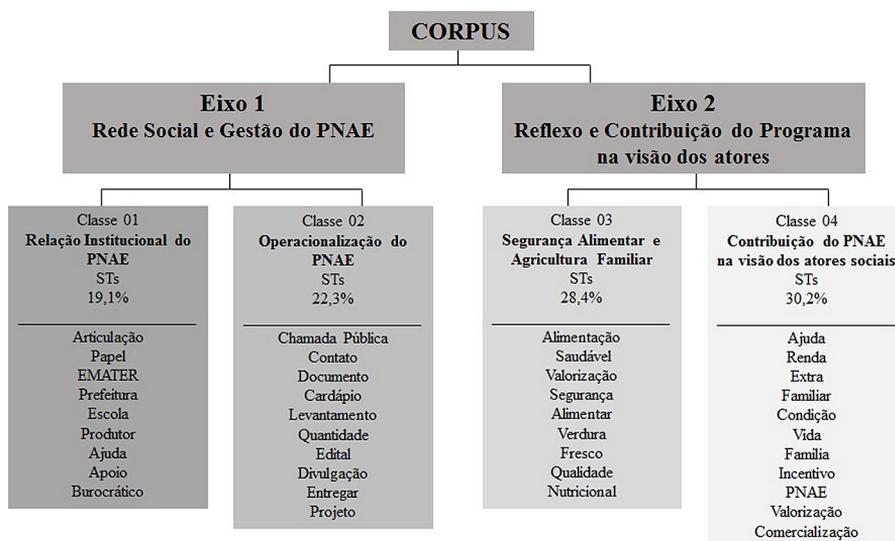
Portanto, nesse contexto social, em que estão inseridos os atores envolvidos no PNAE, surge a representação da “esperança de retorno” do programa, que vem, ao longo dos anos, fazendo parte do ser humano. Assim, nessa situação atual, causada pela pandemia, no caso dos agricultores familiares, não seria diferente, pois, além das dificuldades enfrentadas no decorrer de suas histórias e lutas por reconhecimento, eles estão tendo de lidar com suas preocupações, inseguranças e incertezas e se apegando à esperança de buscar ações para mitigar os prejuízos ocasionados pela pandemia.

Esse resultado é ratificado por Jodelet (2001), ao mencionar que as RS expressam aqueles indivíduos ou grupos que as forjam, pois as RS apresentadas são forjadas por um grupo com dificuldades econômicas, políticas e sociais, externalizadas, principalmente, no processo de operacionalização do programa no período da pandemia. Por isso, as RS partilhadas permitem evidenciar as relações estabelecidas entre grupos e entre indivíduos em um determinado grupo, que vão construindo formas particulares de interpretar e pensar a realidade do dia a dia (JODELET, 2001; SÊGA, 2000).

REPRESENTAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO PNAE: CLASSIFICAÇÃO HIERÁRQUICA DESCENDENTE

Para examinar as Representações sobre o Funcionamento do PNAE, foi feito uso da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), gerada a partir dos 278 segmentos de textos aproveitados, cujos conteúdos foram categorizados em quatro classes: Classe 1, com 53 ST (19,1%); Classe 2, com 62 ST (28,4%); Classe 3, com 79 ST (28,4%); e a Classe 4, com 84 ST (30,2%).

Dessas quatro classes que compõem o *corpus* total, emergiram dois eixos, que foram denominados Eixo 1 (Rede Social e Gestão do PNAE) e Eixo 2 (Reflexo e Contribuição do Programa na Visão dos Atores Sociais). O Eixo 1 é composto pela Classe 1, conjuntamente com a Classe 2, enquanto as Classes 3 e 4 compõem o Eixo 2. Posteriormente, foi realizada a leitura dos fragmentos de texto de cada uma das referidas classes e, em seguida, foi possível entender o conteúdo de cada uma delas e nomeá-las, conforme o descrito a seguir: no Eixo 1, a Classe 1 foi denominada “Relação Institucional do PNAE” e a Classe 2 foi intitulada “Operacionalização do PNAE”. Já o Eixo 2 é composto pela Classe 3, classificada por “Segurança Alimentar e Agricultura Familiar”. Já a Classe 4 foi classificada por “Contribuição do PNAE na Visão dos Atores Sociais Envolvidos”. Desta forma, com base nos segmentos de textos (recortes de texto dos discursos analisados) representativos de cada uma dessas classes, foram apresentados os resultados referentes a cada um dos 2 eixos temáticos, conforme mostra a figura 3.

Figura 3. Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente

Fonte: figura elaborada pelas autoras com base nos dados emitidos pelo software Iramuteq (2021).

EIXO 1 – REDE SOCIAL E GESTÃO DO PNAE

No Eixo 1 do dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente, surgiram as Classes 1 e 2, sendo identificadas com um conjunto de palavras que destacam alguns pontos importantes para discussão, que enfatizaram, a partir das falas dos diferentes atores sociais, a relação institucional em torno da operacionalização do PNAE, ocorrida no município de Coimbra (MG).

CLASSE 1 – RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO PNAE

Na Classe 1, “Relação Institucional do PNAE”, que corresponde a 19,1% do texto aproveitado na CHD, com 53 ST, foram evidenciadas determinadas palavras, exibidas na figura 4, que se associam àquelas de destaque nos ST dessa classe.

Figura 4. *Ranking* das palavras mais evocadas na Classe 1, relativas à Relação Institucional do PNAE



Fonte: figura elaborada pelas autoras com base nos relatórios do software IRaMuTeQ, 2021.

Verifica-se que as palavras mais ditas pelos entrevistados na Classe 1 representam as relações institucionais, que se referem às políticas públicas, como o PNAE. Tais vocábulos chegam ao nível local por meio de instituições vinculadas ao poder público, como prefeituras, escolas, Emater/MG e sindicatos, que informam e divulgam determinada política, tornando-se os mediadores das políticas. Em uma perspectiva da representação social, tais relações se remetem às interações sociais e ao engajamento dos atores em diferentes espaços. Essa ideia é corroborada por De Freitas e De Freitas (2010) e Rêses (2003), quando afirmam que as RS são uma forma de idealizar o mundo e agir em relação a ele, instituindo modos de vida e formas de comunicação entre as pessoas.

Em 2016, a partir dos relatos das entrevistas e da experiência local observada, evidenciou-se a formação de redes locais, por meio do envolvimento das entidades de educação (escolas municipal e estadual), da entidade de apoio (Emater) e dos agricultores familiares, que impactaram diretamente o processo ofertado pelo programa, possibilitando bons resultados. Sabe-se que essa relação inserida no PNAE estava conectada a várias etapas do processo de implementação e operacionalização do programa, conforme o verificado em alguns depoimentos, como aquele do extensionista da Emater/MG local:

“Temos uma parceria com as escolas [...] [que] solicitam um levantamento dos alimentos produzidos no município”. [Gestor da escola municipal]: “Quando termino de fazer a chamada pública, ligo para a Emater/MG e peço para eles divulgarem para os agricultores familiares do município, pois eles têm mais contato com os agricultores e conhecem eles melhores que a gente [...]”. [Gestor da escola estadual]: “A EMATER é muito importante, porque

ela é um elo com o produtor, com a escola”. [Agricultores familiares]: “Eu fui convidada pela escola em julho para participar da seleção. Aí, eu fui à Emater/MG e a Claudia preencheu o formulário. Colocamos o valor dos produtos” (ENTREVISTA 10, 2016).

Essa estrutura relacional (rede social) também foi comprovada em 2020:

A Emater **é fundamental**. Sem a Emater, ia ser muito difícil da gente conseguir chegar até esse agricultor. Se a gente não tivesse esse apoio que a gente tem da prefeitura e da Emater, seria muito complicado (ENTREVISTA 25, 2020).

Assim, isso é uma articulação entre a prefeitura e a nutricionista, que faz. E também ajuda no processo a Emater, né? Acho que tem alguns órgãos de controle e de apoio. Acho que está sendo feito em conjunto pra decidir quais os produtos (ENTREVISTA 10, 2020).

Nota-se que as interações entre os atores ocorrem por meio das vias institucionais, levando-se em consideração as posições que cada indivíduo ocupa, suas relações de proximidade e os vínculos sociais que eles possuem. Segundo Jodelet (2001), as RS estão associadas aos processos de pertencimento e de participação social e cultural do sujeito, o que permite identificar a rede social estabelecida no processo da implementação do PNAE, mostrando que as RS do grupo tentam compreender e explicar a realidade vivenciada, buscando conectá-la a um processo de valores e práticas que auxiliam e orientam o seu ambiente social (GUERRA; ICHIKAWA, 2013).

Um outro ponto que chama a atenção é o círculo corrente de contatos entre atores inseridos no PNAE, o que possibilitou inferir que o referido programa tem estimulado as relações institucionais entre órgãos públicos e privados de extensão rural e o agricultor familiar. Nesse contexto, evidenciou-se que a palavra mais citada pelos entrevistados foi “Emater”, o que confirmou a centralidade desse grupo dentro do PNAE. Ou seja, a Emater/MG tem desempenhado um papel facilitador e mobilizador do programa no município tanto para os agricultores familiares quanto para as escolas, tornando-se um elo na articulação entre os atores

em diferentes espaços, possibilitando, assim, uma interação mútua entre a estrutura e a ação, convertendo mediadores do processo institucional.

Esta realidade reforça a ideia discutida por diversos autores, como Souza e Loreto (2019), Nascimento *et al.* (2019), Guerra e Ichikawa (2013) e Bastos, Bifano e Loreto (2020), de que, no mercado institucional, estabelecido por meio do PNAE, é possível uma interação entre atores de várias esferas, como o Estado, a sociedade civil e o mercado, atuando em diferentes níveis, que se articulam e se ajudam para garantir a atividade das ações e, conseqüentemente, a efetivação dos programas sociais.

No que se refere às RS da Emater, vale ressaltar que elas foram positivas e de confiabilidade, pois os atores envolvidos validaram o seu papel institucional articulador em todo processo de efetivação do PNAE no município de Coimbra.

CLASSE 2 – OPERACIONALIZAÇÃO DO PNAE

Na Classe 2, “Operacionalização do PNAE”, que corresponde a 22,3% do texto aproveitado na CHD, com 62 ST, as palavras mais citadas, apresentadas na figura 5, associam-se às de destaque nos ST da classe.

Figura 5. *Ranking* das palavras mais evocadas na Classe 3, relativa à Operacionalização do PNAE



Fonte: figura elaborada pelas autoras com base nos relatórios do software IRaMuTeQ, 2021.

Percebe-se que a nuvem da Classe 2 coloca em evidência a palavra “chamada pública”, que se refere a uma das etapas operacionais

do programa. As demais palavras em destaque também se relacionam com a operacionalização do PNAE e a sua interface com os diferentes atores envolvidos na efetivação do programa. Constatou-se que, em ambos os anos (2016 e 2020), os atores relataram o mesmo processo na operacionalização do programa, conforme o comprovado nas falas a seguir:

A gestora da escola entra em contato com Emater e solicita um levantamento dos alimentos produzidos no município. Depois, entra em contato novamente e informa sobre a chamada pública. Quando lançamos o edital da chamada pública, mandamos publicar no diário, em Minas Gerais, que tem que ficar 20 dias (ENTREVISTA 25, 2016).

Tendo em vista esses produtos, ela elabora o cardápio e depois envia para nós. Aí, enviamos para o setor de compras, onde vai ser realizada a chamada pública (ENTREVISTA 27, 2020).

Quando termino de fazer a chamada pública, ligo para a Emater e peço para eles divulgarem para os agricultores familiares do município, pois eles têm mais contato com os agricultores e conhecem eles melhores que a gente (ENTREVISTA 25, 2016).

É a Emater que faz pra mim toda a documentação [projeto] pra eu levar pra escola. Eu comecei a entregar os alimentos na escola quando a Emater me perguntou se eu queria participar (ENTREVISTA 19, 2016).

Ela manda e nós assina e, depois, ela pede tantos quilos, entrando em contato pelo *zap*, né? Aí, pedi: “eu quero 20 couve e 20 cebolinha” (ENTREVISTA 10, 2020).

Evidencia-se em tais relatos que a operacionalização da política de compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar no âmbito da alimentação escolar, no município de Coimbra, vem cumprindo com as metas e com as diretrizes previstas no programa. De forma resumida, ocorreram a elaboração e a publicação das chamadas públicas no diário oficial, a confecção do cardápio, o levantamento dos produtos locais, o apoio da Emater para auxiliar os agricultores na elaboração do projeto e na realização das assinaturas dos documentos necessários

para a escola, além do contato com os agricultores para a entrega dos seus produtos nas escolas.

Tais etapas, previstas em lei, foram discutidas pelos autores Martínez e Pinho (2016) e Souza e Loreto (2019), que comprovam a lógica operacional das políticas públicas direcionadas às compras de alimentos adquiridos pela agricultura familiar e a relação com seus diferentes atores sociais.

Um aspecto que chamou a atenção foi o processo de descontinuidade do programa no período da pandemia, quando os atores envolvidos deixaram claro, de uma forma geral, que o PNAE parou de funcionar nesse período, ocasionando alguns desafios. Nas falas apresentadas a seguir, fica evidente a descontinuidade:

No início do ano, a gente fez a chamada pública, só que teve aquele período de chuva, quando a gente parou, ficou parado e, aí, fez a chamada pública e, na verdade, eles me entregaram 15 dias [...]. Depois desses 15 dias, a gente parou de novo (ENTREVISTA 26, 2020).

Esse ano, a escola não cumpriu com o contrato feito na primeira chamada pública, pois a escola está fechada, sem aula, por causa da pandemia (ENTREVISTA 19, 2020).

Os depoimentos apresentados demonstram que, no período pandêmico, o percurso da operacionalização do PNAE passou por um processo de descontinuidade, quando as escolas pararam de funcionar e, conseqüentemente, foi interrompida, de forma parcial ou integral, a compra dos produtos dos agricultores familiares. Pode-se inferir, a partir desses relatos, que as RS dos atores envolvidos no PNAE estavam voltadas para o medo e a apreensão, causados pela situação da pandemia, pois os agricultores familiares se sentiram impotentes e frustrados com a falta de intervenção por parte do governo.

EIXO 2 – REFLEXO E CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA NA VISÃO DOS ATORES SOCIAIS

As entrevistas realizadas permitiram, ainda, identificar, por meio das falas dos entrevistados, o reflexo e a contribuição do PNAE na visão que os diferentes atores sociais têm em relação à implementação

do programa no município de Coimbra, surgindo, das Classes 3 e 4, um conjunto de palavras que enfatizaram alguns pontos importantes para debate.

CLASSE 3 – SEGURANÇA ALIMENTAR E AGRICULTURA FAMILIAR

Na Classe 3, “Segurança Alimentar e Agricultura Familiar”, que corresponde a 28,4% do texto aproveitado na CHD, com 79 ST, as palavras de destaque estão apresentadas na figura 6.

Figura 6. *Ranking* das palavras mais evocadas na Classe 3, relacionada à Segurança Alimentar e Agricultura Familiar



Fonte: figura elaborada pelas autoras com base nos relatórios do software IRaMuTeQ, 2021.

Nos depoimentos apresentados a seguir, destacam-se as palavras “alimentação saudável”, “valorização”, “segurança”, “verdura”, “fresco”, “qualidade” e “nutricional”, que representam, tanto para as entidades executoras e de apoio quanto para os agricultores familiares, as verbalizações contidas na questão da segurança alimentar proporcionada pelos produtos advindos da agricultura familiar local.

[...] E outra coisa: o alimento chega aqui na escola fresquinho. Você sabe a qualidade do alimento. Você vê, você conhece o agricultor. A gente leva a criança lá nas hortas (ENTREVISTA 25, 2020).

[...] E, além de oferecer o alimento saudável para as crianças, eu não tenho menino na escola ainda não, mas é uma garantia pra nós, pois nós sabemos a procedência do alimento (ENTREVISTA 06, 2020).

[...] A gente sabe a procedência daquele produto. Outra questão é a diversidade. Chegam aqui as crianças. Tem uma variedade principalmente de verduras no prato delas (ENTREVISTA 25, 2020).

[...] [Eles vêm] trazendo uma alimentação saudável de hábito pra o próprio município e a região. O PNAE é pra ser usado dentro da escola. Tem uma alimentação de qualidade para os escolares. Visa parcerias e valoriza os agricultores familiares (ENTREVISTA 27, 2020).

[...] [Os alimentos acabam] levando pra essa criança o valor nutricional que ele teria aqui na escola. E o PNAE, graças a Deus, deixa eu ter aqui (ENTREVISTA 27, 2020).

[...] O PNAE, pra mim, é geração de renda e bem-estar para minha família e segurança alimentar para os alunos (ENTREVISTA 17, 2020).

As expressões destacadas retratam um pouco das RS que os atores envolvidos construíram acerca da importância do PNAE para a melhoria da qualidade de suas vidas, o que dá ao programa um destaque valorativo e determinante em relação aos alimentos ofertados pelas escolas, o que possibilita garantir uma alimentação nutricional à população dos alunos das redes públicas de ensino.

Tal afirmação é corroborada pelos trabalhos de Schappo (2021) e Nascimento *et al.* (2019). Ou seja, como destaca Nascimento *et al.* (2019, p. 296), é por meio do PNAE que se inicia o incentivo à educação alimentar, conectando a alimentação escolar à agricultura familiar, destacando que a Região Sul do Brasil “movimenta-se de forma positiva, possuindo fortes laços com a produção agrícola familiar e trilhando um caminho progressivo em direção a sistemas saudáveis de produção”.

Verificou-se que a expressão “alimentos saudáveis” se refere a alimentos ofertados às escolas pelos agricultores familiares locais. Nesse contexto, a expressão foi considerada por meio dos saberes de “senso comum”, que constroem símbolos e signos de forma a interpretar e pensar a sua realidade cotidiana, conectando-os a um processo de valores (JODELET, 2001, SÊGA, 2000). Conclui-se que o PNAE representa, para os entrevistados, uma oportunidade de mercado que vai além de uma simples comercialização, uma vez que é um elo para

conectar ou ligar a valorização dos produtos locais à construção da soberania alimentar (NASCIMENTO et al., 2019).

CLASSE 4 – CONTRIBUIÇÃO DO PNAE NA VISÃO DOS ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS

Na Classe 4, “Percepção dos Atores Sociais sobre suas Contribuições do PNAE”, que corresponde a 30,2% do texto aproveitado na CHD, com 84 ST, as palavras de destaque podem ser visualizadas na figura 7, apresentada a seguir.

Figura 7. Ranking das palavras mais evocadas na Classe 4, relativa à Contribuição do PNAE na Visão dos Atores Sociais Envolvidos



Fonte: figura elaborada pelas autoras com base nos relatórios do software IRaMuTeQ, 2021.

Percebe-se, pelos extratos apresentados a seguir, que, para os participantes desta pesquisa, o PNAE constitui uma ajuda para comercializar, incentivar a produção, valorizar o agricultor, aumentar a renda e melhorar sua condição de vida.

[...] [O] PNAE é uma ajuda para comercializar a produção em outros mercados, [...] é um aumento da produção, [...] é um aumento da renda familiar (ENTREVISTA 14, 2016).

[...] O PNAE contribui com a renda familiar, pois há a valorização do agricultor, o aumento da renda, além de ocorrer a movimentação da economia no município (ENTREVISTA 05, 2020).

[...] [O] PNAE tem um preço bom. A remuneração dele é boa. Incentiva o município no processamento de produtos, incentiva a agricultura, incentiva o produto orgânico (ENTREVISTA 10, 2020).

[...] [Ele ajuda a] melhorar a condição de vida, é uma complementação da renda. O PNAE ajuda a pagar as despesas de casa, é uma renda extra, incentiva a produção e ajuda nós a comprar mais insumos (ENTREVISTA 24, 2020).

Tais depoimentos retratam um pouco das RS que os agricultores construíram acerca da importância do PNAE para a melhoria da qualidade de suas vidas, dando ao programa um destaque valorativo e determinante nesse aspecto. Além de proporcionar uma alimentação de qualidade para os alunos das redes públicas, o programa busca desenvolver e fortalecer a agricultura familiar, dinamizar a economia local e a valorizar a produção familiar. Esses fatores foram apontados por Martínez e Pinho (2016), quando destacam que a representação do PNAE é expressa para estimular os hábitos alimentares regionais e o possível fortalecimento de uma economia mais localizada.

Em função dos resultados apresentados, de um modo geral, na percepção de ambos os atores direta e indiretamente envolvidos no PNAE, ocorreram três aspectos determinantes que representam o significado e o processo de funcionamento do PNAE no município de Coimbra, que são: (a) a Emater/MG possui um papel preponderante, como articuladora e elo entre a escola e o agricultor familiar; (b) é efetivada a representação da segurança alimentar para os alunos e a sociedade, como uma das estratégias do programa; e (c) o PNAE representa uma base de renda extra para os agricultores familiares do município.

Um ponto de destaque entre os dois períodos analisados, representado pelos atores sociais envolvidos no PNAE, em relação àqueles que não estão inseridos, é o fato do processo de descontinuidade do programa no período da pandemia, que também representa uma descontinuidade da renda, mas também uma expectativa de retorno das atividades do programa. Esses pontos destacados são importantes, pois sinalizam como são construídas e representadas as formas específicas de interpretar, pensar e refletir sobre a situação vivenciada por cada um desses atores no seu dia a dia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo demonstrou que os atores envolvidos no PNAE compartilham de uma opinião positiva sobre o programa, em termos da valorização dos seus produtos. Além disso, mostra que eles incorporaram às suas representações sociais o discurso de que se trata de um programa que valoriza a agricultura familiar, traz benefícios econômicos e ainda promove a segurança alimentar. Constatou, também, que houve uma preocupação ou um receio vivenciado pelos atores em relação à situação do PNAE no período da pandemia, embora tenham mantido uma expectativa positiva de retorno do programa ao funcionamento.

De um modo geral, as RS compartilhadas pelos atores abrangem tanto o aspecto econômico quanto social. Já em relação à questão econômica, o PNAE simboliza a forma de incentivar a diversificação da produção, o aumento de renda, a ampliação e a valorização do trabalho familiar no setor agrícola e o acesso a novos mercados. A renda representa um fator expressivo, ao proporcionar aos agricultores melhorias financeiras e às suas condições de vida, trazendo uma nova realidade socioeconômica para esses agricultores e suas famílias.

No que se refere ao aspecto social, o programa representa um estímulo à integração nas relações institucionais entre os órgãos públicos e privados de extensão rural e o agricultor familiar, com destaque para a Emater/MG local, que vem desempenhando um papel de articuladora e facilitadora do PNAE no município de Coimbra (MG). Além de contribuir para a permanência dos agricultores familiares no meio rural, o programa os valoriza e os reconhece enquanto categoria profissional, capazes de produzir alimentos saudáveis para todo o País.

Evidencia-se que as dificuldades econômicas, políticas e sociais enfrentadas pelo PNAE, devido à descontinuidade do programa, no período da pandemia, acarretaram a diminuição da renda dos agricultores familiares, o que simboliza uma expressão voltada para o medo e a apreensão, decorrentes da falta de atitude por parte do Estado, que não tomou providências para absorver os seus alimentos, deixando-os apreensivos e frustrados.

Conclui-se, portanto, que as RS partilhadas pelos atores sociais envolvidos no PNAE permitem evidenciar as relações estabelecidas entre grupos e entre indivíduos, que interagem entre si e se comunicam,

a fim de (re)construir formas específicas de interpretar, pensar e refletir sobre a situação vivenciada por eles cotidianamente.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Ângela. “Teoria das representações sociais e teorias de gênero”. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 127-147, novembro/2002.

BASTOS, Rosária Cal. **Avaliação da efetividade do projeto de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar no município de Coimbra, MG**. 170f., 2017. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017.

BASTOS, R. C.; BIFANO, A. C. S.; LORETO, M. D. S. Projeto de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar em Coimbra, MG: uma análise do ponto de vista das redes sociais. *In*: PINTO, N. M. A.; TEIXEIRA, K. M. D.; MELO, N. C. V. (Orgs.). **Famílias e Políticas Sociais: Os Desafios da Intervenção Social**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 1ª ed., 2020, p. 1-128.

BELIK, Walter; DE SOUZA, Luciana Rosa. “Algumas reflexões sobre os programas de alimentação escolar na América Latina”. **Planejamento e Políticas Públicas**, v. 18, n. 34, p. 57-72, 2010.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica**. Diário Oficial da União, 17 jul. 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm>. Acesso em: 3 jul. 2020.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. “IRAMUTEQ: Um *software* gratuito para análise de dados textuais”. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.

DE FREITAS, Alair Ferreira; DE FREITAS, Alan Ferreira. “Representações sociais do trabalho artesanal: estudo de caso de uma associação de artesãos em Viçosa, Minas Gerais–Brasil”. **Serviço Social em Revista**, v. 13, n. 1, p. 43-66, 2010.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>>. Acesso em: 25 jul. 2020.

GALLINA, Luciara Souza; TEO, Carla Rosane Paz Arruda; MUNARO, Patrícia Stubinski; OLIVEIRA, Viviane Santolin Henrique. “Representações sobre segurança alimentar e nutricional nos discursos de um Conselho de Alimentação Escolar”. **Saúde e Sociedade**, v. 21, p. 89-102, 2012.

GUERRA, Gilberto Clarício Martinez; ICHIKAWA, Elisa Yoshie. “As Representações Sociais da Agroecologia para a Agricultura Familiar na Visão de Pesquisadores, Extensionistas e Produtores Rurais”. **Desenvolvimento em Questão**, v. 11, n. 23, p. 40-73, 2013.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Coimbra/MG**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/coimbra.html>>. Acesso em: 21 dez. 2020.

JODELET, D. Representações Sociais: Um domínio em expansão. *In*: JODELET, D. (Org.). **Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001, p. 17-44.

MARQUES, Amanda de Andrade; FERNANDES, Maria das Graças Melo; LEITE, Ivonaldo Neres; VIANA, Rodrigo Toledo; GONÇALVES, Maria da Conceição R.; CARVALHO, Alice Teles. “Reflexões de agricultores familiares sobre a dinâmica de fornecimento de seus produtos para a alimentação escolar: o caso de Araripe, Ceará”. **Saúde e Sociedade**, v. 23, n. 4, p. 1329-1341, 2014.

MARTÍNEZ, Silvia Alicia; PINHO, Francine Nogueira Lamy Garcia. “Política de Alimentação Escolar Brasileira: Representações sociais e marcas do passado”. **Education Policy Analysis Archives/Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 24, p. 1-31, 2016.

MOSCOVICI, S. Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história. *In*: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001, 45-66 p.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: Investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003.

NASCIMENTO, Shirley G. S.; BECKER, Cláudio; SILVA, Fernando Novo; CALDAS, Nádia Velleda; ÀVILA, Mariana R. “Produção Agroecológica e Segurança Alimentar e Nutricional (Brasil)”. **Revista de Ciências Agrárias**, v. 42, n. 1, p. 291-300, 2019.

RÊSES, Erlando da Silva. “Do conhecimento sociológico à teoria das representações sociais”. **Sociedade**, Goiânia, v. 6, n. 2, p. 189-199, jul./dez. 2003.

SARAIVA, E. B.; SILVA, A. P. F. S.; SOUSA, A. A.; CERQUEIRA, G. F.; CHAGAS, C. M. S.; SILVEIRA, S. F. R.; VIEIRA, L. H. S.; CAPOBIANGO, R. P.; REIS, P. R.; DRUMOND, A. M. Políticas Públicas: Monitorar e Avaliar Para Quê? *In*: FERREIRA, M. A. M.; ABRANTES, L. A. (Organizadores). **Políticas Públicas, Gestão e Sociedade**. Viçosa: Triunfal Gráfica e Editora, 2013, cap.11, p. 301-327.

SCHAPPO, Sirlândia. “Fome e insegurança alimentar em tempos de pandemia da Covid-19”. **Ser Social – Alimentação, Abastecimento e Crise**. Brasília, DF, v. 23, n. 48, p. 28, jan-jun de 2021.

SÊGA, Rafael Augustus. “O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici”. Anos 90, Porto Alegre, n. 13, julho de 2000.

SOUZA, Ariane Figueredo; LORETO, Maria das Dores Saraiva de. “Representações sociais de lideranças institucionais sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): Uma análise lexicográfica/social. Representations of brazilian institutional leaders on the Food Acquisition Program (PAA): A lexicographic analysis”. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 7, p. 7808-7822, 2019.

WACHELKE, João; WOLTER, Rafael. “Critérios de construção e relato da análise prototípica para representações sociais”. **Psicologia: Teoria e pesquisa**, v. 27, n. 4, p. 521-526, 2011.

SER Social

SEXUALIDADES, LUTAS E DIREITOS
DA POPULAÇÃO LGBTQIA+

Brasília (DF), v. 26, nº 54, de janeiro a junho de 2024

Sexualidades & Serviço Social: perspectivas críticas, interseccionais e profissionais

*Sexualities & Social Work: critical, intersectional and
professional perspectives*

*Sexualidades y Trabajo Social: perspectivas críticas,
interseccionales y profesionales*

Mércia Lúcia Gonçalves Vasconcelos¹

<https://orcid.org/0009-0006-8359-9427>

Resumo: O presente trabalho é uma resenha do livro: “Sexualidades & Serviço Social: perspectivas críticas, interseccionais e profissionais”, obra organizada por assistentes sociais, pesquisadoras/es e professoras/es com base no acúmulo dos trabalhos realizados desde 2010 pelo Grupo Temático de Pesquisa (GTP) de Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Representa um avanço na área de Serviço Social, pois inaugura um referencial teórico com ênfase em sexualidade com discussões profícuas e imprescindíveis para o âmbito da formação e

¹ Professora substituta do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Conselheira do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS/MT). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Relações de Gênero (NUEPOM/UFMT). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da UFMT. Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFMT. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM).

do exercício profissional, o que demonstra os avanços no interior da categoria na defesa da diversidade humana. Organizada em três partes, com os títulos “Diversidade, corporalidades e sexualidades”, “Estado, políticas e direitos sexuais” e “Serviço Social, trabalho profissional e LGBTQI+”, a estruturação permite uma leitura profunda, com análises qualificadas acerca dos debates sobre sexualidades, gênero e Serviço Social.

Palavras-chave: Sexualidades. Gênero. Serviço Social.

Abstract: This work is a review of the book “Sexualities & Social Service: critical, intersectional and professional perspectives”, a work organized by social workers, researchers, teachers, based on the accumulation of work carried out since 2010 by the Thematic Research Group (GTP) of Service Social, Gender Exploitation/Oppression Relations, Feminisms, Race/Ethnicity and Sexualities of the Brazilian Association of Teaching and Research in Social Work (ABEPSS). It represents an advance in the area of Social Work, as it inaugurates a theoretical framework with an emphasis on sexuality containing fruitful and essential discussions in the context of training and professional practice, which demonstrates the advances within the category in the defense of human diversity. Organized into three parts with the titles “Diversity, corporeality and sexualities”, “State, policies and sexual rights” and “Social Service, professional work and LGBTQI+”, the structure allows for an in-depth reading with qualified analyzes regarding debates on sexualities, gender and Social Service.

Keywords: Sexualities. Gender. Social Service.

Resumen: Este trabajo es una reseña del libro “Sexualidades & Servicio Social: perspectivas críticas, interseccionales y profesionales”, un trabajo organizado por trabajadores sociales, investigadores, docentes, a partir de la acumulación de trabajos realizados desde 2010 por el Grupo de Investigación Temática (GTP) de Servicio Social, Relaciones de Explotación/Opresión de Género, Feminismos, Raza/Etnia y Sexualidades de la Asociación Brasileña de Enseñanza e Investigación en Trabajo Social (ABEPSS). Representa un avance en el área de Trabajo Social, ya que inaugura una Marco teórico con énfasis en la sexualidad que contiene discusiones fructíferas y esenciales en el

contexto de la formación y la práctica profesional, que demuestra los avances dentro de la categoría en la defensa de la diversidad humana. Organizada en tres partes con los títulos “Diversidad, corporalidad y sexualidades”, “Estado, políticas y derechos sexuales” y “Servicio social, trabajo profesional y LGBTQI+”, la estructura permite una lectura profunda con análisis calificados sobre los debates sobre sexualidades, género y Servicio Social.

Palabras clave: Sexualidades. Género. Servicio Social.

O livro “Sexualidades & Serviço Social: perspectivas críticas, interseccionais e profissionais” é fruto de um intenso trabalho realizado por assistentes sociais, pesquisadoras/es e professoras/es, que trazem os presentes debates à tona nos espaços coletivos da categoria, nas salas de aula e nos grupos de pesquisa por todo o território nacional em várias universidades (tanto na graduação quanto na pós-graduação), nas ruas (junto às lutas sociais), assim como nos espaços sócio-ocupacionais (no cotidiano do fazer profissional).

Mais especificamente, o livro coroa os trabalhos do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) de Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), que – conforme é dito na apresentação do livro em análise – “[...] também tem o compromisso, com esta obra, de socializar os acúmulos sobre os debates e produções teóricas produzidos pelas/os pesquisadoras/es que se aglutinam em torno da ênfase em sexualidade [...]” (DUARTE *et al.*, 2023, p. 11).

É um livro lançado no ano de 2023 e que carrega um acúmulo teórico e político dos últimos 20 anos, em que vivenciamos o dilaceramento ocasionado pelas políticas neoliberais. Quando analisamos as duas décadas em retrospecto, podemos avaliar melhor o percurso das políticas sociais, as contrarreformas do Estado e as disputas políticas no que se refere às pautas da diversidade humana. Fazemos um destaque para o período de 2019 a 2022, quando observamos a apropriação dessas pautas de forma contrária, de modo a alimentar um pânico moral (BIROLI, 2020) com a ideologia de gênero e uma série de ataques diretos em relação às temáticas sobre sexualidade, gênero, raça e etnia, que impactaram concretamente as vidas das mulheres, da população negra,

dos povos originários e de LGBTQI+.² Em contrapartida, tivemos avanços no campo dos movimentos sociais e na academia, com a produção cada vez mais ampliada de epistemologias que dão base para as nossas leituras da realidade e que nos chamam a atenção para os marcadores sociais que aprofundam as desigualdades.

É perceptível o amadurecimento teórico, metodológico, ético e político em relação ao tema ao se realizar a leitura dos capítulos. Com o livro, podemos conhecer as perspectivas teóricas diversas que circulam no Serviço Social brasileiro hoje, frutos de pesquisas e da construção do conhecimento pelas/os pesquisadoras/es em torno das pautas da diversidade sexual, de gênero e raça no âmbito da formação e do exercício profissional, todas elas com o mesmo horizonte de transformação radical da sociedade em que vivemos.

É uma obra organizada em três partes, em que cada uma reúne capítulos com discussões acerca dos grandes temas sobre sexualidade e gênero, como podemos identificar pelos títulos. A parte I carrega o nome de “Diversidade, corporalidades e sexualidades”. Já a parte II leva o título de “Estado, políticas e direitos sexuais”. Por fim, a parte III é intitulada de “Serviço Social, trabalho profissional e LGBTQI+”. A estruturação dos capítulos permite às pessoas leitoras a compreensão dos conteúdos, visto que há textos mais introdutórios e conceituais, como aqueles mais densos teoricamente para quem já tem uma aproximação com os assuntos abordados.

A primeira parte da obra é imprescindível, pois abre as reflexões do livro, demarcando leituras fundamentais para pensarmos as opressões quando falamos em diversidade humana. A retomada histórica dos processos da formação social brasileira e seus reflexos na realidade atual para a compreensão das questões raciais e étnicas como essenciais para o debate crítico sobre a diversidade sexual e de gênero demonstram o direcionamento materialista histórico-dialético do Serviço Social brasileiro, o que possibilita realizar sucessivas aproximações da totalidade social.

A leitura da história do Brasil nos ajuda a identificar, em seu percurso histórico, como os corpos dissidentes tiveram suas trajetórias marcadas pela violência, pela hierarquização e pelo disciplinamento – a começar pelos povos originários e pela população africana escravizada

2 Sigla escolhida para representar lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queers, intersexuais e demais existências dissidentes. No decorrer do livro, são utilizadas diferentes siglas, como pode ser observado ao longo desta resenha, sempre que houver referência direta à obra.

– com a invasão portuguesa. A volta ao “passado” nos permite identificar elementos comuns aos dias atuais, como, por exemplo, o papel da Igreja Católica desde o processo de colonização até a atualidade, como também a relação entre tais elementos na constituição de um Estado.

A delimitação de um ser universal, padrão, normativo, sendo ele um ser masculino, branco e heterossexual, serve de régua social para toda uma sociedade, que é diversa. E o que foge à régua é tratado como o “outro”, o “não ser” (CARNEIRO, 2005), o que precisa ser ajustado.

Os assuntos tratados na parte I do livro analisado expressam nitidamente que devemos, enquanto assistentes sociais, compreender a classe trabalhadora como uma classe heterogênea e diversa. As análises universalistas não contribuem para a leitura da realidade da sociedade em que vivemos. Portanto, sem essa percepção, nosso trabalho profissional não vai ultrapassar as requisições do Estado capitalista, que são expressas pelos limites institucionais e das políticas sociais. É fundante reconhecer a construção do Brasil a partir da violência praticada contra corpos indígenas e negros como constituinte do processo de controle e disciplinamento em torno das sexualidades e dos gêneros.

Portanto, “reconhecer a diversidade humana em uma perspectiva de totalidade é muito importante, especialmente se considerarmos que as condições de classe, raça e de sexualidade dos indivíduos interferem o tempo todo em suas vidas [...]” (SANTOS, 2023, p. 26), como bem colocou a autora em sua introdução.

A segunda parte (“Estado, políticas e direitos sociais”) engloba capítulos que discutem como o Estado responde às demandas da população LGBTQI+, com análises aprofundadas sobre: (I) (des)proteção social, gênero e sexualidade no âmbito da educação; (II) as disputas em torno da política sexual brasileira e seus reflexos na juventude; (III) políticas sociais de direitos humanos LGBT; (IV) direitos sexuais e envelhecimento; (V) assédio sexual no emprego doméstico; (VI) a questão do aborto na América Latina e no Caribe e, em especial no México; (VII) a transfobia enquanto expressão de violação de direitos nos espaços de trabalho.

Os textos indicam contribuições valiosas para o campo do Serviço Social, pois nossa atuação profissional se dá nos espaços sócio-ocupacionais que materializam as políticas sociais, uma vez que nosso trabalho é mediado pelo Estado. Para nós, conhecer e compreender as

particularidades expressas no cotidiano das vidas de pessoas LGBTQI+, a partir do entendimento de gênero, sexualidade, raça e etnia, se faz imperativo, dado que se trata de uma população atendida por nós nas diversas políticas sociais e que é historicamente excluída e invisibilizada quanto ao acesso.

Com o título “Serviço Social, trabalho profissional e LGBTQI+”, a terceira parte da obra salienta como tais debates se articulam com as dimensões do trabalho profissional, refletindo sobre a importância de formar profissionais que, desde a graduação, tenham contato e se apropriem criticamente das pautas concernentes à população LGBTQI+. O trabalho que abre a parte III elucida muito bem o que tivemos de produção acerca do tema da diversidade sexual em 21 periódicos na área do Serviço Social. Além disso, analisa os conteúdos das produções científicas encontradas no mapeamento entre os anos de 2010 e 2020, concluindo que avançamos, mas ainda timidamente (DUARTE; FERNANDES, 2023).

Conforme foi exposto no parágrafo anterior, as discussões trataram da produção do Serviço Social sobre diversidade sexual, abordando: (I) a dimensão formativa do exercício profissional do assistente social com a saúde LGBT; (II) o processo transexualizador no SUS; (III) o trabalho sexual; (IV) travestilidades e vulnerabilidades a partir da realidade portuguesa; (V) a questão penitenciária e a diversidade sexual e de gênero no Brasil; (VI) uma análise da representação do Conselho Federal de Serviço Social no Conselho Nacional de Promoção dos Direitos e Combate à Discriminação de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais no período de 2015 a 2019; e (VII) a pauta da diversidade no interior do conjunto CFESS/CRESS.

Por fim, a presente coletânea representa um avanço no campo da formação e do exercício profissional, pois inaugura um referencial teórico básico com ênfase em sexualidades na área do Serviço Social. Tendo-se em vista a história de ataques e violências contra as corporalidades dissidentes no Brasil e o alastre do fundamentalismo religioso e do conservadorismo, faz-se urgente o compartilhamento desta coletânea entre estudantes e profissionais do Serviço Social, assim como para a sociedade como um todo, levando-se em consideração o papel que a referida área de atuação profissional tem cumprido para a produção de conhecimento sobre temáticas tão importantes ao longo da história da profissão.

REFERÊNCIAS

BIROLI, F.; MACHADO, M. D. C.; VAGGIONE, J. M. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**. São Paulo: Boitempo, 1ª ed., 2020.

CARNEIRO, A. S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado) – São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

DUARTE, M. J. de O. et al. Apresentação. *In*: DUARTE, M. J. de O. et al. (org.). **Sexualidade & Serviço Social**: perspectivas críticas, interseccionais e profissionais. Juiz de Fora: Editora UFJF, 1ª ed., 2023.

DUARTE, M. J. de O.; FERNANDES, C. P. Serviço Social e diversidade sexual: o estado da arte. *In*: DUARTE, M. J. de O. et al. (org.). **Sexualidade & Serviço Social**: perspectivas críticas, interseccionais e profissionais. Juiz de Fora: Editora UFJF, 1ª ed., 2023.

SANTOS, S. M. Contribuições ao entendimento da diversidade humana em uma perspectiva de totalidade. *In*: DUARTE, M. J. de O. et al. (org.). **Sexualidade & Serviço Social**: perspectivas críticas, interseccionais e profissionais. Juiz de Fora: Editora UFJF, 1ª ed., 2023.

SER Social

SEXUALIDADES, LUTAS E DIREITOS
DA POPULAÇÃO LGBTQIA+

Brasília (DF), v. 26, nº 54, de janeiro a junho de 2024

Pobreza, infraestrutura e rendimento escolar: aspectos da segregação socioeducacional na Região Centro-Oeste

Poverty, infrastructure and school performance: aspects of socioeducational segregation in the Central-West Region

Pobreza, infraestructuras y rendimiento escolar: aspectos de la segregación socioeducativa en la Región Centro-Oeste

Elaine de Almeida Cabral

Orientadora: Silvia Cristina Yannoulas

Curso: Doutorado em Política Social

Data da defesa: 23 de novembro de 2023

Palavras-chave: pobreza; infraestrutura; rendimento escolar; segregação socioeducacional; Programa Bolsa Família.

Keywords: poverty; infrastructure; school income; socio-educational segregation; Bolsa Família Program.

Palabras clave: pobreza; infraestructura; rendimiento escolar; segregación socioeducativa; Programa Bolsa Família.

A presente pesquisa teve como objeto de estudo os efeitos, no rendimento acadêmico, da relação entre a distribuição espacial da infraestrutura

escolar e das alunas e alunos em condição de pobreza. As categorias adotadas na pesquisa foram a contradição, com base em autores como Carlos Roberto Jamil Cury (1989); a desigualdade, com base em Robert Castel (1997), Gaudêncio Frigotto (1995) e Mônica Peregrino (2010); o espaço, com base em Milton Santos (1998; 2004); e a segregação, com base em Leandro Botinelli (2017) e Edmond Préteceille (2013). Para fim de delimitação dos dados, foram considerados as alunas e alunos em condição de pobreza beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) frequentes às escolas públicas municipais e estaduais de ensino fundamental da Região Centro-Oeste nos anos de 2011 e 2019. A análise dos dados foi realizada em quatro etapas: 1) cálculo da taxa de atendimento pelo PBF e da taxa de infraestrutura das escolas; 2) análise de correlação entre essas duas taxas e a taxa de distorção idade-série; 3) agrupamento das escolas em quartis com base nas três taxas analisadas; e 4) elaboração dos mapas de distribuição das escolas. A taxa de atendimento pelo PBF foi calculada considerando a relação entre a quantidade de beneficiários do programa e o número de matrículas por escola; a taxa de infraestrutura considerou 16 itens selecionados com base nos Padrões Mínimos de Funcionamento da Escola e nas informações coletadas no Censo Escolar; e a taxa de distorção idade-série é publicada anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A elaboração dos mapas foi realizada com base nas coordenadas geográficas das instituições de ensino – obtidas a partir do Catálogo de Escolas do Inep ou por processo de geocodificação – e em arquivos vetoriais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os resultados apontaram correlação moderada e inversa entre a taxa de beneficiários do PBF e a infraestrutura das escolas, especialmente no ano de 2019, e fraca correlação destas com a taxa de distorção idade-série. Observou-se que as escolas com menor porcentagem de beneficiários do PBF são as que possuem o maior número de itens de infraestrutura analisados, sendo as escolas rurais e municipais as que menos dispõem da infraestrutura básica. Esses resultados retratam que a desigualdade no acesso à educação é tanto um fenômeno social quanto espacial, configurado pela reprodução da segregação socioeducacional das alunas e alunos em condição de pobreza.

The object of this research was to study the effects on academic performance of the relationship between the spatial distribution of school infrastructure and students living in poverty. The categories adopted were

contradiction, based on authors such as Carlos Roberto Jamil Cury (1989); inequality, based on Robert Castel (1997), Gaudêncio Frigotto (1995) and Mônica Peregrino (2010); space, based on Milton Santos (1998; 2004); and segregation, based on Leandro Botinelli (2017) and Edmond Preteceille (2013). In order to delimit the data, we considered students in poverty who were beneficiaries of the Bolsa Família Program (PBF) and who attended municipal and state public elementary schools in the Midwest Region between 2011 and 2019. The data was analyzed in four stages: 1) calculating the PBF attendance rate and the school infrastructure rate; 2) analyzing the correlation between these two rates and the age-grade distortion rate; 3) grouping schools into quartiles based on the three rates analyzed; and 4) drawing up school distribution maps. The PBF attendance rate was calculated based on the ratio between the number of beneficiaries of the program and the number of enrolments per school; the infrastructure rate considered 16 items selected on the basis of the Minimum Standards for School Operation and the information collected in the School Census; and the age-grade distortion rate is published annually by the Anísio Teixeira National Institute for Educational Studies and Research (Inep). The maps were drawn up based on the geographical coordinates of the educational institutions - obtained from the Inep School Catalog or through a geocoding process - and vector files from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). The results showed a moderate and inverse correlation between the rate of PBF beneficiaries and school infrastructure, especially in 2019, and a weak correlation between these and the age-grade distortion rate. It was observed that the schools with the lowest percentage of PBF beneficiaries have the highest number of infrastructure items analyzed, with rural and municipal schools having the least basic infrastructure. These results show that inequality in access to education is both a social and a spatial phenomenon, characterized by the reproduction of socio-educational segregation of students living in poverty.

El objetivo de esta investigación fue estudiar los efectos sobre el rendimiento académico de la relación entre la distribución espacial de la infraestructura escolar y los alumnos en situación de pobreza. Las categorías adoptadas en la investigación fueron contradicción, basada en autores como Carlos Roberto Jamil Cury (1989); desigualdad, basada en Robert Castel (1997), Gaudêncio Frigotto (1995) y Mônica Peregrino (2010); espacio, basada en Milton Santos (1998; 2004); y segregación, basada en Leandro Botinelli (2017) y Edmond Préteceille (2013). Para delimitar los datos, se consideraron los alumnos en

situación de pobreza beneficiarios del Programa Bolsa Família (PBF) que asistieron a escuelas primarias públicas municipales y estaduais de la Región Centro-Oeste entre 2011 y 2019. Los datos se analizaron en cuatro etapas: 1) cálculo de la tasa de asistencia al PBF y de la tasa de infraestructura escolar; 2) análisis de la correlación entre estas dos tasas y la tasa de distorsión edad-grado; 3) agrupación de las escuelas en cuartiles a partir de las tres tasas analizadas; y 4) elaboración de mapas de distribución de las escuelas. La tasa de asistencia del PBA se calculó a partir de la relación entre el número de beneficiarios del programa y el número de matrículas por escuela; la tasa de infraestructura consideró 16 elementos seleccionados a partir de las Normas Mínimas de Funcionamiento de las Escuelas y de la información recogida en el Censo Escolar; y la tasa de distorsión edad-grado es publicada anualmente por el Instituto Nacional de Estudios e Investigaciones Educativas Anísio Teixeira (Inep). Los mapas se elaboraron a partir de las coordenadas geográficas de las instituciones de enseñanza - obtenidas del Catálogo Escolar del Inep o mediante un proceso de geocodificación - y de archivos vectoriales del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE). Los resultados mostraron una correlación moderada e inversa entre la tasa de beneficiarios del PBF y la infraestructura escolar, especialmente en 2019, y una correlación débil entre éstas y la tasa de distorsión edad-grado. Se observó que las escuelas con menor porcentaje de beneficiarios del PBF tienen el mayor número de ítems de infraestructura analizados, siendo las escuelas rurales y municipales las que tienen menor infraestructura básica. Estos resultados muestran que la desigualdad en el acceso a la educación es un fenómeno tanto social como espacial, caracterizado por la reproducción de la segregación socioeducativa de los alumnos en situación de pobreza.

O Descompasso da política pública Gênero e Diversidade na Escola (GDE) em Rondônia

The gap in the “Gender and Diversity at School (GDS)” public policy in Rondônia

Lourdes Aparecida Tose

Curso: Programa de Pós-Graduação de Política Social

Data da defesa: 18/12/2023

Orientadora: Silvia Cristina Yannoulas

Palavras-chave: Ideologia de Gênero; Formação Docente; Política Pública; Rondônia.

Keywords: GDS; Gender Ideology; Teacher Training; Public Policy; Rondônia.

Gênero e Diversidade na Escola foi uma política pública nacional cujo Projeto Piloto foi executado em 2006 e se consolidou enquanto formação continuada para milhares de professores de todo país, abrangendo todas as regiões. O presente trabalho tem por objetivo conferir o descompasso que se deu na implantação da política pública GDE em Rondônia, visto que sua reedição só acontece em momento de neoconservadorismo federal e descontinuidade desta política em âmbito nacional. Para compreender o devir do GDE em Rondônia este trabalho foi embasado no Materialismo Histórico Dialético. Valeu-se da pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e de interlocuções com agentes-chave como meios de levantar dados para a análise. As análises buscaram historiar o GDE enquanto política pública educacional e sua não consolidação no estado. Os dados coletados não permitem responder diretamente a questão de pesquisa, mas possibilitaram compreender a formação e estabilização do Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola do campus de Rolim de Moura da UNIR. Concluiu-se que embora não tenha sido possível determinar as causas da não continuidade da política pública, os indícios do conservadorismo em Rondônia podem indicar a desativação enquanto política pública e sua retomada, mesmo indeterminada, qualifica-se como resistência ao neoconservadorismo no campus de Rolim de Moura.

Gender and Diversity at School was a national public policy whose Pilot Project was implemented in 2006 and was consolidated as continuing training program for thousands of teachers across the country. The present work aims to check the gap that occurred in the implementation of the GDS public policy in Rondônia, since its reissue only happens at a time of federal neoconservatism and discontinuity of this policy at a national level. To understand the development of the GDS in Rondônia, this work was based on Dialectical Historical Materialism. We applied bibliographical research, documentary research and conversations with key agents as a means of collecting data for analysis. The analyses sought to historicize the GDS as a public educational policy and its nonconsolidation in the state. The data collected does not allow us to directly answer the research question, but it made it possible to understand the formation

and stabilization of the Specialization Course in Gender and Diversity at School of the Rolim de Moura campus of UNIR. We concluded that although it was not possible to determine the causes of the non-continuity of public policy, the signs of conservatism in Rondônia may indicate a way to understand the deactivation as a public policy and its resumption, even undetermined, qualifies as resistance to neoconservatism on the Rolim de Moura campus.

Avanços e impasses na direção de uma política de saúde mental para o público infantojuvenil

Progress and impasses towards a mental health policy for children and adolescents

Caroline Pereira Oliveira

Orientadora: Prof^ª. Andréia de Oliveira

Curso: Programa de Pós-Graduação em Política Social

Data da defesa: 30/11/2023

Palavras-chave: Saúde Mental; Crianças; Adolescentes; Saúde Mental Infantojuvenil.

Keywords: Mental Health; Child; Adolescent; Children's mental health.

Ao longo da história, crianças e adolescentes ocuparam diferentes posições sociais, no entanto sua singularidade nem sempre foi reconhecida. O desconsiderado campo sócio-histórico gerou invisibilidades, lacunas e silenciamentos que persistem em ideias e práticas na contemporaneidade. Esse contexto, atravessa diretamente o campo da saúde mental infantojuvenil. Este grupo é duplamente vulnerável, enfrentando desproteções sociais tanto pela condição de ser criança ou adolescente, quanto pelo eventual sofrimento psicossocial. No Brasil, apesar dos avanços normativos-legais conquistados pelos movimentos sociais na saúde mental, ainda falta o desenvolvimento de uma política específica voltada para infância e adolescência, que reconheça suas particularidades

de forma integral. Este estudo tem como objetivo evidenciar os avanços e impasses na construção de uma política de saúde mental, direcionada ao público infantojuvenil. O objeto de estudo em questão foi analisado sob a ótica do método materialista histórico-dialético, com o intuito de identificar os processos históricos que o influenciaram, em um contexto desafiador marcados por distintos interesses e projetos de sociedade. Esta investigação adotou uma abordagem de natureza bibliográfica e documental. Como resultado, o estudo sugere que, até o presente momento, não se implementou uma política formal de saúde mental infantojuvenil. As abordagens existentes limitam-se a recomendações e aproximações sem uma priorização direta nesse público. Quando abordadas, as iniciativas destinadas à atenção infantojuvenil tendem a concentrar-se predominantemente em questões relacionadas ao autismo e ao consumo de álcool e outras drogas. Conclui-se, portanto, que a presença de uma política específica é essencial para a consideração das singularidades, mas sua formulação deve ocorrer de maneira integrada e transversal, baseada em princípios democráticos, antimanicomiais, coletivos, respeitando a complexidade da realidade infantojuvenil. A construção de tal política enfrenta múltiplos desafios, caracterizados por perspectivas adultocêntricas, individualizantes, farmacológicas e biomédicas, constituindo obstáculos significativos para a efetiva proteção social de crianças e adolescentes que vivenciam algum tipo de sofrimento psicossocial.

Throughout history, children and adolescents have occupied different social positions, but their uniqueness has not always been recognized. The disregarded socio-historical field has generated invisibilities, gaps and silences that persist in contemporary ideas and practices. This context directly affects the field of mental health for children and adolescents. This group is doubly vulnerable, facing social disenfranchisement both because of the condition of being a child or adolescent and because of possible psychosocial suffering. In Brazil, despite the normative-legal advances achieved by social movements in mental health, there is still a lack of development of a specific policy aimed at children and adolescents, which recognizes their particularities in an integral way. The aim of this study is to highlight the advances and impasses in the construction of a mental health policy aimed at children and adolescents. The object of study

in question was analyzed from the perspective of the historical-dialectical materialist method, with the aim of identifying the historical processes that influenced it, in a challenging context marked by different interests and projects for society. This research adopted a bibliographical and documentary approach. As a result, the study suggests that, to date, no formal child and adolescent mental health policy has been implemented. The existing approaches are limited to recommendations and approximations without directly prioritizing this public. When they are addressed, the initiatives aimed at children and adolescents tend to focus predominantly on issues related to autism and the consumption of alcohol and other drugs. It can therefore be concluded that the presence of a specific policy is essential in order to take singularities into account, but it must be formulated in an integrated and transversal manner, based on democratic, anti-asylum, collective principles, respecting the complexity of the reality of children and adolescents. The construction of such a policy faces multiple challenges, characterized by adult-centric, individualizing, pharmacological and biomedical perspectives, constituting significant obstacles to the effective social protection of children and adolescents who experience some kind of psychosocial suffering.

A luta e a resistência do povo Xukuru do Ororubá: direitos indígenas e democracia no estado brasileiro

The struggle and resistance of the xukuru do ororubá people: indigenous rights and democracy in the brazilian state

Adelar Cupsinski

Nome do curso: Mestrado em Política Social no Programa de Pós-Graduação em Política Social/PPGPS

Data da defesa: 15/12/2023

Orientador: Professor Dr. Leonardo Rodrigues de Oliveira Ortegal

Palavras-chave: Povos Indígenas; Povo Xukuru do Ororubá; Estado; Escravidão; Direitos Indígenas.

Keywords: Indigenous Peoples; Xukuru do Ororubá People; State; Slavery; Indigenous Rights.

Palabras clave: Pueblos Indígenas; Pueblo Xukuru do Ororubá; Estado; Esclavitud; Derechos Indígenas.

A presente pesquisa versa sobre a luta e a resistência do povo indígena Xukuru do Ororubá, um povo do interior de Pernambuco, pela defesa do seu território originário e o direito de existir. A escolha do caso para estudo se justifica por diferentes razões. O caso do povo Xukuru exemplifica a relação do Estado brasileiro com os povos indígenas, uma relação desigual, em que o Estado buscou aniquilar um povo de muitas maneiras, através de ações e omissões, começando pela doação de terras para fidalgos portugueses em 1654, com a implantação de templos ocidentais e a transformação da aldeia Ararobá em um espaço de ensino dos costumes não indígenas, que durou por aproximadamente dois séculos. Além disso, o caso contribui na compreensão dos conflitos contemporâneos sobre a questão indígena, incluindo a origem da tese jurídica do marco temporal no âmbito do Poder Judiciário, e a importância dos territórios originário para a sobrevivência física e cultural dos nativos e para a implementação das políticas públicas, tema de interesse da Política Social. O trabalho de pesquisa resultou no desenvolvimento de três capítulos, os quais estão interligados, em que foram desenvolvidos os seguintes temas: no primeiro capítulo foi pesquisado sobre a relação do Estado brasileiro com os povos indígenas, as principais medidas jurídico-políticas que afetaram estes povos originários, a importância das conquistas democráticas e a Constituição Federal de 1988, mais as disputas contemporâneas; o segundo capítulo resultou em um diálogo acerca da função do Estado no sistema capitalista, entre intelectuais marxistas, indígenas, quilombolas e indigenistas; e no terceiro capítulo, a pesquisa apresenta quem são os Xukuru do Ororubá, sua história, o contato com os colonizadores e a sociedade não indígena que se tornou majoritária, o processo de expropriação territorial, a luta e a resistência desse povo para continuar existindo e o enfrentamento com o Estado brasileiro e suas estruturas pelo direito territorial. O conflito pela posse do território do povo indígena Xukuru do Ororubá somente foi resolvido em uma instância internacional, na Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), na qual o Brasil foi responsabilizado internacionalmente pelas violações do direito à garantia judicial de prazo

razoável, do direito de proteção judicial e à propriedade coletiva, nos termos da Convenção Americana de Direitos Humanos. Assim, a Corte IDH estabeleceu uma jurisprudência para os casos envolvendo direitos indígenas no Brasil, derrubando a tese do marco temporal e garantindo a posse territorial coletiva aos indígenas, sem interferência por parte de terceiros ou agentes do Estado. Os resultados da pesquisa estão presentes no transcrito de todo o trabalho, considerando a escolha do método materialista histórico e dialético, tendo caráter documental e procedimento metodológico de revisão bibliográfica. Assim, a pesquisa apresenta uma posição crítica à narrativa sobre os povos indígenas, desde a Carta de Pero Vaz de Caminha, que registra oficialmente a chegada dos portugueses ao Brasil. Ao contrário da narrativa oficial, a pesquisa demonstrou que os povos indígenas mantinham forte organização política, eram inteligentes e alegres, produtivos e estavam em processo de revolucionar a agricultura. Também fazem parte dos resultados da pesquisa as proposições apresentadas no terceiro capítulo da dissertação, as quais visam fortalecer o protagonismo dos povos indígenas na política e nas instâncias do Estado brasileiro, para que possam defender seus direitos. As proposições estão fundamentadas na Constituição brasileira e na experiência de luta e resistência do povo indígena Xukuru do Ororubá.

The present research focuses on the struggle and resistance of the Xukuru do Ororubá indigenous people, a community from the interior of Pernambuco, in defense of their ancestral territory and the right to exist. The choice of this case for this study is justified for various reasons, the main one being that this case exemplifies the relationship between the Brazilian state and indigenous peoples. This relationship has been marked by inequality, with the state employing various means to annihilate this indigenous population through both action and omission. This process began with the granting of land to Portuguese nobles in 1654, the establishment of Western temples, and the transformation of the Ararobá village into a space for teaching non-indigenous customs, a practice that persisted for approximately two centuries. Furthermore, the case contributes to the understanding of contemporary conflicts regarding the indigenous peoples' issue, including the origin of the "Marco Temporal" legal thesis within the scope of the Judiciary, and the importance of ancestral native territories for the physical and cultural survival of the indigenous peoples, as well as for the implementation of public policies,

which is a topic of interest within Social Policy. The “Marco Temporal” is a legal thesis that argues that Indigenous Peoples are only entitled to the demarcation of their traditional lands if they were occupying those lands on October 5, 1988, the date of the publication of Brazil’s current Federal Constitution. This research resulted in the development of three interconnected chapters exploring the following themes. The first chapter delves into the relationship between the Brazilian state and indigenous peoples, examining the key legal and political measures affecting these native communities, the significance of democratic achievements, the 1988 Federal Constitution, and contemporary disputes. The second chapter engages in a dialogue regarding the role of the state in the capitalist system, involving perspectives from Marxist intellectuals, indigenous communities, quilombolas, and indigenous activists. In the third chapter, the research introduces the Xukuru do Ororubá, detailing their history, interactions with colonizers, the non-indigenous society that became the majority, the process of territorial expropriation, the struggle and resistance of this people to persist, and their confrontation with the Brazilian state and its structures for territorial rights. The conflict over the possession of the Xukuru do Ororubá indigenous people’s territory was only resolved at an international level, in the Inter-American Court of Human Rights (IACHR), where Brazil was internationally held responsible for violations of the right to a reasonable judicial timeframe, the right to judicial protection, and collective property rights, under the terms of the American Convention on Human Rights. Thus, the IACHR established a precedent for cases involving indigenous rights in Brazil, overturning the “Marco Temporal” thesis and ensuring collective territorial possession for indigenous peoples without interference from third parties or state agents. The research findings permeate the entire dissertation, grounded in the choice of the historical and dialectical materialist method, with a documentary nature and a methodological procedure involving a literature review. The study takes a critical stance toward the narrative surrounding indigenous peoples, dating back to Pero Vaz de Caminha’s letter, which officially records the arrival of the Portuguese in Brazil. In contrast to the official narrative, this research demonstrated that indigenous peoples maintained strong political organization, were intelligent and joyful, productive, and were in the process of revolutionizing agriculture. The research results also include propositions presented in the third chapter of the dissertation, which aim to strengthen the protagonism of indigenous peoples in Brazilian politics and state institutions, enabling them

to defend their rights. These propositions are grounded in the Brazilian Constitution and the experiences of struggle and resistance of the Xukuru do Ororubá indigenous people.

Esta investigación trata sobre la lucha y la resistencia de los indígenas Xukuru do Ororubá, un pueblo del interior de Pernambuco, en defensa de su territorio original y de su derecho a existir. El estudio de caso fue elegido por varias razones. El caso del pueblo Xukuru ejemplifica la relación entre el Estado brasileño y los pueblos indígenas, una relación desigual en la que el Estado ha tratado de aniquilar a un pueblo de muchas maneras, a través de acciones y omisiones, empezando por la donación de tierras a nobles portugueses en 1654, con el establecimiento de templos occidentales y la transformación de la aldea Ararobá en un espacio para la enseñanza de costumbres no indígenas, que duró aproximadamente dos siglos. Además, el caso contribuye a la comprensión de los conflictos contemporáneos sobre la cuestión indígena, incluyendo el origen de la tesis jurídica del marco temporal en el poder judicial, y la importancia de los territorios originarios para la supervivencia física y la cultura de los nativos y para la implementación de políticas públicas, tema de interés para la Política Social. La investigación dio lugar a la elaboración de tres capítulos, interconectados entre sí, en los que se desarrollaron los siguientes temas: el primer capítulo investigó la relación entre el Estado brasileño y los pueblos indígenas, las principales medidas jurídico-políticas que han afectado a estos pueblos nativos, la importancia de las conquistas democráticas y de la Constitución Federal de 1988, además de las disputas contemporáneas; el segundo capítulo dio lugar a un diálogo sobre la función del Estado en el sistema capitalista, entre intelectuales marxistas, indígenas, quilombolas e indigenistas; y en el tercer capítulo, la investigación presenta quiénes son los Xukuru de Ororubá, su historia, el contacto con los colonizadores y la sociedad no indígena que se convirtió en mayoritaria, el proceso de expropiación territorial, la lucha y resistencia de este pueblo para seguir existiendo y el enfrentamiento con el Estado brasileño y sus estructuras por los derechos territoriales. El conflicto sobre la posesión del territorio del pueblo indígena Xukuru do Ororubá sólo se resolvió a nivel internacional, en la Corte Interamericana de Derechos Humanos (Corte CIDH), donde Brasil fue declarado internacionalmente responsable de violaciones del derecho a una garantía judicial de tiempo razonable, del derecho a la protección judicial y del derecho a la propiedad colectiva, en los términos

de la Convención Americana sobre Derechos Humanos. Así, la Corte IDH estableció una jurisprudencia para los casos de derechos indígenas en Brasil, anulando la tesis del marco temporal y garantizando la posesión territorial colectiva a los indígenas, sin interferencia de terceros o agentes estatales. Los resultados de la investigación están presentes a lo largo de la obra, considerando la elección del método histórico y dialéctico materialista, teniendo un carácter documental y un procedimiento metodológico de revisión bibliográfica. Así, la investigación presenta una posición crítica sobre la narrativa acerca de los pueblos indígenas, a partir de la Carta de Pero Vaz de Caminha, que registra oficialmente la llegada de los portugueses a Brasil. Contrariamente a la narrativa oficial, la investigación demostró que los indígenas mantenían una fuerte organización política, eran inteligentes y alegres, productivos y estaban en proceso de revolucionar la agricultura. También forman parte de los resultados de la investigación las propuestas presentadas en el tercer capítulo de la disertación, que pretenden fortalecer el papel de los pueblos indígenas en la política y en las instancias del Estado brasileño, para que puedan defender sus derechos. Las propuestas se basan en la Constitución brasileña y en la experiencia de lucha y resistencia del pueblo indígena Xukuru do Ororubá.

Obedecer, trabalhar e orar: as comunidades terapêuticas como política de estado na contramão da reforma psiquiátrica brasileira

Obey, work and pray: therapeutic communities as a state policy against the brazilian psychiatric reform

Marianna Nascimento Fernandes

Nome do Orientadora: Andréia de Oliveira

Nome do Curso: Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS)

Data da Defesa: 30 de junho de 2023

Palavras-chave: Saúde Mental; Álcool e outras Drogas; Comunidades Terapêuticas; Neoliberalismo; Contrarreforma Psiquiátrica.

Keywords: Mental Health; Alcohol and Other Drugs; Therapeutic Communities; Neoliberalism; Psychiatric Counter Reform.

Esta dissertação tem como objetivo geral analisar as características e as funcionalidades das Comunidades Terapêuticas (CTs), considerando o contexto de acirramento das medidas neoliberais, contrarreformistas e neoconservadoras, a fim de desvendar a expressividade da (re)manicomialização na Política Nacional sobre Álcool e outras Drogas (PNAD) na contramão da Reforma Psiquiátrica (RP) brasileira. O intuito é construir reflexões críticas acerca da configuração das CTs no Brasil, sob a ênfase da tríade disciplina-trabalho-espiritualidade que compõe o modelo interventivo dessas instituições. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória. No percurso do estudo científico utilizou-se a técnica de análise temática. Para atingir o objetivo proposto, foi realizada revisão bibliográfica abrangendo artigos científicos, capítulos de livros, teses e dissertações relacionadas ao objeto de estudo e pesquisa documental, por meio de normativas, legislações relativas, notas técnicas e relatórios produzidos por institutos de pesquisa, relatórios de inspeção e fiscalização e sítios eletrônicos. O estudo evidenciou que no cenário de acirramento das medidas conservadoras e de contrarreformas, o Estado brasileiro priorizou a implementação e fortalecimento da política pública em álcool e drogas na contramão de uma racionalidade sanitária, dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e da RP. As CTs passam a ocupar lugar estratégico no atendimento a pessoas com necessidades decorrentes do uso de Substâncias Psicoativas (SPA), sem regramento claramente definidos e subsidiadas financeiramente pelo Estado, permitindo que tais instituições passem a operar uma política pública pautada em modelo de atenção sem respaldo científico, fundamentada em crenças e na transformação moral dos sujeitos.

This dissertation has the general objective of analyzing the characteristics and functionalities of Therapeutic Communities (TCs), considering the context of aggravation neoliberal, counter-reform and neoconservative measures, in order to unveil the expressiveness of (re)manicomialization in the National Policy on Alcohol and Other Drugs (PNAD) contrary to the Brazilian Psychiatric Reform (RP). The purpose is to build critical reflections

about the configuration of TCs in Brazil, under the emphasis of the triad discipline-work-spirituality that makes up the interventional model of these institutions. This is a qualitative, descriptive and exploratory research. In the course of the scientific study, the thematic analysis technique was used. To reach the proposed objective, a bibliographic review was carried out, including scientific articles, book chapters, theses and dissertations related to the object of study and documentary research, by means of norms, relative legislations, technical notes and reports produced by research institutes, inspection and supervision reports, and websites. The study showed that in the scenario of intensification of conservative measures and counter-reforms, the Brazilian State prioritized the implementation and strengthening of public policy on alcohol and drugs against a health rationality, the principles of the Unified Health System (SUS) and the PR. The TCs now occupy a strategic place in the care of people with needs arising from the use of Psychoactive Substances (ASP), without clearly defined regulations and financially subsidized by the state, allowing these institutions to operate a public policy based on a model of care without scientific support, based on beliefs and the moral transformation of subjects.

A disputa por hegemonia sobre a concepção de deficiência no Brasil a partir da construção do Modelo Único de Avaliação da Deficiência entre os anos de 2015 a 2022

The dispute for hegemony over the conception of disability in Brazil based on the construction of the Single Disability Assessment Model between the years 2015 and 2022

Ana Paula do Nascimento Barros

Nome do curso: Doutorado em Política Social (Programa de Pós Graduação em Política Social)

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Lucélia Luiz Pereira

Palavras-chave: Estudos da Deficiência; Modelo Único de Avaliação da Deficiência; Biopsicossocial; Hegemonia.

Keywords: Disability Studies; Single Disability Assessment Model; Biopsychosocial; Hegemony

Palabras claves: Estudios de la deficiencia; Modelo Único de Evaluación de Deficiencia; Biopsicosocial; hegemonía

A presente Tese analisa a disputa por hegemonia na operacionalização da concepção de deficiência no Brasil. Em particular, desenvolve uma análise do processo de construção do Modelo Único de Avaliação da Deficiência, no período de 2015 e 2022, e as correlações de forças políticas e teóricas em torno do reconhecimento público e estatal sobre a deficiência. O campo de produção do conhecimento sobre o tema é conhecido como estudos da deficiência, que se desenvolve a partir do enfrentamento à hegemonia do chamado modelo biomédico. Diante da localização da deficiência como construção social, relacional e evidência da sociedade desigual, modelos sociais se desenvolvem e disputam a hegemonia sobre a deficiência. A operacionalização desses conceitos é o que determina as respostas para seu enfrentamento. Sob o marco legal da perspectiva consagrada pela Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CDPD) há um impulsionamento de mudança na correlação de forças entre essas concepções, em que a interação com a sociedade é posta como elemento central. Em compromisso com o paradigma social da deficiência, o Brasil empreende esforços para a conformação de um Modelo Único de Avaliação da Deficiência para fins de acesso a políticas sociais desde 2007. Diante desse cenário, a presente pesquisa qualitativa analisa as Audiências Públicas no âmbito do Senado Federal que trataram do processo de construção do Modelo Único de Avaliação da Deficiência desde o ano 2015 até 2022. A partir do método de análise crítico dialética, se utiliza da análise de conteúdo para a interpretação dos dados levantados. Como resultado, é possível perceber que apesar da consolidação da perspectiva social da deficiência na CDPD, a hegemonia biomédica ainda está mantida. A hegemonia biomédica é funcional à estrutura da sociedade capitalista que se baseia na hierarquização de posições sociais, uma vez que explica e intervém na hierarquização dos corpos. No âmbito das discussões sobre a avaliação unificada da deficiência, essa hegemonia se expressa nas investidas para desmobilização dos espaços legítimos de organização coletiva das pessoas com deficiência, na valorização das diferenças entre o grupo social

e consequente hierarquização de demandas por categorias específicas. Nesse contexto, a unicidade da luta por direitos perde força na medida em que o grupo social está fragmentado e a hierarquização dos corpos se mantém hegemônica. Em face dessas evidências, a implementação do Modelo Único de Avaliação da Deficiência deve ser defendida nos termos da consolidação da avaliação biopsicossocial, multiprofissional e interdisciplinar, alicerçado no acúmulo teórico do campo dos estudos da deficiência.

This Thesis analyzes the dispute for hegemony in the operationalization of the conception of disability in Brazil. It develops an analysis of the construction process of the Single Disability Assessment Model, between 2015 and 2022, and the correlations of political and theoretical forces surrounding public and state recognition of disability. The field of knowledge production on the topic is known as disability studies, which emerges from challenging the hegemony of the so-called biomedical model. Given the location of disability as a social, relational construction and evidence of an unequal society, various social models emerge and compete for hegemony over disability. The operationalization of these concepts is what determines the responses to confront them. Within the legal framework of the perspective enshrined in the Convention on the Rights of Persons with Disabilities (CRPD), there is a drive for change in the correlation of forces between these conceptions, where interaction with society is central. In commitment to the social paradigm of disability, Brazil has been making efforts to create a Single Disability Assessment Model for the purposes of access to social policies since 2007. Considering this context, this qualitative research analyzes the Public Hearings within the scope of the Federal Senate that dealt with the construction process of the Single Disability Assessment Model from 2015 to 2022. Utilizing the dialectical critical analysis method, content analysis interprets the collected data. Consequently, one can see that despite the consolidation of the social perspective of disability in the CRPD, biomedical hegemony is still maintained. Biomedical hegemony is functional to the structure of capitalist society, which is based on the hierarchization of social positions, as it explains and intervenes in the hierarchization of bodies. Regarding the discussion on the unified assessment of disability, this hegemony is expressed in the efforts to demobilize legitimate spaces for the collective organization of people with disabilities, in the valorization of differences between the social group and

the consequent hierarchization of demands for specific categories. In this context, the uniqueness of the fight for rights loses strength as the social group is fragmented and the hierarchy of bodies remains hegemonic. In view of this evidence, the implementation of the Single Disability Assessment Model must be defended in terms of the consolidation of biopsychosocial, multidisciplinary and interdisciplinary assessment, based on the theoretical accumulation within the field of disability studies.

La presente Tesis analiza la disputa por hegemonía en la operacionalización de la concepción de deficiencia en el Brasil. Mas específicamente, desarrolla un análisis del proceso de construcción del Modelo Único de Evaluación de Deficiencia en el periodo 2015 al 2022, y las correlaciones de fuerzas políticas y teóricas en torno al reconocimiento público y estatal de deficiencia. El campo de producción de conocimiento sobre el tema es conocido como estudios de la deficiencia que se desarrollan a partir del enfrentamiento de la hegemonía del denominado modelo biomédico. Los modelos sociales que se desarrollan en base a la localización de la deficiencia como una construcción social y relacional evidenciado por la sociedad desigual disputan la hegemonía de la deficiencia. La operacionalización de estos conceptos es lo que determina las respuestas para su enfrentamiento. Bajo el marco legal de la perspectiva consagrada en la Convención de los Derechos de las Personas con Deficiencia (CDPD) hay un impulso de cambio en la correlación de fuerzas entre estas concepciones en donde la interacción con la sociedad se coloca como elemento central. De acuerdo con el paradigma social de deficiencia, Brasil lleva a cabo esfuerzos para conformar un Modelo Único de Evaluación de la Deficiencia para fines de acceder a las políticas sociales desde 2007. Es en este entorno que la presente investigación cualitativa analiza la Audiencias Públicas en el Senado Federal que trataron el proceso de construcción del Modelo Único de Evaluación de Deficiencia del 2015 hasta 2022. Los datos levantados son interpretados utilizando el análisis de contenido en base al método de análisis crítico dialectico. Como resultado es posible darse cuenta que a pesar de la consolidación de la perspectiva social de deficiencia en la CDPD la hegemonía biomédica aún se mantiene. La hegemonía biomédica es funcional para la estructura de la sociedad capitalista basada en las jerarquías de posiciones sociales puesto que explica e interviene en la jerarquización de los cuerpos. En el marco

de las discusiones sobre la evaluación unificada de deficiencia, esta hegemonía se expresa en las embestidas para desmovilizar los espacios legítimos de organización colectiva de personas con deficiencia y en la valorización de las diferencias en el grupo social y la consecuente jerarquización de demandas para categorías específicas. En este contexto la unicidad de lucha por los derechos pierde fuerza en la medida que el grupo social se fragmenta y la jerarquización de los cuerpos se mantiene hegemónica. Delante estas evidencias la implementación del Modelo Único de Evaluación de Deficiencia debe ser defendida en los términos de la consolidación de la evaluación biopsicosocial, multiprofesional e interdisciplinario basado en el acumulo teórico del campo de los estudios de la deficiencia.

SER Social

SEXUALIDADES, LUTAS E DIREITOS
DA POPULAÇÃO LGBTQIA+

Brasília (DF), v. 26, nº 54, de janeiro a junho de 2024

CONSULTORES(AS) AD HOC DA SER SOCIAL / SER SOCIAL AD HOC CONSULTANTS

Annova Miriam Ferreira Carneiro: Universidade Federal do Maranhão (UFM), São Luís, MA, Brasil.

Antonia Ângulo: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Aldaiza de Oliveira Sposati: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, (PUC/SP), SP, Brasil.

Alexandre Nunes: Universidade Federal do Cariri (UFCA), Juazeiro do Norte, CE, Brasil.

Camila Potyara: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Cristiane Lemos: Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, GO, Brasil.

Cristiano Guedes: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Djonatan Kaic Ribeiro de Souza: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Eduardo Sá de Barreto: Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil.

Elaine Ferreira do Nascimento: Fundação Oswaldo Cruz, Piauí, PI, Brasil.

Fernando da Silva Cardoso: Universidade de Pernambuco (UPE), Campus de Arcoverde, Arcoverde, PE, Brasil.

Francisco Fernando Pinheiro Leite: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Mossoró, RN, Brasil.

Givânia Maria da Silva: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Geyzon Cosme Santos Rodrigues: Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, GO, Brasil.

Hayeska Costa Barroso: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Kelyane Silva de Sousa: Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, CE, Brasil.

Janaina Lopes do Nascimento Duarte: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Jucileide Ferreira do Nascimento: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), Cachoeira, BA, Brasil.

Júlio César Lopes de Jesus: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Joana das Flores Duarte: Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), São Paulo, SP, Brasil.

José Marcos da Silva: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil.

Karen Santana de Almeida Vieira: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Karine Marques Rodrigues Teixeira: Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO), Goiânia, GO, Brasil.

Lucélia Luiz Pereira: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Leandro Nunes: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, SC, Brasil.

Marcos Antônio Resende da Silva: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Marcelle Silva: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Maria Helena de Bernardo: Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Marília Passos: Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, CE, Brasil.

Michelly Ferreira Monteiro Elias: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Miriam de Souza Leão Albuquerque: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Nivia Barreto dos Anjos: Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), Lisboa, LX, Portugal.

Reginaldo Ghiraldelli: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Silvana Marinho: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Sofia Laurentino Barbosa Pereira: Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, PI, Brasil.

Tânia Mara Campos de Almeida: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Terena Peres de Castro: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Valdenízia Bento Peixoto: Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Vera Maria Ribeiro Nogueira: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil.

Viviane Aparecida Siqueira Lopes: Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil.

Virzângela Paula Sandy Mendes: Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, CE, Brasil.

Walter Belik: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, SP, Brasil.